



ALÉM DAS NUVENS:  
EXPANDINDO AS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

Isa M. Freire, Lilian M. A. R. Alvares,  
Renata M. A. Baracho, Mauricio B. Almeida,  
Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan  
(Org.)



ALÉM DAS NUVENS:  
EXPANDINDO AS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

ISSN 2177-3688

BELO HORIZONTE

ECI/UFMG

2014

## DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor ©2014 para os artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. E republicação desse material requer permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

E56a  
2014      Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação : além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação (15. : 2014 : Belo Horizonte, MG).

Anais [recurso eletrônico] / XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação : além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 27-31 de outubro em Belo Horizonte, MG. / Organizadores: Isa M. Freire, Lilian M. A. R. Álvares, Renata M. A. Baracho, Maurício B. Almeida, Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan. – Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014.

ISSN 2177-3688

Evento realizado pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG).

1. Evento – Ciência da Informação. 2. Evento – Pesquisa em Ciência da Informação. I. Título.

CDU: 02(063)(81)

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho – UFMG: Presidente  
Profa. Dra. Lillian Alvares – UnB  
Profa. Dra. Icléia Thiesen – Unirio  
Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes – UEL  
Profa. Dra. Giulia Crippa - USP  
Profa. Dra. Emeide Nóbrega Duarte – UFPB  
Prof. Dr. Clóvis Montenegro de Lima – IBICT  
Profa. Dra. Aida Varela - UFBA  
Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem – UFPE  
Profa. Dra. Plácida Amorim da Costa Santos – Unesp/Marília  
Profa. Dra. Luisa M. G. de Mattos Rocha – IPJB/RJ  
Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto – UFPB  
Profa. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães - IBICT/Fiocruz

## PARECERISTAS DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO GT 1

### **ESTUDOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Alberto Calil Junior  
Cristina Dotta Ortega  
Eliane Braga de Oliveira  
Evelyn Dill Orrico  
Geni Chaves Fernandes  
Georgete Medleg Rodrigues  
Gustavo Freire  
Gustavo Saldanha  
Icléia Thiesen  
Isa Maria Freire  
João Marcus Figueiredo Assis  
José Mauro Matheus Loureiro  
Leila Beatriz Ribeiro  
Lena Vania Ribeiro Pinheiro  
Lídia Silva de Freitas  
Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima  
Marco Antônio de Almeida  
Marcos Gonzalez  
Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro  
Maria Nelida González de Gómez  
Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes  
Marta Macedo Kerr Pinheiro  
Nair Yumico Kobashi  
Nanci Elizabeth Oddone  
Sarita Albagli  
Solange Puntel Mostafa

Realização



Agências de Fomento

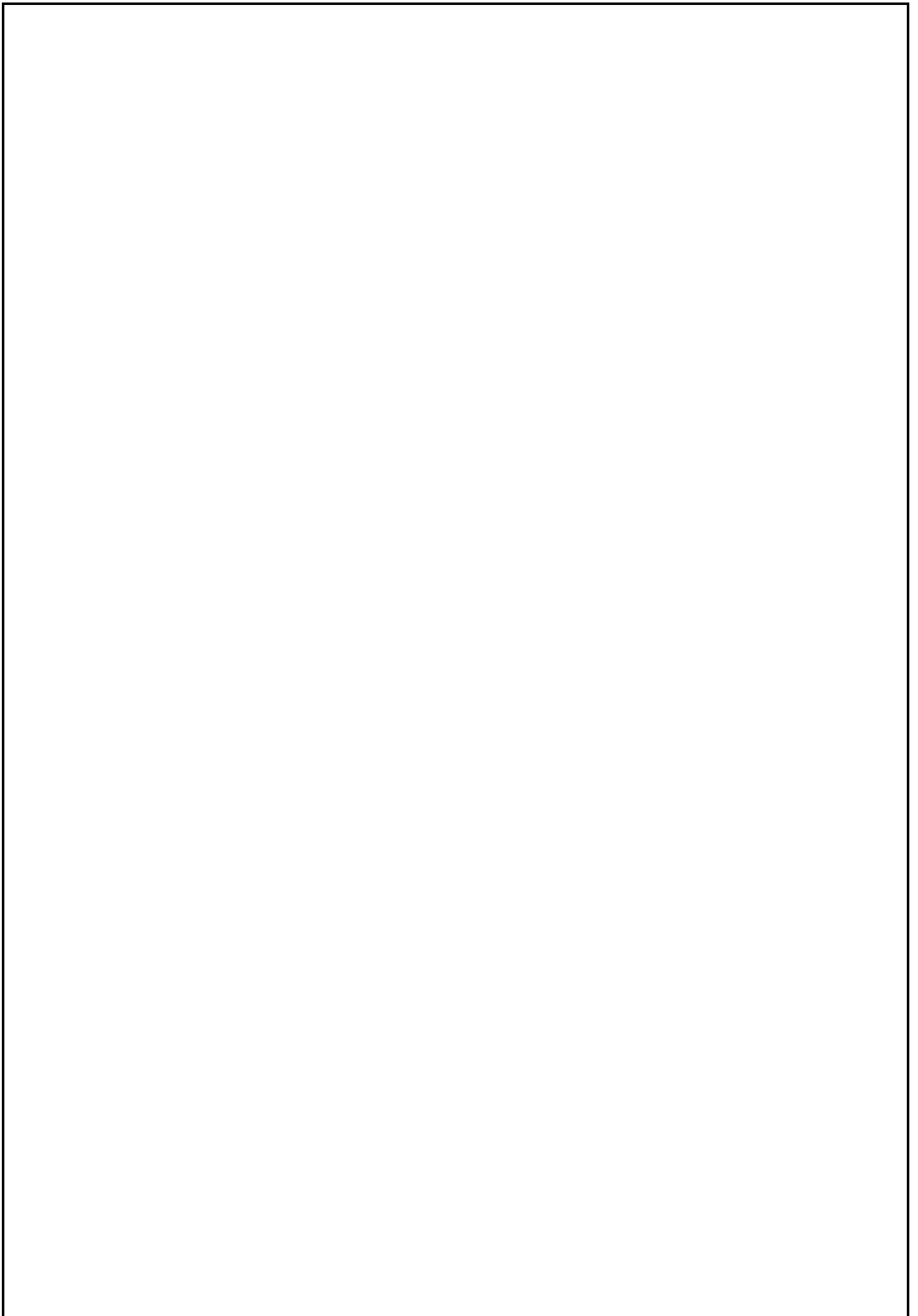


Grupos de pesquisa



Apoio





GT 1

ESTUDOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA  
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>6</b>
<b>GT 1 – ESTUDOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>Modalidade da apresentação: Comunicação oral.....</b>	<b>8</b>
A COMUNIDADE CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA: FORMAÇÃO, TITULAÇÃO E ATUAÇÃO DOS SEUS PESQUISADORES .....	8
<i>Angélica Alves da Cunha Marques</i>	
A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DAS SUAS REFERÊNCIAS .....	29
<i>Angélica Alves da Cunha Marques</i> <i>Mariana Sande Marques</i>	
SISTEMOGRAFIA DA FORMA.....	49
<i>Marcos Gonzalez</i>	
INTERLOCUÇÕES FILOSÓFICO-CONCEITUAIS ENTRE INFORMAÇÃO E LIBERDADE .....	67
<i>Jonathas Luiz Carvalho Silva</i>	
UMA RELAÇÃO DESVELADA: A INTERAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA NACIONAL E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA SOB A ÉGIDE DOS IDEAIS DE PAUL OTLET, HENRI LA FONTAINE E AS AÇÕES DE MANOEL CÍCERO PEREGRINO DA SILVA .....	87
<i>Carlos Henrique Juvêncio</i> <i>Georgete Medleg Rodrigues</i>	
O DEMÔNIO NA BRECHA DA LINGUAGEM: CAPURRO, ÉTICA E FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO NA ALEMANHA DIVIDIDA .....	106
<i>Gustavo Silva Saldanha</i>	
CONJUGANDO <i>LITTERAE</i> E <i>NUMERUS</i> NAS FORMAS DOCUMENTAIS DO COMÉRCIO, CRÉDITO, FISCO E DO DIREITO ENTRE OS SÉCULOS XII E XIV .....	125
<i>Geni Chaves Fernandes</i> <i>Claudia Bucceroni Guerra</i>	
BREVE REFLEXÃO SOBRE AS AÇÕES DE INFORMAÇÃO NO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELECTUAIS - L <i>Ti</i> .....	145
<i>Isa Maria Freire</i>	
PROVA DOCUMENTAL: INSCRIÇÕES E MATERIALIDADE .....	163
<i>Rodrigo Rabello</i> <i>Georgete Medleg Rodrigues</i>	
DE MARCOS TEÓRICOS FUNDAMENTAIS À ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS DA ARQUIVÍSTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	184
<i>Clarissa Moreira dos Santos Schmidt</i> <i>Johanna W. Smit</i>	



REFERÊNCIAS CRUZADAS: ÉTICA, POLÍTICA, EPISTEMOLOGIA E INFORMAÇÃO .....	199
<i>Marco André Feldman Schneider</i>	
<i>Maria Clara Vieira</i>	
DA QUESTÃO DA VALIDADE AO JULGAMENTO DE VALOR: MEDIAÇÃO INFORMACIONAL DA AVALIAÇÃO CIENTÍFICA .....	216
<i>Maria Nélide González de Gomez</i>	
PRÁTICAS INFORMACIONAIS COMO PARADIGMA: POR UMA TEORIA SOCIAL DA INFORMAÇÃO .....	237
<i>Antonio Wagner Chacon Silva</i>	
<i>Jefferson Veras Nunes</i>	
A (IN) VISIBILIDADE DA TEMÁTICA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO CAMPO INFORMACIONAL BRASILEIRO .....	256
<i>Alberto Calil Junior</i> ..... 256	
CATALOGÍSTICA CONTEMPORÂNEA: UMA LEITURA A PARTIR DAS TESES DE PAUL OTLET .....	269
<i>Elisabete Gonçalves de Souza</i>	
<i>Darlene Alves Bezerra</i>	
<i>Wellington Freire Cunha Costa</i>	
INFORMAÇÃO, UM OPERADOR INOPEROSO DE RELAÇÃO .....	285
<i>Vinícios Souza de Menezes</i>	
<i>Maria Nélide González de Gómez</i>	
<b>Modalidade da apresentação: Pôster .....</b>	<b>305</b>
DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL ..	305
<i>Rafael Ap. Moron Semidão</i>	
A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: UMA REPRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS CINÉTICOS PRODUZIDOS ENTRE OS ANOS 1972 E 2013.....	312
<i>Túlio de Moraes Revoredo</i>	
A PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INDICADORES DOS FUNDAMENTOS NA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO	319
<i>Zayr Cláudio Gomes da Silva</i>	
<i>Edivanio Duarte de Souza</i>	
A NATUREZA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (2011 A 2013) .....	327
<i>Hyllane Maria Salgueiro</i>	
<i>André Felipe de Albuquerque Fell</i>	

## PREFÁCIO

A Ciência da Informação é um campo científico de natureza interdisciplinar devotado à busca por soluções para a efetiva comunicação da informação, bem como de seus registros, [contexto social não é entre pessoas?] no contexto social, institucional ou individual de uso e a partir de necessidades específicas. A evolução da Ciência da Informação está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, uma vez que o imperativo tecnológico tem gerado transformações que culminaram em uma sociedade pós-industrial, a sociedade da informação. Nesse contexto, a Ciência da Informação desempenha importante papel na evolução da sociedade da informação por suas fortes dimensões social e humana, as quais vão além das fronteiras da tecnologia.

O tema do ENANCIB 2014 – *Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação* – remete ao cenário atual caracterizado pelo contínuo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, assim como pela evolução constante do ambiente *Web*, os quais têm proporcionado novas formas de acessar, recuperar, armazenar e gerir a informação. Telefonia móvel, nuvens, *big data*, *linked data*, dentre outras formas de interagir com a informação têm exigido novas abordagens para os estudos em Ciência da Informação. O ENANCIB 2014 oferece a oportunidade para refletir sobre essas mudanças, as quais impactam na interação humana com a informação, bem como sobre suas implicações para o futuro da Ciência da Informação.

Promovido pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), o ENANCIB, em sua décima quinta edição, foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG) e realizado na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), em Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 27 a 31 de outubro de 2014. O evento foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela UFMG e outras organizações apoiadoras.

Pesquisadores em Ciência da Informação foram convidados a submeter pesquisas teóricas e empíricas, de acordo com a orientação temática dos onze Grupos de Pesquisa (GTs) da ANCIB. A chamada de trabalhos foi aberta para duas categorias de submissões. A primeira categoria é a comunicação oral (máximo de 20 páginas), que consiste de artigo escrito em português, descrevendo trabalho original com demonstração efetiva de resultados. As comunicações orais aprovadas foram convidadas para apresentação no evento. A segunda categoria é o pôster (máximo de 7 páginas), que consiste de artigos curtos escritos em

português, descrevendo pesquisa em desenvolvimento. Os pôsters aceitos foram convidados para exposição nas dependências em que ocorreu o evento.

O ENANCIB 2014 recebeu mais de 600 trabalhos, dos quais mais de 300 foram aceitos para publicação nos Anais, sendo cerca de 240 para apresentação oral e 80 para exibição em pôsters. Este volume é então constituído por 74% de comunicações orais e 26% de pôsteres, selecionados pelo comitê de programa dos GTs, os quais são compostos por pareceristas especializados, definidos no âmbito de cada GT.

Agradecemos à Comissão Organizadora e à ANCIB pelo seu comprometimento com o sucesso do evento, aos autores por suas submissões e à Comissão Científica pelo intenso trabalho. Agradecemos ainda aos alunos, funcionários e colaboradores que contribuíram para a efetivação do evento.

Belo Horizonte, outubro de 2014

Isa M. Freire  
Lilian M. A. R. Alvares  
Renata M. A. Baracho  
Mauricio B. Almeida  
Beatriz V. Cendon  
Benildes C. M. S. Maculan

## GT 1 – ESTUDOS HISTÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Modalidade da apresentação: Comunicação oral**

### A COMUNIDADE CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA: FORMAÇÃO, TITULAÇÃO E ATUAÇÃO DOS SEUS PESQUISADORES

*THE BRAZILIAN ARCHIVAL SCIENCE SCIENTIFIC COMMUNITY: FORMATION, ACADEMIC DEGREE, AND OPERATION OF ITS RESEARCHERS*

Angélica Alves da Cunha Marques

**Resumo:** Esta comunicação atualiza, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, os resultados de uma tese acerca do mapeamento das dissertações e teses voltadas para os arquivos e para a Arquivologia, produzidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros. Identifica os autores, orientadores e coorientadores dessas pesquisas, com o fim de visualizar, na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a sua formação, titulação e atuação, e de compreender a formação da comunidade científica arquivística brasileira. Ao mapear 279 pesquisas arquivísticas, analisa que os pesquisadores que constituem essa comunidade formaram-se e se titularam em diversas áreas, embora predomine a História e as disciplinas do campo da informação. Observa que esses pesquisadores atuam principalmente nas universidades brasileiras, onde são professores. Por fim, compreende que a comunidade arquivística é plural em sua formação, conjugando características potencialmente interdisciplinares e a busca de autonomia científica da Arquivologia.

**Palavras-chave:** Comunidade científica arquivística. Pesquisas arquivísticas. Formação dos pesquisadores. Titulação dos pesquisadores. Atuação dos pesquisadores.

**Abstract:** This article updates, in the Coordination for Enhancement of Higher Education Personnel's thesis databank, the thesis's results about a mapping of dissertations and theses aimed at archives and at Archival Science produced in Brazilian *stricto sensu* postgraduate programs. It identifies the authors, tutors, and co-tutors of these researches aiming to visualize, in the National Council for Scientific and Technological Development's *Lattes* Platform, their formation, academic degree, and operation, and to understand the formation of the Brazilian Archival Science scientific community. By mapping 279 Archival Science pieces of research, it analyzes that researchers who constitute this community have gotten their academic degree in varied areas, even though Information field's disciplines and History are predominant. This article also observes that these researchers operate mainly in Brazilian universities, where they are professors. Lastly, this work realizes that the Archival Science community is plural in its formation, aggregating potentially interdisciplinary characteristics and the search for scientific autonomy by Archival Science.

**Keywords:** Archival Science scientific community. Archival Science research. Formation of researchers. Academic degree of researchers. Operation of researchers.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A profissão de arquivista desenvolveu-se ao longo do tempo em diversas sociedades, conforme a evolução dos documentos decorrentes das ações humanas institucionalizadas e culturalmente localizadas, que deveriam ser conservados, e o tipo de informação que se

procurava. Sua especialização diante de outras profissões parte de uma origem mais ou menos indistinta entre as profissões de notário, ajudante de notário, escrivão, bibliotecário e documentalista. Aos poucos, as regras foram se formando, ligadas às práticas administrativas próprias de cada instituição e de cada país. A partir do século XIX, os profissionais e estudiosos da área iniciaram a redação obras sobre as suas práticas<sup>1</sup>, na tentativa de consolidar os princípios gerais que contribuiriam para o delineamento da Arquivologia como disciplina científica. No final daquele século, as técnicas de gestão de arquivos começaram a compartilhar espaço com um corpo teórico, aparecendo os grandes manuais que consubstanciariam as bases teóricas da disciplina (DUCHEIN, 1993).

Dos arquivos antigos à sua configuração científica, a Arquivologia passa, segundo esse estudioso, a desdobrar-se em, pelo menos, três vertentes: 1ª) a teórica ou científica, que inclui os estudos arquivísticos gerais e especializados, próprios de algumas categorias de documentos ou instituições, com os princípios e bases teóricas da área e os textos legislativos ou regulamentares, fundadores da prática profissional; 2ª) a técnica, voltada para a conservação dos documentos, a construção e o equipamento dos locais de arquivo, bem como o uso de tecnologias; 3ª) a gestão, que diz respeito à organização administrativa e ao funcionamento interno dos serviços de arquivo. Para Duchein, o campo técnico é o mais propício à internacionalização e o campo da gestão, aquele que mais se diferencia de acordo com a realidade de cada país.

Lopes (1997-1998) considera, no desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, a relevância e influência dos contextos históricos nacionais, da sua produção teórica e aplicada e da formação profissional em universidades ou em outros tipos de instituições. Contudo, o autor pontua que o grau de cientificidade das correntes do pensamento arquivístico pode ser mensurado a partir da importância dada a cada proposição teórica e prática; dos esforços despendidos em relação à formação, à pesquisa, às experiências e à produção de textos; do desenvolvimento de padrões profissionais internacionais; e da utilização extensiva do conhecimento produzido por outras disciplinas. Desse modo, o pensamento arquivístico internacional comporta, concomitantemente, aspectos indicadores da sua universalidade e das especificidades de países e culturas, caracterizadoras de correntes teóricas.

Partindo de estudos sobre a trajetória da Arquivologia (CUNHA, 2003; MARQUES, 2007; 2011), focalizando o seu desenvolvimento no Brasil em interlocução com os avanços arquivísticos internacionais, buscamos retomar os processos e os atores envolvidos na

---

<sup>1</sup> Segundo Fonseca (2004), alguns estudiosos afirmam que essas obras datam do século XVI.

concepção dessa disciplina; a sua conquista de espaços, inserção e expansão no meio acadêmico, além da produção científica arquivística e da comunidade científica e profissional que contribuem para a definição da identidade da área.

Nessa perspectiva, é importante realçar que esta comunicação é um recorte temático desta ampla pesquisa, a qual investigou amplamente os avanços técnicos, científicos e profissionais dos arquivos e da Arquivologia. Assim, não foi possível, pelos limites deste trabalho, contemplar todos os aspectos que nos levam a defender a (relativa) autonomia científica da Arquivologia, como: o seu objeto, os seus princípios, os seus métodos, as instituições, os manuais, os cursos, a legislação, a terminologia, os eventos, os periódicos, as associações e as pesquisas arquivísticas. Compreendemos, a partir de uma abordagem mais aprofundada (MARQUES, 2011) que esses aspectos são demarcadores da evolução e expansão acadêmica e científica da Arquivologia, bem como da sua visibilidade social, sinalizando a identidade da disciplina.

Este trabalho atualiza, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o mapeamento das dissertações e teses relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, desenvolvidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros<sup>2</sup>. A partir dessa atualização, localiza, na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os autores, orientadores e coorientadores das pesquisas arquivísticas, com o objetivo de identificar a sua formação, titulação e atuação profissional e, conseqüentemente, compreender a formação da comunidade científica arquivística brasileira.

## 2 ALGUNS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Tendo em vista o objetivo proposto, apropriamo-nos das contribuições de Kuhn (2005) quanto à sua definição de comunidade científica, que diz respeito a uma cultura na qual o conceito do objeto a ser exemplificado/estudado esteja disponível, isto é, seja transmitido de uma geração à outra. O autor centra-se no funcionamento da comunidade científica, ao ressaltar as técnicas da argumentação persuasiva que a perpassam. Para ele, a constituição de uma área está atrelada à definição daquilo que será considerado um autêntico problema ou uma adequada solução no seu interior (OLIVA, 1994).

---

<sup>2</sup> A partir da última atualização, feita em 2012 para apresentação na II Reunião de Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), considerando as pesquisas produzidas até 2010 (MARQUES; RONCAGLIO, 2012).

Os posicionamentos de Kuhn são criticados por vários autores (sobretudo aqueles das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que os estudos dele se voltam para as Ciências Naturais) e são, por nós, utilizados cuidadosamente, diante das peculiaridades da Arquivologia como uma disciplina das Ciências Sociais Aplicadas<sup>3</sup>. Nesse sentido, a abordagem de Kuhn é aqui relativizada, aproximando-se, parcialmente, de outros estudos utilizados nos referenciais teóricos da pesquisa.

Bourdieu (1983a; 1983b; 2001), numa análise microssocial, define *habitus* e campo científico. A definição de *habitus* articula passado (reprodução de estruturas objetivas) e futuro (objetivos contemplados num projeto), conjugando aprendizagens comuns ou individuais. Complementarmente, o campo científico possui uma lógica interna de funcionamento, na qual se produz e supõe interesses específicos relacionados à aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc.), no contexto de um determinado grupo.

A partir deste último conceito e tendo em vista a compreensão dos lugares (científicos) da Arquivologia, trabalhamos com o conceito de campo da informação, por nós entendido como:

o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação. Desse modo, defendemos que nesse campo estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da CI, como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares (MARQUES, 2011, p. 76).

Foucault, por sua vez, estuda as técnicas da argumentação persuasiva que perpassam as sociedades de discurso, compreendendo o discurso a partir da dispersão dos sujeitos e das instituições, como “um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2005, p. 61). Controlado, selecionado, organizado e redistribuído mediante sistemas de exclusão, procedimentos internos e restrição de acesso, no “esoterismo do saber”,

---

<sup>3</sup> Considerando a Arquivologia na classificação mais ampla das áreas do conhecimento do CNPq atualmente em vigor, disponível em: <<http://200.17.161.80/prppg/projetos/tabela-areas-do-conhecimento-cnpq.pdf?PHPSESSID=80c785c0a871a440259e6d12fb6c47c9>>. Acesso 06 jun. 2014. A tabela do CNPq atualmente em vigor – fruto muito mais de arranjos políticos e orçamentários que propriamente científicos – concebe nove grandes áreas: 1) Ciências Exatas e da Terra; 2) Ciências Biológicas; 3) Engenharias; 4) Ciências da Saúde; 5) Ciências Agrárias; 6) Ciências Sociais Aplicadas; 7) Ciências Humanas; 8) Linguística, Letras e Artes; e 9) Outros. A Ciência da Informação aparece como uma das áreas da grande área n. 6 e abarca três subáreas, dentre elas, a Arquivologia. A partir da nossa pesquisa maior (MARQUES, 2011), consideramos que esta classificação, nos seus desdobramentos, não acomoda a expansão acadêmica e científica da Arquivologia, embora possa contribuir para a sua projeção, inclusive na perspectiva social.

o discurso tem seus poderes limitados por estratégias de coerção que dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. Nesse aspecto, as “sociedades de discurso” de Foucault parecem se aproximar das “comunidades científicas” de Kuhn (2005), embora menos radicais que estas, mas ainda assim bastante fechadas, ao conservarem e produzirem discursos de acordo com regras estritas (FOUCAULT, 2008).

Considerando as contribuições desses estudiosos e a metodologia à qual nos propusemos, podemos visualizar a comunidade arquivística brasileira? Quais são os seus atores? Onde estão? Quais são as suas contribuições para a constituição dessa comunidade?

### 3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA

Comparando as três fases da nossa pesquisa (CUNHA, 2003; MARQUES, 2007; 2011) e um trabalho que a sucedeu (MARQUES; RONCAGLIO, 2012), observamos a progressão da produção científica arquivística brasileira. Somente nos atendo à perspectiva quantitativa, mapeamos, na primeira fase, 57 dissertações e teses; na segunda, 87; na terceira, 101; e, no artigo mencionado, 247. Ou seja, do primeiro ao último mapeamento, o número de pesquisas quadruplicou.

Tendo em vista a atualização desses números, realizamos, novamente, uma pesquisa no Banco de teses da CAPES<sup>4</sup> e identificamos 279 pesquisas com temas relacionados aos arquivos e à Arquivologia (235 dissertações e 44 teses), produzidas entre 1972 e 2011<sup>5</sup>, período em que houve grande progressão dessa produção, sobretudo nos últimos anos.

As dissertações e teses arquivísticas foram desenvolvidas em diversos programas de pós-graduação, principalmente naqueles de Ciência da Informação (41%) e História (12,9%)<sup>6</sup>, conforme TAB. 1.

As pesquisas analisadas contemplavam, conforme os seus títulos<sup>7</sup>, variações temáticas quanto ao objeto, à disciplina e ao profissional, nos casos propriamente arquivísticos: cerca de 70% das dissertações e teses abrangiam o arquivo como objeto de estudo; a Arquivologia como disciplina; a relação entre os arquivos e a Arquivologia; a formação e atuação

---

<sup>4</sup> Pesquisa atualizada no Banco de teses da CAPES, utilizando-se, como descritores para o campo assunto, as palavras *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo*, conforme proposto por Fonseca (2004). Informações disponíveis em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>>. Acesso em 22 fev. de 2013.

<sup>5</sup> O Banco de teses da CAPES contempla somente as pesquisas produzidas a partir de 1987. Assim, as dissertações anteriores àquele ano foram mapeadas no nosso projeto de iniciação científica (CUNHA, 2003), a partir de pesquisas realizadas nos sítios eletrônicos de programas de pós-graduação brasileiros próximos à Arquivologia, tematicamente.

<sup>6</sup> Aqui consideramos os programas de pós-graduação em História e História Social.

<sup>7</sup> Em vários casos, tivemos de verificar o resumo das pesquisas em análise.



profissional do arquivista; bem como as políticas arquivísticas públicas e institucionais. Contemplavam, também, temas afins à Arquivologia e a outras disciplinas que lhe são próximas, sobretudo as disciplinas do campo da informação e a História: 30% das pesquisas arquivísticas, aproximadamente, consideravam o arquivo numa perspectiva comum à Arquivologia e a outra(s) disciplina(s); relações da Arquivologia com outras disciplinas e com a gestão de documentos, da informação e do conhecimento; e relações do arquivista com profissionais de outras áreas.

TABELA 1 – Dissertações e teses arquivísticas, por programa de pós-graduação

<b>PROGRAMA</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Ciência da Informação	116	41,58
História Social	26	9,32
Educação	17	6,09
Memória Social	11	3,94
História	10	3,58
Letras	10	3,58
Comunicação	9	3,23
Patrimônio Cultural	8	2,87
História, Política e Bens Culturais	7	2,51
Música	7	2,51
Administração	6	2,15
Artes	6	2,15
Engenharia de Produção	4	1,43
Memória Social e Patrimônio Cultural	4	1,43
Comunicação, Imagem e Informação	3	1,08
Filologia e Língua Portuguesa	3	1,08
Gestão da Informação	3	1,08
Comunicação e Informação	2	0,72
Letras e Linguística	2	0,72
Odontologia	2	0,72
Psicologia	2	0,72
Saúde Pública	2	0,72
Sociologia	2	0,72
Arquitetura	1	0,36
Avaliação	1	0,36
Ciência Social (Antropologia Social)	1	0,36
Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação	1	0,36
Engenharia Geotécnica	1	0,36
Ciências Sociais	1	0,36
Computação Aplicada	1	0,36
Comunicação e Semiótica	1	0,36
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	1	0,36
Direito	1	0,36
Engenharia Elétrica	1	0,36
Filosofia	1	0,36
Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste	1	0,36

Linguagens e Representações	1	0,36
Literatura Brasileira	1	0,36
Tecnologia	1	0,36
Teoria Literária e Crítica da Cultura	1	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>279</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de teses da CAPES.

#### 4 FORMAÇÃO E TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES

Tendo em vista a identificação da formação e titulação dos autores, orientadores e coorientadores das dissertações e teses arquivísticas, consultamos os seus currículos *lattes*<sup>8</sup>, chegando aos resultados doravante descritos.

Quanto à graduação dos autores das pesquisas<sup>9</sup>, verificamos que eles se formaram em 37 cursos diferentes (com frequência de 269, considerando que alguns fizeram mais de um curso de graduação e que nem todos apresentaram esta informação nos seus currículos)<sup>10</sup>, conforme TAB. 2.

TABELA 2 – Cursos de graduação dos autores das pesquisas arquivísticas

<b>GRADUAÇÃO AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Arquivologia	59	21,93
História	54	20,07
Biblioteconomia	37	13,75
Comunicação / Comunicação Social / Jornalismo	19	7,06
Letras	17	6,32
Não informado	8	2,97
Ciências Sociais	7	2,60
Administração	6	2,23
Música	6	2,23
Pedagogia	6	2,23
Direito	5	1,86
Economia	5	1,86
Filosofia	4	1,49
Artes Plásticas / Visuais	3	1,12
Ciência da Computação	3	1,12
Ciências Contábeis	3	1,12
Museologia	3	1,12
Belas Artes	2	0,74
Engenharia de Computação	2	0,74
Geografia	2	0,74
Odontologia	2	0,74
Outros	16*	0,37

<sup>8</sup> Pesquisa realizada na Plataforma *Lattes* do CNPq, entre 22 de fevereiro e 12 de abril de 2013.

<sup>9</sup> Dos 261 autores, não localizamos os currículos de 24 deles.

<sup>10</sup> Vinte e oito autores formaram-se em dois cursos de graduação e três, em três cursos. Além disso, oito autores não informaram, nos seus currículos, a sua formação no âmbito da graduação.

<b>GRADUAÇÃO AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
TOTAL	269	100,00

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 16 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

Podemos observar que, embora tenham sido mapeados 37 cursos diferentes, a maioria dos autores cursou Arquivologia (21%), História (20%) e Biblioteconomia (13%), o que pode, em parte, justificar as temáticas das dissertações e teses por eles desenvolvidas. Somente um curso foi realizado no exterior (História, na Hungria).

As 210 ocorrências de cursos de graduação dos orientadores e coorientadores dessas pesquisas<sup>11</sup>, por sua vez, se relacionavam a 51 cursos diferentes. A maioria desses cursos é brasileira, embora tenhamos constatado que 10 cursos tenham sido feitos no exterior. Podemos verificar, na tabela 3, que os cursos predominantes foram os de História (20%), Biblioteconomia (15%) e Letras (9%). Diferentemente dos autores das pesquisas arquivísticas em análise, poucos dos seus (co)orientadores formaram-se em Arquivologia (menos de 2%).

TABELA 3 – Cursos de graduação dos (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

<b>GRADUAÇÃO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
História	43	20,48
Biblioteconomia	33	15,71
Letras	20	9,52
Pedagogia	13	6,19
Ciências Sociais	11	5,24
Direito	7	3,33
Administração	5	2,38
Educação Artística	5	2,38
Não informado	5	2,38
Arquivologia	4	1,90
Comunicação social	4	1,90
Psicologia	4	1,90
Biologia	3	1,43
Engenharia Civil	3	1,43
Engenharia Elétrica	3	1,43
Matemática	3	1,43
Museologia	3	1,43
Música	3	1,43
Filosofia	2	0,95
Geografia	2	0,95
Jornalismo	2	0,95
Odontologia	2	0,95
Filosofia	2	0,95
Outros	28*	0,48**

<sup>11</sup> Vinte e cinco (co)orientadores fizeram dois cursos de graduação, três fizeram três cursos e um deles, quatro cursos. Cinco não informaram, nos seus currículos, a sua formação na graduação.

<b>GRADUAÇÃO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
TOTAL	210	100,00

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 28 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

Verificamos que os autores das pesquisas realizaram diversos cursos de especialização: 122 cursos diferentes (110 no Brasil e 12 no exterior), que correspondiam a 173 ocorrências de especializações. Houve grande variedade temática dos cursos, abrangendo interesses de diversas disciplinas científicas. Todavia, observamos a reincidência dos seguintes cursos de especialização:

TABELA 4 – Cursos de especialização dos autores das pesquisas arquivísticas

<b>ESPECIALIZAÇÃO AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Organização de Arquivos	24	13,87
Planejamento, Organização e Direção de Arquivos	6	3,47
Documentação e Informação	4	2,31
Arquivologia	3	1,73
Computação	3	1,73
Docência do Ensino Superior	3	1,73
<i>Stage Technique International d'Archives</i>	3	1,73
Administração de Sistemas de Informação	2	1,16
Ciência da Informação	2	1,16
Conservação de Obras em Papel	2	1,16
Cultura e Arte Barroca	2	1,16
Documentação Científica	2	1,16
Educação à Distância	2	1,16
Pesquisa	2	1,16
Gestão da Memória: Arquivo, Patrimônio e Museu	2	1,16
Gestão de Negócios	2	1,16
Gestão em Arquivo	2	1,16
História do Brasil	2	1,16
Museologia	2	1,16
Outros	103*	0,58**
TOTAL	173	100

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 103 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

É interessante observar que, dos dezoito cursos reincidentes, apenas um foi realizado no exterior: o *Stage Technique International d'Archives* (STIA), oferecido pelo *Archives Nationales* da França, desde 1951, e do qual já participaram vários brasileiros (MARQUES, 2011).

De toda forma, esta observação não compromete a relevância dos cursos de especialização brasileiros, muitas vezes portas de entrada de pessoas formadas em outras áreas, para a Arquivologia. É o caso do curso que mais apareceu na nossa pesquisa, o de

Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP). Esse curso de especialização aperfeiçoou muitos profissionais, de 1986 a 2009<sup>12</sup>, inclusive vários que se tornaram professores dos cursos de Arquivologia no Brasil (MARQUES, 2007).

Embora os (co)orientadores das pesquisas arquivísticas tenham participado de menos cursos de especialização que os autores, constatamos que eles fizeram 95 cursos (66 no Brasil e 29 no exterior), que dizem respeito a 108 ocorrências de especializações, também distribuídas em diversas áreas. Os cursos que tiveram maior frequência foram aqueles feitos no Brasil e voltados para a Arquivologia, Documentação e História, conforme apresentado na tabela 5.

TABELA 5 – Cursos de especialização dos (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

<b>ESPECIALIZAÇÃO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Organização de Arquivos	8	7,41
Documentação Científica	3	2,78
História do Brasil	3	2,78
Arquivologia	2	1,85
História da Cultura Brasileira	2	1,85
Outros	90*	0,93**
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 90 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

No âmbito do mestrado, observamos que foram realizados 236 cursos pelos autores das pesquisas arquivísticas (somente um no exterior, Biblioteconomia e Ciência da Informação, na *Université de Montreal*, no Canadá). Esses cursos estavam distribuídos em 45 áreas diferentes, predominantemente na Ciência da Informação (36%), História (8%) e Memória Social (6%), áreas de estreitas relações teórico-epistemológicas com a Arquivologia.

TABELA 6 – Cursos de mestrado dos autores das pesquisas arquivísticas

<b>MESTRADO AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Ciência da Informação	87	36,86
História	21	8,90
Memória Social	16	6,78
Comunicação	14	5,93
Educação	13	5,51
Letras	9	3,81
Patrimônio Cultural	8	3,39

<sup>12</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.ieb.usp.br/area/cursos-de-extensao>>. Acesso em 23 abr. 2013.

<b>MESTRADO AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Administração	7	2,97
Artes	6	2,54
Engenharia de Produção	4	1,69
Música	4	1,69
Filologia e Língua Portuguesa	3	1,27
História, Política e Bens Culturais	3	1,27
Artes Visuais	2	0,85
Bens Culturais e Projetos Sociais	2	0,85
Biblioteconomia e Ciência da Informação	2	0,85
Biblioteconomia e Documentação	2	0,85
Comunicação e Informação	2	0,85
Direito	2	0,85
Filosofia	2	0,85
Gestão da Informação	2	0,85
Literatura	2	0,85
Outros	23*	0,42**
<b>TOTAL</b>	<b>236</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 23 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

Semelhantemente, os (co)orientadores das pesquisas arquivísticas também fizeram seus cursos de mestrado em áreas diversas: os 163 mestrados<sup>13</sup>, que correspondiam a 52 cursos diferentes, foram realizados no Brasil (144) e no exterior (19), em diversas áreas. Como podemos verificar na tabela 7, predominaram os cursos em História (14%), Ciência da Informação (14%), Educação (6%) e Letras (6%). Nesse quadro, chamou-nos a atenção o número de cursos feitos no exterior, nas áreas de Arqueologia (1), Artes (1), Biblioteconomia e Ciência da Informação (2), Ciência da Informação (3), Ciência da Informação e da Comunicação (2), Documentação (1), Educação (2), Educação/Comunicação (1), Estudos Latinos Americanos (1), História da Filosofia (1), Informação Técnica e Científica (1), Letras (1), Língua e Literatura Nórdicas (1) e Música (1), nos seguintes países: Canadá (1), Dinamarca (1), Inglaterra (2), Estados Unidos (9) e França (6).

TABELA 7 – Cursos de mestrado dos (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

<b>MESTRADO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
História	24	14,72
Ciência da Informação	23	14,11
Educação	11	6,75
Letras	10	6,13
Antropologia	6	3,68
Artes	6	3,68
Comunicação	6	3,68

<sup>13</sup> Dois (co)orientadores não informaram seus cursos de mestrado.

<b>MESTRADO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Engenharia de Produção	5	3,07
Sociologia	5	3,07
Administração	4	2,45
Biblioteconomia	4	2,45
Filosofia	4	2,45
Ciência da Computação	3	1,84
Ciência Política	3	1,84
Linguística	3	1,84
Música	3	1,84
Biblioteconomia e Ciência da Informação	2	1,23
Ciência da Informação e Comunicação	2	1,23
Comunicação e Semiótica	2	1,23
Multimeios	2	1,23
Não informado	2	1,23
Psicologia	2	1,23
Comunicação e Semiótica	2	1,23
Outros	29*	0,61**
<b>TOTAL</b>	<b>163</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 29 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

Os cursos de doutorado também foram realizados em áreas diversas. Os autores das pesquisas em análise fizeram 67 cursos<sup>14</sup>, que correspondiam a 16 cursos diferentes, especialmente na Ciência da Informação (37%), História (19%) e Educação (10%). Do total, somente quatro cursos foram realizados no exterior, nas áreas de Documentação (3) e Letras (1), na Espanha (2) e em Portugal (2).

TABELA 8 – Cursos de doutorado dos autores das pesquisas arquivísticas

<b>DOCTORADO AUTORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Ciência da Informação	25	37,31
História	13	19,40
Educação	7	10,45
Documentação	3	4,48
Letras	3	4,48
Literatura	3	4,48
Memória Social	3	4,48
Letras e Linguística	2	2,99
Outros	8*	1,49**
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 8 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

<sup>14</sup> Além destes, 32 ainda eram doutorandos.

Os (co)orientadores das pesquisas arquivísticas passaram por 173 cursos de doutorado (46 cursos diferentes), no Brasil (143) e no exterior (30), também em diversas áreas, embora tenham predominado os cursos em História (17%), Ciência da Informação (12%), Comunicação (9%) e Educação (9%), conforme tabela 9. Os cursos feitos no exterior foram nas seguintes áreas: Administração (1), Administração Educacional (1), Análise do discurso (1), Antropologia (1), Antropologia/História (1), Arqueologia (1), Arquivologia (1), Biblioteconomia e Ciência da Informação (1), Biblioteconomia e Documentação (1), Ciência da Informação (4), Ciência da Informação e da Comunicação (1), Documentação (1), Educação (2), Estudos em Informação (1), História (3), História da Filosofia (1), Informática (1), Letras (2), Linguística (1), Música (2), Química (1) e Semiótica (1), nos seguintes países: Alemanha (1), Dinamarca (1), Escócia (1), Espanha (3), Estados Unidos (8), França (10), Holanda (2), Inglaterra (1), Reino Unido (2) e Suécia (1).

TABELA 9 – Cursos de doutorado dos (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

<b>DOCTORADO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
História	31	17,92
Ciência da Informação	22	12,72
Comunicação	16	9,25
Educação	16	9,25
Letras	12	6,94
Antropologia	4	2,31
Engenharia de Produção	4	2,31
Música	4	2,31
Psicologia	4	2,31
Sociologia	4	2,31
Administração	3	1,73
Ciências Sociais	3	1,73
Direito	3	1,73
Estudos Literários	3	1,73
Filosofia	3	1,73
Linguística	3	1,73
Artes	2	1,16
Ciência da Informação e da Comunicação	2	1,16
Ciência Política	2	1,16
Comunicação e Semiótica	2	1,16
Engenharia Elétrica	2	1,16
Literatura Brasileira	2	1,16
Odontologia	2	1,16
Química	2	1,16
Outros	22*	0,58**
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 22 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.



Por fim, quanto à sua titulação, alguns autores das dissertações e teses arquivísticas fizeram pós-doutoramento (quatro no Brasil e três no exterior), nas seguintes áreas e países, respectivamente: Ciência da Informação, na Espanha (1); Documentação, também na Espanha (1); Ciência da Informação/Arquivologia, em Portugal (1); Biblioteconomia e Documentação (1), Educação (1), História/Educação/Arquitetura e Urbanismo (1) e Letras (1), no Brasil. As suas pesquisas concentraram-se, portanto, nas disciplinas que compõem o campo da informação.

Os (co)orientadores das pesquisas analisadas tiveram um número maior de pós-doutoramento, evidentemente: 71 no exterior e 22 no Brasil (33 cursos diferentes), nas áreas apresentadas na tabela 10. No exterior, observamos que os países que mais acolheram os pesquisadores brasileiros foram: França (30%), Portugal (22%) e Estados Unidos (19%).

TABELA 10 – Cursos de pós-doutorado dos (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

<b>PÓS-DOCTORADO (CO)ORIENTADORES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
História	16	17,20
Ciência da Informação	13	13,98
Ciências Sociais	11	11,83
Não informado	8	8,60
Educação	6	6,45
Linguística, Letras e Artes	5	5,38
Letras	4	4,30
Artes	2	2,15
Ciência da Informação/Arquivologia	2	2,15
Comunicação	2	2,15
Linguística	2	2,15
Outros	22*	1,08**
<b>TOTAL</b>	<b>93</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 22 cursos apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada curso.

## 5 ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS PESQUISADORES

Além da formação e titulação dos autores, orientadores e coorientadores das pesquisas arquivísticas, identificamos, nos seus currículos *lattes*, a sua atuação profissional.<sup>15</sup>

Nessa perspectiva, constatamos que os autores dessas pesquisas estavam distribuídos em 73 cargos/funções, com uma frequência de 268 (somente quatro no exterior), tendo em vista que alguns deles atuavam em mais de uma função. De acordo com a tabela 11, o cargo

<sup>15</sup> Consideramos somente a atuação atual dos autores e (co)orientadores, ignorando a daqueles pesquisadores que já sabíamos que haviam falecido.

predominante era o de professor universitário (34%), seguido do de arquivista e professor (não especificado), ambos com 7%.

Considerando que o meio acadêmico propicia e demanda o desenvolvimento de pesquisas no âmbito da pós-graduação, essa predominância não nos surpreendeu. É interessante observar que egressos dos cursos de Arquivologia têm produzido esse tipo de pesquisa, o que reforça a busca de autonomia científica dessa disciplina, por nós defendida.

TABELA 11 – Atuação profissional dos autores das pesquisas arquivísticas

CARGO/FUNÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Professor universitário	93	34,70
Arquivista	21	7,84
Professor	21	7,84
Pesquisador	16	5,97
Bibliotecário	10	3,73
Servidor público	7	2,61
Consultor	6	2,24
Não informado	5	1,87
Assessor	4	1,49
Diretor	4	1,49
Colaborador	3	1,12
Conselheiro	3	1,12
Jornalista	3	1,12
Tecnologista	3	1,12
Voluntário	3	1,12
Analista	2	0,75
Analista de C&T	2	0,75
Analista de sistemas	2	0,75
Analista de tecnologia de informação	2	0,75
Coordenador de arquivo	2	0,75
Diretor técnico	2	0,75
Secretário executivo	2	0,75
Técnico judiciário	2	0,75
Outros	50*	0,37**
<b>TOTAL</b>	<b>268</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses 50 cargos/funções apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada cargo/função.

Complementarmente, identificamos os locais de atuação profissional desses atores e pudemos observar que eles estavam distribuídos em 164 locais diferentes, especialmente em universidades (44%). É interessante observar que quatro desses locais eram no exterior, o que ratifica a atuação desses atores no contexto internacional.

Quanto aos (co)orientadores das pesquisas analisadas, verificamos que eles trabalhavam em 22 cargos/funções diferentes e predominava, como no caso dos autores, o cargo de professor universitário (64%). Esses pesquisadores trabalhavam em 118 locais

diferentes, majoritariamente em universidades (65%). Também vimos que 15 deles atuavam em instituições no exterior (tabela 12).

TABELA 12: Atuação profissional dos (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

ATUAÇÃO PROFISSIONAL (CO)ORIENTADORES	FREQUÊNCIA	%
Professor universitário	163	64,43
Colaborador	29	11,46
Pesquisador	12	4,74
Assessor	8	3,16
Diretor	7	2,77
Professor	5	1,98
Professor visitante	5	1,98
Não informado	4	1,58
Consultor <i>ad hoc</i>	3	1,19
Conselheiro	2	0,79
Professor colaborador	2	0,79
Sócio	2	0,79
Voluntário	2	0,79
Outros	9*	0,40**
TOTAL	253	100,00

Fonte: elaboração própria, com base na Plataforma *Lattes* do CNPq.

\* Esses nove cargos/funções apareceram somente uma vez na nossa pesquisa.

\*\* Este percentual diz respeito a cada cargo/função.

## 6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por muitos anos, coube aos profissionais formados em outras áreas, principalmente aos historiadores e bibliotecários, a organização dos arquivos. Assim, os cursos destinados a aperfeiçoá-los e grande parte dos estudos decorrentes da formação que se delineou, primeiramente nas instituições arquivísticas e posteriormente na academia, foram, naturalmente, perpassados por vieses de outras áreas.

Entretanto, com a conquista de espaços universitários e a sua expansão nesses meios (especialmente a partir da década de 1970), a Arquivologia começou a buscar e a afirmar o seu estatuto científico, sobretudo por meio de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, com temas focalizados no seu objeto de estudo, nos seus métodos e princípios, nas competências e habilidades requeridas ao profissional de arquivo e na sua própria epistemologia. A partir das escolas, das pesquisas, das associações profissionais, dos periódicos e eventos científicos especializados e, mais recentemente, com a crescente formação de arquivistas e com o início da pós-graduação *stricto sensu* voltada para a gestão de arquivos,<sup>16</sup> a tendência é que, cada

<sup>16</sup> O Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi criado em 2012, conforme recomendação da Área de

vez mais, sejam desenvolvidas, no Brasil, pesquisas com enfoque arquivístico (paralelamente àquelas com perspectiva pluri/interdisciplinar, tão rica e representativa da pluralidade dos tipos de arquivo).

Desse modo, observamos um forte traço interdisciplinar (pelo menos potencial) que perpassa, contorna e caracteriza a Arquivologia, a exemplo das demais disciplinas que constituem o campo da informação, na sua busca por autonomia científica nesse campo.

Nesse sentido, é relevante ratificar que este trabalho é um pequeno recorte de uma ampla pesquisa que desenvolvemos há doze anos. Assim, não foi possível, pelos seus limites, trabalhar os vários aspectos que nos subsidiam na compreensão da Arquivologia como uma disciplina científica (relativamente) autônoma. A partir de uma abordagem mais aprofundada (MARQUES, 2011) e conforme já assinalado na introdução, pudemos entender que o entrecruzamento do seu objeto, dos seus princípios, dos seus métodos, das instituições, dos manuais, dos cursos, da legislação, da terminologia, dos eventos, dos periódicos, das associações e das pesquisas arquivísticas sinaliza a evolução e expansão acadêmica e científica da disciplina, bem como a sua visibilidade social, evidenciando sua identidade.

Na pesquisa que aqui atualizamos, observamos o progressivo aumento da produção científica relacionada aos arquivos e à Arquivologia, distribuída em diversos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, com destaque para aqueles de História e Ciência da Informação, áreas que, há mais ou menos tempo, têm relações muito próximas com a Arquivologia, considerando-se, inclusive, a vinculação acadêmica dos cursos de graduação, a formação e titulação dos seus docentes e as próprias temáticas das pesquisas de pós-graduação analisadas (MARQUES, 2007)<sup>17</sup>.

A síntese apresentada no quadro 1 permite-nos apreender esses aspectos, diante da diversidade da formação e titulação dos pesquisadores, bem como da sua dedicação à

---

Ciências Sociais Aplicada da CAPES. Informações disponíveis em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppggda>>. Acesso em: 07 set. 2014.

<sup>17</sup> Diante das diversas interfaces e relações da Arquivologia com a Ciência da Informação nos últimos anos, são necessários estudos que se voltem para a compreensão das efetivas interlocuções entre essas disciplinas, como, por exemplo, as possíveis contribuições teóricas e epistemológicas entre ambas; e até mesmo a utilização extensiva do conhecimento produzido por outras disciplinas, pela Arquivologia, como mencionado por Lopes (1997-1998). O que é possível inferir, nos limites deste trabalho, é que há uma evidente contribuição da Ciência da Informação para a Arquivologia no âmbito da institucionalização acadêmica dessa disciplina, da titulação dos docentes dos cursos e do abrigo para a produção de pesquisas. Nas três fases da nossa pesquisa, verificamos uma intensa proximidade entre as duas disciplinas (sobretudo institucional, o que não contempla, necessariamente, uma ênfase epistemológica), embora a trajetória arquivística seja marcada pela tradição histórica, decorrente da atuação do Arquivo Nacional, o que, por sua vez, nos remete às relações da Arquivologia com a História.

pesquisa no mundo acadêmico. Autores, orientadores e coorientadores de dissertações e teses voltadas para os arquivos e a Arquivologia, graduados e pós-graduados em diferentes cursos (da própria Arquivologia às áreas mais distantes, como Medicina e Engenharias), sobretudo no Brasil, produzem e orientam pesquisas voltadas para o objeto, o profissional e a disciplina arquivística, embora seus graus de especificidades variem bastante e ainda existam muitos estudos de casos voltados para a organização de acervos arquivísticos das mais diferentes áreas (afinal, todas as áreas do conhecimento produzem documentos). Várias dessas pesquisas são perpassadas, inclusive, por temas afins à Arquivologia e a outras disciplinas que lhe são próximas, especialmente as disciplinas que constituem o campo da informação e a História.

QUADRO1: Indicadores predominantes nos currículos *lattes* dos autores e (co)orientadores das pesquisas arquivísticas

<b>ASPECTO ANALISADO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ORIENTADORES/COORIENTADORES</b>
Graduação	37 cursos diferentes (somente um curso no exterior) Destaque para Arquivologia (21%), História (20%) e Biblioteconomia (13%)	51 cursos diferentes (10 no exterior) Destaque para História (20%), Biblioteconomia (15%) e Letras (9%)
Especialização	122 cursos diferentes (110 no Brasil e 12 no exterior) Destaque para o curso Organização de Arquivos, da USP (13%)	95 cursos diferentes (66 no Brasil e 29 no exterior) Destaque para o curso Organização de Arquivos, da USP (7%)
Mestrado	45 cursos diferentes (somente um no exterior) Destaque para Ciência da Informação (36%), História (8%) e Memória Social (6%)	52 cursos diferentes (33 no Brasil e 19 no exterior) Destaque para História (14%), Ciência da Informação (14%), Educação (6%) e Letras (6%)
Doutorado	16 cursos diferentes (14 no Brasil e dois no exterior) Destaque para Ciência da Informação (37%), História (19%) e Educação (10%)	46 cursos diferentes (21 no Brasil e 25 no exterior) Destaque para História (17%), Ciência da Informação (12%), Comunicação (9%) e Educação (9%)
Pós-doutorado	Total de sete (quatro no Brasil e três no exterior) Destaque para as áreas que compõem o campo da informação	33 cursos diferentes (25 no exterior e oito no Brasil) Destaque para História (17%), Ciência da Informação (13%) e Ciências Sociais (11%)
Atuação profissional	73 cargos/funções diferentes (somente quatro no exterior) Destaque para professor universitário (34%) 164 locais de trabalho diferentes Destaque para as universidades (44%)	22 cargos/funções diferentes Destaque para professor universitário (64%) 118 locais de trabalho diferentes Destaque para as universidades (65%)

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações mapeadas e descritas, podemos observar, pontualmente, que dois aspectos parecem indicar a busca por autonomia na pesquisa em Arquivologia: 1) vários autores das pesquisas arquivísticas são graduados nessa área; 2) grande parte dessas pesquisas é produzida em programas de pós-graduação de História e de Ciência da Informação, provavelmente em decorrência da escassez de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia, no Brasil.

De forma mais ampla, podemos inferir que a comunidade científica arquivística que vem se formando no Brasil comporta, por sua vez, duas abordagens complementares: 1) é constituída por uma variedade de atores, com perfis heterogêneos, advindos de diversas áreas do conhecimento, mais ou menos engajados nos enfoques arquivísticos, conforme os seus objetivos profissionais e científicos; 2) é perpassada por objetivos mais ou menos definidos quanto à busca de autonomia científica da Arquivologia, embora esta busca ainda não pareça ser clara e prioritária para muitos dos atores dessa comunidade, diante das temáticas e do conteúdo das suas pesquisas.

Desse modo, a comunidade científica arquivística brasileira que visualizamos é plural, constituída por diversos perfis profissionais, que apesar de terem se formado em diferentes áreas, atuam, sobretudo, nas universidades, como professores (embora também se destaque o número de arquivistas que têm desenvolvido pesquisas, provavelmente amadurecendo os desafios advindos do mundo do trabalho).

As férteis contribuições desses pesquisadores estão estreitamente vinculadas à delimitação e definição da comunidade científica arquivística em formação e daquilo que essa comunidade venha a comungar como seu objeto autêntico de estudo e intervenção, transmitido de uma geração à outra, como bem nos lembram Kuhn (2005) e Bourdieu (1983a; 1983b; 2001). Nesse sentido, as dissertações e teses podem ser estudadas, inclusive, como veículos de discursos dessa comunidade, na comunicação do pensamento arquivístico que se desenha e desenvolve em contextos diferenciados.

Ainda que a interdisciplinaridade (e seus desdobramentos) seja um aspecto favorável a se considerar no desenvolvimento da Arquivologia e na organização dos arquivos, observa-se que a heterogeneidade da formação e titulação dos professores e, conseqüentemente, a pluralidade temática das dissertações e teses arquivísticas (que representam discursos

científicos diversos) sinalizam a necessidade de produção de pesquisas<sup>18</sup> e de formação de grupos de pesquisas com enfoque arquivístico. Trata-se, portanto, de uma comunidade ainda disforme em sua composição, que não deve perder de vistas os objetivos de sua formação diante dos desafios da busca por autonomia da Arquivologia como disciplina científica no Brasil.

Por fim, gostaríamos de retomar e realçar uma das ideias centrais que têm perpassado o nosso longo caminho de pesquisa: a institucionalização acadêmica, científica (aqui tratadas) e social da Arquivologia são processos que se sobrepõem de forma complexa e não linear e que devem ser investigados de forma cuidadosa. Embora estes aspectos não tenham sido aqui aprofundados, na pesquisa maior, da qual esta comunicação é apenas uma pequena parte, buscamos fazê-lo (MARQUES, 2011). O que, por enquanto, podemos deixar como reflexão final é que, ainda que a comunidade científica arquivística não cumpra todos os requisitos formais de adensamento que podemos inferir do estudo de Kuhn (2005), até por tratar-se de uma comunidade advinda da prática que busca visibilidade acadêmica e científica no âmbito das Ciências Sociais, pensamos que o número de pesquisas com temáticas arquivísticas, agregado ao de periódicos, eventos e cursos, sinaliza a busca de coesão desta comunidade que começa a delinear-se no contexto brasileiro, ainda que em fronteiras porosas. Ou seja, já existe uma tradição arquivística a ser repassada de uma geração a outra.

Entendemos que, pela juvenilidade da formação dos cursos de Arquivologia no Brasil (embora os arquivos sejam bastante antigos), a área tem buscado a sua visibilidade acadêmica, que parece ser um meio de alcançar a sua visibilidade científica e social. Ou seja, por meio de estudos acerca do seu objeto, dos seus princípios, dos seus métodos, bem como da criação e manutenção de instituições, cursos, eventos, periódicos e associações arquivísticas; e da atualização da legislação e da terminologia da área, a Arquivologia busca seus espaços cognitivos, acadêmicos e sociais. E esta busca não objetiva isolá-la, mas evidencia as suas interfaces, reforçando diálogos e parcerias com outras disciplinas, especialmente no campo da informação.

## **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983<sup>a</sup>. p. 46-81.

---

<sup>18</sup> Inclusive de pesquisas que se dediquem a investigar as relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação nas suas abordagens práticas, científicas, teóricas e epistemológicas.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983b. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et réflexivité**: Cours du Collège de France 2000-2001. Paris: Raisons d’agir, 2001.

CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos...** Brasília: UnB, 2003.

DUCHEIN, Michel. Archives, archivistes, Archivistique: définitions et problématique. In: FAVIER, Jean. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993. p. 19-39.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (re)definição de marcos interdisciplinares. 2004. 181f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 16. ed. Tradução Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l’ère de l’information. **Archives**, v. 29, n. 2, 1997-1998.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

OLIVA, Alberto. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994. p. 67-102.



## A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DAS SUAS REFERÊNCIAS

### THE ARCHIVAL SCIENTIFIC PRODUCTION IN THE INFORMATION SCIENCE: A STUDY OF THEIR REFERENCES

Angélica Alves da Cunha Marques  
Mariana Sande Marques

**Resumo:** Esta comunicação atualiza os resultados de uma tese acerca das interlocuções entre a Arquivologia mundial e a nacional. Mapeia, nas 22 dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em 7 programas de pós-graduação em Ciência da Informação, entre 2006 e 2008, 574 referências bibliográficas arquivísticas, destacando os seus autores, bem como as obras de interesse direto da área, os países, períodos e idiomas de sua publicação. A partir da análise dessas referências, constata a concentração dessas pesquisas na Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo; a predominância da sua publicação no Brasil, nos anos 1990 e em português. Há uma aproximação entre o número total de autores internacionais e nacionais mapeados, embora estes sutilmente se destaquem. As 30 maiores frequências de referências arquivísticas por autor e as 30 maiores frequências de obras citadas apontam a prevalência de brasileiros. O mapeamento desses indicadores, numa análise entrecruzada, reforça os movimentos das tendências internacionais em diálogo com a Arquivologia brasileira, que, embora conjugue diferentes tendências históricas internacionais, apresenta uma produção científica consolidada, fortemente comunicada a partir das referências a autores e obras nacionais citadas em dissertações e teses com temáticas na área.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Produção científica arquivística. Bibliografia arquivística. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

**Abstract:** This paper updates the results of a thesis about the interlocutions between world Archival Science and Brazilian Archival Science. It has mapped, within 22 dissertations and theses with Archival Science themes, produced in 7 Information Science's postgraduate programs, between 2006 and 2008, 562 Archival Science bibliographic references, authors and works of direct interest in this field, countries of origin, periods, and language of publication. From analyzing these references, we have observed their concentration on Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília and Universidade de São Paulo; the prevalence of their publication in Brazil, in the 1990s, and in Portuguese. There is an approximation between the total number of international and Brazilian authors that were mapped, though the number of Brazilian ones is slightly higher. The 30 highest frequencies of Archival Science references by author and the 30 highest frequencies of works cited point to the prevalence of Brazilian authors. Mapping these indicators, in a crossed analysis, reinforces the movements of international trends in interlocution with the Brazilian Archival Science, which—however conjugating different international historical trends—presents a solid scientific production, strongly expressed through references to Brazilian authors and works cited in dissertations and theses themed in this field.

**Keywords:** Archival Science. Archival Science scientific production. Archival Science bibliography. Information Science's postgraduate programs.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere nos propósitos de um amplo projeto de pesquisa sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil, desenvolvido desde 2002, inicialmente como um projeto de iniciação científica; em seguida como uma dissertação; e, posteriormente como uma tese, cujo objeto foi a compreensão das interlocuções entre as práticas e o pensamento arquivístico internacional e nacional.

Na tese, foram mapeados os autores e as obras referenciados em 100 dissertações e teses com temáticas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, produzidas em diversos Programas de Pós-graduação do Brasil, entre 1972 e 2006. A análise das referências bibliográficas dessas pesquisas permitiu a identificação da procedência institucional dos autores e o idioma de publicação das obras referenciadas, contribuindo para a compreensão do objeto da pesquisa, ou seja, da trajetória da Arquivologia como disciplina, no Brasil, a partir das suas interlocuções com o cenário internacional.

Considerando a contínua produção científica da área ou a ela relacionada, nos propusemos a atualizar os resultados da tese, num novo projeto de iniciação científica, mediante a tabulação e análise das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, produzidas no Brasil, entre 2006 e 2008.

Pensamos que, a partir do mapeamento da bibliografia arquivística nacional e internacional, fosse possível adquirir mais conhecimento dos autores e das obras da área em circulação no mundo e no Brasil, bem como das principais tendências teóricas da Arquivologia. Esse conhecimento poderia, desse modo, estimular os alunos, profissionais e pesquisadores da área à leitura de ampla bibliografia, nem sempre conhecida nas suas atividades cotidianas.

## 2 METODOLOGIA

Inicialmente, identificamos, no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 77 pesquisas com temas relacionados aos arquivos e à Arquivologia, desenvolvidas em diversos programas de pós-graduação, considerando os seus títulos, com o uso das palavras *Arquivologia*, *arquivística* e *arquivo*<sup>19</sup>, seguindo a metodologia de Fonseca (2004) e Marques (2007; 2011).

Quanto aos programas de pós-graduação em que as dissertações e teses foram produzidas, observamos, nesse primeiro mapeamento, a sua distribuição em 26 programas, majoritariamente em Ciência da Informação (44,89 %), História (12,24 %), Educação

---

<sup>19</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 12 set. 2012.

(10,20%). Esses programas concentravam 94,66% das referências arquivísticas contidas nas dissertações e teses analisadas, o que parecia justificar a busca por reflexões mais aprofundadas acerca dos diálogos entre a Arquivologia e estas disciplinas, especialmente com a Ciência da Informação que lhe é tão próxima institucionalmente (MARQUES, 2007).

Esses primeiros resultados foram filtrados, a partir dos títulos e resumos das dissertações e teses, conforme os interesses da Arquivologia, até chegarmos a 49 dissertações e teses (conforme TABELA 1), objeto de estudo de um projeto de iniciação científica que consistiu numa pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa, voltada para a tabulação e análise das referências bibliográficas arquivísticas<sup>20</sup> apresentadas nessas pesquisas.

TABELA 1 – Quantidade de dissertações e teses arquivísticas (2006-2008) e de referências bibliográficas arquivísticas, por programa de pós-graduação

Programa de pós-graduação	Quantidade de dissertações e teses arquivísticas		Quantidade de referências arquivísticas
	Dissertações	Teses	
Ciência da Informação	18	4	574
História Social	0	4	145
História	6	0	97
Educação	4	1	35
Memória Social	2	0	17
Engenharia de Produção	1	0	16
Artes	2	0	7
Administração	1	0	5
Psicologia	2	0	3
Letras e Linguística	1	0	0
Ciência da Comunicação	1	0	0
Comunicação e Informação	1	0	0
Filologia e Língua Portuguesa	1	0	0
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>9</b>	<b>899</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Novamente, recortamos esse universo para 18 dissertações e quatro teses com temáticas na área, desenvolvidas em sete Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil (QUADRO 1), tendo em vista o aprofundamento da análise das relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação.

<sup>20</sup> Consideramos referências bibliográficas arquivísticas aquelas que, conforme os seus autores e títulos, contemplavam interesses diretos da Arquivologia e dos arquivos.

QUADRO 1 – Dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

UNIVERSIDADE	AUTOR	(CO)ORIENTADOR(A)/ COORIENTADOR(A)	TÍTULO	M/D*	ANO
UFBA	FREIXO, Leonor Aurora	SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da	Gestão de arquivos na Administração Pública do Estado da Bahia: da prática burocrática ao discurso gerencialista	D	2007
UFF	CONCEIÇÃO, Alexandre Rita da	FONSECA, Maria Odila Kahl	Aplicabilidade do gerenciamento eletrônico de documentos – GED no âmbito da Embrapa meio ambiente	D	2007
	CORRÊA, Fátima Carvalho	GOMES, Sandra Lúcia Rebel	A patente na universidade: contexto e perspectivas de uma política de geração de patentes na Universidade Federal Fluminense	D	2007
	BECK, Ingrid	FONSECA, Maria Odila	O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional	D	2006
	OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de	JARDIM, José Maria	O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos	D	2006
UFMG	MORENO, Nádina Aparecida	SANTOS, Vilma Moreira dos / BARBOSA, Ricardo Rodrigues	A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias	T	2006
	COSTA, Alessandro Ferreira	DIAS, Eduardo José Wense	Gestão arquivística na era do cinema digital: formação de acervos de documentos digitais provindos da prática cinematográfica	T	2007
	NEGREIROS, Leandro Ribeiro	DIAS, Eduardo José Wense	Sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos arquivísticos: um questionário para escolha, aplicação e avaliação	D	2007
	DIAS, Juliana Lopes	OLIVEIRA, Marlene	A utilização do prontuário eletrônico do paciente pelos hospitais de Belo Horizonte	D	2006
	SILVA, Shirlene Linny da	FROTA, Maria Guiomar da Cunha	Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais	D	2007
	JÚNIOR, Delfim Afonso	CABRAL, Ana Maria Rezende	Imagens de arquivo, cenas desconhecidas – um estudo sobre bibliotecários, jornalistas, rede de relações e práticas informacionais em arquivos de telejornalismo	T	2008

UNIVERSIDADE	AUTOR	(CO)ORIENTADOR(A)/ COORIENTADOR(A)	TÍTULO	M/D*	ANO
UFPB	BARROS, Dirlene Santos	NEVES, Dulce Amélia de Brito	Dimensões metacognitivas no comportamento de busca de informação: estudo de usuário no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)	D	2008
UNB	FARIA, Wadson Silva	RODRIGUES, Georgete Medleg	A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das resoluções do CONARQ na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira	D	2006
	GUEDES, Augusto Muniz	Mario RODRIGUES, Georgete Medleg	Riscos de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico em uma instituição do poder legislativo: um estudo de caso na Câmara dos Deputados	D	2006
	MARQUES, Otacílio Guedes	MANINI, Miriam Paula	Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do Poder Judiciário Brasileiro	D	2007
	MARQUES, Angelica Alves da Cunha	RODRIGUES, Georgete Medleg	Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil.	D	2007
	ARELLANO, Miguel Ángel Márdero	CUNHA, Murilo Bastos da.	Critérios para a preservação digital da informação científica	T	2008
UNESP	ALBUQUERQUE, Ana Cristina de	MARAÑON, Eduardo Ismael Murguia	Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(g)	D	2006
	MONÇÃO, Jane Lessa	GUIMARÃES, José Augusto Chaves	O conceito assunto na Arquivística: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento - <i>I SOGGETTI e ALTRI APPARATI di INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: ipotesi di lavoro</i>	D	2006
USP	LEÃO, Flávia Carneiro	SMIT, Johanna Wilhelmina	A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)	D	2006
	FUTEMMA, Toshiko	Olga HAMBURGER, Esther Império	Rastros de perícia, método e intuição - descrição do Arquivo Paulo Emílio Salles Gomes	D	2006
	LAET, Aparecida	Maria COSTA, Maria Cristina Castilho	Arquivo Miroel Silveira: uma leitura dos processos da censura prévia ao teatro sob o prisma do gerenciamento de informações.	D	2007

Fonte: elaboração própria, com base no banco de teses da CAPES.

\* Mestrado ou Doutorado.

Nesse universo, identificamos as referências bibliográficas arquivísticas das pesquisas da área, assim distribuídas: 10 dissertações e teses, produzidas em 2006, que eram constituídas por 708 referências (arquivísticas, não arquivísticas e afins); 9 dissertações e teses, de 2007, que continham 716 referências; e 3 dissertações e teses, de 2008, as quais compreendiam 238 referências.

Do total de 1.662 referências, identificamos 574 referências como arquivísticas, conforme os seus títulos e autores. Dessas referências, analisamos as seguintes variáveis: universidade de produção da dissertação ou tese à qual a referência arquivística estava vinculada; ano de publicação da obra referenciada na dissertação ou tese; país de publicação da obra referenciada; idioma de publicação da obra referenciada; e origem institucional do(s) autor(es) referenciado(s), por país. Esse mapeamento permitiu a identificação da procedência institucional dos autores e o idioma de publicação das obras referenciadas, contribuindo, assim, para a compreensão do objeto do projeto mais amplo da pesquisa.

### 3 RESULTADOS DA PESQUISA

Nas 18 dissertações e quatro teses arquivísticas, produzidas em 7 Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, entre 2006 e 2008, identificamos 1.662 referências bibliográficas (arquivísticas, não arquivísticas e afins), conforme tabela 2, das quais analisamos 574 (34,53%), relativas às referências de obras arquivísticas ou com temáticas de interesse direto da área e que, em muitos casos, eram comuns a outras disciplinas do campo da informação.

TABELA 2 – Referências bibliográficas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

Universidade	Quantidade de dissertações e teses arquivísticas		Total de referências arquivísticas	Total de referências afins	Total de referências arquivísticas não arquivísticas
	D*	T*			
UFMG	3	3	165	66	325
UnB	4	1	136	21	171
UFF	4	0	80	50	175
USP	3	0	89	13	107
UNESP	2	0	79	8	43
UFBA	1	0	25	3	87
UFPB	1	0	0	12	7
<b>Total</b>	18	4	574	173	915

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Constatamos que havia uma média de 37,07% de referências arquivísticas por dissertação ou tese. Por universidade, essa média pode ser assim observada: 28,74% nas pesquisas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 23,69% naquelas da Universidade de Brasília (UnB), 15,50% naquelas da Universidade de São Paulo (USP), 13,93% naquelas da Universidade Federal Fluminense (UFF), 13,76% naquelas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e 4,35% naquelas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assim, considerando o número de dissertações e teses por universidade, foram na UFMG, UnB e USP as maiores concentrações de referências arquivísticas por pesquisa, universidades nas quais também funcionam cursos de graduação em Arquivologia (com exceção da USP).

É interessante observar que, embora tenhamos identificado uma dissertação com temática arquivística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), nenhuma referência bibliográfica dessa pesquisa pareceu-nos propriamente arquivística.

A maioria das referências arquivísticas analisadas foi publicada no Brasil (65,33%), na década de 1990 (44,94%), conforme apresentado nas tabelas 3 e 4.

TABELA 3 – Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

<b>País de Publicação</b>	<b>Frequência</b>	<b>(%)</b>
Brasil	375	65,33
Espanha	49	8,54
Portugal	37	6,44
EUA	33	5,75
Canadá	27	4,71
França	21	3,66
Inglaterra	14	2,44
Itália	7	1,22
Austrália	4	0,71
Não Identificados	3	0,52
Argentina	1	0,17
Chile	1	0,17
Holanda	1	0,17
Peru	1	0,17
<b>Total</b>	<b>574</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

TABELA 4 – Período de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

Período de publicação	Frequência	(%)
1921 - 1930	1	0,17
1931 - 1940	1	0,17
1941 - 1950	0	0
1951 - 1960	9	1,57
1961 - 1970	10	1,74
1971 - 1980	27	4,71
1981 - 1990	69	12,02
1991 - 2000	258	44,95
2001 - 2008	197	34,32
Sem data	2	0,35
<b>Total</b>	<b>574</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Acerca do idioma das referências arquivísticas mapeadas, pudemos verificar que a maioria foi de obras publicadas em português (72,29%), conforme tabela 5.

TABELA 5 – Idiomas de publicação das referências arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

UNIVERSIDA- DE	IDIOMA DE PUBLICAÇÃO DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS									
	Portu- guês	(%)	Espa- nhol	(%)	In- glês	(%)	Fran- cês	(%)	Italia- no	(%)
UFMG	127	31,2	17	28,3	18	31,5	4	12,5	0	0
UnB	119	29,2	2	3,3	6	10,5	9	28,1	0	0
UFF	55	13,5	3	5	14	24,5	7	21,8	0	0
USP	34	8,35	20	33,3	11	19,3	0	0	2	33,3
UNESP	47	11,5	18	30	8	14	12	37,5	4	66,6
UFBA	25	6,1	0	0	0	0	0	0	0	0
UFPB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>57</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Quanto aos autores que mais apareceram nas 574 referências arquivísticas, 108 foram reincidentes, considerando a análise por universidade. Desses, 56 são nacionais e 52, internacionais. A análise das origens institucionais desses autores nos apontou a predominância de brasileiros: na UFBA (100%), UnB (72,41%), UFMG (53,33%), USP (44,44%), UNESP (38,09%) e UFF (25%).

Buscando a concentração desses autores, a exemplo de Vanz e Caregnato (2008), centramo-nos nas 30 maiores frequências de citação, que correspondem a 16 autores



brasileiros e 14 estrangeiros, conforme tabela 6. Esses 30 autores relacionavam-se a 346 referências, ou seja, 60,28% das referências arquivísticas em análise. Estavam concentrados na UnB (26,58%), UFMG (23,41%) e USP (16,47%), onde está grande parte das referências arquivísticas (tabela 2) e onde funcionam dois cursos de Arquivologia (UnB e UFMG), como já mencionamos.

Também constatamos três referências a autorias institucionais, o que reforça o papel das instituições arquivísticas e dos conselhos no desenvolvimento da área, bem representadas pelo Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Conselho Internacional de Arquivos (ICA).

Em relação aos autores internacionais mais referenciados, segundo suas origens institucionais, tivemos: canadenses (8), ingleses (2), português (1), espanhol (1), norte-americano (1) e francês (1).

As obras arquivísticas ou de interesse direto da área que eram reincidentes por universidade, no universo analisado, relacionaram-se a 37 obras, conforme tabela 7. Dezenove autores dessas obras coincidiram com aqueles das trinta maiores reincidentências de autorias já analisadas. Os autores que mais tiveram obras referenciadas foram: COUTURE, Carol (4); BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2); JARDIM, José Maria (2); RODRIGUES, Georgete Medleg (2) e RONDINELLI, Rosely Curi (2). Ou seja, tivemos quatro brasileiros e um canadense.

Nessas obras, identificamos a predominância do português (27). Depois veio o espanhol (3), o francês (3) e o inglês (4).

TABELA 6 – Trinta maiores frequências de autores reincidentes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas, produzidas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

<b>Autor</b>	<b>UNB</b>	<b>UFMG</b>	<b>UNESP</b>	<b>USP</b>	<b>UFF</b>	<b>UFBA</b>	<b>Total</b>
JARDIM, José Maria	9	8	4	0	12	4	37
BELLOTO, Heloísa Liberalli	7	9	5	12	2	0	35
FONSECA, Maria Odila	7	5	4	0	9	2	27
COUTURE, Carol	9	4	9	0	4	0	26
HEREDIA HERRERA, Antonia	0	0	4	12	2	0	18
RODRIGUES, Georgete Medleg	0	0	0	14	0	0	14
SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	2	6	2	4	0	0	14
ROUSSEAU, Jean-Yves	3	4	6	0	0	0	13
SILVA, Armando Malheiro da	6	4	0	0	2	0	12
LOPES, Luís Carlos	4	3	2	0	0	3	12
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	2	4	2	3	0	0	11
CONARQ	4	6	0	0	0	0	10
ARQUIVO NACIONAL	9	5	0	0	0	0	14
MARQUES, Angelica Alves da Cunha	10	0	0	0	0	0	10
COOK, Terry	0	0	3	0	6	0	9
DUCHARME, Daniel	2	0	5	0	2	0	9
SMIT, Johanna Wilhelmina	2	2	3	2	0	0	9
COOK, Michael	0	2	0	4	2	0	8
DURANTI, Luciana	3	0	2	0	3	0	8
RONDINELLI, Rosely Curi	2	3	0	0	3	0	8
DUCHEIN, Michel	0	3	3	0	0	0	6
LOPEZ, André Porto Ancona	0	0	2	4	0	0	6
THOMAZ, Kátia de Padua	4	2	0	0	0	0	6
SOUZA, Renato Tarcísio Barbosa de	5	0	0	0	0	0	5
<b>Autor</b>	<b>UNB</b>	<b>UFMG</b>	<b>UNESP</b>	<b>USP</b>	<b>UFF</b>	<b>UFBA</b>	<b>Total</b>

BEARMAN, David	0	2	2	0	0	0	4
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS	0	2	0	2	0	0	4
MARTINEAU, Jocelyne	2	0	0	0	2	0	4
PAES, Marilene Leite	0	4	0	0	0	0	4
FARIA, Wadson Silva	3	0	0	0	0	0	3
JENKINSON, Hilary	0	3	0	0	0	0	3
Total	95	81	58	57	49	9	349

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

TABELA 7 – Obras reincidentes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses arquivísticas dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação (2006-2008)

<b>Obra</b>	<b>UNB</b>	<b>UFMG</b>	<b>UNESP</b>	<b>USP</b>	<b>UFF</b>	<b>UFBA</b>	<b>Total</b>
Arquivos permanentes: tratamento documental	5	3	2	4	0	0	14
Arquivos modernos: princípios e técnicas	2	4	2	0	0	1	9
Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea	2	3	0	0	2	0	7
Os fundamentos da disciplina arquivística	2	3	2	0	0	1	8
Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação	3	3	0	0	0	1	7
Arquivologia e Ciência da Informação	2	0	0	0	3	0	5
As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação	2	0	3	0	0	0	5
Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental	3	0	0	0	2	1	6
<i>A manual of archive administration</i>	0	3	0	0	0	0	3
Descrição: processo e instrumentos	0	0	0	3	0	0	3
Registros documentais contemporâneos como prova de ação	3	0	0	0	0	0	3
A formação e a pesquisa em Arquivística no mundo contemporâneo	2	0	0	0	0	0	2
A nova Arquivística na modernização administrativa	0	2	0	0	0	1	3
A pesquisa em Arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas	2	0	0	0	0	0	2
A pesquisa em Arquivística nas Universidades Brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de Pós-graduação e de Iniciação Científica	2	0	0	0	0	0	2
A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas	2	0	0	0	0	0	2
A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística	2	0	0	0	0	0	2
Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão	0	2	0	0	0	1	3
Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística	0	0	2	0	0	0	2
<i>Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts</i>	0	0	0	0	2	0	2
<i>Archival Science facing the informatiom society</i>	0	0	0	0	2	0	2
<i>Archivística general: teoría y práctica</i>	0	0	2	0	0	0	3
<i>Archivística, archivo, documento de archivo: necesidad de clarificar los conceptos</i>	0	2	0	0	0	1	2
Arquivo: teoria e prática	0	2	0	0	0	0	2

As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação	0	0	0	0	2	0	2
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	2	0	0	0	0	1	3
Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas	0	0	0	0	2	1	3
<i>La recherche en Archivistique: un état de la question</i>	0	0	2	0	0	1	3
Lei nº 8159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos.	2	0	0	0	0	0	2
<i>Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de la administration et de la recherche</i>	0	0	2	0	0	0	2
<i>Les fonctions de l'Archivistique contemporaine</i>	2	0	0	0	0	0	2
Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana	0	0	0	0	2	0	2
<i>Manual de Archivistica</i>	0	0	2	0	0	0	2
Manual de arranjo e descrição de arquivos	0	2	0	0	0	0	2
O teorema da avaliação	2	0	0	0	0	0	2
Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação	2	0	0	0	0	0	2
<i>The power of the Principle of Provenance</i>	2	0	0	0	0	0	2

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O mapeamento de 18 dissertações e quatro teses arquivísticas, produzidas em sete Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil, nos indicou uma média desequilibrada entre as referências arquivísticas (574 – 34,53%), não arquivísticas (915 – 55,05%) e afins (173 – 10,40%), contidas nessas pesquisas. Ainda que as dissertações e teses analisadas tivessem um título relacionado aos arquivos e/ou à Arquivologia, as suas referências bibliográficas não eram predominantemente arquivísticas, o que nos parece preocupante sob o ponto de vista da busca por autonomia científica, por parte da Arquivologia. O fato de pesquisas que têm por objeto de estudos os arquivos e/ou a Arquivologia não contemplarem muitas referências bibliográficas arquivísticas pode ser decorrente de várias razões, como o desconhecimento da bibliografia arquivística, por parte dos autores/orientadores, ou mesmo a superficialidade das dissertações e teses quanto aos temas arquivísticos investigados. Assim, a oferta de mestrados e doutorados em Arquivologia provavelmente provocaria mudanças nesse quadro, a médio e longo prazo. Trata-se, como bem recomenda Jardim (2010), de uma demanda a ser considerada na pauta da discussão sobre os rumos do campo arquivístico no Brasil.

Por outro lado, a predominância de referências bibliográficas não arquivísticas, nas pesquisas analisadas, pode ser um aspecto favorável no âmbito do desenvolvimento científico da Arquivologia, se consideramos as contribuições de outras disciplinas na sua formação e configuração como disciplina no Brasil. De acordo com o estudo de Marques (2007), a autonomia arquivística vem se construindo por meio de fronteiras entreabertas dessa disciplina. Desse modo, os seus diálogos com outras disciplinas não comprometem a sua identidade, mas a subsidiam no campo científico.

Exemplo marcante desses diálogos é a aproximação da Arquivologia com a Ciência da Informação nos últimos anos, especialmente quanto aos seus vínculos acadêmico-institucionais, à titulação dos seus professores e à sua produção científica em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, como indica a mesma autora.

No caso da nossa pesquisa, observamos que, das referências bibliográficas afins aos arquivos e à Arquivologia (173 – 10,40%), 154 referências, ou seja 89,02% eram da Ciência da Informação ou de seu interesse direto. Como podemos visualizar no quadro 2, em alguns programas de pós-graduação, este percentual de referências afins relacionadas à Ciência da Informação chega a 100% (UNESP, UFBA e UFPB).

QUADRO 2: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas afins à Arquivologia das dissertações e teses com temáticas na área, por universidade (2006-2008)

<b>Universidade</b>	<b>Média de referências afins da por dissertação/tese</b>	<b>País de publicação</b>	<b>Período de publicação</b>	<b>Idioma de publicação</b>	<b>Autores reincidentes</b>	<b>Obras reincidentes</b>
UFMG	92,42%	Brasil (81,97%)	2001-2008 (54,10%)	Português (81,97%)	Brasileiros (61,90%)	Nacionais (83,33%)
UnB	71,43%	Brasil (80%)	2001-2008 (80%)	Português (80%)	Brasileiros (100%)	Nacionais (100%)
UFF	94%	Brasil (78,72%)	2001-2008 (46,81%)	Português (78,72%)	Brasileiros (63,64%)	Nacionais (73,33%)
USP	61,54%	Brasil (87,50%)	1991-2000 (62,50%)	Português (87,50%)	Brasileiros (75%)	Nacionais(50%) Estrangeiras (50%)
UNESP	100%	Brasil (75%)	1981-1990 (50%)	Português (87,50%)	Brasileiros (50%) Estrangeiros (50%)	-*
UFBA	100%	Brasil (100%)	2001-2008 (66,67%)	Português (100%)	Brasileiros (100%)	-*
UFPB	100%	Brasil (33,33%)	1991-2000 (41,67%)	Inglês (50%)	Estrangeiros (100%)	Nacionais (100%)

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

\* Não foi verificada obra reincidente no universo de referências bibliográficas afins analisado.

Dessas 154 referências bibliográficas afins aos arquivos e à Arquivologia, a maioria foi publicada no Brasil; a partir da virada deste século (sendo referências bastante atuais); em português; por autores brasileiros; e, conseqüentemente, com predominância de obras nacionais.

Dessa forma, estes indicadores nos apontam e ratificam as fortes relações, pelo menos institucionais, entre a Ciência da Informação e a Arquivologia no Brasil. O universo de dissertações e teses arquivísticas analisado detalhadamente ao longo desta comunicação (22) corresponde a 44% do total das pesquisas mapeadas, concentrando 34,53 % das referências arquivísticas inicialmente mapeadas (899). Mais do que números, estas informações nos indicam que há aspectos teóricos, epistemológicos, políticos, simbólicos e acadêmico-institucionais a serem investigados, no âmbito dessas relações.

Quanto aos indicadores analisados no universo das referências propriamente arquivísticas das 22 dissertações e teses, prevaleceram: autores e obras nacionais, o Brasil como país de publicação dessas obras, o português como idioma de publicação e a década de 1990, como período predominante (conforme quadro 3). É interessante ressaltar que, a partir desse período, a Arquivologia expande-se institucionalmente no Brasil, ampliando o número dos seus cursos de graduação de três para oito (anos 1990) e de oito para 16 (neste século).

Observamos uma aproximação entre o número geral de autores internacionais e nacionais mapeado, embora estes sutilmente se destaquem no cômputo geral das reincidências. Contudo, as 30 maiores incidências de referências arquivísticas por autor apontam a predominância de brasileiros e de canadenses, embora também apareçam ingleses, portugueses, espanhóis e norte-americanos, o que nos sinaliza algumas das principais interlocuções da Arquivologia brasileira com o exterior.

De acordo com Marques e Rodrigues (2009), a predominância de autores brasileiros parece-nos demonstrar pelo menos duas situações: 1) a busca por obras em português, pela comodidade de leitura, que por sua vez pode ser justificada pelas dificuldades de acesso a outros idiomas; 2) e a forte influência de autores brasileiros, que, evidentemente têm produzido obras de inegável qualidade teórica, sincronizadas aos principais avanços do pensamento arquivístico internacional. Considerando que, atualmente, há apenas um programa pós-graduação *stricto sensu* de Arquivologia no Brasil (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), esse último aspecto parece ser bastante favorável para a conquista de mais espaços próprios de produção de pesquisas na área, no País.



QUADRO 3 – Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, por universidade (2006-2008)

Universidade	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação	Período de publicação	Idioma de publicação	Autores recorrentes (total)	Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
UFMG	28,74%	Brasil (70,30%)	1991-2000 (41,21%)	Português (76,96%)	Brasileiros (53,33%)	Brasileiros (53,33%)	Nacionais (17,79%)
UnB	23,69%	Brasil (81,61%)	1991-2000 (39,70%)	Português (88,97%)	Brasileiros (72,41%)	Brasileiros (72,41%)	Nacionais (33,89%)
UFF	13,93%	Brasil (62,50%)	1991-2000 (55%)	Português (68,75%)	Estrangeiros (75%)	Brasileiros (25%)	Nacionais (11,02%)
USP	15,50%	Brasil (39,32%)	1991-2000 (30,34%)	Português (42,69%)	Estrangeiros (55,55%)	Brasileiros (44,44%)	Estrangeiras (5,93%)
UNESP	13,76%	Brasil (62,02%)	1991-2000 (63,29%)	Português (59,49%)	Estrangeiros (61,90%)	Brasileiros (38,09%)	Estrangeiras (8,47%)
UFBA	4,35%	Brasil (84%)	1991-2000 (32%)	Português (84%)	Brasileiros (100%)	Brasileiros (100%)	Nacionais (100%)
UFPB	0%	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Complementarmente, as contribuições de autores estrangeiros não deixam de conferir um caráter híbrido à produção científica da área no Brasil, a partir da coexistência de diversas tradições (práticas e teóricas) no cenário nacional. Parece que essa hibridez é relevante para a interlocução da Arquivologia brasileira com outros países, por meio, inclusive, das traduções que favorecem uma (re)apropriação dos avanços internacionais da área. Essa hibridez parece contribuir, também, para a flexibilização dos contornos da disciplina, permitindo que suas temáticas sejam estudadas em diferentes áreas, sem comprometer a sua identidade.

As 30 maiores frequências de obras citadas nas dissertações e teses analisadas também se relacionaram, majoritariamente, a autores brasileiros e foram publicadas em português. Chamou-nos a atenção que os três autores e a obra mais referenciada são de brasileiros, constatação que reforça a consolidação científica da disciplina no Brasil, que busca a sua autonomia sem isolamento, como bem lembram Rousseau e Couture (1998). As conclusões devem apresentar um breve sumário do artigo e responder às questões levantadas, correspondentes aos objetivos propostos. Devem ser apresentadas de forma breve, podendo propor recomendações e sugestões para trabalhos futuros. Os artigos de revisão podem excluir material, método e resultados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Numa análise entrecruzada, os resultados descritos e analisados ratificam os resultados anteriores do amplo projeto de pesquisa no qual o projeto de iniciação científica se inseriu para atualizar a tese, refletindo os movimentos das tendências internacionais em interlocução com a Arquivologia brasileira, a qual já apresenta uma produção científica consolidada, fortemente comunicada a partir das referências a autores e obras brasileiros citados em dissertações e teses com temáticas arquivísticas.

Desse modo, as informações mapeadas permitem-nos concluir que, no Brasil, a Arquivologia como disciplina já possui uma comunidade científica, que subsidia e corrobora a necessidade de ampliação de programas *stricto sensu* propriamente arquivísticos e o consequente aumento e aprofundamento da produção científica arquivística.

De fato, o número de dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivologia e aos arquivos – 247 pesquisas, de acordo com Marques e Roncaglio (2012), das quais analisamos 22 (somente aquelas produzidas nos Programas de Pós-graduação entre 2006 e 2008) – pode parecer insignificante apenas se comparado ao de outras disciplinas já consolidadas. Mas se tratando de um campo recente na área acadêmica, esse resultado adquire outra dimensão, representando uma amostra significativa que evidencia um duplo aspecto: a

autonomia da Arquivologia, sem perder de vista suas relações extradisciplinares, ou seja, seus laços e diálogos com outras disciplinas e áreas do conhecimento (MARQUES, 2007; 2011).

A formação da disciplina no Brasil está em transformação, de uma área eminentemente técnica, para uma disciplina que vem buscando investigar questões advindas das práticas do mundo do trabalho e tem conquistado seus espaços científicos. Essas demandas apresentam desafios e expectativas promissoras, e por isso, parecem contribuir para a expansão dos cursos de graduação, pós-graduação e pesquisas na área, incentivando, inclusive, relações interdisciplinares entre discentes e profissionais formados em diversas áreas do conhecimento.

A inserção desses cursos em universidades públicas tem, por sua vez, favorecido uma “cultura de pesquisa”, tendo em vista que é o desenvolvimento científico que movimenta as instituições públicas na área (GARON apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p.51) e que os docentes dessas universidades têm, em geral, um compromisso com a investigação científica, muitas vezes com o fim de aperfeiçoar o atendimento a demandas práticas.

Garon ainda nos lembra “que o desenvolvimento de um povo, de um grupo social, de uma empresa ou de um campo de conhecimento passa pela pesquisa” (apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 51). Desta relevante observação, podemos deduzir a importância da pesquisa arquivística e suas preciosas contribuições para o desenvolvimento científico da Arquivologia por meio da expansão e do aprofundamento da produção científica, da atualização do seu pensamento crítico e reflexivo de forma a dar conta das dinâmicas demandas práticas, bem como do seu reconhecimento acadêmico, do seu prestígio social e da sua visibilidade profissional.

## **REFERÊNCIAS**

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo. Brasília: FINATEC, 1999.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. 181f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg (Org.). A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2001, p. 53-75.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. RODRIGUES, Georgete Medleg. A Arquivística nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB's): análise preliminar da influência do pensamento arquivístico internacional. In: X ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, UFPB, 2009.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. A constituição do campo da comunicação no sul do Brasil a partir da prática de comunicação científica discente. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 235-251.

## SISTEMOGRAFIA DA FORMA

### SYSTEMOGRAPHY OF FORM

Marcos Gonzalez

**Resumo:** Investigam-se princípios subjacentes ao processo de modelização compreendido a partir dos estudos desenvolvidos por Jean-Louis Le Moigne, em sua *teoria do sistema geral*, também denominada *teoria da modelização*. Trata-se de uma teoria pioneira sobre a modelização dos objetos, que prevê a intermediação de um objeto artificial desenvolvido pelo pensamento humano – o Sistema Geral – para representar, conceber ou, como prefere o professor francês, *sistemografar* objetos, sejam eles quais forem, naturais ou artificiais. Corroborando Le Moigne, mostramos que tanto a semântica quanto a etimologia da palavra *forma* e lexemas derivados (especialmente *enformar* e *enformação*) revelam uma percepção sistêmica “naturalizada” no Ocidente desde há milhares de anos. Em *fôrma*, a “mãe” de todos os modelos, encontramos a base experiencial que licencia, conceptualmente, os principais traços semânticos da modelização de objetos, seja no sentido literal, seja no abstrato; com *fôrma*, referimo-nos à representação “visível” do objeto que, para Le Moigne, é um dos processadores (além de tempo e espaço) que intervêm na representação. Se “Modelizar é conceber, depois desenhar uma imagem à semelhança do objeto”, como resume Le Moigne, concluímos, parafraseando-o, que “enformar é conceber uma *fôrma* à semelhança do objeto”, base da sistemografia da *forma*.

**Palavras-chave:** Teoria da Complexidade; Teoria do Sistema Geral; Jean-Louis Le Moigne, Linguística Sociocognitiva; História da Informação.

**Abstract:** We investigate the underlying principles of the modeling process described by the Jean-Louis Le Moigne’s *systemic theory*, also called *theory of modeling* (Le Moigne, 1990). This is of a pioneer theory on the objects modeling, it provides an intermediation of an artificial object developed by human thought – the General System – to represent, conceive or, as prefers the french teacher, to systemograph objects, whatever they are, natural or artificial. Corroborating Le Moigne, we show that both semantics as the etymology of the word *form* and derived lexemes (especially *enform* and *enformation*) reveals a systemic perception “naturalized” thousands of years ago in the West. In *fôrma* (“mold”), the “mother” of all the models, we found that the experiential basis conceptually licenses the main semantic features of modeling objects, in the literal or in the abstract senses; with *fôrma* (“form”), we refer to the “visible” representation of the object that, according Le Moigne, is one of the processors (beyond space and time) involved in the representation. If “To model is to conceive, then draw an image like the object”, as summarized Le Moigne (1990, p.91-92), we conclude, paraphrasing it, that “Enform is to conceive a similar form to the object”, basis of our sistemography of *forma*.

**Keywords:** Complexity Theory; Theory of General System; Jean-Louis Le Moigne; Sociocognitive Linguistics; History Information.

## 1 INTRODUÇÃO

O grupo de pesquisa liderado pela cientista da informação Maria Luiza de Almeida Campos, da Universidade Federal Fluminense, privilegia o estudo sistemático das teorias subjacentes à construção de modelos conceituais “para a elaboração de linguagens documentárias, sistemas computacionais, hipertextos, sistemas voltados para a construção de

bases de conhecimento [...] e, mais recentemente, [...] as ontologias” (CAMPOS, 2004). Ao agregar “diversas possibilidades representacionais para se pensar sobre uma dada realidade”, a pesquisa busca encontrar uma “postura teórico-metodológica que dê condições a um modelizador de ultrapassar modelos específicos de representação e pensar nos princípios subjacentes ao processo de modelização”, compreendidos a partir dos estudos desenvolvidos por Jean-Louis Le Moigne, em sua *teoria do sistema geral*, também denominada *teoria da modelização* (LE MOIGNE, 1990).

A *teoria da modelização* é orientada por cinco “perspectivações”, sendo a primeira *instrumental*: “uma teoria do sistema geral é hoje necessária porque temos necessidade de uma explicação de uma teoria da modelização pelos sistemas” (LE MOIGNE, 1990, p.25). Le Moigne resgata, nesse contexto, as intuições de Ludwig von Bertalanffy, que iria fundar, por volta de 1930, o *paradigma sistêmico*. Com sua *Teoria do Sistema Geral* (VON BERTALANFFY, 2009), o biólogo austríaco lançou o desafio da construção de uma disciplina que tivesse como objetivos principais investigar isomorfismos de conceitos, leis e modelos em campos diferentes e ajudar nas transferências úteis entre os campos, promovendo a unidade das ciências. Trata-se de uma teoria pioneira sobre a modelização dos objetos, naturais ou artificiais, por intermédio de um objeto artificial desenvolvido pelo pensamento humano – o *Sistema Geral* – descrito por Le Moigne (1990, p.75) como um “utensílio de modelização”: é possível dotá-lo de propriedades, garantir a coerência destas propriedades e utilizá-lo, enfim, para *representar* ou, como prefere o professor francês, *sistemografar* outros objetos, sejam eles quais forem.

Pela segunda perspectivação, a teoria da modelização absorve a interpretação epistemológica e metodológica aplicada aos sistemas percebidos como *complexos*. Aqui, Le Moigne harmoniza suas descobertas com *O método*, de Edgar Morin (1977), cujo primeiro volume surgiu no dia (finais de abril de 1977) em que partiam para o impressor as últimas provas da primeira edição de *La Théorie du Système Général, théorie de la modélisation*. Le Moigne não disfarça a alegria ao tomar consciência da “compatibilidade implícita” do seu empreendimento com o projeto de Morin (LE MOIGNE, 1990, p.25-26).

Interessa a Campos, tanto quanto a nós, uma postura metodológica (quinta perspectivação) que nos permita pensar em diversidade de modelos e em princípios que possibilitam o ato de modelar: Le Moigne afirma que os sistemas “não se encontram na natureza, mas apenas no espírito dos homens” (LE MOIGNE, 1990, p.91). Modelizar é decidir, modelizar é conceber – portanto “todo o objeto que considerarmos se define por relação às intenções implícitas ou explícitas do modelizador” (LE MOIGNE, 1990, p.56).

Este preceito provoca uma “tensão cognitiva” na concepção de modelos da complexidade: “todo o ganho em inteligibilidade, em comunicabilidade, em economia cognitiva, em generalidade instrumental não deve fazer-se à custa da liberdade do artesão”. Ou ainda: “inteligibilidade do mundo”, ou seja, a modelização por um sistema, “não elimina o seu maravilhoso, a sua complexidade” (LE MOIGNE, 1990, p.27). São princípios interessantes porque “restauram a liberdade do modelizador, não o deixando refém de um dado modelo específico” (CAMPOS, 2004).

Corroborando Le Moigne, argumentamos, com base em estudos predecessores (GONZALEZ, 2011; 2012; 2013a; b; c), que tanto a semântica quanto a etimologia da palavra *forma* e lexemas derivados (especialmente *enformação* e *informação*) sugerem uma percepção *sistêmica*, uma percepção “naturalizada” no Ocidente desde há milhares de anos. A língua portuguesa é particularmente útil para demonstrá-lo, pois manteve preservada a diferença de dois sentidos primitivos de “forma”, quais sejam, os conceitos de *fôrma* (“molde, modelo”) e *fórma*<sup>21</sup> (“aparência visível”). Como veremos, em *fôrma*, a “mãe” de todos os *modelos*, encontramos a base experiencial que licencia, conceptualmente, os principais traços da *modelização*: com *fórma*, referimo-nos à representação “visível” do objeto que, para Le Moigne, é um dos *processadores* (além de *tempo* e *espaço*) que intervêm na representação. Se “Modelizar é conceber, depois desenhar uma imagem à semelhança do objeto”, como resume Le Moigne (1990, p.91-92), concluiremos, ao final dessa exposição, parafraseando-o, que “*enformar* é conceber uma *fórma* à semelhança do objeto”.

## 2 METODOLOGIA

Se os *sistemas*, como quer Le Moigne, são a maneira que encontramos para traduzir e lidar com a realidade, deveria deles haver manifestações linguísticas observáveis. Era de se esperar que um fenómeno da magnitude da modelização dos objetos por intermédio de um “objeto artificial desenvolvido pelo pensamento humano” pudesse ser identificado nas línguas humanas. Com efeito, a língua tem sido estudada como um *output* interessante para investigar aspectos diversos sobre a natureza humana, nas mais variadas áreas do conhecimento. Mais do que a mera comunicação de uma ideia, a forma como falamos (incluindo-se, entre outros, a escolha do léxico, a estrutura gramatical, os tons e alturas dos sons, a postura física) carrega

---

<sup>21</sup> Será importante, nesse trabalho, distinguir as duas pronúncias que as vogais orais “ô” e “ó” dão à palavra *forma* e que aqui tomadas como termos técnicos: *fôrma* e *fórma*.

um mundo rico em aspectos cognitivos, sociais, culturais e ideológicos (MACEDO; FARIAS; LIMA, 2009, p.44). Mas como identificar esse “mundo rico” na língua--?

Fomos buscar respostas nas teses da Linguística Sociocognitiva, segundo as quais as expressões linguísticas social e historicamente selecionadas para representar linguisticamente a *modelização* e a *sistemografia* moigneana deveriam expressar os conceitos licenciados pelas nossas experiências “literalmente” modelizadoras, uma vez que a linguagem, conforme essa corrente teórica, reflete estruturas conceituais baseada na experiência das pessoas e no conhecimento do mundo externo que as rodeia. Esquemas internalizados, como os que manipulam as noções de *fôrma* e *fórma*, *enformação* ou *informação* estruturam nossos conceitos linguísticos, que se manifestam em formas gramaticais como preposições, conjunções, morfemas, tempo e aspecto verbal etc. Assim, embora se admita certo componente essencial arbitrário na associação das palavras com os seus significados, as categorias conceituais humanas e o significado das estruturas linguísticas em qualquer nível não são símbolos sem interpretações, mas “motivadas e fundamentadas, de alguma forma, diretamente nas nossas experiências corporais, físicas e socioculturais” (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2009, p.125). A linguagem está, portanto, intrinsecamente ligada aos seres humanos, e não ao “mundo”.

Apoiamo-nos, neste trabalho, no conceito de mapeamento (*mapping*) metafórico, isto é, do mapeamento cognitivo socialmente convencionado que se insere entre dois domínios conceituais<sup>22</sup>, introduzido pela *Teoria da Metáfora Conceptual*, de Lakoff e Johnson (2002). Afirma-se aí que um domínio cognitivo de origem ou fonte (*source domain*), concreto e experiencial, é usado para conceptualizar entidades cognitivas que estão inseridas em outro domínio, alvo (*target domain*), mais abstrato. A hipótese de que os mapeamentos metafóricos são “estruturados sistematicamente” vem sendo, desde então, comprovada e aprimorada (LAKOFF, 2008). Essa tese desvincula a metáfora da relação “linguagem metafórica” *versus* “linguagem literal”, deslocando-a de “figura da linguagem” para “figura do pensamento”, desfazendo a dicotomia cartesiana corpo-mente, integrando as visões objetivistas e subjetivistas no que se passa a chamar “experiencialismo”, em sua primeira versão, e “realismo corpóreo”, posteriormente.

Alguns exemplos de “expressões metafóricas”, de acordo com a teoria: o verbo *pensar* tinha no latim *pensare* uma acepção concreta de “pesar, avaliar o peso de alguma coisa”, mas,

---

<sup>22</sup> A tradição da literatura inspirada na TMC tende a adotar *conceptual*, distinguindo-se terminologicamente, assim, de outros nexos associados à *conceitual*.



uma vez abstratizado, significava “estimar, pesar, avaliar o valor de uma ideia, de um raciocínio”. Por transferência metafórica, seu sentido percorreu uma trajetória do “mundo físico” para o “mundo das ideias” (VOTRE, 2004, p.26). Por isso, frases como “É preciso *pesar* as consequências dessas *palavras*” fazem sentido para todos que compartilham desse mapeamento. O verbo *saber* é outro exemplo: vem do latim *sapere*, que tinha o sentido de “perceber pelo sentido do gosto” (daí *sabor*) e que, em sentido figurado, era usado, já no latim, como “ter inteligência, juízo; conhecer alguma coisa, conhecer, compreender, saber” (MARTELOTTA, 2004). Acerca de “informação”, outro exemplo, mapeia dois contextos básicos que hoje nos parecem estranhos: “o ato de *moldar*” e o “ato de *comunicar* conhecimento” (CAPURRO; HJØRLAND, 2007, p.155).

Conceitos básicos como esses governam nossas línguas e também, segundo essa perspectiva, nossa atividade cotidiana: “até nos detalhes mais triviais, estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com outras pessoas”. Por isto, os recursos cognitivos de que dispomos teriam o poder de “definir a realidade”.

Prevalece, na Linguística Sociocognitiva, uma linguística *centrada no uso*, um tipo de abordagem que observa a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas em contextos reais de comunicação (TORRENT; BYBEE, 2012). Para sustentar afirmações a respeito da ubiquidade e da compreensão realista da linguagem metafórica, é preciso que os pesquisadores explorem “metáforas no mundo real”, na medida em que são produzidas na fala e na escrita, em diferentes contextos (GRUPO PRAGGLEJAZ, 2009).

Seguindo tais recomendações, apoiamos as análises em dados reais contendo os lexemas derivados de *forma*, extraídos principalmente do *Corpus* do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006-)<sup>23</sup>. O período estudado (sécs. XIV e XVI) foi selecionado por representar os primeiros séculos de uso desses lexemas naquela língua, período em que ainda reflete os primeiros esforços de adaptação da comunicação face-a-face à nova forma de comunicação: a escrita. É o momento adequado para se observar a introdução de conceitos apropriados da fala.

### 3 A TEORIA DA MODELIZAÇÃO DE LE MOIGNE

Por volta de 1970, após uma carreira como engenheiro e gestor dedicada à indústria de petróleo na França, Le Moigne tornou-se professor na Université d’Aix-Marseille III, em

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso: entre 2010 e 2013.

Aix-en-Provence, ficando à frente de disciplinas relacionadas ao domínio dos *sistemas de informação*, tais como “ciências dos sistemas” e “engenharia da organização”. Suas experiências pedagógicas levaram-no a perceber, diariamente, “a confusão extraordinária da informatização nas comunicações sociais” (LE MOIGNE, 1990, p.10). Na trajetória epistemológica em áreas do saber bem distintas, quer no âmbito das ciências quer da tecnologia, a abordagem cartesiana, ao conduzir à decomposição do objeto de estudo, se revelava de pouca utilidade à compreensão de fenômenos complexos, uma vez que dificultava a construção de modelos que refletissem as propriedades e o comportamento daqueles objetos em seu ambiente ou contexto. Uma teoria robusta, mesmo que muito geral, ter-lhe-ia ajudado a melhor enunciar e, portanto a resolver melhor os problemas com que se deparava em sala de aula. Era preciso assimilar muitas teorias para poder esclarecer, pelo ensino e pela investigação, “a cultura dos homens de ação”, uma problematização emergente em sua época – “todos podíamos sentir!”

A tentativa de formalização de uma teoria foi assumida com paixão em 1972, quando Le Moigne se aproximou da comunidade acadêmico-científica que investigava a matéria da *ciência dos sistemas* (ou *sistêmica* ou *ciência da modelização pelos sistemas*). Cinco anos depois, publica a primeira edição. Em 1984, uma segunda edição ganha uma introdução, em que o autor apresenta “as modalidades e os argumentos orientadores retidos para o estabelecimento da revisão e dos complementos adicionados à primeira edição”. Na terceira edição, utilizada neste trabalho, Le Moigne propõe uma perspectivação dos desenvolvimentos da *sistêmica* entre 1977 e 1990 e sugere as vias de desenvolvimentos previsíveis para os anos 90.

Embora escrita pela sua pena, Le Moigne compreende a teoria como uma “obra de uma geração”, cuja propriedade não é “nem de uma escola, nem de uma nação, nem de uma disciplina” (LE MOIGNE, 1990, p.11). Ao contrário, as interrogações provinham de comunidades científicas muito diversas – geografia, agronomia, psiquiatria, ciências políticas e jurídicas, educação, comunicação, economia e história, controle de processos, neurobiologia e termodinâmica, mecânica e topologia, engenharia e arquitetura, lógica formal, epistemologia e as “ciências da informação”, compreendendo, de acordo com a visão do autor, “a informática e o tratamento do sinal” (LE MOIGNE, 1990, p.15).

Como conhecer um *objeto*? Como identificá-lo? Como defini-lo? Como estabelecer uma correspondência entre um objeto identificado (“uma mesa, um grupo social, o conceito de liberdade”) e um *sistema geral*, isto é, como representar o objeto através do *sistema*? A

interpretação de Le Moigne para perguntas como essas se apoia na imagem de um “aparelho fotográfico ou radiográfico”, que nos permitiriam criar, tal como o “sistemógrafo”,

fotos ou radiografias diferentes de um mesmo objeto, fotos ou radiografias que serão todavia dotadas de características, predetermináveis e, dependendo apenas do aparelho utilizado, o interpretador, cirurgião ou detetive, sabe antecipadamente que raciocinará postulando estas permanências, técnicas ou metodológicas, no exame ou comparação ou dos negativos... ou dos modelos (LE MOIGNE, 1990, p.96, reticências no original).

Tal como estabelecemos uma representação do objeto chamada fotografia (ou radiografia) com a ajuda de um aparelho “máquina de fotografar”, cujas características são explicitamente expostas a todos os seus manipuladores potenciais, estabelecemos uma *sistemografia* do objeto com a ajuda do *Sistema Geral*. Por intermédio desse “aparelho”, concebemos o *objeto* como “um objeto que, num ambiente, dotado de finalidades, exerce uma atividade e vê a sua estrutura interna evoluir ao longo do tempo, sem que, no entanto, perca a sua identidade única” (LE MOIGNE, 1990, p.75). Em poucas palavras, “um objeto ativo, estável e evolutivo, num ambiente e em relação com alguma finalidade”. De forma mais mnemônica, *objeto* é (LE MOIGNE, 1990, p.76-77):

- alguma coisa (não importa o quê, presumivelmente identificável)
- que em alguma coisa (ambiente)
- para alguma coisa (finalidade ou projeto)
- faz alguma coisa (atividade = funcionamento)
- por alguma coisa (estrutura = forma estável)
- que se transforma com o tempo (evolução)

*Modelo*, tomando as palavras de Naslin (apud LE MOIGNE, 1990, p.88-89), é essencialmente “um modo de representação tal que permite, por um lado, dar conta de todas as observações feitas e, por outro lado, prever o comportamento do sistema considerado em condições mais variadas que as que deram origem às observações”. Para Le Moigne, é sua “estrutura” – não uma estrutura “eterna, invariante e analisável”, como tendiam a pensar os primeiros estruturalistas, mas uma associada a uma teoria do objeto considerado enquanto *sistema*, em que não cabe uma correspondência biunívoca, isomórfica, da estrutura com a função.

*Modelizador*, segundo Le Moigne, é o “observador, o sujeito ativo que procede a uma descrição comunicável daquilo que percebe e daquilo que concebe” (LE MOIGNE, 1990, p.80). A analogia fotografia-sistemografia permite a escolha dos “níveis de resolução”: “em função dos seus próprios objetivos, o observador escolhe... a sua objetiva para melhor representar a realidade na qual ele intervém” (LE MOIGNE, 1990, p.98, reticências no

original). E, para que o modelizador possa partilhar o “seu” sistema com outras pessoas, o sistema tem que ser *representado*. O processo de modelização requer, nesse sentido, o “deslocamento do ‘mundo fenomenal’ para um espaço de representação” (CAMPOS, 2004, p.23).

Quer se trate de “uma lamina de vidro representada por sistemas óptico, elástico ou dielétrico, quer de uma organização social representada por sistemas institucional-políticos, socioafetivos ou econômico-políticos”, cada *representação* possível deve reunir as duas características fundamentais de qualquer modelização:

(1) ser isomorfa ao *Sistema Geral*, isto é, responder “a cada um dos traços com que é dotado, um traço percebido ou antecipado do objeto considerado” (apud LE MOIGNE, 1990, p.96). A relação entre *modelos* e o *Sistema Geral* deve ser, então, “bijetiva, tal que a cada elemento do conjunto de chegada (o modelo), corresponde um, e apenas um, elemento do conjunto de partida (o objeto)”. Essa natureza garante a concepção de um objeto que, “dotado de finalidades, funciona, estrutura-se e evolui num ambiente”;

(2) homomorfa ao objeto a representar: a relação entre o modelo e o objeto é homomórfica, isto é, há uma “correspondência sobrejetiva tal que a cada elemento do modelo corresponde pelo menos um elemento do objeto, sem que o recíproco seja verdadeiro”.

Alguma “velha experiência” – aquela que consideraríamos o “abre-te sésamo da representação, senão mesmo do conhecimento do objeto” (LE MOIGNE, 1990, p.79) – ensinou ao pensamento humano a dialética a partir da qual se podem definir os objetos: uma definição ontológica e analítica (do *ser* objeto), uma definição funcional, fisiológica (o *fazer* do objeto), e uma definição histórica, morfogenética (o seu *dever*). Assim, ensina Le Moigne, à descrição ontológica (*formal*), há que se acrescentar “o ponto de vista do que ele [o objeto] faz quando é posto em contato com o seu ambiente”, ou seja, sua “definição funcional”, “definição experimental” ou “definição taxiológica”, aquela que construímos pela “prática do objeto a definir, indiferentes à sua composição, mas atentos ao seu comportamento ou à sua utilização” (LE MOIGNE, 1990, p.78).

Quanto a “definição morfogenética”, Le Moigne apoia-se em Jean Piaget e seus fundamentos da *Epistemologia genética* (1970): definir o objeto é conhecê-lo na sua história (a sua hereditariedade) e logo o seu projeto (o seu *dever*). O polímata Piaget propôs, com tal epistemologia, “pôr a descoberto as raízes das diversas variedades de conhecimento, desde as suas formas mais elementares, e seguir sua evolução até os níveis seguintes, até, inclusive, o pensamento científico” (PIAGET, 1970, p.130). Seu estudo da gênese ou das gêneses mostraram que “tudo é gênese” e que “a gênese recua indefinidamente”, porque “as fases

psicogenéticas mais elementares são, elas mesmas, precedidas de fases de algum modo organogenéticas, etc.”

A *representação* é melhor compreendida como um *processo*, que muda com o *tempo* (“armazenamento ou memorização”), no *espaço* (“transporte, transmissão ou comunicação”) e/ou nas suas *fórm*as, na sua morfologia (“a transformação”), três vetores classificados como *processadores* por Le Moigne, uma vez que agem na mudança do objeto *processado*. Seja no processo “intelectual, cognitivo ou relacional, do processo econômico ou político, de processo energético, biológico ou informacional”, evoca-se sempre “uma visão dicotômica do mundo: os processados de um lado, os processadores do outro, os conteúdos e os continentes, os acionados e os atores”. Nessa concepção, mesmo um texto escrito ou qualquer documento “não é inativo quando o consideramos como mudando pelo menos a sua posição no tempo, logo como submetido a um processo temporal” (LE MOIGNE, 1990, p.108-110).

Imbricam-se assim três visões – ou três modos de modelização, “a funcional, a orgânica e a histórica”, dotadas de uma “compatibilidade mútua” que legitima, segundo Le Moigne, a hipótese de que tudo o que modelizamos é modelizável e que, do ponto de vista do observador (modelizador), dispõe de uma “identidade específica e especificável” (LE MOIGNE, 1990, p.80). Estas definições, “por congruência de conceitos vulgarmente percebidos”, se justificariam por fornecer, pela sua generalidade (é compatível com todas as definições usuais do conceito de sistema) e pelo seu objetivo declarado, um apoio explícito a um modo normativo de concepção de modelos de fenômenos percebidos por um observador (vivos ou não, concretos ou abstratos, tangíveis ou intangíveis) (LE MOIGNE, 1990, p.77), constituindo-se, para Le Moigne, uma construção suficientemente formalizada para ser compreendida (LE MOIGNE, 1990, p.23).

#### **4 FÔRMA COMO BASE EXPERIENCIAL DO CONCEITO DE MODELO**

Na visão sociocognitivista, não “temos” um corpo – nós “somos” um corpo. Experimentamos a nós mesmos como entidades separadas do resto do mundo – como *recipientes* com um lado de dentro e um lado de fora. Conceitos como “interior” e “exterior” são conceitos fundados nessa existência, baseados na experiência que cada um tem de seu corpo – “o que está tanto dentro de mim quanto fora de mim” (ONG, 1998, p.86-87) – e a analisamos outros objetos com referência a essa experiência. Experimentamos as “coisas” externas a nós como *entidades*, frequentemente também como *recipientes*, porque assim nos concebemos. O princípio não está longe de Le Moigne quando ele diz que o observador

(modelizador) “constroi um modelo sistêmico de si mesmo, que deve poder identificar e cujas finalidades e ambiente deve descrever” (LE MOIGNE, 1990, p.98).

Daí, o senso comum sobre “objeto”, “conteúdo” e “contêiner” ou “recipiente” são conceitos com grande elasticidade (opacidade) semântica e estão, por isso, entre os conceitos translinguísticos transcendentais. Esses sentidos delimitam, por exemplo, os conceitos de *fôrma* e de *fórma*, o primeiro como expressão de recipientes do mundo físico, real e concreto, o segundo como de visão de um objeto desse mesmo mundo. A relação é metonímica, como observou Auerback (1997): *fórma* é a “forma oca ao modelo plástico” que *sai* de uma *fôrma*. Seu significado mais abstrato, lógico, “emparelhava *conteúdo* e *recipiente*”. Esses traços semânticos puderam ser aproveitados, por mapeamentos metafóricos, em expressões linguísticas que atestariam as principais especulações de Le Moigne.

Segundo Le Moigne, o artefato *Sistema Geral* é um “utensílio lentamente ajustado pelas práticas tateantes da experiência humana que constrói, desde o Neolítico, uma atitude de espírito verdadeiramente científica” (LE MOIGNE, 1990, p.25-26). Corresponde a essa “velha experiência” de que fala o filósofo, aquela que teria ensinado ao pensamento humano a dialética a partir dos quais se podem definir os objetos – ontológica, fisiológica e morfogeneticamente – a fabricação do “queijo duro”. O queijo duro, do tipo padano, é, em termos moigneanos, a “modelização do leite”. Para ser considerado um *sistema*, seria preciso, nesse caso, que sua definição fosse isomórfica com o *Sistema Geral* e que seu modelo (*fôrma*), homomórfico em relação a cada queijo duro fabricado. Com efeito, trata-se de uma “representação” (ou uma *fórma*, como preferimos) que, uma vez concebida (modelizada ou, como preferimos, *enformada*), é percebida “num ambiente” (rural, técnico, econômico, cultural...), “dotado de finalidades” (venda, troca, estoque, culto...), “exerce uma atividade” (alimenta, simboliza) e “vê a sua estrutura interna evoluir ao longo do tempo” (curar, apodrecer...), sem que, no entanto, perca a sua “identidade única”, que é ser um “queijo duro”.

A definição morfogenética da noção de “enformação” advém, creia-se, da associação antiquíssima entre *queijo* e *forma*. A história começa na palavra em latim *formaticum*, que estritamente significava, “feito em uma fôrma” (BRACHET, 1870, p.250), ou seja, *enformado*. Alinei (2010), numa perspectiva da etimologia arqueológica, parece ter demonstrado que o termo já estava disponível para os falantes do latim arcaico ou, talvez antes, desde o indo-europeu – no Neolítico, portanto, como queria Le Moigne.

A trajetória de *formaticum* é uma história franco-italiana, regiões que se alternam como fonte de surtos de inovações, tanto de diversidade cultural quanto linguística. Evidências arqueológicas enfatizam a importância de vasos de cerâmica no processamento de

produtos lácteos na “revolução de produtos secundários” do médio Período Neolítico (SALQUE *et al.*, 2012). Desenvolve-se, nesse tempo, uma nova técnica de processamento de leite que só pode ser considerada uma inovação europeia: o queijo duro, *enformado*. A técnica se espalhou, a partir de um ou mais focos em áreas vizinhas da Europa Ocidental. Daí o francês antigo *furmaige* ou *fromache*, o provençal *formatge* ou *fromatge*, o português (†) *formage*, o catalão *formatje* e o italiano *formaggio*. No baixo latim da era merovíngia, *formaticum*, *forma* e *formela* já eram vulgarmente tomados como sinônimos de “queijo” (derivado de *caseus*, outra palavra para queijo). Um texto do latim bastante tardio (837 d.C.) comprova-o: «*inde fit diminutivum Formula, unde etiam Formella, quæ etiam informationes casei significat, unde et Formaticum dicitur*» (DU CANGE *et al.*, 1844)<sup>24</sup>.

No passado, a palavra *fôrma* do latim referia-se antes ao “molde, modelo, tipo” (*fôrma*) que, como hoje, à “aparência exterior” (*fórma*). Horácio aplicou-a em referência a um molde para sapatos; Ovídio, a um molde para fazer moedas (MONLAU, 1856; ERNOUT; MEILLET, 1951; HOBART; SCHIFFMAN, 2000; LINDSAY, 2010). Segundo outros autores (AUERBACH, 1997; STANCO, 2007), os eruditos antigos começaram, em determinado período, a se apropriar de *fôrma* tanto para indicar a *fórma* visível de uma coisa quanto em referência a uma “forma arquetípica, isenta de qualquer imperfeição”, sua *fôrma*. O fenômeno foi observado novamente na passagem da Idade Média para a Moderna na Europa: as variantes do português *f[ɔ]rma* (*fórma*), além do *f[ɔ]rme* francês, são consideradas por Williams (1975, p.50) como “palavras eruditas ou semi-eruditas, sendo que o português clássico conservou-lhe apenas o sentido abstrato”.

Essa mudança associada à *forma* (*fôrma* » *fórma*) também pode ser observada na mudança na grafia (*enformação* » *informação*). Estudos mostraram que “informação” tem uma trajetória etimológica diferente daquela que muitos estudos etimológicos costumam indicar, qual seja, uma derivação do verbo do latim *informare* “dar forma”. Na verdade, a palavra foi introduzida em diversas línguas ocidentais com a base *enform-* (no francês, no séc. XII; no português, no galego e no inglês, no séc. XIV) e apenas um século depois é que começa a ser usada a base *inform-*, uma inovação do movimento de relatinização do português “no início da era Moderna, que privilegiou as formas com *i*” (PAIVA, 2009).

No Ocidente românico, na região onde hoje é a França, Paul Zumthor observou a emergência de uma expressão em francês antigo, «*mettre en roman*», que não apenas sugere o

---

<sup>24</sup> [forma], «diminutivo *fórmula*, ou *formela*, que também significa a informação do queijo, o queijo e os assim chamados *formaticum*».

“nascimento” de um gênero textual, como também parece atestar que o comportamento modelizador, previsto na *Teoria da Modelização*, também se aplica à produção do texto escrito.

O termo *romance* era originariamente advérbio provindo do latim *romanice*, referia-se “ao vernáculo”, à língua falada. Mas, por volta de 1180, os “romancistas” passaram a opor seus “romances” às narrativas disseminadas pelos contadores de histórias, que eram afastados com desprezo. Tornou-se frequente, no francês, a expressão «*mettre en roman*», que designava o processo de recusa da oralidade das tradições antigas, que terminarão, a partir do século XV, marginalizando-se sob o rótulo de “cultura popular”. O novo gênero era, portanto, “irrealizável sem a intervenção do escrito” e “meter em romance” passou propriamente a significar “glosar” em língua vulgar, ou seja “pôr, clarificando o conteúdo, ao alcance dos ouvintes” (ZUMTHOR, 1993, p.268-269).

Conforme as teses da Linguística Sociocognitiva, não haveria coincidência na expressão observada por Zumthor envolvendo o verbo *meter*, a preposição *em* (*dentro*) e o nome de um gênero. Trata-se, ao contrário, de uma expressão metafórica, estruturada pelo sentido prototípico do verbo *enformar*, “meter na fôrma”. Na explicação sociocognitivista, a experiência humana com “meter na fôrma” orientaria a estrutura conceptual que licencia expressões como «*mettre en roman*». E não haveríamos de nos espantar: o vocabulário latino serviu, na Idade Média, “para a divulgação de ideias bastante abstratas, promovidas pela Filosofia e pela Religião, num crescente processo que vem do período clássico, no entanto, os significados básicos das palavras, presentes em suas raízes, estão muitas vezes voltados ainda à vida rural” (VIARO, 2011, p.190). De fato, *enformar*, que remonta, via o francês *enformer*, ao latim *efformare* (“pôr ou meter na fôrma”) é um verbo “vulgar” que, garante Dumesnil (1809), “não é encontrado nos grandes autores, que preferem *formare*, *informare*”. Esteve sempre relacionada, nesse ambiente, à modelização de objetos, não só de queijos, mas também de sapatos, chapéus e moedas.

O gênero, ao abstratizar a *fôrma* seria, assim, outro conceito tomado como “regulador”, algum padrão subjacente, uma convenção que, no entanto, “é real”, ou seja, é eficaz, “porque realmente molda a escrita de obras concretas” (WELLEK; WARREN, 1949, p.274). Para Bakhtin (2003), “todo estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso” (grifo nosso). Gêneros corresponderiam, assim, “aos recursos expressivos preexistentes ao escritor, dos quais lança mão para lançar suas intuições; em síntese, um *molde* no qual deposita o conteúdo de sua imaginação” (MOISÉS, 1982, p.298, grifo nosso). Seriam a “arquitetura, contorno, estrutura,



e a realidade que nela se hipostasia”. A *fôrma*, concreta ou abstrata, expressaria, ainda segundo Moisés (1982, p.310-311), uma “organização semelhante a do real quando dividido em sua totalidade”: o aparente caos do mundo se organiza, as “coisas” se congridem de maneira a compensar “a diversidade e a fisionomia de contraste que ostentam por meio de uma organização homogeneizadora; organização cósmica, diríamos, de um lado, e linguística, de outro”. Em sua face linguística, ficaria associada a um certo “esquema” racional, dada sua oposição ao caos disforme, que se impõe

como um limite óptico, lente que facultasse ver segmentos da realidade, não apenas quantitativamente, mas qualitativamente. [...] pela forma/fôrma A se pode ver a realidade A', e a realidade A' apenas se manifestaria por intermédio da forma A. [...] A forma/fôrma corresponde a um universo de ordem, equilíbrio, relativamente à entropia, desordem, ou “efeito catabólico”, que se supõe dominar o mundo da realidade (MOISÉS, 1982, p.305).

Licenciando um gênero textual, “a fôrma *soneto*”, por exemplo, a *fôrma* “seria o tema, com infinitas variações, em princípio previstas no próprio fato de se manifestarem *dentro* do soneto” – descreve Massaud Moisés (grifo nosso). “O gênero tipológico seria dado pela *fôrma*, e as *espécies*, pelas mutações possíveis no seu interior” (MOISÉS, 1982, p.304).

O linguista Luiz Antônio Marcuschi (2008, p.161) descreve os *gêneros* como “uma categoria cultural, um esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social, uma ação retórica”, ou tudo ao mesmo tempo, já que cada um desses indicadores pode ser tomado como um aspecto da observação: “isso dá a noção mais aproximada da complexidade da questão”. O “esquema cognitivo” de que fala Marcuschi (ou, como preferimos, “sociocognitivo”) pode ser representado pela metáfora GÊNERO É FÔRMA, um mapeamento que nos permite identificar expressões linguísticas reais (“*poeer ã forma*” nas *constituições* [1]; “*pôr hum argumento em forma*” [2]) que reforçam a hipótese:

[1] E por que isto os ditos abades & capellães melhor possam fazer & nõ tenhã escusa dizendo que nõsabem nõ teẽ escritas as ditas cousas.as quaes ante de serem promouidos aa hordẽ saçerdotal sam obrigados de saber.has mandamos poeer ã forma em estas nossas cõstituições (Dom Diogo de Sousa, *Constituições do Bispado do Porto*, 1497)

[2] E como elles não tem nenhuma noticia de logica nem filozofia, nem sabem pôr hum argumento em forma, não fazem mais que perguntar em breves palavras alguma couza sobre o texto de suas leys, e o outro lhe há-de responder tambem em poucas palavras (Frois, *Historia do Japam* 3, 1560-1580)

Para Marcuschi, cada *gênero*, como as *fôrmas* e os *modelos*, tem seu propósito (*função*, diria Le Moigne), que o determina e lhe dá uma “esfera de circulação” (o *ambiente*):

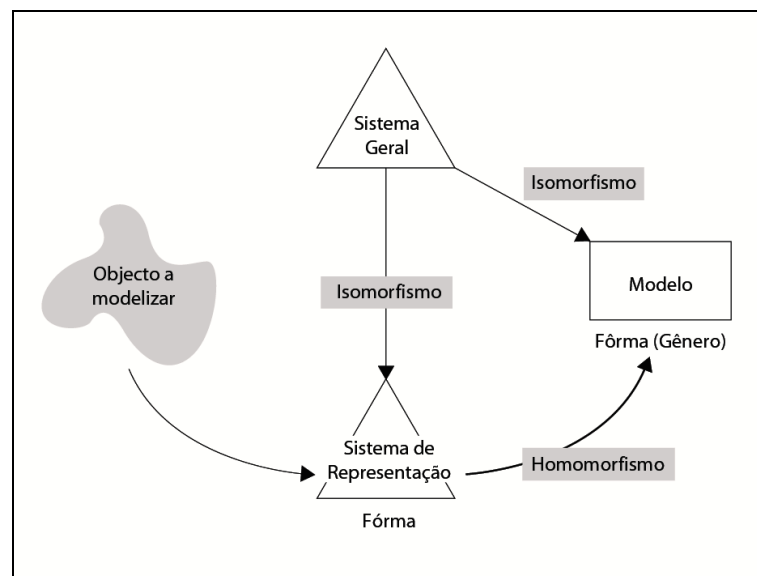
uma “monografia” é produzida para obter uma nota, uma “publicidade” serve para promover a venda de um produto, uma “receita culinária” orienta na confecção de uma comida etc. São atividades discursivas, “socialmente estabilizadas”, que se prestam “aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder”. Pode-se afirmar, enfim, que

os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia. Toda e qualquer atividade discursiva se dá em algum gênero que não é decidido *ad hoc*. Daí também a imensa pluralidade de gêneros e seu caráter essencialmente socio-histórico (MARCUSCHI, 2008, p.161).

## 5 CONCLUSÕES

Como procura fixar a FIG. 1, elaborada a partir do esquema-base da sistemografia proposto por Le Moigne (1990, p.102), a modelização sistêmica produz manifestações linguísticas que se materializam nos sentidos atribuídos à palavra *forma*. A língua portuguesa preservou a dualidade longeva *fôrma* ~ *fórma*, sendo talvez uma das poucas línguas modernas, senão a única, a nos permitir observação do caso.

FIGURA 1 – A sistemografia da *forma*, conforme Le Moigne



Fonte: Le Moigne (1990, p.102)

A FIG. 1 representa a *sistemografia* de *forma* obtida com o “aparelho” *Sistema Geral* e que está, nas línguas ocidentais, expressas na palavra “forma”. Com ela “queremos dizer”, a princípio, de uma *fórma* que, “num ambiente, dotado de finalidades, exerce uma atividade e vê a sua estrutura interna evoluir ao longo do tempo, sem que, no entanto, perca a sua identidade única”. Quando se trata de uma *fórma* que não “evolui”, como um texto escrito, basta-nos ajustar o “nível de resolução”. Essa *representação do sistema*, quando traduzida num suporte “físico”, comunicável, passa pela utilização de *linguagens*, que, sem abandonar o

*Sistema Geral*, passam a demandar a “legibilidade” das representações criadas (CARVALHO; RAMOS; GONÇALVES, 2002).

Podemos agora concluir, parafraseando Le Moigne, por uma sistemografia descrita como “*enformar* é conceber uma *fôrma* à semelhança do objeto”, sendo que o *objeto* pode ser desde o leite (que, uma vez enformado, é queijo), o metal (enformado para fazer moedas), o fluxo discursivo (que, enformado, é texto) ou a *informação* (que, enformada, é documento). Enquanto a *fôrma* é “visível”, a *fôrma* é “invisível”; toda *fôrma* pressupõe uma *fôrma*. A *fôrma*, como dirá Naslin, é “um modo de representação tal que permite [...] dar conta de todas as observações feitas”, isto é, de todas as *fôrmas* produzidas a partir dela – eis, em parte, o porquê da seleção de “gênero” como expressão condutora de uma extensão metafórica. O papel da *fôrma* é tornar a *fôrma* “inteligível” e assim viabilizar a *comunicação*, a transmissão, o transporte. Ao *modelizar*, diz Le Moigne, o observador procede a uma “descrição comunicável daquilo que percebe e daquilo que concebe” (LE MOIGNE, 1990, p.80).

Esse modo de compreender-se no mundo, deve-se destacar, foi socialmente construído; não há “modelos” na realidade, nós é que a “vemos” assim. Modelos são – como queria Le Moigne (1990, p.77) – “conceitos vulgarmente percebidos”, e não “cientificamente percebidos”; não são inatos, nem individuais: estão no indivíduo, na cognição do indivíduo, mas hipostasiam o saber de uma comunidade.

Não podemos deixar de mencionar a proximidade cognitiva entre os conceitos de *fôrma* e de *espécie*, o que nos conduziria a uma metáfora ESPÉCIE É FÓRMA. Embora o desenvolvimento da questão requeira espaço próprio, pode-se adiantar que, mais do que relacionados, *fôrma* e *espécie* são sinônimos desde o latim. Na Idade Média, a tradução para o latim daquilo que Demócrito chamava de *eidola* – um “simulacro” dentre a série de raios visuais emitidos pelos objetos na direção do olho de quem vê – optou tanto por *forma*, *peles/películas*<sup>25</sup>, *imagens* ou *species* (SANTAELLA; NÖTH, 1999). *Species* e *forma* também foram usadas traduzir o conceito grego de *idea*, por significar “conjunto de traços que fazem reconhecer qualquer objeto, vista, olhar; aspecto exterior, aparência, forma, figura; espetáculo; beleza (física), ornamento; dignidade”. O que poderia parecer uma incrível coincidência prova, na verdade, que *teoria da modelização* de Le Moigne é cientificamente verificável e que, nesse caso, confirma-se: não “inventamos” o mundo analiticamente, como querem os cartesianos, mas modelizando-o, como prefere Le Moigne.

---

<sup>25</sup> Do lat. *pellis, is* “pele”; ocorre em vocábulos latinos como *pele* e *película* “formados à sua feição”.

## AGRADECIMENTO

A Guilherme Garcia, pelo *design* da figura.

## REFERÊNCIAS

- ALINEI, M. Archeologia etimologica: alle origini del formaggio. Da lat. coagulum ‘caglio’ a lat. caseus/-m ‘formaggio’; \*formaticum e \*toma. Quaderni di Semantica, v. 31, n. 1, p. 73-112, 2010. Disponível em: <[http://www.continuitas.org/texts/alinei\\_archeologiaetimologica.pdf](http://www.continuitas.org/texts/alinei_archeologiaetimologica.pdf)>. Acesso em: 22 jun 2011.
- AUERBACH, E. Figura. In: PAIXÃO, F. (Ed.). Figura. São Paulo: Ática, 1997. v. 62, p.13-64.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BEZERRA, P. (Ed.). Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-269.
- BRACHET, A. Dictionnaire étymologique de la langue française. Hetzel, 1870. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=GPxDAAAACAAJ>>. Acesso em: 15 jul 2011.
- CAMPOS, M. L. A. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. Ciência da Informação, v. 33, n. 1, p. 22-32, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a03.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. Perspectivas em Ciências da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2010.
- CARVALHO, J.; RAMOS, I.; GONÇALVES, R. Sistema: modelo conceptual de um objecto. Minho: Universidade do Minho, Departamento de Sistemas de Informação, 2002. Disponível em: <<http://www3.dsi.uminho.pt/jac/SI/zdocumentos/sistemas.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2014.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. Corpus do Português (45 milhões de palavras, 1300s-1900s). 2006-. Disponível em: <[corpusdoportugues.org](http://corpusdoportugues.org)>. Acesso em.
- DU CANGE, C. D. F.; HENSCHÉL, G. A. L.; CARPENTIER, P. *et al.* Glossarium mediæ et infimæ latinitatis, Parisiis, Firmin Didot fratres, v. 3 e 4, 1844. Disponível em: <<http://ducange.enc.sorbonne.fr/FORMATICUM>>. Acesso em: 19 Sep. 2010.
- DUMESNIL, J. B. G. Latin synonyms, with their different significations: and examples taken from the best Latin authors. London: G.B. Whittaker [etc.] Payne, 1809. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=pWQZAAAAYAAJ>>. Acesso em: 29 Sep. 2010.
- ERNOUT, A.; MEILLET, A. Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine: Histoire des Mots. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.
- GONZALEZ, M. Informar versus enformar: uma competição morfossemântica com origem no português arcaico. Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF), v.15, n.º 5, t.2, p.1904-1919, 2011.
- GONZALEZ, M. Arqueologia da informação: forma como marcador da periodização do português europeu: diálogos possíveis. In: MOLLICA, M. C. e GONZALEZ, M. (Ed.). Linguística e Ciência da Informação: diálogos possíveis. Curitiba: Appris, 2012.

- GONZALEZ, M. A gramaticalização de informação: uma abordagem sociocognitiva (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Ibict/Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2013a, 154 f.
- GONZALEZ, M. Informação é conteúdo: uma metáfora do senso comum como objeto da Ciência da Informação. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Enancib, 14., 2013. Rio de Janeiro. Anais... Ancib, 2013b.
- GONZALEZ, M. Informação, memória enformada pela escrita: um diálogo da história com a linguística sociocognitiva. *Domínios da Linguagem*, v. 7, n. 2, p. 149-164, 2013c.
- GRUPO PRAGGLEJAZ. PIM: um método para identificar palavras usadas metaforicamente no discurso. In: SIQUEIRA, M. (Ed.). *Cadernos de Tradução: Linguística cognitiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2009. v. 25, p. 77-120.
- HOBART, M. E.; SCHIFFMAN, Z. S. *Information ages: literacy, numeracy, and the computer revolution*. Maryland: John Hopkins University Press, 2000.
- IBARRETXE-ANTUÑANO, I. Metáforas visuais para o intelecto: são realmente interlinguísticas?. In: SIQUEIRA, M. (Ed.). *Cadernos de Tradução: Linguística cognitiva: são realmente interlinguísticas?* Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2009. v.25, p.121-142.
- LAKOFF, G. The neural theory of metaphor. In: GIBBS JR., R. W. (Ed.). *The Cambridge handbook of metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p.17-38.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana: as faces da Linguística aplicada*. Campinas/São Paulo: EDUC/Mercado de Letras, 2002.
- LE MOIGNE, J.-L. *A teoria do sistema geral: teoria da modelização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- LINDSAY, W. M. *The Latin language: an historical account of latin sounds, stems, and flexions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MACEDO, A. C. P. S.; FARIAS, E. M. P.; LIMA, P. L. C. *Metáfora, cognição e cultura*. Gragoatá, v. 26, p. 43-60, 2009.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008. v. 2.
- MARTELOTTA, M. E. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. (Ed.). *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004. p. 82-142.
- MOISÉS, M. *Literatura: mundo e forma*. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- MONLAU, P. F. *Diccionario etimológico de la lengua castellana: (ensayo) precedido de unos rudimentos de etimologia*. Madrid: M. Rivadeneyra, 1856. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=lbJ7TahXEwUC>>. Acesso em: 25 nov 2010.
- MORIN, E. *O método 1: da natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- ONG, W. *Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra*. Campinas: Papirus, 1998.

PAIVA, M. H. Variação e mudança no vocalismo átono quinhentista: práticas escriturais e juízos normativos. *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 4, p. 85-110, 2009.

PIAGET, J. *A epistemologia genética*. Paris: Universitaires de France, 1970.

SALQUE, M.; BOGUCKI, P. I.; PYZEL, J. *et al.* Earliest evidence for cheese making in the sixth millennium bc in northern Europe. *Nature*, v. 11698, p. 1476-4687, 2012.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. *Imagem*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

STANCO, M. Aesthetic forms: ancient and modern. In: ROE, J. e STANCO, M. (Ed.). *Inspiration and technique: ancient to modern views on beauty and art*. Bern: Peter Lang, 2007. p.11-32.

TORRENT, T. T.; BYBEE, J. Usage-based models in Linguistics: an interview with Joan Bybee. *Linguística - Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ*, v.8, n. 2, p. 15-22, 2012.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

VON BERTALANFFY, L. *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Petrópolis: Vozes, 2009.

VOTRE, S. J. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, S. J., CEZARIO, M. M. e MARTELOTTA, M. E. (Ed.). *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004. p.11-49.

WELLEK, R.; WARREN, A. *Theory of literature*. New York: Harcourt, Brace & Co., 1949.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

ZUMTHOR, P. *A Letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## INTERLOCUÇÕES FILOSÓFICO-CONCEITUAIS ENTRE INFORMAÇÃO E LIBERDADE

### *INTERLOCUTIONS PHILOSOPHICAL-CONCEPT BETWEEN INFORMATION AND FREEDOM*

Jonathas Luiz Carvalho Silva

**Resumo:** Aborda interlocuções entre informação e liberdade. Apresenta como síntese do problema a seguinte pergunta: como se dão as interlocuções entre informação e liberdade contemplando aspectos especiais da Filosofia (incluindo a Filosofia da Informação) e a Ciência da Informação? O estudo tem como objetivo geral: analisar como informação e liberdade se inter-relacionam em aspectos como imperativo categórico, relações de poder e ação intencional em diálogo com expoentes da Filosofia Moderna, Contemporânea e da Ciência da Informação. Como objetivos específicos, a pesquisa apresenta: discutir sobre primados filosóficos da liberdade considerando o diálogo com pensadores tais como Kant, Heidegger e Sartre; apresentar fundamentos da Filosofia sobre liberdade correlacionando-os aos aspectos teórico-conceituais da informação. A metodologia apresenta uma pesquisa teórica no âmbito do delineamento de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que informação e liberdade possuem múltiplas interlocuções que deliberam pelo encontro no âmbito da autenticidade (partilha) ou do rompimento no âmbito da má-fé (concentração).

**Palavras-chave:** Informação. Liberdade. Filosofia, Imperativo categórico. Relações de poder, Ação intencional. Conceito.

**Abstract:** Discusses dialogues between information and freedom. Presents a synthesis of the problem the following question: how to give the dialogues between information and freedom contemplating special aspects of philosophy (including the philosophy of information) and information science? The study's general objective is to analyze how information and freedom are interrelated aspects such as the categorical imperative, power relations and intentional action in dialogue with exponents of Modern Philosophy, Contemporary and Information Science. As specific objectives, the research shows: discuss philosophical primed freedom considering dialogue with thinkers such as Kant, Heidegger and Sartre; present fundamentals of philosophy about freedom correlating them to theoretical and conceptual aspects of information. The methodology presents a theoretical research within the design of a literature search. We conclude that information and freedom have multiple dialogues which decide the encounter within the authenticity (sharing) or breach under the bad faith (concentration).

**Keywords:** Information. Freedom. Philosophy, Categorical Imperative. Power relations, intentional action. Concept.

## 1 INTRODUÇÃO

A informação enquanto conceito social e epistemologicamente construído possui uma gama de associações com outras terminologias. É preciso considerar que o conceito de informação não se sustenta sozinho na medida em que está ligado a outros conceitos como mensagem, documento, conhecimento, além de outros assuntos em diversos campos do conhecimento e da realidade social em geral. No campo da Filosofia, a informação é recorrente de modo relacional a outros conceitos, tais como ética, alteridade, ontologia, devir, entre outros. Ainda na Filosofia, é preciso estabelecer de forma mais efetiva as inter-relações

e possíveis interlocuções entre informação e liberdade possibilitando diálogos diversos no âmbito da Filosofia Moderna e Contemporânea e da Ciência da Informação.

O presente estudo apresenta como síntese do problema a seguinte pergunta: como se dão as interlocuções entre informação e liberdade contemplando aspectos especiais da Filosofia (incluindo a Filosofia da Informação) e a Ciência da Informação? Esta pergunta tem a finalidade de reconhecer as inter-relações entre dois termos de expressiva carga teórico-epistemológica e conceitual na história da ciência e da humanidade.

A principal justificativa para realização deste estudo perfaz a pertinência de aproximação entre Filosofia e Ciência da Informação no que tange ao desenvolvimento de percepções crítico-criativas acerca da informação em dinâmicas interlocuções com os conceitos de liberdade.

A metodologia consta de uma pesquisa teórica que é “dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 22) no âmbito da consecução de uma pesquisa bibliográfica. O estudo tem como objetivo geral: analisar como informação e liberdade se inter-relacionam em aspectos como imperativo categórico, relações de poder e ação intencional em diálogo com expoentes da Filosofia Moderna, Contemporânea e da Ciência da Informação. Como objetivos específicos, a pesquisa apresenta:

- a) discutir sobre primados filosóficos da liberdade considerando o diálogo com pensadores tais como como Kant, Heidegger e Sartre;
- b) apresentar fundamentos da Filosofia sobre liberdade correlacionando-os aos aspectos teórico-conceituais da informação.

## **2 REFLEXÕES GERAIS SOBRE LIBERDADE NO ÂMBITO DA FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA**

O conceito de liberdade tem sido largamente abordado na história da humanidade, da política e da ciência podendo ser considerado um dos assuntos de maior relevância na contemporaneidade em face de sua transversalidade epistêmico-conceitual. Na Filosofia, o conceito de liberdade tem destaque desde os meandros da Filosofia Antiga passando pela Filosofia Moderna até a Filosofia Contemporânea. A infinidade de estudiosos da Filosofia que trata sobre liberdade permite a constituição de uma heurística seletiva, especialmente na Filosofia Moderna e Contemporânea, visando conceber um arrazoado conceitual de liberdade.

*A priori*, o conceito de liberdade está associado a termos como autodomínio, ausência de coação externa, possibilidade de participação na vida pública, vontade livre, livre-arbítrio e



capacidade de autodeterminação (MENDES, 2006, p. 534) denotando ser a liberdade um termo de conceituação plural, mas tencionada a dois contextos gerais de cunho complementar: consistência humana individual e capacidade de articulação coletiva. Pode-se evidenciar que ambos os contextos se fortalecem mutuamente na medida em que é possível pensar a liberdade como fundamentação individual em perspectivas coletivas que designa a construção da autonomia humana pautada no respeito às diferenças.

Iniciando por Kant, o conceito de liberdade é estabelecido a partir de dois vieses: negativo e positivo. O primeiro indica que a liberdade implica em não se submeter ao que seja considerado externo ao indivíduo (KANT, 1997). Já o segundo preconiza que a liberdade é agir conforme o que delibera o Direito e a lei estabelecida como princípio legislativo universal (KANT, 1988a). Em outras palavras, o conceito de liberdade kantiano possui um princípio moral (interno) e um princípio jurídico (externo), sendo que ambas são direcionadas por um imperativo categórico significando que as ações humanas devem respeitar um princípio racional de dever moral determinado por leis consideradas universais. Em síntese, Kant (1988b, p.75) define sobre a liberdade:

Ninguém pode me constranger a ser feliz a sua maneira (como ele concebe o bem estar dos outros homens), mas a cada um é permitido buscar a sua felicidade pela via que lhe parecer boa, contanto que não cause dano à liberdade dos outros (isto é, ao direito de outrem) aspirarem a um semelhante, que pode coexistir com a liberdade de cada um, segundo uma lei universal possível (KANT, 1988b, p. 75).

Kant traz uma percepção inovadora em sua época de atuação no sentido de que os sujeitos não podem pensar à liberdade como simples procedimento de satisfação individual, mas que a liberdade é a busca pela construção da autonomia pautada em fundamentos legislativos universais respeitados pela maioria constituindo o conceito de liberdade como primado construtivo e que associa o individual ao coletivo.

No entanto, Kant concebe um desiderato reducionista da liberdade quando a atrela inexoravelmente a concepção de Direito (lei, propriedade e posse, por exemplo) permitindo que o conceito de liberdade possa ser manipulado por um conjunto de sujeitos que possuem o poder político e determinam a legislação universal como imperativo categórico reiterando a liberdade como conceito a ser cumprido mediante vontades que nem sempre são consideradas boas ou moralmente humanas. Em outras palavras, a liberdade em Kant apresenta uma essência autossuficiente e solipsista a partir de uma conotação genérica legislativa.

Em Heidegger, o conceito de liberdade é designado como “a essência da verdade” dando margem, de forma mais geral, para compreensão da essência do ser humano. Segundo Heidegger (1999):

A liberdade foi primeiramente determinada como liberdade daquilo que é manifesto no seio do aberto. Como deverá ser pensada esta essência da liberdade? O manifesto ao qual se conforma a enunciação apresentativa, enquanto lhe é conforme, é o ente assim como se manifesta para e por um comportamento aberto. A liberdade em face do que se revela no seio do aberto deixa que cada ente seja o ente que é. A liberdade se revela então como o que deixa-ser o ente (HEIDEGGER, 1999, p. 160).

A liberdade heideggeriana não é um conceito isolado e só se estabelece em sua plenitude quando vinculado pluralmente aos conceitos de autonomia/autenticidade e essência/verdade, de modo que a liberdade é o resultado premente da associação destes conceitos. A liberdade como fundamento de autonomia é diferente do significado da autonomia kantiana ligada ao imperativo categórico.

A liberdade como autonomia em Heidegger só é possível quando o ser humano desenvolve sua vida em uma perspectiva autêntica processada pela realidade da presença direta “como ser no mundo”. Neste caso a liberdade em seu sentido negativo, implica na capacidade do ser humano em superar a ideia de inautenticidade e no seu sentido positivo, a liberdade tem capacidade singular do ser humano em se desvelar do ente e mostrar o que, de fato, é. Este sentido positivo revela a noção de liberdade como verdade na medida em que consagra a representação do ente como representação mais fidedigna (essência do fundamento humano) do comportamento e autonomia do ser.

No entanto, se a liberdade é a essência da verdade significa que o conceito de liberdade não é princípio moral e muito menos legislativo, mas é resultante de associações conceituais significando, de forma direta, a representação essencial do ser no contexto em que está inserido. A liberdade é o desiderato da vida autêntica que envolve a superação do medo e da angústia como forma de representação essencial do ser.

Já em Sartre, o conceito de liberdade possui uma tonalidade mais expressiva do ponto de vista pragmático e ontológico, pois é vinculada a diversos processos do ser em que a liberdade é vista como processo de existência que precede à essência. Sartre (1999, p. 542) afirma que “certamente, eu não poderia descrever uma liberdade que fosse comum ao outro e a mim; não poderia, pois, considerar uma essência de liberdade. Ao contrário, é fundamento de todas as essências [...]”. A liberdade é condição *sine qua non* da existência humana pelo fato de que o ser é livre por um conjunto de aspectos.

O primeiro aspecto é o da liberdade no contexto da ação sendo definido como “o ato que decide seus fins e móveis, e o ato é expressão da liberdade” (SARTRE, 1998, p. 541). A liberdade como fenômeno representativo da consciência é compreendida quando determinada por uma ação do ser intencionada para realização de determinado compromisso. Em síntese, a

liberdade é ação intencionada com o objetivo de estabelecer escolhas para construção de um ou vários sentidos.

O segundo aspecto é consequência do primeiro em face de que se a liberdade é ação intencional envolve, sobretudo, uma construção e não simples determinação da realidade humana. Sartre (1998, p.545) “o homem é livre porque não é si mesmo, mas presença a si. O ser que é o que é não poderia ser livre. A liberdade é precisamente o nada que tendo sido no âmago do homem e obriga a realidade humana a fazer-se em vez de ser”. A liberdade não pode ser definida como “aquilo que é”, mas sim “aquilo que é feito” como traço delineador da realidade humana. Logo, a liberdade em Sartre não é um conceito estanque que caracteriza o ser, mas um conceito dinâmico e pragmático que mobiliza o ser para determinadas ações e escolhas fundamentando o vazio da consciência.

O terceiro aspecto da liberdade é primado ontológico do que Sartre chama de ser “em si” (tudo que existe) e ser “para si” (a consciência). Sartre (1997) revela que:

A liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do ser da ‘realidade humana’. O homem não é primeiro para ser livre depois: não há diferença entre o ser do homem e seu ‘ser-livre’ [...] precisamos enfocar a liberdade em conexão com o problema do nada e na medida estrita que condiciona sua aparição. (SARTRE, 1997, p.68).

A liberdade em Sartre pode ser vista como princípio a partir do momento em que precede a essência, como procedimento no contexto de uma ação intencional e de resultado quando dá sentido à consciência. Neste caso, é uma liberdade multiplamente construída por meio do fazer humano. O ser é livre quando é lançado no em-si, mas de forma objetiva. O ser é livre antes mesmo de estar vinculado ao em-si, mas é no para-si que a liberdade representa o *ethos* da realidade humana. Em outras palavras, o para-si apenas toma noção de sua perspectiva de liberdade quando é associada ao em-si promovendo um encontro entre em-si como prática objetiva e o para-si como percepção subjetiva concebendo possibilidades de consecuições intersubjetivas.

A liberdade tem sua plenitude na junção entre a presença do ser e sua relação com a consciência formando possibilidades de representação do para-si a partir da realidade objetiva. A liberdade em Sartre não está ligada a certezas ou predeterminações, mas a um legado construtivo de possibilidade de construção do para-si em relação acional direta com o em-si, visto que “é para o Para-si enquanto tal que o Para-si reivindica o ser-Em-si” (SARTRE, 1998, p. 140). Isso significa que o para-si não é precisamente o que é porque precisa se distanciar de si para agir e através de suas intencionalidades perceber a realidade

considerando que há uma interdependência existencial entre tudo que existe na realidade humana (em-si) e a consciência (para-si).

O quarto aspecto da liberdade é o que dá sentido aos três primeiros, pois até então a discussão esteve centrada na ação intencional, na construção da realidade humana e da díade em-si/para-si, mas como estes três aspectos se estabelecem no dimensionamento da realidade humana? A resposta pode ser situada a partir da percepção sartreana de que “o ser está condenado a ser livre”. Sartre (1973, p.15) explica “é o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer”.

Todos os procedimentos de ação intencional, construção da realidade humana e focalização estratégica do em-si e para-si ocorrem em face da necessidade do ser em relação direta com o mundo de produzir suas próprias formas de viver, sendo a liberdade meio de responsabilidade para ação humana. Na definição dos três primeiros aspectos, o ser não tem consciência efetiva de sua liberdade. É no quarto aspecto que esta consciência se forma, pois pelo fato do ser estar condenado à liberdade há uma inexorável liberação de angústia atestando que “é na angústia que a liberdade está em seu ser colocando-se a si mesmo em questão” (SARTRE, 1998, p. 72). A angústia é o motor que move à consciência para construir uma ação intencional que mergulhe no em-si e possibilite a produção de novos efeitos representativos para o para-si.

Diante do exposto sobre o conceito de liberdade é perceptível suas variações conceituais entre os diferentes estudiosos. Embora o destaque neste estudo tenha sido conferido apenas a três estudiosos que são vitais para dialogar com questões relacionadas à informação vale destacar que outros pensadores estudaram o conceito de liberdade. Um deles é Marx que vê a liberdade como superação dos limites individuais de classe postulando uma liberdade universal em detrimento da(s) particularidade(s) de classe, uma vez que é preciso reconhecer o “caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral” (MARX, 2006, p. 156).

Vale mencionar ainda Foucault que, embora não tenha uma teoria formada sobre a liberdade, coloca o assunto em um plano cético contextualizada com as relações de poder, bem como concebe uma inter-relação entre liberdade e ética em que “a liberdade é condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida que toma a liberdade” (FOUCAULT, 1994a, p. 712).

### **3 INFORMAÇÃO E LIBERDADE: INTERLOCUÇÕES NA TRIÁDE IMPERATIVO CATEGÓRICO, RELAÇÕES DE PODER E AÇÃO INTENCIONAL**

A informação tem se estabelecido como um dos conceitos mais relevantes da contemporaneidade, seja no pensamento e atividade científica, seja no cotidiano social da humanidade. Entre as diversas características do conceito de informação é possível mencionar que auxilia nos processos de desenvolvimento ontológico e das relações deliberando uma aproximação latente com o conceito de liberdade.

#### **3.1 A liberdade de informação como imperativo categórico**

Refletir sobre a liberdade de informação perpassa pelos processos legislativos que regem a vida moral e jurídica dos seres humanos. Contudo, quando pensamos a liberdade de informação como imperativo categórico é inegável o princípio legislativo para consecução de uma ordenação moral. E como a liberdade de informação é compreendida no contexto do imperativo categórico? Galuppo (2002) auxilia na discussão afirmando que:

A liberdade não é agir independentemente do dever, mas, ao contrário, agir conforme e sobretudo por dever. Liberdade não é o agir sem normas, ao contrário, liberdade implica a disposição de seguir as normas que o próprio sujeito moral se representa, tendo em vista apenas o respeito que devemos a elas. (GALUPPO, 2002, p.95).

Pode-se afirmar que o imperativo categórico define a liberdade de informação quando confere um conjunto de normas e direitos para o acesso e apropriação da informação possibilitando perspectivas legislativas para convivência social. Contudo, o imperativo categórico define a informação pautada em três quesitos legislativos:

- a) o direito de informar – no imperativo categórico o direito de informar é comumente estabelecido no contexto institucional através de organizações públicas, privadas ou mistas. Estas organizações (mídia, aparatos governamentais de cunho Federal, Estadual e Municipal ou setores diversos da propriedade privada, terceiro setor, etc.) possuem o caráter massificado de produzir e compartilhar conteúdos via conjunção de elementos humanos (profissionais de diversos setores) e não-humanos (equipamentos tecnológicos diversos impressos ou digitais) oferecendo possibilidades intencionais ou não para o acesso, uso de fontes/documentos/artefatos/acervos por parte de sujeitos ou grupos de sujeitos. Para que o direito de informar se estabeleça é necessário um conjunto de debates públicos que delimitem questões como “o que pode ser compartilhado?” “o que deve ser compartilhado?” “como deve ser compartilhado?” “quais recursos atinentes para disponibilizar a informação, visando perspectivas efetivas de acesso

e apropriação da informação?” O direito de informar é frequentemente associado a uma postura hierárquica construída “de cima para baixo” ou, em outras palavras, é constituído do institucional (um grupo de sujeitos) para a pluralidade individual (diversos sujeitos em diferentes espaços terem a possibilidade de acesso e apropriação da informação). O direito de informar ainda pode ser concebido através de relações humanas cotidianas em que os sujeitos de forma mútua ou arbitrária buscam produzir informação através de seus processos de interação que sofrem influências diretas ou indiretas de aspectos institucionais. O direito de informar está estritamente associado ao caráter transferencial de informação que conforme Barreto (2002) é relativo a modificação da consciência do indivíduo e de seu grupo social sintonizando a memória do passado e perspectivas para o futuro;

- b) o direito de ser informado – este demanda um complemento ao primeiro quesito, de sorte que o direito de informar só apresenta efetivo sentido se há a possibilidade/necessidade de sujeitos serem informados. Contudo, o direito de ser informado é comumente atribuído a sujeitos/usuários considerados mais passivos que produzem informação a partir do que é determinado informacionalmente ou a sujeitos/usuários que necessitam de acessar determinadas fontes para aplicação em contextos específicos. É possível afirmar que comumente o direito de ser informado faz parte de uma cultura utilitária que pode ser prejudicial na medida em que cria um individualismo exacerbado e condições de disputa (muitas vezes desleais) para obtenção da informação entre sujeitos físicos e principalmente jurídicos. Em outras palavras, o utilitarismo cultural da informação prega o determinismo informacional, isto é, um sujeito/autor e/ou sujeito/mediador define o que deve ou não ser transmitido para outro sujeito/usuário que solicita a um sujeito/autor ou mediador determinados conteúdos objetivos que permitam construir informação preconizando satisfação individual de desejos (LACAN, 1998) ou a aparição de excessos de conteúdos que deturpam os processos de interpretação, compreensão e apropriação da informação;
- c) o direito de se informar – este é o direito que está ligado a autonomia dos sujeitos da informação que procura os meios que considera mais pertinentes para produzir informação. O direito de se informar está associado ao acesso à informação, tanto por meio da capacidade dos sujeitos em produzir informações em diversos meios, quanto no desiderato das condições públicas, privadas e mistas que promovem acesso à informação. A junção destes dois aspectos proporciona o direito

pragmaticamente constituído de “se informar” valorizando evidentemente os níveis de publicidade e privacidade (no caso de fontes sigilosas).

A liberdade de informação como imperativo categórico possui, por um lado, grande relevância quando organiza estratégias para organização de conteúdos e preservação da memória social e, por outro lado, possui relativa deficiência quando centra na legislação todo o desiderato informativo possibilitando que alguns sujeitos, diante de uma atribuição de poder, determinem o que deve ser visualizado como informação, sem a inserção de elementos como diálogo, participação, interação, entre outros.

Araújo e Nunes Júnior (2004, p. 120) argumentam que “o direito de ser informado, compreendido como o direito de receber informações, não pode ser entendido sem algumas restrições exegéticas. É que só se pode investir alguém no direito de receber informações quando simultaneamente atribuir-se a outrem o dever de informar.” Neste ponto, discordamos da liberdade de informação como imperativo categórico em virtude de distanciar sujeito/autor (emissor) ou sujeito/mediador do sujeito/usuário, como se a informação fosse mero instrumento determinado sem articulação histórica e participativa cabendo a cada sujeito ter posição específica na sociedade de “informar”, “ser informado” ou “informar-se”.

É preciso ponderar por um interacionismo mais amplo entre estas três categorias em virtude de que a construção da informação não pode ser vista apenas de forma linear do “informador para o informado” ou do “informar-se para o informador”. A interação entre “informar”, “ser informado” e “informar-se” reside na capacidade da produção informacional mais benéfica do ponto de vista coletivo (público ou privado), assim como exprime uma informação pautada na pluralidade de visões que compõem determinados sujeitos ou grupos de sujeitos possibilitando uma representação mais fidedigna da informação.

A liberdade de informação como imperativo categórico possui uma fundamentação funcionalista que pode ser vislumbrada pela função da informação no contexto social a depender das intenções e contextos dos sujeitos participantes, representada pelas normas vigentes de acesso à informação ou por um funcionalismo sistêmico em que um sistema é um todo dividido em partes interdependentes e que devem ser pensadas a partir de um processo de interação<sup>26</sup> (BERTALANFFY, 1977). Em síntese, pode-se perceber que o primeiro caso funcionalista apresenta uma concepção negativa de liberdade da informação por estar focalizada no papel normativo da informação em que os sujeitos agem na construção da

---

<sup>26</sup> Neste caso é crucial inserir a interação entre os fenômenos “direito de informar”, “direito de ser informado” e “direito de informar-se”.

informação, conforme a legislação que os representa, enquanto o segundo apresenta o viés positivo de liberdade da informação por favorecer a autonomia fundamentada pela vontade dos sujeitos compreendendo que “a autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres conformes a elas [...]” (KANT, 2011, p. 55).

### **3.2 A liberdade de informação nas relações de poder: dupla percepção no contexto da contrainformação**

Quando a discussão é centrada na liberdade de informação como imperativo categórico torna-se visível como a perspectiva normativa delibera para o reconhecimento legislativo do acesso à informação. Em tese, o imperativo categórico assegura perspectivas efetivas para o acesso à informação no teor legislativo, mas junto acarreta indícios expressivos de relações de poder que podem afetar a concretização de direitos de acesso prejudicando a liberdade de informação ou mesmo estabelecer direitos de acesso à informação, conforme conveniências humanas.

Destarte, pode-se perceber que a liberdade de informação tem seu ponto mais nefasto na produção da contrainformação. O conceito de contrainformação tem dois sentidos que se contrapõem. O primeiro designa a contrainformação como a capacidade de deturpar, dissimular e reificar para legitimar e dominar através da limitação do acesso à informação promovida pelos sujeitos dominantes (TRAVERSO; CROWDER-TARABORRELLI; PRADO, 2013). O segundo preconiza que “a contra-informação é considerada como sendo a informação contrária à veiculada por um sistema” (FLUSSER, 1982, p. 160).

Quanto ao primeiro conceito, a contrainformação possui sentido idêntico ao de informação em virtude de ter como objetivo fazer outros sujeitos acreditarem em determinadas percepções sobre a realidade. No entanto, a contrainformação é uma informação fabricada por determinado tipo de sistema tornando-se uma informação mecânica com o sentido de deturpar determinada realidade.

Deleuze (1987, p. 10) afirma que “uma informação é um conjunto de palavras de ordem. Quando nos informam, nos dizem o que julgamos que devemos crer. Em outros termos, informar é fazer circular uma palavra de ordem”. No entanto, Deleuze atenta para apenas um tipo de informação que é a **instrucional** e tem a finalidade de produzir por meio de formalidades diversas que os sujeitos acreditem em uma percepção comunicada por grupos dominantes. A informação instrucional não é construída socialmente, mas fabricada ideologicamente para satisfação dos interesses de conveniência de grupos minoritários. Neste sentido, este tipo de informação também pode ser considerado contrainformação porque



possui a intenção de deturpar questões da realidade para manipular outros sujeitos não levando em consideração os diversos contextos sociais.

Em outras palavras, a informação como contrainformação é atributo de poder para manutenção do sistema dominante e apresenta como principal característica o controle da informação preconizando uma sociedade do controle pautada no normativismo, instrução, soberania, rígida disciplina, ordem, progresso, bem como no estímulo à cultura acrítica. A informação não deve ser visualizada apenas no seu sentido instrucional, mas também como fenômeno construtivo e interacionista que represente a realidade de forma mais ampla e que se estabeleça na perspectiva do dialogismo.

A contrainformação limita a liberdade de informação precisamente por valorizar apenas o sentido instrucional da informação. Este sentido está assentado nas relações de poder como limitação da liberdade na medida em que não estimula a produção em nível universal de participação da informação, mas centra a produção da informação em setores específicos, visando estabelecer normas gerais de segmentação. Foucault (1994b) afirma que o:

poder, por seus mecanismos, é infinito (o que não quer dizer que ele é todo poderoso, muito pelo contrário). Para limitá-lo, as regras não são nunca bastante rigorosas; para liberá-lo de todas as ocasiões de que ele se apodera, nunca os princípios universais são muito rigorosos. Ao poder é preciso sempre opor as leis intransponíveis e os direitos sem restrições (FOUCAULT, 1994b, p.794).

Foucault convida para o debate sobre o poder concentrado nas mãos de uma minoria e como usam a lei para manutenção do poder. Este debate é premente para se pensar uma liberdade informacional com a pretensão de superar a informação como fenômeno eminentemente instrucional. Uma liberdade em que a informação seja fenômeno de partilha e autonomia entre os sujeitos e não de concentração de poder.

A efetiva liberdade de informação, para além do normativismo, é oposta a contrainformação como imanente do poder dominante porque abre expectativas em vistas a mudanças nas relações de poder, em especial, com respeito às exigências e esperanças de sociedades ou grupos sociais oprimidos ou marginalizados, e as novas formas de criatividade e de conceber e praticar melhores condições de vida comum levando em conta singularidades históricas e culturais assim como também interações menos violentas e destrutoras do meio ambiente causadas pela sociedade industrial. (CAPURRO, 2010, p. 12).

Todavia, a liberdade de informação ganha novo contexto quando a contrainformação é compreendida na prática de resistência ao sistema dominante. Novamente dialogando com Deleuze (1987) é pertinente ponderar que:

a contra-informação nunca foi suficiente para fazer o que quer que fosse. Nenhuma contra-informação foi capaz de perturbar Hitler. Salvo num caso. Que caso? Isso é de vital importância. A única resposta seria que a contra-informação só se torna eficaz quando ela é — e ela o é por natureza — ou se torna um ato de resistência. E o ato de resistência não é nem informação nem contra-informação. A contra-informação só é efetiva quando se torna um ato de resistência (DELEUZE, 1987, p.12-13).

Pode-se afirmar que a contrainformação (e também a informação) não pode ser visualizada como conceito isolado e estanque. A contrainformação para se estabelecer como ato de resistência precisa assegurar as seguintes etapas de construção:

- a) **constituição como ente ideal (abstrato), construído baseado em características secundárias dos signos (RENDÓN ROJAS, 2005).** Em primeira instância, a contrainformação como fenômeno de relação de poder, está consubstanciada na percepção construída por meio de interpretação, compreensão e apropriação da realidade objetiva. Neste ponto, a informação é abstrata porque está situada no âmbito da valoração humana que designa as relações de poder, sendo o primeiro passo para se pensar um ato de resistência;
- b) **estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade (BARRETO, 2002).** A contrainformação começa a se estabelecer para além do processo de abstração quando socializada de forma crítica e dinâmica dentro de um determinado grupo ou sociedade, bem como possibilita a produção de novos conhecimentos que sustentem possíveis ações coletivas;
- c) **contrainformação voltada para tomadas de decisão.** Toda e qualquer informação que seja contextualizada com a realidade objetiva, passível de ser socializada coletivamente e subsidiária da produção de conhecimento está inexoravelmente calcada nas tomadas de decisão que revelam o limiar pragmático de um ato de resistência, pois a tomada de decisão indica o peso acional da contrainformação para lidar ou combater relações de poder;
- d) para tornar a contrainformação como efetivo ato de resistência é preciso situar a construção hermenêutica de sentidos complementada com uma visão dialética da realidade e de modo a conhecer essa realidade. Concebemos à dialética como a forma de ver e compreender a realidade (que por sua vez é dialética) constituída por oposições, mas sem absolutizar algum deles, pois que cada um dos opostos tem sua própria presença e existência; enquanto que ao mesmo tempo exigem a existência de seu oposto para existir. Conceber a realidade como uma tensão de opostos, sem

eliminar algum deles, nos permite ter uma compreensão mais completa da realidade sem cair no absolutismo dogmático, ou no relativismo cético (RENDÓN ROJAS, 2012, p. 11).

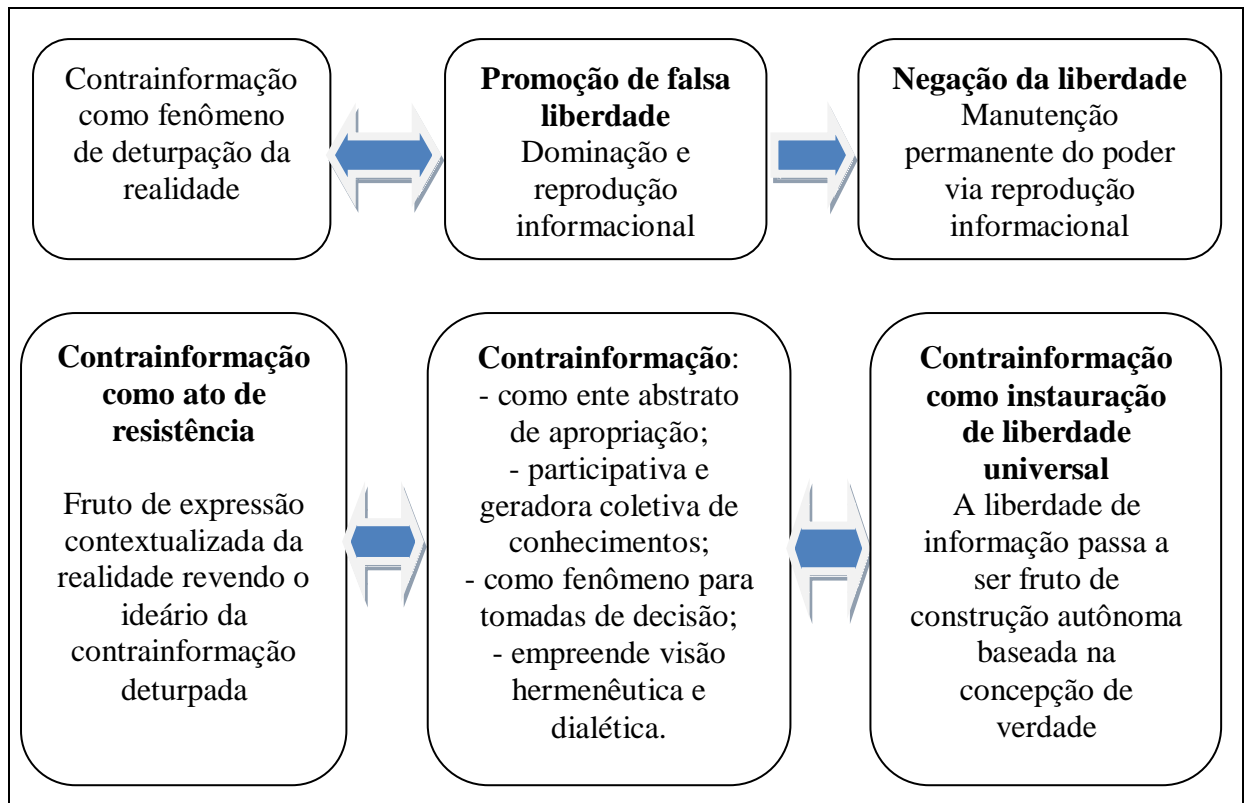
A contrainformação como ato de resistência é fruto do respeito às diferenças, da expressão das pluralidades de visões e da participação ativa dos sujeitos da informação envolvido no grupo social, visando a uma compreensão mais ampla da realidade que permita uma ação mais continuada e que satisfaça com mais eficácia os interesses coletivos em comum exercendo papel vital para consecução da liberdade de informação.

A dupla percepção contrainformacional indica um jogo contraditório de visões. A primeira percepção prega uma limitação da liberdade de informação compreendendo-a como fenômeno de posse de uma minoria que deve ser aceito e reproduzido de maneira acrítica pela maioria evitando procedimentos de oposição e resistência. A segunda percepção mostra uma contraposição e resistência à primeira na medida em que busca uma nova liberdade de informação pautada na construção crítico-social de informação.

O desiderato crítico-social da informação como promotor de resistência para consecução de uma nova liberdade de informação está assegurado na concepção de que “[...] não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1987, p. 24) deliberando duas características: a primeira é que a contrainformação não valoriza a ideia de liberdade quando parte linearmente do sujeito/autor para o sujeito/usuário e nem é construída pelo sujeito/usuário a partir de modelos mentais, mas é a partir das relações sociais que a informação pode ser compreendida no âmbito da liberdade; a segunda é que a contrainformação não é teoricamente gestada para ser aplicada, mas a partir das relações sociais, a informação é construída promovendo sentido teórico-prático (isso ocorre em face de que a informação possui um valor pragmático que auxilia na construção do conhecimento e este não pode ser gestado se não a partir das relações sociais) conferindo uma liberdade autônoma baseada no pressuposto interacional.

A FIGURA a seguir elucida o duplo sentido da contrainformação, suas percepções contraditórias e conflitantes:

FIGURA 1 – Dupla percepção de contrainformação como fenômeno relacionado à liberdade



Fonte: elaborada pelo autor

É precisamente em seus resultados (negação da liberdade e instauração de uma liberdade universal) que os conceitos de contrainformação se encontram e se conflitam pragmaticamente denotando que a liberdade de informação (ou a negação dela) tem sua fundamentação no âmbito do conflito entre sujeitos ou grupos de sujeitos como prática social e ideológica de informação.

### 3.3 O CARÁTER DA LIBERDADE COMO AÇÃO INTENCIONAL DE INFORMAÇÃO: ESCOLHA, ANGÚSTIA E AUTENTICIDADE OU MÁ-FÉ

Como é possível observar as interlocuções entre informação e liberdade são muito profícuas do ponto de vista epistemológico por serem dois conceitos de efetiva carga apropriacional humana. Entende-se que a plenitude da interlocução entre informação e liberdade se dá na proposição da ação intencional que possui três características: a escolha, a angústia e a busca pela autenticidade e uma perspectiva teleológica fundante: a verdade.

Porém, é preciso esclarecer que como elemento de ação intencional a liberdade de informação está assentada como princípio de existência, mas não necessariamente como fundamento de permanência. Em outras palavras, a liberdade de informação é inerente aos

sujeitos da informação, mas a ação intencional pode comprometer a configuração de liberdade coletiva a depender de seus critérios de representação da consciência.

Desse modo, pode-se afirmar que a informação enquanto construção interpretativa de um agente cognitivo implica em um processo de relatividade (MAÇORANO, 2006, p. 79) permitindo constatar que a liberdade também se estabelece em níveis de relatividade. Eis que a ação intencional é deliberativa do princípio de relatividade da liberdade informacional em nível procedimental mesmo que o objetivo final seja uma concepção universal.

A ação intencional da liberdade na produção da informação revela que a **escolha** é ponto chave para continuidade da liberdade informacional na medida em que a mensagem é dependente do emissor, ou seja, baseia-se numa estrutura heteronômica ou assimétrica ou uma mensagem pode ser codificada e transmitida através de diferentes meios de comunicação ou mensageiros (CAPURRO, 2003, p. 3).

É preciso que os sujeitos da informação escolham suas mensagens e mensageiros, conforme suas disponibilidades e conhecimentos constituídos para que haja continuidade da liberdade como ato intencional de informação. Sem escolhas definidas a noção de liberdade informacional como ação intencional pode ser comprometida pela falta de subsídios para concretizar a intenção do(s) sujeito(s). Segundo Barreto (1994, p. 10) é possível alertar que a informação só possui o poder de ação quando adquire a condição de mensagem com intenção específica e assimilação possível. Como a ação, a informação transforma-se em atitude com vigor dinâmico, que se realiza na realidade ao modificar esta realidade de acordo com a intenção. Escolher e construir os processos de mensagem é um ato de liberdade informacional que define claramente as intenções dos sujeitos em determinados processos de interação considerando que a mensagem exerce poder de ação intencional, conforme as estratégias e condições dos sujeitos em selecionar procedimentos de ação com as mensagens escolhidas/selecionadas.

Mas o momento posterior à escolha da mensagem como representante da ação intencional de informação que é a angústia traz novos condicionantes a ação intencional. A angústia é a comprovação pragmática de que a ação intencional traz grandes responsabilidades para produção da informação, pois é o momento em que o sujeito possui noção mais ou menos definida do que e como pretende produzir informação. É na angústia que liberdade e informação se encontram como fenômenos de representação da consciência porque a angústia é o sentido mais ou menos preciso de como e qual informação é possível produzir e o reconhecimento efetivo da liberdade de si mesmo como revelação do condicionante da ação intencional. É no momento da angústia que a ação intencional de

informação pode conduzir a dois elementos opostos: a concentração de poder informacional que é possível denominar de má-fé informacional ou a partilha da informação que é possível denominar de **autenticidade**, sendo que esta última contempla o olhar pluralizador e coletivista da angústia como ação intencional.

A angústia, por sua vez exerce um papel mediador entre as escolhas dos sujeitos (como lidam com as diversidades de mensagens/messageiros envolvidos no processo de produção informacional) e a autenticidade (partilha da informação) ou má-fé (concentração informacional). Isso significa que a angústia se insere como elemento categórico de produção da informação, mas é apenas na autenticidade que há o pleno encontro interacionista entre informação e liberdade.

Quando o sujeito, através de suas escolhas e angústias, opta pela má-fé informacional está oportunamente desconsiderando o viés de liberdade coletiva e comprometendo seu viés individual de liberdade informacional porque está arbitrando sobre o outro como a informação deve ser processada. Reale e Antiseri (1990, p. 583) ao afirmarem que “o homem compreende uma coisa quando sabe o que fazer dela, do mesmo modo como compreende a si mesmo quando sabe o que pode fazer consigo, isto é, quando sabe o que pode ser” permitem ponderar que o sujeito, ao produzir seu ato intencional, gera consequências para si mesmo e para o outro. Isso significa que o encontro entre informação e liberdade como fenômeno de ação intencional está assegurado nas seguintes questões:

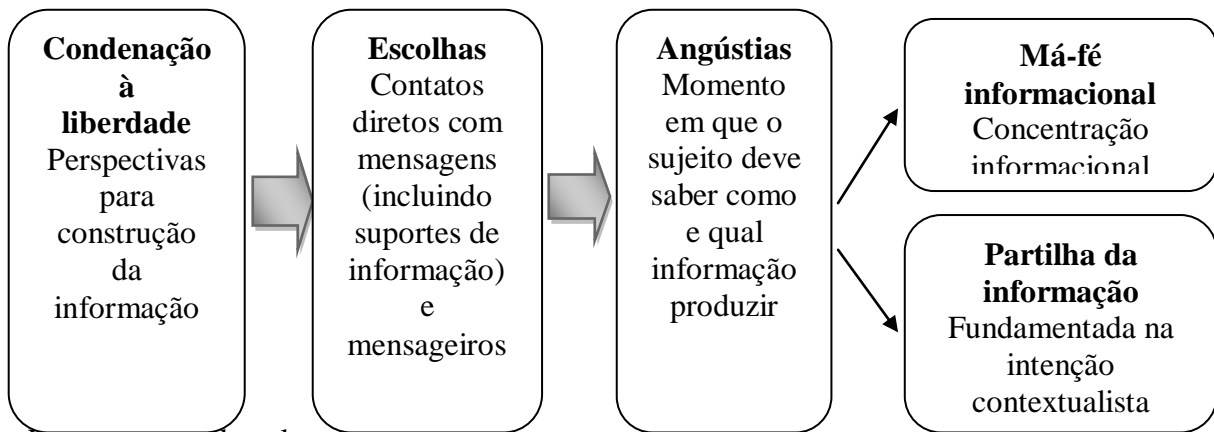
- a) a primeira é que a autenticidade (partilha) da informação como encontro com a liberdade só é possível quando a informação é construída a partir das interações sociais com a intenção de promover um bem coletivo (a responsabilidade mútua de um sujeito da informação sobre outro pautado no olhar da alteridade em que a “[...] própria identidade do eu humano a partir da responsabilidade, isto é, a partir da posição ou da de-posição do eu soberano na consciência de si, deposição que é precisamente a sua responsabilidade por outrem.” (LÉVINAS, 1988, p. 93);
- b) a segunda é que o encontro da informação com a liberdade como ato intencional é realizado na medida em que a informação “está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”;
- c) a terceira é que informação e liberdade tem o viés de se estabelecerem como fundamentos que precedem à essência, mas tem sua plenitude no ato de

autenticidade, ou seja, sem a autenticidade é possível desconsiderar ou mesmo relegar a um plano inferior o encontro teleológico entre informação e liberdade;

- d) a quarta é que a interlocução entre informação e liberdade, enquanto ação intencional, tem o seu pior viés quando a intenção no momento de angústia não prima por uma visão contextualista (DE ROSE, 2012), mas apenas revela o caráter principiológico de um sujeito, com vistas a propagação da má-fé informacional.

A ideia de encontro da informação com a liberdade no âmbito da ação intencional é designada na FIG.2.

FIGURA 2 – INTERLOCUÇÃO ENTRE INFORMAÇÃO E LIBERDADE



Fonte: elaborada pelo autor

Neste encontro entre informação e liberdade é possível observar que em todo o momento o sujeito precisa tomar decisões, principalmente nas escolhas e nas angústias. A partilha da informação não necessariamente quer dizer que em um processo interacional todos se sintam efetivamente livres para interagir e produzir informação, mas a pretensão é estabelecer ampla contextualização da realidade, com vistas a promover uma partilha que pode ser equilibrada ou desigual em nível pequeno, médio ou grande.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre informação que contemplam aproximações epistemológicas entre Filosofia e Ciência da Informação vêm se estabelecendo em larga escala ponderando que a informação se estabelece como ponto central de reflexão teórico-epistemológica e pragmática da realidade científica. Um dos assuntos que possuem efetiva contiguidade semântica com a informação no âmbito da Filosofia e da Ciência é a noção de liberdade. Quando se pensa a associação informação e liberdade, a preocupação está centrada em aparatos como: dever moral e legislativo, questões relacionadas ao poder, ao Estado, processos de ação intencional

em que estes aparatos dinamizam profundamente perspectivas conceituais de informação, tanto no âmbito filosófico, quanto no âmbito da Ciência da Informação.

Este estudo constata que informação e liberdade como imperativo categórico estabelece uma discussão pautada na Filosofia do Direito deixando legados de como o direito universal pode favorecer a liberdade de informação através da construção da autonomia dos sujeitos da informação. No entanto, torna-se reducionista quando focaliza como ponto central o normativismo relacional entre informação e liberdade.

Já as relações de poder designam marcas expressivas nas interlocuções entre informação e liberdade em virtude de que a teoria e prática informacional têm forte apelo quando relacionado ao poder nos mais diversos devires humanos. A constatação é de se pensar uma interlocução entre informação e liberdade que veja nas relações de poder um olhar mais humanizado e menos destrutivo da sociedade industrial que vê a informação como fenômeno de dominação e inibição de práticas de liberdade.

Por fim, informação e liberdade no âmbito da ação intencional permite afirmar que todo e qualquer sujeito está condenado à liberdade, mas nem todos sabem apreendê-la de forma coletiva inibindo possíveis práticas de liberdade do outro na medida em que as escolhas e angústias podem causar processos de produção da informação calcada na má-fé. Por outro lado, a condenação à liberdade pode promover um olhar triádico entre escolhas, angústias e autenticidade favorecendo uma visão otimista da partilha da informação reconhecendo a importância da interação entre os sujeitos e a construção coletiva da informação e não simplesmente a imposição de forças de um sujeito sobre outro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-03, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Sade, v. 8, n. 4, 1994.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. In: BIRNBAUM, P.; CHAZEL. **Teoria Sociológica**. São Paulo, HUCITEC-EDUSP, 1977.



- CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens e aplicações**. João Pessoa: Ideia, 2010. p.11-51.
- CAPURRO, Rafael. On hermeneutics, angeletics, and information technology: questions and tentative answers. In: **Information Technology and Hermeneutics**. Japan: Tsukuba University, 2003. Research Group on the Information Society (ReGIS).
- DE ROSE, Keith. Contextualismo: explicação e defesa. In: GRECO, John; SOSA, Ernest (Org.). **Compêndio de epistemologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 297-324.
- DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Palestra de 1987. São Paulo: Folha de São Paulo, 27 jun. 1999.
- DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.
- FLUSSER, Victor. “A contra-informação como ato cultural”. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (Org.). **Comunicação, hegemonia e contra-informação**, pp. 159-164. São Paulo: Cortez Intercom, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **Inutile de se soulever?** In: DITS ET ECRITS III. Paris: Gallimard, 1994b, p. 790-794.
- FOUCAULT, Michel. **L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté**. In: DITS ET ECRITS IV. Paris: Gallimard, 1994a, p. 708-729.
- GALUPPO, Marcelo Campos. **Igualdade e diferença: Estado Democrático de Direito a partir do pensamento de Habermas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- HEIDEGGER, Martin. **Sobre a essência da verdade**. Tradução: Enildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1997.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1988a.
- KANT, Immanuel. **Sobre a expressão corrente: isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática. A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1988b, p.57-102.
- LACAN, Jacques. A significação do falo. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 692-703.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MAÇORANO, José Pedro. A Filosofia da Informação de Luciano Floridi: Pressupostos Epistemológicos. In: MIGUENS, Sofia; MAURO, Carlos E. E. **Perspectives on Rationality**. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2006.
- MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2006.

MENDES, Fabiano Mendes. Verberte “Liberdade”, in: BARRETO, Paulo (Org.). **Dicionário de Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro, Renovar, 2006.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990. (Coleção filosofia) v.3.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. Epistemologia da Ciência da Informação: objeto de estudo e principais categorias. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2012.

RENDÓN-ROJAS, Miguel Ángel. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TRAVERSO, Antonio; CROWDER-TARABORRELLI, Tomás; PRADO, Antonio. Anarchism and Counterinformation in Documentaries From Civil War Spain to Post-2001 Argentina, **Latin American Perspectives**, v. 40, n. 1, p. 50-59, 2013.

**UMA RELAÇÃO DESVELADA: A INTERAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA NACIONAL E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA SOB A ÉGIDE DOS IDEAIS DE PAUL OTLET, HENRI LA FONTAINE E AS AÇÕES DE MANOEL CÍCERO PEREGRINO DA SILVA**

*THE BRAZILIAN NATIONAL LIBRARY AND ITS RELATIONSHIP WITH THE INTERNATIONAL INSTITUTE OF BIBLIOGRAPHY: PAUL OTLET, HENRI LA FONTAINE E MANOEL CÍCERO PEREGRINO DA SILVA*

Carlos Henrique Juvêncio  
Georgete Medleg Rodrigues

**Resumo:** No âmbito do ideal de cooperação internacional apregoado por Paul Otlet e Henri La Fontaine, visa evidenciar como se deu o contato entre a Biblioteca Nacional brasileira e o Instituto Internacional de Bibliografia e quais os seus desdobramentos, sendo resultado de uma pesquisa de mestrado em Ciência da Informação, defendida no início do ano corrente. Busca contextualizar o momento de transformações pelo qual a Biblioteca Nacional brasileira passava graças, sobretudo, à construção de um novo prédio e consequente ocupação deste, bem como as transformações administrativas implementadas por seu diretor à época, Manoel Cícero Peregrino da Silva. Posiciona a criação do Serviço de Bibliographia e Documentação e do Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional como frutos do contato mantido entre as duas instituições. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisas bibliográfica e histórico-documental nos arquivos históricos da Biblioteca Nacional brasileira e nos arquivos do Mundaneum com sede na Bélgica, além dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Itamaraty. Conclui que o Instituto Internacional de Bibliografia e a Biblioteca Nacional do Brasil mantiveram durante alguns anos intensa correspondência e que, ao que parece, tal contato contribuiu para a inserção da Documentação como disciplina no Brasil.

**Palavras-chave:** Biblioteca Nacional. Instituto Internacional de Bibliografia. Mundaneum. Repertório Bibliográfico Universal. Serviço de Bibliografia e Documentação.

**Abstract:** Amongst the vision of international cooperation conceived by Paul Otlet and Henri La Fontaine, the article aims to highlight how was the connection between the Brazilian National Library and the International Institute of Bibliography, and what developed from that relationship. The subject is a result of a Master's Degree research on Information Science defended in the beginning of the year. It intends to contextualize the period of transformations by which the Brazilian National Library went through, especially during the construction of a new building and its further occupancy as well as the administrative changes implemented by its director at the time, Manoel Cícero Peregrino da Silva. The methodology consisted of bibliographic and documentation based research in the archives of the Brazilian National Library and the Mundaneum Archives Centre in Belgium as well as the Brazilian Historic and Geographic Institute and the Foreign Ministry. The article argues that the establishment of the Serviço de Bibliographia e Documentação and Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional were results of the contact maintained between the two institutions. It concludes that the International Institute of Bibliography and the Brazilian National Library sustained a close relationship for some years which apparently contributed to introduce the Documentation as a discipline in Brazil.

**Keywords:** Bibliography and Documentation Service. International Institute of Bibliography. Mundaneum. National Library (Brazil). Universal Bibliographic Repertory.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>27</sup>

A Biblioteca Nacional brasileira<sup>28</sup> passa por uma das maiores, senão a maior, reforma estrutural e administrativa de toda a sua história no início do século XX, no bojo das grandes transformações urbanísticas<sup>29</sup> por que passa a então capital federal, o Rio de Janeiro, e sob a égide do seu diretor à época, Manoel Cícero Peregrino da Silva, que a comandou por mais de vinte anos. Nesse cenário, a Biblioteca inaugura um novo prédio, planejado e construído segundo as suas necessidades e anseios. Nesse contexto, ocorre também a revisão das técnicas de tratamento, acesso, difusão e preservação de seus acervos. A viagem de seu diretor à Europa e aos Estados Unidos com o intuito de colher informações sobre o que de mais moderno existia no tratamento e preservação de acervos é uma das frentes desse projeto de modernização.

Nesse sentido, ele visita diversas instituições norte-americanas e europeias, dentre elas as Bibliotecas do Congresso e a Vaticana, além do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), esta última o foco desta comunicação. Fundado por Paul Otlet e Henri La Fontaine, o Instituto buscava integrar o mundo com vistas a criar uma grande fonte unificada de informação mundial, o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), além de padronizar as técnicas utilizadas na representação dos mais diversos tipos de documentos, que vão desde a catalogação até uma classificação específica para este fim, a Classificação Decimal Universal (RAYWARD, 1975).

Rayward (1975) observa que o Repertório Bibliográfico Universal seria um grande catálogo que visava representar todo o conhecimento humano por meio de fichas catalográficas 7,5cm X 12,5cm o qual, segundo Otlet (1908), iria formar um grande repositório do saber produzido pelo espírito humano. Dessa forma, conclama países e instituições a organizarem suas bibliografias, sejam elas gerais ou específicas, de modo a

---

<sup>27</sup> Este trabalho é parte das conclusões de nossa dissertação de mestrado intitulada “O Mundaneum no Brasil: o Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB).

<sup>28</sup> A origem da Biblioteca Nacional do Brasil remonta à Real Biblioteca portuguesa trazida pela Corte por ocasião de sua mudança para o Brasil no início do século XIX no bojo das guerras napoleônicas. Sua fundação se dá em 1810, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, contudo, com a independência do país em 1822, a Real Biblioteca foi adquirida pelo agora Império brasileiro e transformada em Biblioteca Imperial (SCHWARCZ; COSTA; AZEVEDO, 2002).

<sup>29</sup> No início do século XX a então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, passava por grandes transformações urbanísticas que visavam higienizar o seu centro urbano, bem como modernizar a cidade incluindo a derrubada de boa parte de seu centro antigo, bem como a abertura de novas vias e uma grande avenida, a Avenida Central.

alimentar o Repertório Universal. Otlet e La Fontaine (1895) também exprimem seu desejo de verem o RBU multiplicado em cada país, por meio da compra de suas fichas, uma estratégia de mão dupla, já que visava divulgar as informações contidas em tal Repertório, bem como fornecer um meio de custear as atividades do Instituto.

Nesse domínio, estabelece-se o contato entre a Biblioteca Nacional do Brasil e o Instituto Internacional de Bibliografia. A primeira, para além de buscar o que de mais moderno se fazia em termos Biblioteconômicos para auxiliar na reforma em suas técnicas de tratamento de acervo, também se interessa em fazer parte do ideal da dupla de juristas belgas. Nesse sentido, temos como resultado, segundo Rayward (1975) a maior encomenda de fichas do Repertório Bibliográfico Universal da história do Instituto: 600 mil fichas, encomendadas por Peregrino da Silva em 1911.

Assim, nosso objetivo nesta comunicação é evidenciar como se deu o contato entre a Biblioteca Nacional brasileira e o Instituto Internacional de Bibliografia e quais os seus desdobramentos, especificamente a criação do *Serviço de Bibliographia e Documentação* da Biblioteca Nacional, considerada aqui como resultado direto da interação entre as duas instituições, bem como a edição do *Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional*, em 1918.

Vale ainda ressaltar que nosso estudo constitui-se numa pesquisa histórico-qualitativa, pois visa analisar um fenômeno em seu contexto sociocultural (GIL, 2010). Com esse intuito, realizamos pesquisas documentais *in loco* no arquivo histórico da Biblioteca Nacional, nomeado pela Divisão de Manuscritos da instituição de Coleção Biblioteca Nacional. Em tal arquivo, buscamos por vestígios documentais que comprovassem tal relação, como cartas, ofícios e demais fontes documentais. Nesse sentido, consultamos 29 códices<sup>30</sup> de correspondência expedida e recebida pela instituição e recuperamos 24 documentos úteis à nossa pesquisa.

O Arquivo Histórico do Itamaraty também fez parte do *corpus* de nossa pesquisa *in loco*, sobretudo a documentação referente à embaixada brasileira em Bruxelas. Neste arquivo foram consultados 12 códices que, bem como na Biblioteca Nacional, possuíam em média 500 documentos cada. De tal conjunto, recuperamos cinco documentos relativos à Legação Brasileira em Bruxelas que se referiam à nossa pesquisa.

---

<sup>30</sup> Tais códices são fruto da reunião de cartas recebidas ou expedidas em determinado período (geralmente ano), sendo arrolados em volumes de capa dura e organizados por ordem cronológica com, em média, 500 documentos cada.

Por fim, através de correio eletrônico, também mantivemos contato com o arquivo do *Mundaneum*, na figura da senhora Stephanie Manfroid, que, de acordo com referências de Rayward (1975) enviadas por nós, nos remeteu um dossiê digitalizado sobre a participação brasileira nas ações propostas por Otlet e La Fontaine.

Nesse sentido, ao traçarmos nossa metodologia de pesquisa nos mais variados arquivos e instituições, lidamos com a noção de ramificação<sup>31</sup> proposta por Carvalhêdo (2012). Assim, a pesquisa não termina apenas em um fundo ou acervo, mas se ramifica, possuindo vestígios em vários outros locais de guarda e preservação.

## **2 A BIBLIOTECA NACIONAL BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Os anos mil e novecentos começam para a Biblioteca Nacional brasileira com mudanças. A primeira – considerada por nós, dentro dos objetivos deste trabalho, como a mais importante – foi a nomeação de Manoel Cícero Peregrino da Silva para diretor da instituição em julho de 1900.

Já em seu primeiro relatório ao então ministro da Justiça e Negócios Interiores, órgão ao qual à Biblioteca estava subordinada, Peregrino da Silva reclama das péssimas condições encontradas na sede da instituição, àquela época situada na Rua do Passeio, no Centro do Rio de Janeiro. Peregrino observa que não há mais espaço para acomodação do acervo da instituição e nem para que os usuários façam suas consultas de modo adequado (SILVA, 1901). Nos anos posteriores, Peregrino da Silva retoma o assunto, sempre enfatizando a necessidade de que a Biblioteca possuísse um prédio condizente com a importância de seu acervo e planejado de acordo com as necessidades da instituição.

Dadas as reiteradas reclamações, em 1904 a Biblioteca Nacional é autorizada a construir seu novo prédio, e, em 1905, é lançada a pedra fundamental do novo edifício num terreno situado na recém-inaugurada Avenida Central – marco das transformações urbanísticas ocorridas no Rio de Janeiro no período. (SILVA, 1905)

Com o novo prédio sendo construído, segundo as necessidades da instituição e seguindo suas especificações, Peregrino da Silva inicia o planejamento para a ocupação do imóvel. Assim, buscando, aparentemente, oferecer condições para a implementação de seu projeto de modernização institucional, o diretor edita um novo regulamento para a Biblioteca

---

<sup>31</sup> “A ramificação se trata da ocorrência de documentos de um fundo em outro fundo distinto como consequência de uma rede trans e intrainstitucional de produção, recepção e compartilhamento documental para o cumprimento de uma missão ulterior e comum a toda essa rede, mesmo de maneira temporária e muitas vezes não publicada oficialmente, num determinado contexto político e não apenas documental” (CARVALHÊDO, 2012, p. 53-54).

Nacional. Publicado no *Diário Oficial da União* em 16 de julho de 1911 (BRASIL, 1911), esse documento, considerado por Fonseca (1973a) um dos mais modernos à época, busca fazer com que a instituição cumpra sua missão de repositório da memória nacional.

Nesse mesmo sentido, Peregrino da Silva já havia feito aprovar uma nova Lei de Depósito Legal, instituída pelo Decreto nº 1.825, de 20 de Dezembro de 1907 (BRASIL, 1907), que, já em seu artigo primeiro, expõe que:

Os administradores de officinas de typographia, lithographia, photographia ou gravura, situadas no Districto Federal e nos Estados, são obrigados a remeter a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem<sup>32</sup>.

O destaque para esse decreto está no fato de que é ali que, pela primeira vez, a Lei de Depósito Legal tem alcance em todo o Brasil, pois, antes, a obrigação de cumprir tal lei se restringia apenas aos editores do então Distrito Federal, o Rio de Janeiro (FONSECA, 1973b).

O então diretor (SILVA, 1913, p. 7) destaca que, dentre as mudanças por ele implementadas:

Merecem destaque as seguintes: modificação na maneira de construir as secções, sendo annexadas as cartas geographicas á secção de estampas, da qual se desmembrou o gabinete de numismatica; separação das publicações periodicas, como um ensaio de hemeroteca; prolongamento da consulta até ás 10 horas da noite; funcionamento aos domingos; substituição do processo de provimento de cargos; curso de biblioteconomia; conselho consultivo; emprestimo domiciliar mediante caução; investigações e estudos em outras bibliothecas, archivos e museus; serviço de bibliographia e documentação; concursos bibliographicos; serviço de informações; consulta por meio de correspondencia; patrimonio; conferencias.

Nessa citação merecem destaque: a nova organização das seções da Biblioteca, seguindo aspectos tipológicos das obras; a criação do curso de Biblioteconomia visando formar profissionais aptos a lidar com o acervo da Biblioteca Nacional e suas especificidades; as investigações e estudos em outras bibliotecas, arquivos e museus que visavam, sobretudo, a recuperar informações e copiar documentos sobre o Brasil no exterior, mas, também, a verificar as técnicas de tratamento, armazenamento e acesso aos acervos em diversas instituições; por último, a criação do *Serviço de Bibliographia e Documentação*, assunto que será explorado na próxima seção desta comunicação. O diretor ainda centraliza o serviço de intercâmbio internacional de instituições brasileiras na Biblioteca, tornando-a uma espécie de centro nacional de contato com o exterior.

---

<sup>32</sup> Optou-se, neste trabalho, por não fazer a atualização dos vocábulos das citações para as normas gramaticais e gráficas atuais. Entendemos que desta forma, mantemos a fidedignidade dos textos.

Peregrino da Silva realiza também, em 1907, uma excursão aos Estados Unidos e à Europa, onde visitou, segundo Bittencourt (1955), diversas instituições com o intuito de aprender técnicas e observar concepções modernas que pudessem ajudar na reformulação pela qual passava a BN. Dentre as instituições visitadas podemos destacar as bibliotecas do Congresso Americano, da cidade de Nova Iorque, de Leipzig, do Vaticano e de Paris; o Arquivo de Marinha e Ultramar da Biblioteca de Lisboa, o Arquivo e Biblioteca de Haia, o Museu de Amsterdã e o Instituto Internacional de Bibliografia, em Bruxelas.

Segundo Bittencourt (1955, p. 59) os objetivos das viagens de Peregrino da Silva foram para:

[...] ver o que se tinha de ver para estar à frente do que se construía.

Não era apenas nas linhas arquitetônicas de uma fachada que tinha de pensar.

Uma biblioteca é uma instalação com requisitos internos para conter um conjunto de serviço.

Por sua vez, Peregrino da Silva em seu relatório de 1907 escreve que:

Occupei-me principalmente em visitar bibliothecas publicas para estudar a sua organização, em percorrer os catalogos de manuscriptos dessas bibliothecas e de alguns archivos para extrahir a relação dos que se referissem ao Brasil, em examinar as estantes e dispositivos em uso nas bibliothecas, em visitar fabricas d'esse material para solicitar propostas e em fazer aquisição de alguns manuscriptos, impresso, estampas, cartas geographicas e medalhas, tudo de conformidade com as Instrucções que acompanharam o citado Aviso (SILVA, 1908, p. 342-343).

A nova sede da Biblioteca Nacional é inaugurada em 29 de outubro de 1910, exatamente 100 anos após a sua fundação em terras brasileiras pelo governo português, com todas as mudanças planejadas por Peregrino da Silva, sendo destaque na imprensa como um marco do processo de modernização pelo qual o país passava (Biblioteca Nacional, 2010).

FIGURA 1: Notícia de jornal sobre a inauguração do novo prédio da Biblioteca Nacional.



Fonte: Correio da Manhã (RJ), 29 out. 1910.



### 3 UMA RELAÇÃO DESVELADA: A INTERAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA NACIONAL E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA

No bojo do projeto de Paul Otlet e Henri La Fontaine para a criação de um repositório mundial do saber humano, o regulamento da Biblioteca Nacional adotado a partir de 1911 determinou a criação do *Serviço de Bibliographia e Documentação* na instituição, tendo o Instituto Internacional de Bibliografia como seu referente.

Nossas pesquisas não indicaram em qual período Peregrino da Silva teve contato inicial com a ideologia do IIB, contudo, é bem provável que isso tenha ocorrido enquanto o diretor ainda dirigia a Biblioteca da Faculdade de Direito de Recife (1889-1900), pois, em 1902, no “*Projecto de Regulamento para a Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*”, ele propôs a criação do Instituto Bibliographico Brasileiro. Tal órgão, anexo à Biblioteca Nacional, teria missões bem próximas daquelas que acabaram por constituir o *Serviço de Bibliographia e Documentação*. Peregrino da Silva declara, em carta a Louis Masure, à época secretário do IIB, ao comentar sobre a criação do referido *Serviço* na BN, que “[...] não criamos um serviço independente, porque o governo não o tinha autorizado legalmente na reorganização da Biblioteca. De resto, penso que será melhor começar modestamente” (SILVA, 28 nov. 1911).

Em 1909, no cerne do planejamento da mudança da Biblioteca Nacional para seu novo prédio, Peregrino da Silva escreveu ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, relatando os fatos ocorridos na *Conferência Internacional de Bibliographia e Documentação*, que se realizou em Bruxelas em julho de 1908. Diz ele que a Documentação vem resolver os problemas de organização do acervo e visa à construção de um grande repertório do saber humano, na figura do Repertório Bibliográfico Universal. Também observa que o país deve participar desse projeto como meio de divulgação das informações no país (SILVA, 19 abr. 1909).

Interessante notar que no momento em que a Biblioteca planejava a sua mudança para um novo espaço, enquanto suas técnicas de tratamento de acervo eram revistas, o termo Documentação aparece na fala do diretor, talvez servindo como norte para as ações que ele colocaria em prática a partir de então. Nesse sentido, é bem provável que o desejo de modernização, aliado à vontade de internacionalização da instituição, tenha impulsionado Peregrino da Silva a fazer parte do projeto de integração mundial proposto por Otlet e La Fontaine. Isso faz sentido se considerarmos que o próprio Instituto Internacional de Bibliografia já conclamava a participação brasileira através do contato com o embaixador brasileiro em Bruxelas, Oliveira Lima, em 1910 (MASURE, 23 ago. 1910). O argumento do

secretário Louis Masure era de que a participação brasileira era de suma importância para o desenvolvimento do ideal bibliográfico e documentalista na América do Sul.

No mesmo ano, e também com objetivo de conclamar a participação brasileira nos ideais de Otlet e La Fontaine, o então diretor da Biblioteca Nacional escreve ao ministro da Justiça e Negócios Interiores observando que a participação brasileira nos ideais do Instituto Internacional de Bibliografia seria de suma importância para as ambições brasileiras de inserção num projeto de proporções mundiais, como o RBU. E diz que “A aquisição de uma coleção das fichas impressas do repertório bibliográfico universal é-nos indispensável”. Observa, ainda, que planeja encomendar junto ao Instituto 700.000 fichas do RBU (SILVA, 1910).

Parece claro que Peregrino da Silva já projetava as ações a serem realizadas entre a BN e o Instituto Internacional de Bibliografia, como a compra de fichas do RBU. Parte de um projeto de acesso à informação e de cooperação internacional, o *Serviço de Bibliographia e Documentação* parece também ter recebido atenção especial de Peregrino da Silva, uma vez que, antes mesmo de sua implementação, pelo Regulamento de 1911, o *Serviço* já dispunha de mobiliário adequado para o recebimento das fichas do RBU, bem como espaço para consulta. Dessa forma, o compromisso do diretor em fazer a Biblioteca honrar o “palácio” (SILVA, 1911) que recebera do governo implicava torná-la um centro nacional de informações, seguindo o modelo preconizado por Otlet (1934).

Assim, em março de 1911, enfim, abriram-se as negociações entre a BN e o IIB, para que a Biblioteca pudesse comprar do Instituto as fichas do Repertório Bibliográfico Universal. Peregrino da Silva escreve assim ao secretário do Instituto, Louis Masure:

Durante minha estadia em Bruxelas, tive o prazer de lhes fazer uma visita a fim de obter informações sobre as fichas do Repertório Bibliográfico Universal que eu desejo adquirir para esta Biblioteca.

Eu preciso, agora, de uma coleção destas fichas, sendo as mais completas possíveis e ordenadas alfabeticamente, gostaria que me dissesse o preço pelo qual podemos obtê-las e o tempo necessário para recebê-las (SILVA, 21 mar. 1911).

Masure responde a carta em 9 de maio de 1911:

Para responder à questão específica que vós me pedistes, tenho a honra de informá-lo que posso lhe fornecer uma cópia das fichas do Repertório Bibliográfico ao valor de 25 francos por cada 1000 fichas classificadas de acordo com o nome do autor, fontes, etc.

Por favor, permita-me fazer uma observação: Eu acho que seria muito benéfico para a sua biblioteca possuir, ao mesmo tempo, um repertório alfabético e um repertório metódico, assim a Biblioteca do Rio de Janeiro irá disponibilizar aos seus visitantes uma variedade maior de informações.

Quanto à questão do tempo necessário para este trabalho, ele estaria sujeito ao envio, pelo Governo brasileiro, de metade do montante a ser pago com vistas a termos maior velocidade (MASURE, 9 maio 1911).

Percebe-se que a aspiração de dispor das fichas do RBU no espaço da Biblioteca já tinha um preço: 25 Francos a cada 1.000 fichas. Logo, restava a autorização do governo para que a compra fosse efetuada. Assim, Peregrino escreve ao ministro Rivadavia Corrêa em 10 de junho de 1911, declarando:

Tenho a honra de solicitar que vos digneis de me conceder auctorisación para encommendar ao Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas uma collecção de fichas do repertorio bibliographico universal que vae sendo organizado pelo mesmo Instituto.

Não é preciso encarecer a importancia do repertorio nem a necessidade de que exista no Brasil e neste estabelecimento um exemplar dessa collecção de fichas. Seriam aliás necessarias duas collecções, uma disposta em ordem systematica e outra em ordem alphabetica. Poderá porem ser encommendada por ora a collecção systematica ou uma grande parte d'ella para depois ir sendo completada e pouco a pouco accrescida da collecção alphabetica.

Entre os moveis americanos, cuja aquisição foi auctorisada por esse Ministerio e effectuada antes de ser inaugurado o edificio da Bibliotheca estão dous armarios, cada um com 120 gavetas, destinados ás fichas do repertorio, para o qual foi reservada uma das salas do 2º andar.

Tendo-me dirigido por carta ao Secretario d'aquelle Instituto a fim de saber em que condições podia ser fornecida uma collecção das fichas do repertorio, acabo de ser por elle informado de que o preço será de 25 francos por 1000 fichas, sendo porem necessario que o Governo Brasileiro lhe adiante a metade da quantia em que importar a encommenda.

Penso que poderão ser encommendadas 600.000 fichas do repertorio systematico, elevando-se assim a 15000 francos o preço total e a 7.500 francos a quantia que, no caso de ser concedida a auctorisación, peço seja adeantada ao Secretario do Instituto Internacional de Bibliographia, em Bruxellas, por intermedio da Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres e por conta da sub-consignação "Permutações e documentação. Investigações, etc." da rubrica nº [84] do Orçamento d'esse Ministerio.

Na "documentação", no sentido que lhe atribue aquelle Instituto, está comprehendido repertorio bibliographico, conforme tive occasião de expor em officio nº 73 de 19 de Abril de 1909 (SILVA, 10 jun. 1911).

Nessa carta, podemos perceber o quanto Peregrino da Silva considerava importante a aquisição das fichas: sua fala não deixa dúvidas de que a compra é de suma importância para o desenvolvimento da Biblioteca como instituição e como disseminadora da informação.

Tal quantidade de fichas, conforme cita Rayward (1975), foi a maior encomenda recebida pelo IIB ao longo de sua história. Nesse sentido, parece-nos que o plano de Manoel Cícero Peregrino da Silva era o de mostrar ao mundo a grande instituição que o Brasil possuía, além de oferecer aos seus usuários acesso a maior fonte de informação mundial do período.

Em 4 de julho de 1911 Peregrino da Silva escreveu novamente ao secretário do Instituto, dizendo:

Acusando o recebimento de vossa carta de 9 de maio, tenho o prazer de anunciar que fui autorizado pelo Ministro de Negócios Interiores a encomendar 600.000 fichas de vosso repertório metódico, no valor de 15.000 francos, dos quais metade (7.500 francos) lhe pagarei por meio da sucursal do Tesouro Brasileiro em Londres. A Ordem de Pagamento será emitida e eu vos avisarei.

Por não saber o número exato que vós podereis me fornecer, eu fixei o máximo de 600.000 no ano corrente. Eu preciso de uma coleção completa de fichas do repertório metódico, e outra do Repertório Alfabético que será encomendado depois.

É indispensável que, ao menos, metade da quantidade encomendada seja enviada a tempo (SILVA, 4 jul. 1911).

Dias após o envio desta carta, o Novo Regulamento da Biblioteca Nacional finalmente foi publicado, estabelecendo:

Art. 137. O serviço de bibliographia e documentação, em correspondencia com o do Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, abrangerá:

1º, a organização, segundo o systema de classificação decimal e por meio de fichas, do repertorio bibliographico brasileiro como contribuição para o repertorio bibliographico universal, de modo a comprehender as obras de autores nacionaes ou estrangeiros, impressas ou editadas no paiz, as de autores nacionaes, impressas no estrangeiro ou ineditas e as de autores estrangeiras que se occuparem especialmente do Brazil, incluidos os artigos insertos em publicações periodicas e os escriptos de qualquer natureza;

2º, a impressão dessas fichas para serem expostas á venda ou permutadas por fichas de repertorios estrangeiros;

3º, a aquisição de um exemplar de cada uma das fichas que constituem os repertorios estrangeiros, já organizados e que se forem organizando;

4º, a cooperação da Bibliotheca na organização do repertorio-encyclopedico universal;

5º, a organização do catalogo colectivo das bibliothecas brazileiras;

6º, o uso publico dos repertorios e do catalogo colectivo (BRASIL, 1911).

Tendo como metas as propostas do Instituto Internacional de Bibliografia, o *Serviço de Bibliographia e Documentação* surgiu para, finalmente, legitimar o contato profícuo que vinha se construindo entre as duas instituições. Sobremaneira, ele ratificou a participação brasileira no ideal internacionalista de Otlet e La Fontaine, bem como colaborou com a construção de uma rede de informações no Brasil, principalmente por meio de catálogos coletivos e das fichas do RBU.

Encomendadas as fichas, Peregrino da Silva enviou nova carta ao IIB em 12 de agosto de 1911, informando que a ordem de pagamento da primeira metade do valor já tinha sido emitida pelo Tesouro Brasileiro. Em carta do dia 19 de setembro de 1911, confirmado o

recebimento do valor enviado ao Instituto, Louis Masure dizia que enviaria as fichas classificadas segundo o repertório metódico (CDU) e ressaltava, novamente, que “Elas deverão ficar à disposição do público do Brasil”.

A insistência de Masure para que as fichas fossem disponibilizadas ao público provavelmente tem relação com o ideal de acesso e disseminação da informação, tal como defendido por Otlet e La Fontaine (1895); dessa forma, ele está em consonância com os objetivos do RBU, que traziam a noção de que o Repertório devia ser um instrumento de pesquisa, a ser disponibilizado em todos os centros intelectuais, além de que ele deveria estar totalmente disponível ao público (OTLET; LA FONTAINE, 1895).

Na carta seguinte, Peregrino da Silva comentou a criação do *Serviço de Bibliographia e Documentação*, e questiona Masure sobre o andamento do trabalho:

Acredito que você não tem tempo para me entregar este ano as outras 300.000 fichas que completariam a primeira encomenda, mas não importa, porque vou tentar renovar para o próximo ano, já que o pagamento se encontra autorizado e posso fazê-lo assim que for necessário. Me envie as primeiras fichas (300.000) assim que estiverem prontas, este ano ou no próximo.

Você recebe uma cópia do nosso regulamento em vigor desde 11 de julho, com o Serviço de Bibliografia implementado. Nós não criamos um serviço independente, porque o governo não o tinha autorizado legalmente na reorganização da Biblioteca. De resto, penso que será melhor começar modestamente (SILVA, 28 nov, 1911).

É importante ressaltar, nessa carta, que Peregrino da Silva deixava clara a intenção da Biblioteca de comprar mais fichas do Repertório, pois a BN já tinha verba destinada a esse fim, evidenciando a vontade do dirigente de tornar a instituição brasileira um centro de informações à altura do *Mundaneum*, aquilo que o IIB se tornaria mais tarde, resguardadas, obviamente, as devidas proporções, contextualizando-se a situação brasileira.

Peregrino declarava, ainda, que a parte do regulamento da Biblioteca referente à Bibliografia e Documentação ia ao encontro do que ele observara no IIB, por ocasião da sua visita ao Instituto.

Em correspondência de 29 de dezembro de 1911, Masure respondeu que havia convidado o embaixador do Brasil em Bruxelas à época, Oliveira Lima, para receber a primeira remessa de fichas do RBU ao Brasil, que totalizava, àquela altura, 192 caixas, com um total de 230.000 fichas. O secretário ainda explicava que as caixas seriam enviadas pelo serviço de intercâmbio internacional e que tinha recebido o Regulamento da Biblioteca citado na carta anterior, expondo que esse seria um dos temas do próximo número do *Bulletin de l'Institut International de Bibliographie*.

O recebimento das fichas pelo embaixador brasileiro tornou-se um evento diplomático. Rayward (1975) nos fala que vários embaixadores, principalmente dos países sul-americanos, notadamente os do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e do Chile, foram convidados para o evento.

A carta-convite (MASURE, 29 nov. 1911) enviada aos embaixadores reafirma o desejo do IIB de construção de uma rede de informações em nível mundial, dado o seu tom propagandista evidente. Também nos soa intencional a escolha dos destinatários, pois, ao que parece, a articulação entre países fronteiriços também era interessante ao Instituto. Sendo assim, o Instituto insistia no seu caráter internacionalista, buscando mais adeptos aos seus ideais.

Após alguns meses de silêncio, em 11 de junho de 1912 Peregrino da Silva voltou a escrever ao secretário do Instituto:

As fichas que vós enviastes e havia mencionado na sua carta de 29 de dezembro de 1911 chegaram em boas condições.

Eu gostaria de saber se as outras fichas do repertório metódico estão sendo preparadas e se posso esperar que elas me sejam remetidas em breve.

Tendo feito o pedido de 600.000 fichas, gostaria imensamente de receber até dezembro aquelas que completam essa quantidade (SILVA, 11 jun. 1912).

Peregrino da Silva obtém como resposta do secretário Masure, em 10 de julho de 1912, que este estava finalizando o preparo da segunda remessa e que a enviaria em breve.

A última carta enviada pela BN à qual tivemos acesso se referia à negociação das fichas do RBU e foi enviada por Peregrino da Silva a 29 de julho de 1912:

Acusando o recebimento de sua carta do dia 10 do corrente, faço-o saber que as caixas que contém as fichas que vós me enviastes através do intermediário do Serviço Belga de Intercâmbio foram recebidas em 2 de março de 1912.

Eu espero que me envie em breve a segunda parte da minha primeira encomenda e queira aceitar, senhor Secretário, os protestos de nossa mais elevada consideração (SILVA, 29 jul. 1912).

A carta foi respondida em 2 de setembro daquele ano, confirmando a remessa, por meio do Serviço Belga de Intercâmbio Internacional, em 19 de agosto, de 71 caixas, compreendendo 1.400 fichas cada. Na ocasião, o secretário também avisava que em breve enviaria o inventário do que foi remetido à Biblioteca (MASURE, 12 set. 1912).

Pelas nossas contas, pouco menos de 330.000 fichas chegaram à Biblioteca Nacional, ou seja, 55% do montante encomendado em 1911. A prova disso é que a Biblioteca ainda conserva, na Divisão de Manuscritos, parte do conjunto de fichas que um dia compuseram o seu *Serviço de Bibliographia e Documentação*. São aproximadamente 1.800 fichas acondicionadas numa caixa de papelão simulando uma gaveta de fichário, com 31 cm de

profundidade, 15 cm de largura e 10 cm de altura, classificadas pela CDU entre os números 016:292 e 016:59.82.

#### **4 O BOLETIM BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA**

A construção do repertório bibliográfico brasileiro, ou seja, da bibliografia nacional, foi um dos objetivos propostos para a criação do Serviço de Bibliografia e Documentação da Biblioteca Nacional. Apesar de já existirem edições desse tipo de obra datadas do final no século XIX (FONSECA, 1973a), naquele momento, a empreitada se adequava a um ideal maior, de cooperação e intercâmbio internacional de informações.

Além disso, havia também o compromisso legal da BN com a construção de uma fonte de informação nesses moldes, tendo em vista que o Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907, que rege o depósito legal de publicações editadas no país na Biblioteca Nacional, em seu artigo 5º, diz que: “A Bibliotheca Nacional publicará regularmente um boletim bibliographico que terá, por fim principal registrar as aquisições effectuadas em virtude desta lei” (BRASIL, 1907). Ou seja, antes mesmo do Regulamento de 1911, a Biblioteca já se comprometia a publicar um boletim (ou repertório) bibliográfico com vistas ao cumprimento da lei, bem como a inventariar a produção intelectual brasileira.

Nesse ponto, Rayward (1975) observa que houve um esforço do governo brasileiro para que um funcionário da BN fosse a Bruxelas para estudar as técnicas empregadas pelo Instituto. Entretanto, ainda segundo o mesmo autor, tal tentativa falhou, em virtude do início da Primeira Guerra Mundial. Essa tese, contudo, não encontra amparo em nossa pesquisa, que, ao contrário, aponta para uma situação diferente.

De fato, em 1913, Peregrino da Silva articulava com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores o envio de um funcionário da BN ao Instituto Internacional de Bibliografia, com o objetivo de aprender as técnicas empregadas na construção do Repertório Bibliográfico Universal. Tal ação demonstrava um esforço para melhor entender as técnicas utilizadas pelo Instituto, bem como um meio para a edição da Bibliografia Brasileira.

Cícero de Britto Galvão era o oficial encarregado das fichas do Repertório Bibliográfico Universal e o nome pensado por Peregrino da Silva para ir a Bruxelas. Sendo a bibliografia uma especialidade de Britto Galvão, naturalmente recairia nele a escolha, por Peregrino da Silva, para estudar no Instituto. Dessa forma, o diretor, em carta ao ministro da Justiça e Negócios Interiores datada de 17 de julho de 1913, dizia:

Sr. Ministro,

Sendo conveniente que o official Cicero de Britto Galvão, encarregado de por em ordem as fichas do repertorio bibliographico universal que tem sido fornecidas pelo Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, estude a organização do mesmo repertorio e se familiarise com o systema de classificação decimal nelle adoptado, de modo a poder organizar o repertorio brasileiro, tenho a honra de submeter á vossa aprovação a designação que fis do mesmo official para proceder áquelles estudos no referido Instituto de Bruxellas.

A comissão que será confiada ao official Cicero de Britto Galvão poderá ser desempenhada nos mezes de Agosto a Dezembro mediante a gratificação de quinhentos mil reis mensaes e um conto de reis para passagens, sem prejuizo dos seus vencimentos, despesa que correrá pela sub-consignação “Investigações e estudos em bibliothecas, etc.” da consignação “Material” do n. 27 do orçamento deste Ministerio.

Por conta dessa gratificação extraordinaria e para occorrer ás primeiras despesas que o desempenho da comissão irá acarretar, solicito que vos digneis de ordenar seja paga ao referido official a quantia de dois contos e quinhentos mil reis (SILVA, 17 jul. 1913).

Ao que o ministro, à época Rivadavia Corrêa, responde autorizando a viagem do funcionário da Biblioteca. Desta forma, tendo a autorização de seu superior, Peregrino da Silva solicita ainda que ele interceda junto ao Ministério das Relações Exteriores para que “seja elle [Cícero de Britto Galvão] recomendado ao Ministro do Brasil em Bruxellas afim de mais facilmente poder desempenhar-se da comissão que lhe foi confiada” (SILVA, 30 jul. 1913).

Resolvidas as questões burocráticas internas, em 4 de agosto de 1913, Peregrino da Silva escreveu ao secretário do IIB, Louis Masure, dizendo:

Tenho o prazer de anunciar que acabei de encarregar o Sr. Britto Galvão, funcionário desta Biblioteca, para ir a Bruxelas para estudar no Instituto Internacional de Bibliografia a organização do repertório bibliográfico Universal.

Ao funcionário, peço, por gentileza, que o acolha bem, ele deve permanecer em Bruxelas até o fim de novembro ou primeiros dias de dezembro, desta forma tendo tempo suficiente para compreender o mecanismo do repertório (SILVA, 4 ago. 1913).

Assim, Cícero de Britto Galvão foi à Bélgica estudar no Instituto, permanecendo lá até o final de dezembro, conforme nos relata Silva (1914), ao declarar, em seu relatório referente ao ano de 1913, que o official iria permanecer em comissão na Europa entre os dias 06 de agosto e 31 de dezembro.

Com o hiato de alguns anos – há um verdadeiro silêncio dos arquivos; a falta de fontes impediu-nos de traçar a trajetória do official da Biblioteca –, em 1918 foi lançada, de acordo com os padrões estipulados pelo IIB, a Bibliografia Brasileira, chamada de *Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Organizada por Cícero de Britto



Galvão, a bibliografia foi editada entre 1918 e 1921, contando com 14 volumes produzidos conforme as normas do IIB, com as informações preenchendo apenas o anverso da folha, com espaço suficiente para que fossem recortadas e coladas em fichas padrão 7,5 cm X 12,5 cm. Assim, “O Boletim Bibliographico, finalmente vem à luz publica sem originalidade de maior, porquanto para elle se adoptou o melhor modelo conhecido que é o do Institut Internationale de Bruxelles” (MAGALHÃES, 1918).

A citação a seguir, embora longa, é necessária para que possamos compreender efetivamente o alcance dessa iniciativa. Magalhães (1919-1920, p. 292-293), diretor interino da BN e autor do relatório institucional referente ao ano de 1918, escreveu que:

Devo fazer menção especial do "Boletim Bibliographico", porque, embora para a sua organização definitiva houvesse eu apenas contibuido com ligeiros retoques, veiu elle a lume sob a minha administração interina, e o reputo de um dos mais consideraveis melhoramentos ultimamente introduzidos nesta Bibliotheca.

Era uma obrigação estatuida pelo Decreto n. 1.825 de 20 de dezembro de 1907, e pelo Regulamento da Bibliotheca Nacional, de 11 de Junho de 1911. Não tinha sido, porém, cumprida, o que dava aso a reclamações procedentes e curiosas, qual a de certo editor estabelecido na Bahia, o qual, toda vez remettia á Bibliotheca nacional cada exemplar das obras que estampava, dizia e interrogava: - "Eu estou cumprindo o dever a que força a lei. Quando é, entretanto, que a Bibliotheca se dispõe a cumprir o seu?".

Não reiterarei aqui as longas explicações que, firmadas por mim e pelo director da 1.<sup>a</sup> secção, servem de prefacio ao numero do "Boletim Bibliographico". Limitar-me-ei a corroborar a justa asserção do dr. Constancio Alves – de que o "Boletim Bibliographico", desde que a Bibliotheca effectivamente receba, por virtude do decreto n. 1. 1825, um exemplar de cada obra editada em nosso paiz, será o "registro completo da actividade intellectual do Brasil", além de "proporcionar a quantos estudam um instrumento de trabalho como nunca possuímos e cuja utilidade é desnecessaria apontar".

Ficou encarregado da organização do "Boletim Bibliographico"; para qual se adoptou o melhor modelo conhecido, que é o do Institut de Bibliographie International de Bruxelles, o official Cícero de Brito Galvão, não ha muito chegado de uma viagem de estudos e pesquisas na Europa, especialmente na Belgica.

Tendo-se resolvido que a publicação fosse trimestral, os numeros I e II saíram dos prelos com regularidade; mas, em consequencia da epidemia que alteou esta Capital no mezes de outubro e novembro e ainda por motivos da deficiencia da pressão por parte do gaz de que se servem os nossos linotypos, ficaram bastante atrasados os numeros III e IV, os quaes, formando um tomo unico, serão distribuidos em começo do corrente anno.

Nesse sentido, com a edição do *Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* os esforços de cooperação e intercâmbio entre a Biblioteca Nacional brasileira e o Instituto Internacional de Bibliografia ficam mais evidentes. Não sendo a produção do *Boletim* uma iniciativa pioneira – gestões anteriores da instituição já haviam publicado

bibliografias brasileiras (FONSECA, 1973b) –, a novidade dessa edição, em particular, foi sua consonância com os ideais do IIB. Além de configurar um retrato vivo do profícuo contato mantido entre a Biblioteca Nacional Brasileira e os ideais de Paul Otlet e Henri La Fontaine.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Internacional de Bibliografia e a Biblioteca Nacional do Brasil mantiveram durante alguns anos uma relação bem próxima e que parece ter contribuído para a inserção da Documentação enquanto disciplina no Brasil. Segundo Sambaquy (1956) a criação do *Serviço de Bibliographia e Documentação* foi o embrião do que, em 1954, se constituiu no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Outro fruto de tal interação foi a criação da primeira tentativa de controle bibliográfico da produção brasileira segundo os preceitos idealizados por Paul Otlet e Henri La Fontaine.

Se tal contato não resultou em mais frutos foi porque, segundo observa Rayward (1975), o início da Primeira Guerra Mundial frustrou os planos belgas, descontinuando suas atividades. Por outro lado, mesmo com tal interrupção, outros fatores contribuíram para que não houvesse maior interação entre as duas instituições, como o desinteresse dos sucessores imediatos de Peregrino da Silva pelo Serviço de Bibliographia e Documentação (FONSECA, 1973a), bem como a maior aproximação do Brasil, no entre guerras, e, sobretudo, no pós-guerra, com os ideais norte-americanos de cultura e modernização.

Outro fator que ainda pode ser objeto de pesquisa é também a mudança dos regimes de governo no Brasil a partir do ano de 1930, quando se inicia o Estado Novo<sup>33</sup> sob a égide de Getúlio Vargas, e os modos de administrar a República passam por severas transformações (BITTECONOURT, 1955).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

---

<sup>33</sup> A década de 1930 é caracteriza no Brasil por uma série de golpes de Estado, tais como a Revolução de 1930, golpe de Estado que depôs o então presidente Washington Luís e elevou ao poder Getúlio Vargas; a Revolução de 1932, na qual políticos do estado de São Paulo que se opunham ao governo pediam o afastamento de Getúlio Vargas da presidência e a promulgação de uma nova Constituição; e, por fim, a criação do chamado Estado Novo, mais um golpe de Estado que visou prolongar o mandato de Getúlio Vargas e derrubar a oposição. Getúlio Vargas, nome central destes eventos permaneceu por 15 anos ininterruptos à frente do governo, de 1930 a 1945 (ABREU, 2001).

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Manuel Cícero Peregrino da Silva**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/?sub=os-personagens%2Fmanuel-cicero-peregrino-da-silva%2F>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

BITTENCOURT, Feijó. Vida de Manuel Cícero Peregrino da Silva. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 229, p. 3-332, 1955.

BRASIL. Decreto n. 8.835, de 11 de Julho de 1911: Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial da União**, 16 jul, 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

BRASIL. Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907: Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial da União**, 21 dez. 1907. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1825-20-dezembro-1907-509239-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 out. 2012.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. **O “mito” da destruição total de documentos: um estudo dos arquivos relacionados à guerrilha do Araguaia à luz de princípios e noções arquivísticas**. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 29 out. 1910. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_02&pasta=ano%20191&pesq=bibliotheca%20nacional](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=bibliotheca%20nacional)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia Estatística e Bibliometria: uma reivindicação de prioridades. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973b.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de Documentação no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 108, n. 1, p. 37-52, jan./abr, 1973a.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O Mundaneum no Brasil: O Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2014.

Magalhães, Basílio de. A Bibliotheca em 1918. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 41-42, p. 270-303, 1919-1920. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_041-042\\_1919\\_20.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_041-042_1919_20.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

MAGALHÃES, Basílio de. Prefácio. Boletim bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan./mar, 1918.

MASURE, Louis. **Carta ao diretor da Biblioteca Nacional**. Bruxelas, 9 maio 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 68, 2, 006).

MASURE, Louis. **Carta ao diretor da Biblioteca Nacional**. Bruxelas, 19 set. 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 68, 2, 006).

MASURE, Louis. **Carta ao diretor da Biblioteca Nacional**. Bruxelas, 29 dez. 1911. (Biblioteca Nacional, 68, 2, 006).

MASURE, Louis. **Carta ao diretor da Biblioteca Nacional**. Bruxelas, 10 jul. 1912. (Biblioteca Nacional, Mss 68, 2, 007-008).

MASURE, Louis. **Carta ao diretor da Biblioteca Nacional**. Bruxelas, 2 set. 1912. (Mundaneum, Dossiê 504).

MASURE, Louis. **Carta ao diretor da Biblioteca Nacional**. Bruxelas, 27 jul. 1914. (Biblioteca Nacional, Mss 68, 3, 003).

MASURE, Louis. Carta enviada aos embaixadores em Bruxelas convidando-os para a cerimônia de entrega das fichas do RBU ao embaixador brasileiro, Oliveira Lima. Bruxelas, 29 nov. 1911. (Mundaneum, Dossiê 504).

OTLET, Paul. L'Office International de Bibliographie. In: LE MOUVEMENT scientifique en Belgique: 1830-1905: tomo II. Bruxelas: Société Belge de Librairie, 1908. p. 358-374.

Disponível em:

<<http://ia701200.us.archive.org/1/items/lemouvementscien02over/lemouvementscien02over.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

OTLET, Paul; LA FONTAINE, Henri. Création d'un Répertoire Bibliographique Universel: note préliminaire. **Bulletin de L'Institut International de Bibliographie**, ano 1, n. 1, p. 15-38, 1895.

Rayward, W. Boyd. **The universe of information: the work of Paul Otlet for Documentation and international organisation**. Moscow: VINITI; FID, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Angela Marques; AZEVEDO, Paulo Cesar de. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da A Bibliotheca Nacional em 1913. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 36, p. 664-689, 1914. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_036\\_1914.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_036_1914.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1904. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 27, p. 377-420, 1905. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_027\\_1905.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_027_1905.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1907. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 30, p. 319-343, 1908. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_030\\_1908.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_030_1908.pdf)>. Acesso em 14 set. 2012.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1910. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 33, p. 367-397, 1911. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_033\\_1911.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_033_1911.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta a Louis Masure, secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 4 ago. 1913. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 012).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta ao chefe do Service Belge des Échanges Internationaux**. Rio de Janeiro, 12 nov. 1913. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 012).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta ao secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 21 mar. 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta ao secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 4 jul. 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta ao secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 12 ago. 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta ao secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 28 nov. 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta ao secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 11 jun. 1912. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 011).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Carta secretário do Instituto Internacional de Bibliografia**. Rio de Janeiro, 29 jul. 1912. (Biblioteca Nacional, Mss, 69, 4, 011).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Da remodelação por que passou a Bibliotheca Nacional e vantagens d'ahi resultantes. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 35, p. 1-9, 1913. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_035\\_1913.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_035_1913.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Ofício ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1909. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Ofício ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares Lyra**. Rio de Janeiro, 19 abr. 1909. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Ofício ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Corrêa**. Rio de Janeiro, 30 jul. 1913. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 012).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Ofício ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Côrrea**. Rio de Janeiro, 17 jul. 1913. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 012).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. **Ofício ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia Corrêa**. Rio de Janeiro, 10 jun. 1911. (Biblioteca Nacional, Mss 69, 4, 010).

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. Relatório apresentado ao sr. Dr. Epitácio da Silva Pessoa: 1900. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 23, p. 587-639, 1901. Disponível em : <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_023\\_1901.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_023_1901.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2012.

## O DEMÔNIO NA BRECHA DA LINGUAGEM: CAPURRO, ÉTICA E FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO NA ALEMANHA DIVIDIDA

*THE DEMON IN THE GAP OF LANGUAGE: CAPURRO, ETHICS AND PHILOSOPHY OF INFORMATION IN THE WALLED GERMANY*

Gustavo Silva Saldanha

**Resumo:** O trabalho se contextualiza no corpo de estudos da filosofia e da ética da informação desenvolvido no entorno dos discursos sobre linguagem, política e técnica na sociedade contemporânea. A base reflexiva está centrada em três dimensões: epistemologia histórica, hermenêutica e análise pragmática da conceituação epistemológica. A proposta geral é colocar em debate as noções de ética, linguagem e epistemologia na tentativa de compreensão do pensamento filosófico de Rafael Capurro no âmbito dos estudos informacionais. O objetivo geral da pesquisa é discutir o contexto de elaboração da ética intercultural na abordagem capurriana diante das questões sócio-epistêmicas das últimas décadas. Como estudo de caráter filosófico, os procedimentos metodológicos partem da análise bibliográfica para crítica conceitual. Dentre as considerações conclusivas, destacam-se o papel da hermenêutica na elaboração filosófica do conceito de ética em Capurro e o desdobramento crítico da perspectiva da ética transcultural contra o infoimperativo e as noções frágeis sob o “bem-estar informacional”. Chama-se a atenção para o problema da ética como elemento *a posteriori*, crítica estrutural aos modelos éticos anteriormente elaborados.

**Palavras-chave:** Rafael Capurro. Ética. Linguagem. Filosofia da Informação. Hermenêutica

**Abstract:** The work investigates ethics and philosophy of information in the discourses on language, politics and technics in contemporary society. The focus is related to three dimensions: historical epistemology, hermeneutics and pragmatic analysis of the epistemological conceptualization. The purpose is to put into discussion the notions of ethics, language and epistemology in the thought of Rafael Capurro. The main objective of research is to discuss the context of development of Capurrian “intercultural ethics” in the face of recent socio-epistemic questions of Information Science. As a philosophical study, the methodological procedures depart from the literature review to a conceptual critique. Among the conclusions, there is the role of hermeneutics in the philosophical elaboration of the concept of Capurrian ethics; the critical unfolding from the perspective of intercultural ethics against infoimperativo and fragile notions of the “informational welfare”; and the problem of ethics as an element *a posteriori* in the structural critique of ethical models previously developed.

**Key-words:** Rafael Capurro. Ethics. Language. Philosophy of information. Hermeneutics

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: EUDEMONIA, ÉTICA E INFORMAÇÃO NA ALEMANHA DIVIDIDA

[...] [*The*] awareness that other cultures might have other sets of epistemic values should lead to a recognition that one’s epistemic practice is only one among many.

Hongladarom (2002, p. 83)

Em 1981, na cidade de Frankfurt, na Alemanha, Rafael Capurro usava, pela primeira vez, a expressão “ética da informação” – *Informationsethik*. Nos anos anteriores, o pesquisador havia concluído sua formação em Documentação, seguida do mergulho no campo

documental com a tese, de 1978, intitulada “Informação: uma contribuição para a história das ideias e dos fundamentos etimológicos do conceito de informação” (CAPURRO, 2010). À tese se seguiria um conjunto de trabalhos que o levariam, dentre outros movimentos, à criação do conceito de Angelética e à visão de uma Ciência da Informação (CI) como subdisciplina da Retórica, posições tais consolidadas nos anos 1990 e na década de 2000.

O desdobramento destes pontos de vista de caráter filosófico-filológico resultaria, por sua vez, na produção recente de Rafael Capurro em torno de uma dada “ética intercultural”, com influência direta do professor tailandês Soraj Hongladarom (2002). A noção traz uma crítica direta ao modelo de pensamento cognitivista criticado por Soren Brier (1996, p. 307) nos anos 1990, chamado de leitura de mundo a partir do “olhar de Deus” (BRIER, 1996, pg. 307), ou correspondência ideal da realidade, presente na crítica de Bernd Frohmann (1992).

FIGURA 1. Berlim sob o ponto de vista de Deus



Fonte: Asas do Desejo (1987)

Na mesma década de 1980, quando Rafael Capurro desenvolvia sua trajetória no campo informacional, e na mesma Alemanha às vésperas da queda do Muro de Berlim, o diretor Wim Wenders produzia a obra cinematográfica *Der Himmel über* (traduzida como *The Sky over Berlin, Heaven above Berlin, Wings of Desire* e, por fim, *Asas do desejo*). O filme de 1987 retrata a história de dois anjos, Damiel (interpretado por Bruno Ganz) e Cassiel (interpretado por Otto Sander), que se aproximam do mundo urbano alemão, “auscultam” a dor e a vontade do “social-humano”, batalham pelo desejo em uma cidade sitiada pela solidão, preenchida pela ausência do *pathos* e experienciada a partir do *ethos* em crise. A FIGURA 1 apresenta algumas “tomadas” da abertura do filme, com a Alemanha, escura e fria, lançada aos nossos olhos sob o ponto de vista de quem a observa “por cima”, afastado dos dilemas sociais e das camadas de diferenciação e de conflito de ordem cultural.

No ano anterior ao lançamento do filme, Rafael Capurro publicava seu estudo sobre as relações entre hermenêutica e a informação especializada. Entre 1985 e 1986, na véspera dos “anjos de Win Wenders” lançaram-se ao mundo alemão, o pesquisador ministrava

conferências sobre o conceito de informação. Aqui, sua obra e a elaboração de seus conceitos já se manifestavam sob a ótica da linguagem: hermenêutica e a pragmática anunciavam o tom do pensamento capurriano (CAPURRO, 2010). No filme de Win Wenders, por sua vez, a movimentação dos anjos (a princípio, “sensivelmente imponentes”) e sua “queda”, nos convocam um pano de fundo mitológico caríssimo à hermenêutica e à compreensão da filosofia de Rafael Capurro ali em construção: a relação entre Héstia e Hermes.

Esta relação pode ser interpretada como a dicotomia entre permanência e movimento e está presente nos usos da hermenêutica pelo filósofo, na elaboração de sua Angelética e na futura “ética intercultural da informação”. Héstia e Hermes podem ser aproximados na linha filosófica clássica à separação entre o pensamento de Parmênides e o de Heráclito. Héstia representa o “princípio de permanência”, ou, ainda, o “princípio da impulsão”, sua anterioridade (VERNANT, 1990, p.190), como na visão parmenídica do ser. De um lado, encontramos “Héstia, o interior, o recinto, o fixo, a intimidade do grupo em si mesmo”; de outro lado, reconhecemos “Hermes, o exterior, a abertura, a mobilidade, o contato com o outro.” (VERNANT, 1990, p.155), ou seja, o movimento heraclítico. Segundo Vernant (1990, p.190), é preciso reconhecer que em Platão, “fiel aos ensinamentos das narrativas sagradas e às sugestões dos antigos mitos”, Héstia, a divindade que fica e guarda a casa, confunde-se, no mito final da República, com *Ananke*, a grande deusa fiandeira, aquela que, estancada, comanda o movimento sob seus joelhos. Ao contrário, Hermes, como os “anjos que caem”, conhece os dois “lados”: o “mundo das sensibilidades” e o “mundo das inteligências”.

Um “anjo caído” é interpretado, na tradição judaico-cristã, como demônio – do latim *daemon*, e do grego *daimon*, o termo indica, na filosofia grega, gênio bom ou mau, inferior a um deus, mas superior ao homem: o demônio de Sócrates, por exemplo, era um gênio que lhe inspirava e o aconselhava. Já na religião cristã, o “demônio” será tomado como um anjo mau, ou diabo, e interpretado como o princípio ativo da maldade. (JAPIASSU, MARCONDES, 2001, p. 50). Tratar-se-ia do intermediário entre Deus e homem que, após a guerra dos céus, afastou-se do plano divino e sucumbiu ao pecado da matéria. A queda, na tradição bíblica, ainda estaria ligada à perda de Adão da linguagem metafísica: sua “queda” representaria a ausência da capacidade de nomear a partir das essências.

Hermes não é um anjo, mas se comporta como tal. Conhece os deuses e os homens, dialoga com céu e terra. Na filosofia, o conceito de “demônio” recebe significações distintas. A primeira responde pela ideia de “ser divino” ao qual é reservada a função de mediação, noção esta central para a fundamentação da epistemologia da CI. Para Platão, as divindades chamadas “demoníacas” teriam sido criadas pelo Demiurgo, ou organizador da matéria, outro



elemento estrutural de uma filosofia da informação. Já a interpretação neoplatônica, de ordem cristã, legará ao conceito a ideia de negatividade – o “angelical-demoníaco” como expressão manifesta dos anjos maus. O “eudemonismo” responde por qualquer doutrina que tome a felicidade como princípio da vida moral. (ABBAGNANO, 2007). Como indica Ferrater Mora (1978, p. 109), trata-se de um conjunto de “éticas da felicidade”, que tomam o ser “feliz” a partir de diferentes abordagens, como o bem-estar, a atividade contemplativa ou o prazer.

O que encontramos nestas relações é uma paisagem de noções centrais à elaboração de uma epistemologia da CI e de uma filosofia da informação entre os anos 1980 e 1990. Elas perpassam os meandros de desenvolvimento da “ética intercultural” em Rafael Capurro e sua posição epistemológica dentro dos estudos informacionais diante da Retórica que faz emergir tal modelo ético, bem como sua visão sobre a vigência de um paradigma hermenêutico e um paradigma social no campo informacional no período. Elas também nos convocam uma análise filosófica que encontra sua razão nas relações entre linguagem, cultura e saber.

Tomando por base os elementos apresentados, a base reflexiva deste estudo filosófico está centrada em três dimensões: uma epistemologia histórica; uma hermenêutica dos estudos informacionais; e uma análise pragmática dos conceitos filosóficos e científicos. A proposta, etapa do projeto “Trilhar o trivium: a filosofia da Ciência da Informação na tradição filosófica da linguagem”, é colocar em debate tais conceituações na tentativa de compreensão das relações entre o pensamento epistemológico e o pensamento ético de Rafael Capurro. A reflexão se contextualiza no corpo de estudos da filosofia e da ética da informação desenvolvidos nos discursos sobre linguagem, política e técnica na sociedade contemporânea.

O objetivo geral da pesquisa é discutir o modo e o espírito da elaboração dos problemas e desafios inerentes à ética intercultural no pensamento de Rafael Capurro. Acredita-se, centralmente sob a base hermenêutica do estudo, que só poderemos compreender a ética em Capurro conhecendo sua trajetória – o espírito de seu decurso – e a Alemanha onde tece sua “ética” – o espírito do mundo alemão dos anos 1980. Só poderemos (ainda) compreender a ética da informação capurriana se conhecermos a trajetória epistemológica da Documentação e do campo bibliológico em geral. Por fim, só poderemos desenvolver tal compreensão a partir da linguagem que permeia a construção destes elementos históricos. O uso como recurso discursivo da obra cinematográfica de Win Wenders no estudo responde, precisamente, pela ordem hermenêutica da proposta. A função de *Asas do Desejo* aqui é a de indicar e sugerir os indícios de compreensão do “espírito” do tempo e do espaço nos quais Rafael Capurro estabelece sua formação e a formação de seus conceitos. Guardadas as dificuldades de extensão, a articulação das perspectivas epistemológica, hermenêutica e

pragmática buscam o vocabulário conceitual da ética em Capurro, as razões biobibliográficas para a construção de tal modelo, a discussão sobre os limites do pensamento ético no pesquisador e o reconhecimento da posição da ética transcultural na epistemologia da CI.

## 2 HERMES, MENSAGEM E ÉTICA: CULTURA E FELICIDADE NO PERCURSO DA HERMENÊUTICA

A alma do alemão atual só pode ser conquistada e governada por aquele  
que apresentar a cada pequena estadista a senha.  
Asas do Desejo (1987)

Nos diálogos iniciais entre os anjos Damiel e Cassiel, o primeiro “prestes a cair” na Alemanha dividida pelo Muro de Berlim, a “pauta reflexiva” está na relação absconsa entre “permanência” e “movimento”, ou, ainda, entre Héstia e Hermes. Damiel, em longo discurso, (FIGURA 2), chama a atenção de Cassiel para os prazeres mundanos, interpretados também como dilemas de impossível compreensão para um ponto de vista externo, que não se coloca sob a perspectiva sócio-histórica, ou, ainda, que se estabelece na pretensa “neutralidade” do essencialismo... “não quero pairar para sempre... eu gostaria de poder dizer ‘agora’... e não mais para sempre, eternamente... ter febre, dedos pretos por causa do jornal... mentir deslavadamente... poder dizer ‘ah’, ‘oh’, ‘ei’, em vez de ‘sim’ e ‘amém’... pelo menos sentir como é tirar os sapatos debaixo da mesa.” (ASAS DO DESEJO, 1987).

**FIGURA 2.** Diálogo entre Damiel e Cassiel



**Fonte:** Asas do Desejo (1987)

As palavras de Damiel levam Cassiel à reflexão sobre o *devoir* do homem no mundo, e o último anjo aponta direções objetivas das práticas informacionais como parte desta “função terrena”: “Sim. Poder se empolgar com o mal... atrair todos os demônios da terra e sair pelo mundo! Nada mais que olhar, reunir, testemunhar, preservar.” (ASAS DO DESEJO, 1987 s.p.). Tais práticas, sintetizadas sob o conceito de “informação” na CI a partir dos anos 1960, viriam a se tornar foco dos estudos de Rafael Capurro (2010).

Em sua tese, o autor estabelece uma digressão sobre o conceito grego de mensagem, seguida da origem latina, para desenvolver nos dois capítulos finais a relação entre

“informação” no mundo moderno e seu desenvolvimento como conceito na atualidade. É importante notar dois aspectos centrais do primeiro grande trabalho monográfico capurriano: a) a preocupação com a linguagem (ao abordar o conceito de informação) no sentido tanto linguístico quanto filológico – de um lado, a compreensão sintática e semântica do termo, de outro lado, a preocupação com o “espírito” do tempo que concebe e se apropria dos termos; b) o “espírito” do tempo-espço, por sua vez, do próprio autor, Rafael Capurro, escrevendo sobre noções como “mensagem” e “informação” em seu contexto.

Apresentada em sua subjetividade na obra de Win Wenders, a Alemanha oitentista nas primeiras tomadas do filme, como visto na FIGURA 1, é significada por um céu carregado de nuvens escuras e densas, um olho que se abre e, imediatamente, um sobrevoo da cidade: Berlim está verticalmente abaixo do observador. A cidade é “cinza” e transversalizada por linguagens desencontradas: múltiplas vozes e ruídos, mumúrios de rádio, televisão e leitores de livros, diferentes línguas e saberes isolados em uma biblioteca... estas são as imagens que trazudem a Alemanha onde Capurro está a se formar doutor em Documentação.

O jogo ininterrupto de signos parece estar presente nas afirmações de Rafael Capurro (1992) do início da década seguinte. Nas primícias dos anos 1990, o filósofo da informação afirma que a CI tratava de uma subdisciplina da Retórica. A busca pela ética na Alemanha dividida e em crise parece estar diretamente vinculada à sua preocupação com os conceitos de mensagem, cultura e informação – e, centralmente, linguagem. A felicidade, distante no “cinza” e no “silêncio”, nas vozes que se multiplicam como monólogos vazios em *Asas do Desejo* (1987), contrasta com a possibilidade de uma língua transformadora, do ruído que não se torna entrave, mas solução para os “males do Muro”.

A “Alemanha de Capurro”, ou seja, a Alemanha dos anos 1980, é manifestada em Win Wenders como um conjunto de fronteiras que se multiplicam ao infinito, criando limites para separar, e, não, pontes para aproximar. “Mais do que nunca”, reflete o anjo Cassiel, “cada rua tem a sua linha divisória”. Assim, trata-se de um universo em que “Cada morador ou proprietário pendura seu nome na porta como um escudo e analisa o jornal como se fosse um líder mundial”. (ASAS DO DESEJO, 1987, s.p.)

O povo alemão se dividiu em Estados equivalentes ao número de cidadãos. E esses Estados individuais são móveis. Cada um leva o seu consigo e pede pedágio a quem quer entrar: uma mosca aprisionada em âmbar ou uma bolsa de couro. Isso apenas para a fronteira, mas, para ter acesso ao interior desses Estados, é preciso ter senha. A alma do alemão atual só pode ser conquistada e governada por aquele que apresentar a cada pequena estadista a senha. Felizmente, ninguém é capaz de fazê-lo no momento. (ASAS DO DESEJO, 1987, s.p., grifo nosso)

O monólogo acima é verbalizado a partir de uma longa travessia por Berlim. Dentro de um carro, Cassiel circula a cidade já sem a distância dos “olhos de Deus”, e, sim, diante dos problemas sociais da Alemanha, mas ainda “insensível”, incapaz de compreender o “espírito” dos problemas humanos. Ironicamente, no entanto, leva consigo um caderno de anotações, como se fosse indispensável à relação entre pensar e registrar – ou seja, entre conhecimento, registro do conhecimento e tecnologia de registro do conhecimento, quando junto do homens estamos –, relação esta estrutural em uma filosofia da informação.

A longa travessia pela Berlim cinza e escura culmina em uma metalinguagem fundamental para a compreensão do papel dos estudos informacionais e da posição no tempo-espço ocupada por Rafael Capurro: Cassiel se depara com um set de filmagem em curso sobre a Alemanha na 2ª Guerra Mundial. As marcas da Hittler são objetivamente lançadas como o trauma do Estado dividido e da barbárie ainda próxima, trauma este clarificado em todas as direções pelo imponente Muro, ainda de pé. A solução para o impasse parece, como sugere o monólogo e sua conclusão simbólica, estar dada em uma ciência da linguagem. A Retórica se apresenta, pois, como ferramenta central para o pensamento capurriano.

Aristóteles divide a arte retórica em três modelos: deliberativo, judicial e epidíctico. O discurso, objeto da técnica do retor, comporta três elementos: o orador, o assunto de que fala e o ouvinte. A finalidade do discurso refere-se sempre a este último (ARISTÓTELES, 2012, p. 21-22, 1358a – 1358b). Na deliberação, aparecem os elementos do conselho e da dissuasão. Aristóteles argumenta, no contexto do gênero deliberativo, que os temas mais importantes sobre os quais todos deliberam seriam cinco: finanças; guerra e paz; defesa nacional; importações e exportações; e legislação. (ARISTÓTELES, 2012, p. 23, 1359a – 1359b). É no cerne desta relação entre “o” deliberar, o “objeto” do deliberar e o “fim” do deliberar que se estabelece a “ética” Aristotélica pautada (também) na linguagem. Trata-se, pois, do encontro do pensamento ético informacional capurriano, da Alemanha dividida e da filosofia da informação orientada para e pela filosofia da linguagem. O lugar deste encontro viria revelar, também, o *locus* da “felicidade” na “era da informação”.

Segundo Aristóteles,

**Pode-se dizer que cada homem em particular e todos em conjunto têm um fim em vista, tanto no que escolhem fazer como no que evitam. Este fim é, em suma, a felicidade e as suas partes. [...]**

Seja, pois, a **felicidade** ou **viver bem combinado com a virtude**, ou a autossuficiência da vida, ou a vida mais agradável com segurança, ou a pujança de bens materiais e dos corpos juntamente com a faculdade de os conservar e usar; pois todos concordam que a felicidade é uma ou várias destas coisas. (ARISTÓTELES, 2012, p. 27-28, 1360b – 1361a, grifo nosso)

Se a Retórica nos “funda”, ou seja, se só existe uma epistemologia informacional se pensada a partir de seu caráter subdisciplinar da arte retórica, o argumento capurriano convoca o fazer-pensar uma ética da informação que não negligencie a linguagem – e uma espécie de eudemonia que a partir desta se estabeleça. Mais especificamente, trata-se de uma ética “sediada” no “berço” de uma construção cultural: a linguagem e sua ação no contexto daqueles que “retoricamente” existem-agem. Rafael Capurro encontra, no bojo do delicado oitentismo alemão, Hermes contra Héstia, a virada linguística na filosofia, uma filosofia da cultura no dilema sócio-histórico e, por fim, a hermenêutica e sua ética da alteridade.

A ética da alteridade, contraposta a uma ética transcendental, a “ética dos olhos de Deus”, ou, ainda, a “ética dos anjos” (incapaz de conceber e conhecer a presença e o poder da presença de um certo Muro), torna-se agora uma “ética intercultural da informação”, capaz não só de reconhecer que ali está ele, o Muro, mas de buscar formas de “derruba-lo” – se não fisicamente, em sua estrutura simbólica por completo, apresentando novas possibilidades para múltiplos mundos existentes em cada cultura. É neste contexto que a *poiesis* se apresenta: o fabricante de discursos, o poeta, “expulso” da cidade em uma ética transcendental platônica, e recolocado em cena pela Retórica e pela Poética em Aristóteles, ganha voz. Homer, o poeta da cidade, “surge” então na biblioteca alemã a pensar o mundo através da palavra.

FIGURA 3. Cassiel e Homer na biblioteca



Fonte: Asas do Desejo (1987)

Para entender o papel da Retórica nos “estados de crise moral” das civilizações, na obra de Win Wenders, Homer (interpretado por Curt Bois), é o duplo de Homero. É o retorno às origens a partir da linguagem e a procura por novas soluções também a partir da mesma. Cassiel encontra Homer na biblioteca (Staatsbibliothek, biblioteca pública de Berlim), primeiro observando fotografias de guerra, depois entre globos terrestres, se perguntando sobre os dilemas da Alemanha dividida (FIGURA 3). O anjo, nas tomadas seguintes, acompanhará Homer (Figura 4) pela Berlim em crise em uma caminhada que se conclui na metáfora da aporia da linguagem e da existência na década de oitenta, o Muro.

FIGURA 4. Cassiel e Homer contemplam Berlim em crise



Fonte: Asas do Desejo (1987)

Como Hermes, o mensageiro, Homer observa de perto a Alemanha dividida em milhares de consciências fechadas e se pergunta pelo destino da cidade. Sua busca está na tentativa de encontrar uma linguagem que cante a glória da pacificidade. “Mas, até hoje, ninguém conseguiu cantar uma epopéia sobre a paz. Que acontece com a paz que sua inspiração não dura e que quase não se deixa narrar? Devo desistir... se a humanidade perder seu contador de histórias...” (ASAS DO DESEJO, 1987, s.p.). O hino almejado de Homer é, fundamentalmente, um canto de mudança, abertura – a busca por um “demônio” contra a sombra do mal no passado alemão. Eis o encontro com Hermes e com a futura hermenêutica.

Como visto, não há, no *modos vivendi* de Hermes, nada. Não há também nada fechado, concluído. Neste sentido, Hermes representa, no contexto do espaço-tempo humanos, a passagem, as mudanças de estado, os contatos e os laços entre elementos estranhos. (VERNANT, 1990, p.153). Sua representação, na Grécia Antiga, está presente diante das portas das casas, na entrada de cidades, nas fronteiras e encruzilhadas. Está também ao longo dos percursos, marcando caminhos, além de ficar sobre túmulos (“portais” de acesso ao mundo infernal). Onde há discussão (como na *ágora* e no comércio), ali está Hermes. Tal entidade “testemunha aos acordos, às tréguas, os juramentos entre partidos opostos; serve de arauto, de mensageiro, de embaixador no estrangeiro. [...]”. (VERNANT, 1990, p.153-154)

A Hermenêutica tem seu solo “primitivo” na interpretação de Hermes e seu recuo histórico-disciplinar recai na arte do retor. Como lembra Reboul (2004), a Retórica possui três linhas estruturais: a pedagógica, a heurística e, por fim, a hermenêutica. A Heurística responde pelo discursar como descobrir o outro. A pedagógica trata da arte de inventar o como ensinar. Por fim, a hermenêutica – reconhecida por Reboul (2004) como uma lei fundamental da Retórica, atenta para a certeza de que o orador nunca está sozinho – exprime-se em concordância ou oposição a outros oradores, sempre em função de outros discursos.

A noção de hermenêutica, advinda do grego *hermeneutikós*, significa objetivamente “interpretar”. Na apropriação filosófica, encontramos um sentido originalmente teológico,

designando a metodologia própria à interpretação da Bíblia. (JAPIASSU, MARCONDES, 2001, p. 93). Na visão de Ferrater Mora (1978), no entanto, o sentido filosófico original da hermenêutica seria a expressão de um pensamento, o que a coloca em uma aproximação definitiva com a elaboração da arte retórica. Posteriormente o termo designaria todo esforço de interpretação científica de um texto difícil que exige uma explicação. Entre os séculos XIX e XX, o termo “hermenêutica” passa a significar a interpretação das formas da cultura, no curso da história, como experiência de um sujeito, como também uma reflexão filosófica interpretativa dos símbolos e os mitos em geral. (JAPIASSU, MARCONDES, 2001, p. 93)

Se, na mitologia, Hermes indica o mensageiro e opera as categorias da instabilidade e da abertura, do contato com o outro, do elo e do mediador, na filosofia, tais dimensões aparecerão, aqui e acolá, sob diferentes “tons”, nos filósofos que se dedicaram a pensar a chamada “hermenêutica”. Hegel expôs a relação objetiva entre linguagem, trabalho e interação. Sob sua influência, Dilthey concebeu a noção de consciência histórica. Por sua vez, Heidegger indica a relação entre o *daisen* e o ser-aí na linguagem (com o outro). Na construção da formulação mais sólida à hermenêutica, Gadamer concentrou-se na relação entre ser e representar-se, tornando-se uma base central para a construção do pensamento de Rafael Capurro, ou seja, sua interpretação da epistemologia da CI a partir da hermenêutica. Como aponta Gadamer (1999), sua reflexão foi guiada pela ideia de que a linguagem se apresenta como o centro onde se reúnem o “eu” e o “mundo”.

Neste sentido, a procura da hermenêutica orienta-se por um questionamento centrado num dado objeto discursivo. “A tarefa hermenêutica se converte por si mesma num questionamento pautado na coisa, e já se encontra sempre determinada por este. [...] Quem quer compreender um texto, em princípio, está disposto a deixar que ele diga alguma coisa por si.” Uma certa “consciência formada hermeneuticamente tem que se mostrar receptiva, desde o princípio, para a alteridade do texto”. (GADAMER, 1999, p. 405, grifo nosso). Assim, “arte da compreensão é, antes de tudo, a arte da escuta.” (GADAMER, 2007a, p. 59).

A concepção de linguagem em Gadamer é, pois, fundante da hermenêutica que o mesmo propõe. “Linguagem é compartilhamento, participação, uma possibilidade de ter parte em..., na qual um sujeito não se encontra contraposto a um mundo de objetos (um mundo no qual a linguagem permaneceria enredada em aporias pseudoplatônicas relativas à *methexis*) [do grego participação].” (GADAMER, 2007b, p. 38). Sua retomada heiddegeriana complementa a relação entre linguagem e mundo. “Tudo isso vale certamente para a realização da prática da vida. Isso não precisa acontecer em palavras. Além disso, o um-com-

-o-outro que constitui o nosso ‘ser—sobre-o-mundo’ começa muito antes de nosso crescimento em meio à língua materna [...]”. (GADAMER, 2007b, p. 39)

Tal visão das relações entre linguagem e mundo, trazida aos estudos da informação, permitem a Rafael Capurro reencontrar o papel da linguagem na constituição histórica da CI. Reconhecida a travessia das relações entre filologia, retórica e bibliologia, reunidas e sistematizadas em Gabriel Peignot (1802) e Paul Otlet (1934), a reflexão sobre as práticas de organização dos saberes ganha solo histórico fértil para a resolução dos problemas dos anos 1980 e 1990. Segundo Capurro (2000), para Heidegger, a tecnologia moderna possui duas faces: a *techne* que é parte da *poiesis*, ou seja, do projeto de produção; aquela que é parte do desvelamento que produz algo no âmbito da abertura do mundo, mas ao mesmo tempo se cristaliza numa estrutura instrumental, a *Ge-Stell*. Este “instrumental” é “bom”, na visão heideggeriana, na medida em que não se torna uma visão unilateral. Neste sentido, no ponto de vista capurriano, o “proceso de la tecnología de la información al fin de la modernidad culmina en la creación de un *Ge-Stell de la información*.” (CAPURRO, 2000, p. 7)

“A” *gestell* (no sentido “puro” heideggeriano) seria a “essência” da técnica moderna. Em alemão, o termo responde por um dispositivo do tipo pedestal ou armação, ou apenas estante. Trata-se, em outras palavras, de uma moldura, ou esqueleto, ou, ainda, uma espécie de “estrutura”. De um lado *ge* responde por “junto” e, do outro, o verbo *stellen*, indica “por em pé”. A reunião dos termos aponta para uma noção de “totalidade do colocar técnico”. As interpretações desta conceituação heideggeriana podem levar à visão da técnica como máquinas (humanas) de poder ou, *a priori*, a identificação da racionalidade técnica no próprio ser. (ABBAGNANO, 2007)

Tal “*Ge-Stell de la información*” pode também ser tomado como uma “oportunidade” da Modernidade reencontrar o que Capurro (2000) considerada “dimensiones ocultas del lenguaje”. Assim, *Ge-Stell de la información* pode se transformar numa potencial voz polifônica da linguagem humana, “si y sólo si está interrelacionado con todo el conjunto de sus posibilidades ocultas. Si esto no es así, entonces sólo tendremos una sociedad de la información (*information society*)”. (CAPURRO, 2000, p. 8)

O problema dos choques entre univocidade e polifonia da linguagem no contexto de uma *Ge-Stell* da informação é visualizado por Rafael Capurro antes da sociedade “dita da informação”, na própria “ciência” que se afirmava “da informação” nos anos 1980. Sua formação como documentalista e pesquisador reflete a dificuldade de organização e foco nos estudos filosóficos que se debruçariam sobre os dilemas técnico e morais da sociedade dita “da informação”. Nos anos 1980, Capurro realiza concurso para a Escola de Biblioteconomia



de Stuttgart (Fachhochschule für Bibliothekswesen - FHB), que logo se transformaria em Escola de Biblioteconomia e Informação Información (Hochschule für Bibliotheksund Informationswesen - HBI) e, depois, em Universidade de Mídia (Hochschule der Medien - HdM). Ali, segundo Capurro (2000), o interesse por Documentação era mínimo e se apresentava como um domínio marginal de reflexão no estudo das bibliotecas públicas.

Entre uma *Ge-Stell* da “sociedade da informação” e outra, de uma ciência para a informação, a “ética da informação” se encontrava em estado de vazio argumentativo. A longa citação autobiográfica demonstra a emergência dos dilemas de uma “ética da” informação no bojo da crise epistemológica do próprio domínio dos estudos informacionais.

**El desarrollo de la ciencia de la información en Alemania no tuvo mucho éxito.** Una razón fue la estructura federal de la política cultural alemana que no hacía posible la creación sistemática de cátedras universitarias en este campo a pesar del interés político en la documentación desde 1974. **Otra razón fue la falta de conexión entre la biblioteconomía, la ciencia de la información y la informática a diferencia de la “Library and Information Science” (LIS) en Estados Unidos.** Los pocos colegas que se dedicaban a la ciencia de la información provenían de diversas disciplinas, como ser la filosofía, la sociología, el periodismo o la lingüística de modo que la joven disciplina no tenía un perfil claramente definido más allá del information retrieval (CAPURRO, 2010, s.p., grifo nosso)

Na Alemanha onde Rafael Capurro apresenta o conceito de “ética da informação”, os anjos Daniel e Cassiel caminham pela cidade “impossibilitada” por uma filosofia essencialista... encontram uma mulher grávida na ambulância a caminho do hospital, um pintor em busca de sua inspiração, um homem sofrendo pelo abandono de sua namorada... De um lado, Cassiel tenta compreender a dificuldade do mundo instável. De outro lado, Daniel quer se atirar no mundo perene das sensibilidades e suas materialidades: se apaixona por uma trapezista, Marion (interpretada por Solveig Dommartin), que, ironicamente, à procura de uma saída para a “tristeza” da Berlim dividida, sonhava com a eternidade como sinônimo de felicidade. É neste contexto que Capurro procura tecer sua ética da-para informação entre as possibilidades e os riscos de constituição de uma *Ge-Stell* informacional. Tal ética se dá no choque com o contexto social de um mundo ainda “fechado” entre o “isto ou aquilo” do Muro de Berlim e, no âmbito informacional, em uma linha representacionista de reflexão. Além disso, este modelo ético se choca também dentro da própria ciência que se propõe discutir as questões da informação – em crise diante de suas múltiplas disciplinas, de seus múltiplos nomes, suas múltiplas tendências, e, por fim, em suas dificuldades de formalização.

A ética capurriana se elabora tanto no sentido de conceber um “lugar” para o *devoir* do pensamento no mundo contemporâneo à sua apresentação como para estabelecer o “lugar” do *devoir* epistemológico de uma ciência para a informação. Sociedade e epistemologia estão aqui

reunidas objetivamente. Contudo, trata-se de uma “ética” do sul-americano Rafael Capurro dentro da sociedade alemã e do desenvolvimento conturbado da Documentação no país. Estamos chegando à Angelética. Estamos próximos da “ética intercultural da informação”.

### **3 OS “ANJOS EM QUEDA” DE RAFAEL CAPURRO: ANGELÉTICA E A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO COMO “HAGIOGRAFIA DO SIMBÓLICO”**

Faltam agora alguns meses para o Muro de Berlim cair. Enquanto Damiel se entrega ao *pathos* em uma Alemanha fragmentada, Rafael Capurro busca, a partir da chamada *Angeletics*, apresentada em artigo de 1988, uma ciência das mensagens e dos mensageiros, tanto no âmbito do fenômeno de construção da mensagem como no contexto de ação/compartilhamento da mesma (SMITH, 2000). Seu interesse, segundo Smith (2000), seria encontrar um meio unificado de compreensão do papel da informação no cerne da vida humana e da sociedade global. Trata-se da tentativa de uma definição unificada para esclarecer a fundamentação do próprio conceito de informação.

Com formação filosófica enraizada na fenomenologia (com Husserl e Heidegger) e na hermenêutica (a partir de Gadamer), Rafael Capurro (2010) buscava quebrar o dualismo entre sua reflexão filosófica e os domínios técnicos e profissionais da informação e da computação, bem como de uma abordagem representacionista, aproximando filosofia e tecnologia. Este impulso o levaria a escrever as teses de doutorado e pós-doutorado a partir de 1986, data em que inicia seu trabalho na Escola de Biblioteconomia de Stuttgart. A tentativa de superação de tal dualismo conduz ainda Capurro (1988, 2008) a propor uma teoria da mensagem. Ela se relaciona com a visão que apreende a “sociedade da informação” como uma “sociedade das mensagens” que evolui tecnológica e culturalmente. A “informação” é tomada como uma mensagem que faz diferença, seja como forma, seja como uma espécie de oferta de sentido. Para a visão capurriana, esta teoria tanto se reporta à noção greco-latina da informação como à perspectiva comunicacional moderna. Especificamente, sob a sombra metafórica de Hermes e dos “anjos caídos”, a Angelética busca, na linguagem, a possibilidade de pensar o “mediador entre os homens”, o ator que, a partir da reflexão e da práxis informacional, propõe soluções para os dilemas do mundo.

Capurro (2008) procura demonstrar que podemos pensar as “formas”, e não apenas as informações, como mensagens. Trata-se, pois, de um convite a investigar e imaginar modelos e regras de funcionamento das sociedades atuais e futuras, chamadas da informação e do conhecimento, sustentadas no intercâmbio cada vez mais complexo de mensagens – em particular, de mensagens digitais. Na visão de Smith (2000), a Angelética é resultado da

preocupação de Rafael Capurro com os destinos da epistemologia da CI. Questões como as raízes históricas, linguísticas e filosóficas que fornecem elementos cruciais para o estudo da informação tornam-se unidades centrais de análise. Adentrando o terreno da cultura, Rafael Capurro vislumbraria outros problemas, como a relação entre mensagem e mensageiro e as práticas de criação, recuperação, avaliação e uso de mensagens.

Recobre-se, a Angelética, de uma agenda pública e social, uma vez reconhecido em Rafael Capurro o papel crucial da transmissão de mensagens na vida humana e em sua preservação. Disto resultaria uma teoria crítica que se desdobrará em uma ética intercultural, que indagaria quem são os mensageiros, como são escolhidos, quais papéis representam, o que determina forma e conteúdo das mensagens, quem recebe as mensagens, quem é excluído etc. Como saber transversal-político, a Angelética atuaria em diferentes contextos, por exemplo, como lembra Smith (2000), uma angelética dos estudos americanos, uma angelética ambiental, médica, histórica, medieval...

É fato, pois, que se estabelece na Angelética, sob a estrutura de fontes de pensamento como hermenêutica e filosofia da linguagem, um modo de pensar o *devir* no mundo distinto de outros na constituição de uma ética da-para informação. Discute-se aqui o “eu”, o “mundo” e os “outros” (incluindo o emergente “mundo digital” e seus sujeitos) a partir de abordagens culturais que remontam a vida social e os dilemas históricos de cada comunidade. Em outras palavras, trata-se de conhecer a vida e as transformações na vida daqueles que produzem e usam as mensagens.

A hagiografia, ramo de estudos que descreve a vida de santos na cultura cristã e em outras tradições religiosas, é um modo oportuno para pensar tal elaboração de um modelo ético. A filosofia capurriana parece sugerir a prática descrição do “espírito” simbólico de produção da realidade sob a via da linguagem. Mais do que isto, sugere necessariamente a autodescrição daquele que faz a “ética” a partir da “perspectiva interculturalista”, o que permitiria pensar não apenas a informação, mas o profissional (da informação), os indivíduos que produzem e se apropriam da informação e, enfim, os filósofos da informação, como Rafael Capurro.

A vida de tal personagem é a de quem que se confronta com os desafios ético-informacionais de uma realidade dicotômica, dividida, então, entre Primeiro e Terceiro Mundo, entre Ocidente e Oriente, e que propõe a busca por uma construção ética transversal a tais polos. As “quedas” de Rafael Capurro estão diretamente envolvidas ainda com o “espírito” da epistemologia e das práticas documentalistas, ou seja, as dicotomias-aporias do próprio campo informacional – indo, como Hermes e os “anjos caídos”, na direção de um

decurso hagiográfico antitranscendental. A metáfora dos “anjos em queda” em Capurro sugere a “queda” do ponto de vista representacionista, seja sob o fundo mecanicista da Teoria Matemática da Comunicação, seja sob o fundo cognitivista, nos estudos informacionais, como sugere (e desvela) as travessias de um sul-americano no continente europeu.

#### **4 SOBRE A “ÉTICA DOS ANJOS CAÍDOS”: RAFAEL CAPURRO EM TERRA ESTRANGEIRA**

O que respeita ao pensamento tem seu lugar na retórica, porque o assunto mais pertence ao campo desta disciplina.

Aristóteles, Poética

Uma vez no mundo alemão dos anos 1980, Daniel, o anjo em queda de Win Wenders, pode sangrar, ver as cores, sentir os cheiros, conhecer os sabores. A alegoria fílmica estabelece uma tentativa de superar as dicotomias e os dilemas da Alemanha em crise, como também sugere a fratura (e as feridas) da “resistência” de uma filosofia representacionista em um mundo desafiado por dilemas culturais-locais. Como pensar, por exemplo, nos anos 1980, o princípio dos problemas relativos à imigração e a presença de distintos povos na Alemanha ainda impregnada das marcas da xenofobia nazista e pela divisão físico-simbólica do Muro...?

Nascido em Montevideú, de família uruguaia, descendente de italianos, bascos e espanhóis, Capurro estudou filosofia na Argentina e no Chile, seguindo posteriormente para a Alemanha. A partir de um intercâmbio, entrou em contato com o Centro de Documentação em Energia Nuclear alemão, onde se criava uma base de dados bibliográfica. O Centro promovia um intercâmbio internacional com a União Soviética, o que permitiria, segundo o pesquisador, o contato com o “outro lado”, com o Leste Europeu. (CAPURRO, 2010)

Nos fins da década de 1990, o Centro de Documentação transforma-se em uma grande unidade de informação técnico-científica. Rafael Capurro já havia se tornado ali diretor científico, tendo contatos com China e Japão, além dos Estados Unidos, desenvolvendo redes científicas internacionais que se comunicariam também com a África. O contato entre as culturas se torna dinâmico e incontrolável na década seguinte. Em 1995, como o próprio Rafael Capurro (2010) indica, explode a “bomba da Internet”, uma filosofia baseada e dedicada aos aspectos comunicacionais da vida humana se torna praticamente “naturalizável”.

A “ética intercultural” necessita de uma relação com os impactos das tecnologias da linguagem no mundo social. Os tópicos centrais deste modelo ético seriam propriedade intelectual, privacidade, segurança, sobrecarga de informação, exclusão digital, discriminação de gênero e censura. Tais tópicos não deveriam ser colocados sob o ponto de vista de buscas por direitos e princípios universais. Há que se ter, na ética capurriana, o olhar sobre as

diferenças culturais e históricas; sobre as singularidades geográficas; sobre os fundamentos teóricos; e, por fim, sobre as opções práticas. (CAPURRO, 2009)

O exemplo pode ser reconhecido no conceito de privacidade entre o pensamento ocidental e a perspectiva budista, o filósofo demonstra como a abordagem intercultural reclama uma ética distinta. Convocando Soraj Hongladarom, Capurro demonstra como a ideia de privacidade no Budismo está relacionada com um valor não particular, orientado para o mundo das relações humanas, enquanto que na filosofia Ocidental, tal valor se sustenta sob um ponto de vista do “eu”, do indivíduo distinto do grupo. (CAPURRO, 2009)

Deste modo, um certo “diálogo” intercultural se faz necessário na construção da ética do século XXI, a busca pela compreensão e, principalmente, pela promoção (e não apagamento) da diversidade cultural. Tal busca permitiria compreender as culturas digitais como possibilidade de expansão da liberdade e da criatividade humanas, e, não, de sua redução. (CAPURRO, 2009). Este modelo ético não concebe um ponto de vista afastado das práticas sócio-históricas. Como Hermes e os “anjos em queda” de Win Wenders, e como a perspectiva hermenêutica heidegger-gadameriana, os problemas éticos só podem ser solucionados, sob o ponto de vista informacional, a partir do olhar sob a perspectiva do outro.

O filme *Asas do Desejo* tornou-se um documento importantíssimo para sua época na compreensão dos dilemas da Alemanha e dos desdobramentos históricos da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria. Seus registros do Muro de Berlim são tomadas raras – muito daquilo que estava junto ao Muro já não existe mais, tendo desaparecido com sua queda. Simbolicamente, o fato resulta na necessidade de outro modo de encarar a linguagem e, no âmbito da epistemologia da CI, uma viragem nas perspectivas mecanicistas e cognitivistas. O antigo projeto civilizatório do “bem estar informacional”, presente em Peignot (1802) e Otlet (1934), compreendido como o desenvolvimento de infraestruturas técnicas de linguagem e de uma consciência histórica de caráter utópico sobre as relações entre conhecimento, registros do conhecimento e ferramentas de processamento de tais registros, ganha em dinâmica e capilaridade com os anos 1990 com o desdobramento da internet em *web*.

Sob o ponto de vista econômico, o capitalismo – e mais precisamente, o neoliberalismo, se apresenta como “vencedor” –, o que nos remete ao desafio de uma sociedade dita “da informação”, porém com a concentração de meios de produção informacional em domínios centralizados, ocultados em sua hegemonia pela falsa harmonia das manobras simbólicas em potencial da comunicação em rede. O choque ético aqui se dá frontalmente no terreno da linguagem: de um lado, percebe-se a possibilidade inaugural da expressão – do grito... – de culturas locais com um canal universal de propagação; de outro, o

uso da horizontalidade para a edificação de discursos verticais, com processos rápidos de aculturação, principalmente advindos da supremacia da “democracia digital anglófona”.

A queda do muro de Berlim sugeriu a decadência de uma espécie de “dialética aporética”, a construção dicotômica do “isto ou aquilo”, a dobra entre o “racionalismo cartesiano” da Modernidade e algo que se seguiria “pós”, pautado, por exemplo, na crítica às divisões arbitrárias do pensamento e da sociedade de Jurgen Habermas, outro filósofo central na apropriação da linguagem. Assim como a “queda” dos anjos e a ação intermundana de Hermes apontam para um contato com o mundo sensualista (cores, cheiros, sabores...), a queda do Muro lançou a brecha para a superação da “racionalidade cognitivista” única.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAIS DEMÔNIOS NOS COMOVEM NO MUNDO DA INFORMAÇÃO?**

O escopo geral da Angelética seria todo o âmbito da ética aplicada que está no âmbito geral da Ética da Informação, ou, em outras palavras, tudo aquilo que diz respeito à transmissão de mensagens.

M. Smith (2000)

Uma questão central por trás deste estudo, sob o diálogo entre linguagem e fundamentação dos estudos informacionais, era compreender como a ética capurriana se constituiu no âmbito da elaboração epistemológica do campo. Na epistemologia da CI, para Rafael Capurro (1992, 2003), os anos 1980 demarcam o “desencanto” com o fisicalismo e com as abordagens cognitivistas individualistas, bem como a elaboração da crítica ao infoimperativo. Um paradigma “hermenêutico”, ou “social” ou, ainda, “pragmatista”, centrado na linguagem enquanto uso, marcaria o período. É na abertura desta década, após a queda do muro de Berlim, que Capurro (1992) anuncia: a CI é uma subdisciplina da Retórica. Wittgenstein (o segundo) é um dos “demônios” prediletos para o momento: sua travessia da “linguagem formal” do poema lógico à “linguagem ordinária” dos discursos cotidianos ilustra a passagem de um estado de coisas dividido por “muros aporéticos” a um espaço-tempo onde a linguagem funda e se torna uma arma contra os falsos pacifismos transnacionais.

Rafael Capurro “atravessa”, entre o final dos anos 1970 e a década de 1980, a América Latina e vai à Alemanha, estabelece relações com Japão e China, assim como Estados Unidos, União Soviética e África em sua atuação como documentalista. A CI, neste sentido, é um corte, uma *epistême* transversal, uma diagonal entre os mundos opostos. Vida e pensamento em Capurro, reunidas ao *devoir* documentalista, colocam a pauta de uma “filosofia da informação” sob o tom da interculturalidade.

Assim como a “Grécia pós-guerra”, que viu nascer a Sofística como arte da argumentação jurídica (além de suas outras atribuições), a queda do muro de Berlim inspira

um novo olhar sobre a força da linguagem: é preciso saber conversar para evitar a guerra sumária. A “queda” da Guerra Fria exige a nova sofisticada, uma certa (e não menos suspeita, posto que linguagem pressupõe abertura e intangibilidade) “sofisticada informacional”. Aparece, neste contexto, uma dada “ética da informação”, que em Rafael Capurro se estabelece como “ética intercultural”. Esta ética capurriana chama a atenção para os limites de uma filosofia da informação, (re)lançando as questões filosóficas clássicas, como bem, felicidade, conhecimento, sob o viés mundo tomado pela linguagem e pelas tecnologias da linguagem.

Das perguntas do dilema ético que a interculturalidade apresenta, deixamos algumas em aberto: a quem estará reservado o direito (e como reservado tal direito estará) de não estar na bolha de uma ontologia digital...? Quais os riscos de um “humanismo informacional” sob a via da logicidade do mecanicismo utópico por trás do projeto das redes digitais...? Quais “demônios” nos comovem... ? Que é, afinal, a felicidade, no mundo dito informacional...?

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, v. 32, n. 3, Brasília, set./dez. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652003000300003&lng=&nrm=iso&tlng=](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300003&lng=&nrm=iso&tlng=). Acesso em: 23 jun. 2007.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ASAS DO DESEJO. Win Wenders collection. São Paulo: Europa filmes. 2007. 1 Dvd. (113 min.) son., color., legendado.

BEZERRA, A.; SALDANHA, G. S. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos da informação. In: Sarita Albagli. (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013. p. 34-56.

BRIER, Soren. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. **Journal of Documentation**, v. 52, n. 3, p. 296-344, sep. 1996.

CAPURRO, R. Hermeneutics and the Phenomenon of Information. In: MITCHAM, Carl (Ed.). **Metaphysics, Epistemology and Technology**. Research in Philosophy and Technology. New York: Elsevier, 2000. v. 19. p. 79-85, Disponível em: <http://www.capurro.de/ny86.htm>. Acesso em: 18 jul. 2007.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND, 1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.

CAPURRO, Rafael. Digital ethics. In: GLOBAL FORUM ON CIVILIZATION AND PEACE, 2009. **Proceedings...** Seoul: Academy of Korean Studies, 2009. p. 207-216.

CAPURRO, Rafael. Ensayo autobiográfico en diálogo con prof. Rafael Capurro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 255-272, set./dez. 2010.

CASSIRER, Ernst. Ensaio sobre o homem. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. v. 2; a virada hermenêutica. Rio de Janeiro: Vozes, 2007b.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. v. 3; hermenêutica e filosofia prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2007a.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Persp. Ci. da Inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

HONGLADAROM, Soraj. Cross-cultural epistemic practices. **Social epistemology**, v. 16, n. 1, p. 83-92, 2002.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JAPIASSU, HILTON; MARCONDES, DANILO. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

OTLET, P. **Traité de documentation**. Bruxelas: Editiones Mundaneum, 1934.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomos I e II. Paris: Chez Villier, 1802.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SMITH, M. M. A Prologue to angeletics: a response to Rafael Capurro and suggestions for a research agenda. **Intl. Inform. & Libr. Rev.**, v. 32, p. 283-289, 2000.

VERNANT, J.-P. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.



## CONJUGANDO *LITTERAE* E *NUMERUS* NAS FORMAS DOCUMENTAIS DO COMÉRCIO, CRÉDITO, FISCO E DO DIREITO ENTRE OS SÉCULOS XII E XIV

### *COMBINING LITTERAE AND NUMERUS IN THE DOCUMENTARY FORMS OF COMMERCE, CREDIT, FISCAL AND LAW BETWEEN XII<sup>th</sup> AND XIV<sup>th</sup> CENTURIES*

Geni Chaves Fernandes  
Claudia Bucceroni Guerra

**Resumo:** Partindo das concepções de González de Gómez e Frohmann sobre documento e informação, enquanto instrumentos de construção e controle da sociabilidade moderna, e das análises de Foucault sobre três formas de exercício do poder, a “medida”, o “inquérito” e o “exame”, indaga-se a reutilização, no “exame” moderno, de tecnologias da *litterae* e do *numerus* desenvolvidas entre os séculos XII e XIV para as atividades mercantis, de crédito, administrativas e jurídicas. A mentalidade aritmética e contábil (a medida), a sistemática de apurações e cruzamento de dados do inquérito judicial (o inquérito) e a emergência da individualidade e seus modos de controle (o exame) são bases da construção dos tipos documentais do período analisado e condições prévias das quais o exercício de poder e as regras de saber do “exame” moderno lançariam mão. Considera-se, portanto, a reutilização, de forma inovadora, destas tecnologias na produção do documento e dos artefatos de informação, na construção do saber/poder sobre o homem.

**Palavras-chave:** Documento. Tecnologias do Documento. Documentação Comercial. Idade Média.

**Abstract:** Based on Gómez González and Frohmann conceptions on document and information while instruments to construct and control modern sociability, and Foucault's analysis of the three ways of exercising power, the "measure", the "inquiry" and the "exam", argues about the reuse, in the modern “exam”, of *litterae* and *numerus* technologies developed between the twelfth and fourteenth centuries for market, credit, legal and administrative activities. The arithmetic and accounting mindset (the measure), the systematic calculations and data crossing of the inquest (the inquiry) and the emergence of individuality and their control modes (the exam) are the bases of documentary types in the analyzed period and prior conditions from which the exercise of power and rules to know of the modern "exam" resort. Therefore, it is considered the reuse of these technologies, in an innovative way, in the production of documents and information artifacts in the construction of knowledge / power about man.

**Keywords:** Document. Document technologies. Commercial documentation. Middle Age.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta comunicação examina a emergência, a produção, o uso e as finalidades da documentação relativa às atividades econômicas, administrativas e judiciais entre os séculos XII e XIV. Parte das concepções teóricas sobre o documento e a informação de González de Gómez e Frohmann, e de Foucault acerca de três formas de exercício do poder, a “medida”, o “inquérito” e o “exame”, para indagar sobre reutilização moderna de tecnologias do documento e da informação emergentes naquele período.

## 2 DOCUMENTO, INFORMAÇÃO E AS FORMAS DE EXERCÍCIO DE PODER

Foucault chama de “medida”, “inquérito” e “exame” a formas de exercício de poder e de estabelecimento de regras do saber analisadas nas formações históricas antiga, medieval e moderna. A “medida”, ordenadora, é matriz da matemática e da física. O “inquérito”, que busca reconstituir fatos, matriz dos saberes empíricos e das ciências da natureza. E o “exame”, que serve ao controle dos indivíduos, é matriz das ciências do homem, “correspondendo a *medida* à uma função de ordem, o *inquérito* à uma função de centralização, o *exame* à uma função de seleção e de exclusão” (FOUCAULT, 1997, p. 20)

O panoptismo, metáfora foucaultiana do disciplinamento social engendrado na emergência da urbe moderna, repousaria sobre a forma de exercício do poder e de regras de saber que chama de “exame”<sup>34</sup> e lançaria mão de técnicas de quantificação da “medida” e de centralização do “inquérito”, numa articulação aplicada ao homem, primeiro em vista de sua vigilância (poder), depois em vista da construção de seu conhecimento (FOUCAULT, 2013, p. 88). O exame proporciona a passagem do indivíduo vigiado (nos hospitais, escolas, exército, prisões, fábricas etc.) ao homem como objeto de estudo, produzido documentalmente nestes ambientes de controle. “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 2012, p. 164)

A vigilância supervisora se assenta no controle pela observação dos indivíduos uns sobre os outros, distribuídos em hierarquias onde “cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder” (FOUCAULT, 2012, p. 165). Pressupõe o uso de tecnologias de centralização do “inquérito” por práticas microdistribuídas.

Para a sanção normalizadora conta-se com indicadores quantitativos da população observada, gerando uma “contabilidade penal, constantemente posta em dia, [que] permite obter o balanço positivo de cada um” (FOUCAULT, 2012, p. 173-174). Pressupõe as tecnologias da “medida”, com o registro de quantidades que enquadram as individualidades.

O uso de tecnologias típicas da “medida” e do “inquérito” na forma moderna do “exame” permitiu a construção de um saber baseado na observação empírica controlada por

---

<sup>34</sup> As formas do inquérito e da medida são trabalhadas por Foucault nas diferentes formações históricas. O inquérito, que é o modo de dominação da Idade Média, teria seu nascimento no pensamento grego (FOUCAULT, 2013, p. 22). Do mesmo modo, há o modo de exame na antiguidade como autoexame, exame de si, sem parâmetros externos (CASTRO, p. 59) e o exame como confissão e contrição na Idade Média, que será apresentado nesta comunicação. Portanto, estes três modos apresentam diferentes configurações, aplicações e dominância em cada formação histórica.

regras (ciências humanas e sociais), ensejando a construção e difusão de modelos que serve ao ordenamento social e cria novas sociabilidades, ambos guiados pelo discurso autorizado, oficial (de autoridades) e validado (por práticas institucionalizadas). Nada disso se instala da noite para o dia e muito menos sem resistências, negociações e renegociações. Também a maneira de produzir e as funções do documento e dos artefatos de informação modernos não se instalam imediatamente e reutilizam métodos e critérios já instalados, interessando-nos destacar aí a reutilização das tecnologias do documento/arquivo e dos artefatos de informação criados na Idade Média.

Considerando as funções, a produção e os efeitos do documento e da informação documental (daqui para frente artefato de informação) em González de Gómez (1990; 1999; 2001) e Frohmann (2004; 2008), especialmente em seus trabalhos alicerçados em Foucault, esta comunicação busca, nas formas documentais emergentes entre os séculos XII e XIV, aspectos de modelação e controle que seriam reutilizados na construção dos documentos e artefatos de informação modernos.

Para Frohmann, numa perspectiva construcionista (TALJA; SAVOLAINEN, 2004), o documento, entendido como discurso no sentido foucaultiano, é produto de práticas sociais microdistribuídas e institucionalizadas e produz efeitos de realidade. Para González de Gómez, atualmente o regime de informação<sup>35</sup> condiciona as esferas do social, do político e do econômico, de modo que ações e práticas sociais pressupõem a busca por artefatos de informação que estão colocados ao dispor por dispositivos<sup>36</sup>.

A articulação destes teóricos nos coloca um circuito de práticas que compilam, documentam e modelam (criam modelos) a realidade. Modelos são colocados ao dispor como artefatos de informação, que são buscados e apropriados nas práticas sociais (escolar, médica, política, hospitalar). É com base no sentido de controle por compilação, modelação, validação e difusão que se examinam aqui alguns tipos documentais emergentes entre os séculos XII e

<sup>35</sup> Para Foucault, a vontade de verdade é um sistema de coerção que coíbe, por procedimentos institucionalizados, autoridades e lugares, discursos não autorizados, apontados como não verdadeiros: regime de verdade. A verdade, posto isto, é um produto e um exercício de poder. Para González de Gómez (2001, p. 6), na sociedade contemporânea “o regime de informação, que inicialmente foi considerado como subsidiário dos regimes de verdade, agora se apresentaria como sua substituição”.

<sup>36</sup> O que encontramos disponível como “artefatos de informação” (produtos), estão colocados ao dispor a partir de um circuito com regras e procedimentos institucionalizados (mediação), que operam sobre as esferas produtivas. A este aparato de condicionamento à reutilização de informações validadas González de Gómez (1999, p. 6 e 26) chama dispositivo, que “e reúne uma memória de ações de informação [...] junto com todos os instrumentos e meios disponibilizados pelo ambiente cultural”.

XIV, quando são criados novos documentos para as atividades de comércio, crédito, administrativas, jurídicas e judiciais.

Estas novas formas registram regras gerais ou recíprocas, compilam e sumarizam dados, apuram, mensuram e tratam de medidas, numa conjugação entre *litterae* (letras, latim) e *numerus* (números, quantificações) que pode ser observada pelo prisma da criação e articulação de tecnologias das formas do “inquérito”, da “medida” e do “exame”.

Tomando as concepções conceituais de González de Gómez e Frohmann, examinam-se as descrições dos tipos documentais criados no período, conforme historiadores do medievo, especialmente Jacques Le Goff. Os tipos documentais, suas funções e características são descritos e relacionados com as formas de exercício do poder analisadas por Foucault: os de finalidade quantificadora e organizadora de atividades medievais são analisados segundo a forma “medida”; os de finalidade mapeadora de situações para tomada de decisão são analisados segundo a forma “inquérito” e os de finalidade de difundir modelos de comportamento e sociabilidade são analisados segundo a forma “exame”.

A primeira parte desta comunicação dedica-se a apresentar elementos relevantes para contextualização histórica do surgimento de diversos tipos documentais associados às novas atividades e seus modos de controle. Em seguida, examinam-se os tipos documentais construídos por *litterae* e *numerus*, e as tecnologias para seu estabelecimento e difusão, sob o prisma das três formas descritas por Foucault: a medida, o inquérito e o exame. Nas considerações finais busca-se indicar a reutilização de tecnologias da escrita e do número, construídas entre os séculos XII e XIV, na produção de documentos e artefatos de informação modernos.

### **3 CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DE NOVOS DOCUMENTOS ENRE OS SÉCULOS XII E XIV**

Por volta do Ano Mil se observa o crescimento da produção, implicando no aperfeiçoamento do fisco senhorial para proteger a fonte de sua renda, mas é no século XII que em grande parte da cristandade (Europa) inicia-se um longo movimento de progresso material que alguns historiadores denominam de Renascimento do século XII (DUBY, 1989, p. 143). Este grande progresso pode ser observado, em regiões como a França, por meio de três critérios: a) a difusão da moeda, facilitando o comércio; b) a extensão da superfície cultivada; c) o crescimento demográfico nos campos e cidades (DUBY, 1989, p. 144).

#### **3.1 Cidades e novas classes e riquezas**

Em muitas cidades constituem-se comunas<sup>37</sup>, com jurisdição própria e autonomia. Aí residem novos grupos de homens livres como comerciantes, artesãos, universitários que seriam também um contrapeso diferencial entre as disputas de poder das coroas, que caminham na formação de Estados, e a Igreja (ELIAS, 1993, p. 49).

Sendo a riqueza tradicionalmente uma questão de terras (fundiária), nas cidades surge um novo tipo, ligada às novas atividades econômicas, que se traduz em moeda, Era com o dinheiro que se contratavam arquitetos e edificadores, financiavam-se guerras e Cruzadas, adquiria-se artesanato e bens luxuosos. O dinheiro que pecaminosamente se reproduzia, rendendo juros aos usurários.

A incidência dos impostos em extensões cada vez maiores e a supervisão das atividades econômicas das cidades requeriam um contingente administrativo mais amplo e capaz de elaborar novos métodos de controle. O quantitativo e o conhecimento dos amanuenses existentes não eram suficientes e seriam nas novas classes urbanas que a Igreja e as coroas convocariam, dentre os que escrevem e os que calculam seus novos corpos administrativos (ELIAS, 1993, p. 159-160; VERGER, 1999, p. 180-190).

A extensão e complexidade das relações sociais e das transações econômicas e fiscais fariam destas novas classes inovadoras na escrita e no uso do cálculo registrado, nos estudos universitários, na administração das cidades e no serviço da Igreja e de coroas.

O epicentro das atividades eram as feiras que começam a despontar como importantes pontos de comércio ativo e se caracterizavam pelo encontro de mercadores vindos de diversas regiões. Sua periodicidade cumpria o calendário cristão, antes ou depois da quaresma ou o dia de um santo, e tinham duração média de várias semanas. (FOURQUIN, 1986, p. 269). Sua geração de riquezas favoreceu a mudanças de conduta de senhores e mesmo da Igreja em relação às atividades comerciais e ao mercador na região de Champanhe. Ali, com o intuito de incentivar as feiras, condes deram isenção e descontos nas taxas normalmente cobradas. Em 1209, o rei da França, Felipe Augusto, colocou sob sua proteção real todos os mercadores que para elas seguiam. Tais fatos tornaram as feiras de Champanhe o centro da atividade comercial do mundo ocidental e refletem o crescente interesse do estado francês na evolução da atividade comercial em seus territórios (LE GOFF, 1982, p. 14-17).

---

<sup>37</sup> Grupos de mercadores; grupos de professores e estudantes; grupos de artesãos, por exemplo, reuniam-se por juramento em associações de auxílio mútuo “destinado[s] a remediar todas as situações de angústia”, chamados de guildas e comunas (OEXLE, 2006, p. 490).

Para garantir a segurança dos mercadores e compradores, reis e condes criaram a função de guarda-feiras. Entre 1225 e 1247, diversos contratos comerciais passaram a ser submetidos a estes guardas, cujo quantitativo tinha de aumentar criando-se, assim, novos personagens e novas funções. “Finalmente, a partir de 1260, estas ‘cartas dos guardas das feiras’ tornaram-se tão numerosas que a administração passou a incluir (nas feiras) notários, procuradores e sargentos” (FOURQUIN, 1986, p. 270)

O afluxo de moedas diferentes, de diversas regiões do Ocidente e até o Oriente, fez com que se desenvolvessem novas tecnologias para sua contagem e avaliação: o câmbio. Os valores das numerosas e diversas moedas utilizadas no comércio se tornavam conhecidas em um curto espaço de tempo em regiões distantes graças aos “correios de feira”, que depressa se tornam importantes auxiliares na especulação monetária (FOURQUIN, 1986, p. 273).

As feiras de Champanhe se tornam grandes centros de trocas de moedas e criaram as Letras de Câmbio, que contornavam os problemas de irregularidade na oferta de moedas e sua variedade. Daí desenvolveram-se a banca e o mercado de crédito, práticas duvidosas em relação à usura que a Igreja buscava controlar por meio documentos canônicos, manuais de confissão e difusão de histórias exemplares (os *exempla*) durante os sermões. A usura era, ainda assim, dissimulada por comerciantes e banqueiros, e até por clérigos que contornavam a proibição e se tornavam credores de empréstimos a juros (FOURQUIN, 1986, p. 275)

### **3.2 O tempo e as novas tecnologias da leitura e do escrito**

As transformações na leitura, escrita e escritura apresentam-se numa correspondência ao novo tempo acelerado do comércio e do trabalho dos operários, que conflita com o tempo da Igreja, regido pelo dia e pelas atividades religiosas – horas canônicas (LE GOFF, 2013, p. 70-85). O calendário regido por festas religiosas móveis, em que não havia dia fixo para início do ano, era inconveniente aos cálculos “contábeis”. Mercadores, cristãos, mas num novo sentido do tempo, estabeleceriam o dia da circuncisão de Cristo, primeiro de janeiro, como ponto de partida fixo para suas escriturações (LE GOFF, 1982, p. 81).

A necessidade de velocidade na produção e circulação do escrito aparece nos livros utilizados nas universidades e nas práticas comerciais. Os manuscritos luxuosos, ornados e bem caligrafados da Alta Idade Média, que sinalizavam uma época inculta (LE GOFF, 1989, p. 22), dão lugar aos exemplares compostos por peças escritas em minúsculas cursivas, incluindo-se o aumento no número de abreviações, o uso de pontuações e a utilização de índices de assuntos (LE GOFF, 1989, p. 72-73; VERGER, 1999, p. 113).

Nos negócios se passará das fichas aos cadernos que lembram as obrigações e prazos, misturando o doméstico, o memorial e o comercial. (BRAUNSTEIN, 2009, p. 567). A tendência ao aumento no volume, distância e riscos dos negócios também ensejará uma variedade de contratos e associações de comércio como o *commenda* (adiantamento de recursos para viagem de negócio) o *collegantia* (partilha de custos e lucros entre comprador e vendedor) e contratos de seguro que “colocaram na primeira fila e fizeram proliferar toda uma multidão de notários [...]” (LE GOFF, 1982, p. 22). Juntamente com a escrita notarial abreviada também se desenvolvia uma escrita comercial clara e rápida. Para Le Goff (1982, p.78), é graças a esta prática escriturária dos comerciantes que “a escrita limpa e cômoda, escrita útil e corrente, toma um lugar de primeiro plano nas escolas primárias.”

Os contratos de câmbio fictícios para disfarçar a usura foram criados na cidade de Gênova e difundidos pelos italianos do norte e do centro. Mas o contrato notarial foi sendo substituído por uma simples carta missiva e “[a]os poucos a assinatura de um agente das sociedades bancárias valia mais que a assinatura de um notário” (FOURQUIN, 1986, p.280).

Bons e alargados negócios iriam transformar o mercador viajante em comerciante sedentário. Isto demandou o controle de seus negócios por livros que se diversificaram entre os de sucursais, de compras, vendas, de matérias-primas, de depósitos de terceiros, dos operários e o chamado “livro secreto”. A descrição de Le Goff sobre o livro secreto aponta o uso do *numerus*, já que continha “[...] a participação dos associados no capital, os dados que permitiram calcular, em qualquer momento, a posição destes negócios na sociedade, a distribuição dos lucros e perdas”. As grandes firmas agora trabalham com o método do cômputo duplo (LE GOFF, 1982, p. 28-29).

A atividade comercial exigia cada vez mais preparação e instrução. Até então, nas escolas eclesiásticas estudavam-se os textos sagrados e a aritmética, ensinada com o intuito de observar o calendário. Foi preciso criar uma nova escola, urbana, para ensinar aos filhos de mercadores conhecimentos para fins práticos e utilizáveis nas funções comerciais. Os métodos de ensino foram alterados e “[...] o centro de gravidade deslocou-se das ciências clássicas para as aplicadas” (GUREVIČ, 1989, p.179)

A adoção dos números árabes e a introdução do zero facilitaram a prática mercantil e possibilitaram a formação gradual de uma mentalidade aritmética: a tendência e o gosto pelo cálculo e pela precisão e a introdução do estudo do ábaco eram fatos incomuns nos séculos anteriores ao XIII. O latim ainda era estudado nas escolas urbanas, no entanto, as cartas e documentos produzidos eram já escritos em língua vulgar, sendo o mais antigo documento em

língua italiana o fragmento de uma conta comercial datada de 1211, na cidade de Siena (GUREVIČ, 1989, p.179).

Filhos de negociantes também frequentavam as universidades, nem sempre seguindo a carreira de seus pais. Muitos se tornavam eclesiásticos, médicos ou juristas, fato que reflete ainda o preconceito com a atividade mercantil. No entanto, esta abertura das universidades a estes estudantes significa um passo para a laicização dessas instituições de ensino. Segundo Gurevič (1989, p.180), não raro filhos de mercadores que estudaram em universidades se tornavam conselheiros citadinos ou burgomestres. No século XIV, cerca de metade dos membros dos conselhos possuíam uma instrução de grau universitário.

### **3.3 Os inqueritos, o judiciário e as contas**

O levantamento e apuração de uma situação para avaliar, julgar e tomar providências é basicamente o modo do “inquerito” que perpassa os âmbitos administrativo, judiciário e fiscal. Sua base foram os inqueritos administrativos dos bens da Igreja e das almas (processos inquisitoriais e de canonização), onde se lançava mão de um conjunto de procedimentos de questionamento, anotação e cruzamento de informações a fim de apurar a “verdade”.

Conforme Foucault (1997), o “inquerito” também responde pela centralização, uma dominação à distância assentada na hierarquia e passou a ser utilizado nas causas criminais que deixavam de ser, no século XII, um litígio e acerto de contas entre dois oponentes, passando a um crime de lesa-majestade, o terceiro interessado (FOUCAULT, 2013, p. 69; BOURDIEU, 2011, p. 109).

O inquerito é desencadeado por um poder central ou em vistas de centralização e, aliado a ele, Bourdieu (2011, p. 109) destaca a sustentação da teoria da apelação que, ao submeter todas as jurisdições ao suserano, permitia-lhe concentrar, nos seus termos, capital jurídico.

A sociedade feudal, estabelecida na riqueza territorial e na hierarquia senhorial, tinha por base jurídica os costumes bárbaros ligados ao juramento e à fidelidade entre os homens. A Igreja mantinha o estudo do direito romano, mas desenvolveu um código próprio, o direito canônico. Segundo Bloch (1982 *apud* LOPES, 2002, p.74) estabelece-se, na segunda fase feudal, entre 1050-1150, os direitos canônico e civil nas universidades, movimento que avançou para a reorganização completa da vida jurídica da Europa. As cortes, tribunais e jurisdições leigas, civis, seculares, principescas, serão, mais cedo ou mais tarde, influenciadas pelo direito canônico. (LOPES, 2002, p.83)



Foi o papa Gregório VII (1073-1085) quem comandou uma reforma radical, estabelecendo os fundamentos do direito canônico, numa Igreja que até então não possuía um aparato jurídico necessário ao seu crescimento e ao enfrentamento do poder das monarquias. Antes a jurisdição religiosa se confundia com a liturgia e a teologia.

Apesar de nascer dessa disputa de poder entre a Igreja e as monarquias, o direito canônico possibilitou a centralização e consolidação de um novo direito, reutilizado pelo Estado. Da reforma de Gregório “começou a nascer o Estado: uma burocracia, um poder de criar legislação, uma ambição de universalidade” (LOPES, 2002, p. 90).

A justiça passou a limitar o poder por cima (direito natural, por nascimento) e por baixo (direitos particulares e costumes, por acordos) “de modo que toda decisão (administrativa, judicial ou legislativa, nos termos atuais) deveria ser uma distribuição de justiça (dar o devido a cada um)” (LOPES, 2002, p. 93), não estando separadas as atividades legislativa, judicial e administrativa.

O direito canônico nos legou a essência do inquérito, o processo, adotado pelas cortes régias e incrementado pelo processo inquisitorial. Lopes (2002, p. 100) destaca sua importância em quatro aspectos: 1) era conduzido por profissionais em direito; 2) reconhecia um sistema de recursos que permitiria a uniformização, a concentração e a centralização de poder; 3) adquiriu uma perspectiva investigativa (inquisitorial); 4) impôs a escrita sobre a oralidade, constituindo o sistema cartorial.

À forma apuradora e centralizadora do inquérito as coroas adicionariam técnicas de quantificação e contabilização desenvolvidas pelos comerciantes, com levantamentos de recursos disponíveis e das condições locais, seguidos de métodos de controle da arrecadação de tributos e impostos. São tecnologias da forma “medida” que permitem que a concentração de poder seja também um saber sustentado em práticas info-documentais. Para Bourdieu (2011, p. 104) uma concentração de capital informação que acompanha a administração das contas e a estruturação de um fisco unificado.

É exemplar o caso das “Ordenações de Brignoles”, em 1297, para controle da região da Provença. Uma documentação altamente normalizada e distribuída por um variado corpo administrativo a fim de estabelecer um fluxo constante, controlado e sumarizado de informações locais de interesse do suserano: formação do fisco sob o controle central da câmara de contas da coroa.

A ordenação resultou de inquérito realizado entre 1289 e 1291 (apuração dos fatos) cujos resultados levaram a medidas de correção e controle. Hérbert (2004) destaca partes do que nesta ordenação considera a construção de um verdadeiro “sistema de informações”.

Trata-se de um conjunto de diferentes ordens, dirigidas a funcionários do corpo administrativo do rei na Provença (o senescal<sup>38</sup>, juízes de apelação, procurador fiscal e tesoureiro geral) e ao corpo administrativo local (vigias, juízes e tesoueiros locais), incluindo as penalidades para aqueles que não as cumprissem.

Para se ter ideia da complexidade do sistema, Hérbert (2004) descreve as ordens dirigidas ao senescal. Ele deveria manter três cadernos: o *acta*, o *recollecta* e o *mandata*, cujos registros deveriam ser minuciosamente normalizados. O *acta* com a descrição de todas as questões judiciais, o *recollecta* com o registro das receitas, contendo os seguintes itens e nesta ordem: nome do agente coletor, nome do pagante, motivo do pagamento, montante do total devido ao tesouro e montante devido como soldo ao senescal (HÉRBERT, 2004, p. 47). O *mandata* deveria conter os atos e ordens administrativas às comunas, oriundos do rei ou do senescal. Ao sair do cargo deveria apresentar a seu sucessor um caderno com uma cópia idêntica, sumarizando a *acta resídua* (pendências judiciais) e o *resídua* (montante pendente, a receber), com o nome dos devedores. Cada um, o que saía do cargo e seu sucessor, deveria manter um exemplar lacrado com o selo do outro. Ao senescal também se ordena o envio de um relatório trimestral à câmara e prestação de contas uma vez por ano, quando deveria levar consigo todos os documentos (HÉRBERT, 2004, p. 48-49).

As ordens aos demais membros do corpo administrativo também indicam o que e como registrar, como sumarizar, a quem enviar e com que periodicidade, formando-se um sistema de informações verificáveis, “recolhidas e transmitidas por numerosos agentes que interveem em lugares e em campos de atuação diferentes [...] é a grande inovação das Ordenações de Brignoles” (HÉRBERT, 2004, p. 51, tradução livre nossa).

### 3.4 A formação do mercado de crédito

O pecado da usura e seu protagonista tiveram destaque em documentos dos séculos XII ao XIV. Se mercador e banqueiro eram ofícios indissociáveis (LE GOFF, 2008, p. 96), o mercador foi rapidamente assimilado ao trabalhador, contando com a tolerância da Igreja, enquanto o segundo arriscava-se ao crime perante a justiça e ao pecado diante de Deus. Mas lucro não era necessariamente juro e nem todo juro era entendido como usura, já que “[...] a usura intervém onde não existe produção ou transformação material de bens concretos” (LE GOFF, 1987, p. 18).

---

<sup>38</sup> Senescal era o representante do rei e seus interesses, tanto administrativos como judiciais.

Os historiadores remetem-se ao século XIII como século da justiça, com o recém-criado direito canônico e o direito romano, que do lado judicial conta com os procedimentos do inquérito e da apelação e do lado teórico constituiu embate entre valores tradicionais e emergentes. No âmbito do direito canônico, a usura terá dois aportes relacionados: do justo e do quantitativo.

A ideia de justiça era perpassada pela ideologia religiosa e pela ética, relacionada com a tradução da *Ética a Nicômano* de Aristóteles, sustentando a noção de moderação e de medida, de justa medida, de “preço justo”. A usura era uma desmedida e um pecado contra a natureza, porque “[o] dinheiro é infecundo [...] fazer o dinheiro emprestado parir dinheiro é contra a natureza” (LE GOFF, 1987, p. 34). Como a oferta de moeda oscilava, os juros podiam ser altos, chegando a até 100%, mas a usura podia se camuflar nos preços e sobre ela discordavam os doutores do direito romano e do canônico, em mais um indicativo das disputas entre Igreja e Estados nascentes. Enquanto romanistas consideravam que o preço deveria resultar do acordo entre as partes, os canonistas passariam a sustentar a tese de “um preço justo existente em si” (LE GOFF, 2014, p. 136).

Ao lado da moderação, a escolástica iria admitir cinco modalidades onde o juro não implicava em usura *damnum emergens* (prejuízo inesperado); *lucrum cessans* (perda de remuneração maior em outra atividade); *stipendium laboris* (remuneração pelo trabalho); *periculum sortis* (não pagamento por parte do devedor) e *ratio incertitudinis* (cálculo de incertezas) (LE GOFF, 1987, p. 92-93). Tais concessões, de um lado, decalcam-se sobre os disfarces já empregados, como os contratos de câmbio fictícios (FOURQUIN, 1986, p. 280), de outro acompanham a tendência de aceitação das novas atividades econômicas, quando a Igreja recorre a mercadores e banqueiros para financiar Cruzadas e construir catedrais góticas (LE GOFF, 2014, p. 34), além de angariar aliados para enfrentamento aos senhores feudais (LE GOFF, 1982, p. 72-73).

Um mercado de crédito bem estruturado esteve diretamente ligado à sedentarização dos comerciantes. Antecedeu-lhe a prática do empréstimo de pequenas quantias realizadas não só pelos judeus, mas por membros do clero (LE GOFF, 1987, p. 42). Mas não é suficiente o abrandamento da Igreja para explicar como foi possível passar da ação de prestamistas locais a um mercado de crédito com grandes bancas de ação internacional.

A posição privilegiada dos notários referente à produção documental e arquivos aparece, na pesquisa de Menant (2004), como um bom indício que a criação de arquivos, utilizados como fontes de informação, esteve na base da ampliação do crédito e da formação de um verdadeiro mercado de empréstimos. O trabalho examina uma estrutura de informação,

em vista da oferta de empréstimos das cidades ao campo, a partir da metade do século XIII. Os notários, que tinham acesso às informações oriundas do esforço documental daquele período (registros judiciais, contratuais e fiscais), faziam o papel de mediadores entre necessitados e possíveis prestamistas. Estes profissionais da escrita de atos jurídicos adicionavam às informações locais aquelas constantes nos processos judiciais, para fornecer informações que permitiam avaliar as condições de solvência daqueles que procuravam empréstimos.

No século XIV, com a profissionalização dos banqueiros, os notários deixariam de ser necessários tanto na função mediadora quanto no fornecimento de informações documentais, já que, conforme aponta Le Goff (1982, p. 29), o desenvolvimento de diversos cadernos de controle e da contabilidade permitiu às grandes firmas manterem informações atualizadas, realizarem pagamentos por compensação e conduzir seus negócios “[...] sobre todo um conjunto de que puxa os fios, sentado no seu escritório, no seu palácio, na sua casa. Todo um conjunto de guarda-livros, comissionistas, representantes e empregados – os ‘corretores’ – lhe obedece no estrangeiro”.

Mesmo na forma embrionária, o crédito ancorava-se em informações e o mercado de crédito se estabeleceu com sua coleta e sistematização em documentos organizados em arquivos, permitindo governar os negócios à distância. Conjugam *litterae* e *numerus* constituindo novas técnicas alicerçadas na concentração (o inquérito) e nas quantificações que distribuem, enquadram, verificam possibilidades de solvência (a medida) para uso privado e que serão apropriadas na gestão, pelas coroas, do que podemos chamar de âmbito público.

### **3.5 Usura e leitura e as técnicas para seu controle**

As transformações nas práticas da leitura e no ato penitencial são indícios da formação da individualidade neste período. O Purgatório, a contrição e o matrimônio, alguns instrumentos para seu controle.

Antes do Ano Mil a Igreja pouco exigia dos leigos além de trabalharem e guerrearem, cabendo aos monges fazer penitência por todos. Mas com a feudalidade avança também uma cristianização mais enérgica e, como seus instrumentos, primeiro Satanás e, no século XII, o Purgatório (LE GOFF, 1987, p. 84-86).

Até o século XI vive-se nos coletivos: entre cavaleiros, nas famílias, no monastério. Uma vida protegida, mas circundada por perigos, onde o isolamento era considerado suspeito e quem andava só era mau ou encontraria o mal. A leitura silenciosa e sua ruminância, as autobiografias, a literatura cavaleiresca e as transformações no ato penitencial são mais

sintomas do que explicam a formação da individualidade. Em certa medida trata-se da extensão de práticas monásticas aos leigos, mas num novo contexto, das comunas, das universidades, da tradução de Aristóteles, do comércio, onde “[o] eu reivindica uma identidade no seio do grupo” (DUBY, 2009, p. 533).

A noção de um fogo purgatório, assim como a de pecados leves ou ligeiros, esteve por séculos nos textos da Igreja, mas só as circunstâncias do século XII gerariam tratados teológicos e canônicos estabelecendo este terceiro lugar no além, assim como a diferenciação entre os pecados mortais e os venais, dignos de vênias, de perdão (LE GOFF, 1995, p. 264-260). O Purgatório é tanto um meio para saldar suas dívidas com Deus quanto tem saída certa para o Paraíso, mas será também um Inferno temporário, um lugar de grandes tormentos (LE GOFF, 1995, p. 269-271).

Associados a este terceiro lugar, está a inovação no sacramento da penitência, que passa de excepcional, com a exibição de trajés e gestos em uma cena pública, à confissão ao pé do ouvido, obrigatória e realizada ao menos uma vez por ano, na Páscoa. Isto exigia aprendizado para penitente e confessor. Manuais de confessores serviriam na orientação e padronização do discernimento dos pecados e das penalidades aplicáveis em sua expiação (LE GOFF, 1982, p. 59). Mas não bastava confessar, era necessário o exame profundo de si na contrição, a busca de sua real intenção, o arrependimento e a expiação. Para Duby (2009, p. 551), um tipo de inquisição da alma, para “desentocar o que se dissimulava de insubordinação, de heresia, nas consciências, desvendando as clausuras do privado”.

Com o Purgatório os testamentos passariam a incluir fundos destinados a legados piedosos e para celebração de ofícios ao morto. O Purgatório de certo modo propunha a manutenção da relação entre mortos e vivos, já que os vivos podiam oferecer compensações pelos pecados e sufrágios pelas almas.

No século das transações comerciais, cambiais e das compensações monetárias, este conjunto gerará uma proporcionalidade quantitativa: contam as doações, as confissões, os jejuns, os arrependimentos, as esmolas; mede-se o tempo na terra em pecado, o dos tormentos no Purgatório, dos sufrágios em intenção dos mortos, numa espécie de contabilidade do além (LE GOFF, 1995, p. 270).

O ambigualmente terrível e desejável Purgatório e a penitência do pecador contariam ainda com outros modos de controle das almas. No século XIII se construiriam balizadores e vigilantes externos da emergente individualidade, destacando-se os *exempla* e as esposas.

O *exemplum* era um breve relato ou história, usado geralmente em sermões e durante as confissões, onde usuário não era o único, mas era o principal protagonista, arrastado para

o Inferno pelo peso da bolsa de moedas presa a seu pescoço, ou levado ao Purgatório por uma contrição final (LE GOFF, 1987, p. 10-13; 1995, p. 359). A produção de *exempla* era uma das especialidades dos mendicantes, ordens tipicamente urbanas, de doutores franciscanos do ensino universitário, de Inquisidores dominicanos; muitos filhos de comerciantes, quase todos filhos da cidade, portanto, conhecedores das práticas e artimanhas do comércio e da usura (LE GOFF, 1995, p 380).

Também às esposas se demandaria o papel de evitar a descida ao Inferno de seus maridos pecadores, destacando-se o marido usurário. A instituição do sacramento do matrimônio, entre os séculos XII e XIII, mudou o papel da mulher, num casamento monogâmico, indissolúvel e fundado, para além da conjunção carnal, num contrato de acordo mútuo (SILVA, 2008). A legislação canônica elaborou códigos jurídico-teológicos do matrimônio, onde “[c]ada gesto, posição, palavra e pensamento foi avaliado, classificado, codificado e regulamentado” (DANTAS, 2010, p. 706)

Sendo a mulher uma só carne com seu marido, se casada com um usurário não deixa de usufruir de seu dinheiro pecaminoso, devendo “[...] procurar persuadi-lo a abandonar esta profissão maldita e restituir o dinheiro que o levará ao inferno.” (LE GOFF, 1987, p. 104), ou restituir aos por ele logrados, depois de sua morte, podendo ainda ser salvo do inferno por sua dedicação (LE GOFF, 1995, p. 359).

A leitura silenciosa, acompanhada da escrita privada, é outra marca da emergência da individualidade e sua viabilização dependeu de mudanças no escrito e em suas formas, ainda que convivendo com a leitura em voz alta. Mesmo privilégio de uma minoria, os que sabiam ler eram convidados pela Igreja a ler, por si próprios, palavras de oração (DUBY, 2009, p. 548). Os textos religiosos e a literatura cavalheiresca tinham função pedagógica, apelando para a superação “itinerário de uma formação progressiva pela travessia de uma sequência de tribulações, progredindo a pessoa, por etapas, até a plenitude” (DUBY, 2009, p. 537)

Aos estudantes demandava-se leitura silenciosa e reflexiva de modo a preparar-se para os debates. O ensino na escolástica exigia ordenação, de maneira que o aprendiz devia ser capaz tanto de expor os textos lidos como de explicá-los. Há a exigência dos estudos, há escassez de livros e também “erros” de interpretação dos estudantes, que podiam levar a interpretações contraditórias com a doutrina cristã (HAMESSE, 1998, p.134). A solução veio com os índices temáticos, conceituais, sumários, compêndios e similares. Eram resumos ou indicadores de doutrinas e filosofias “em frases curtas e de fácil memorização [...]” que ao mesmo tempo em que resolviam os problemas dos estudantes de acesso e interpretação, eram recomendados por algumas ordens religiosas. Os florilégios e resumos de Aristóteles eram

frases selecionadas e já interpretadas e tinham a “vantagem de não trazer passagens suscetíveis de serem heréticas [...] uma das razões do seu sucesso” (HAMESSE, 1998, p. 136 e 128).

#### 4 SOB OS PRISMAS DA MEDIDA, DO INQUÉRITO E DO EXAME

No início desta comunicação, apresentamos uma citação de Foucault afirmando que o sucesso do poder disciplinar devia-se “[...] sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 2012, p. 164). Mas o que quer dizer “simples”? O que Foucault chama de combinação entre olhar hierárquico e sanção normalizadora se assenta em processos de produção documental altamente normalizados, em apurações contábeis e estatísticas de média e desvios e na difusão de modelos e padrões daí decorrentes. As ideias de olhar hierárquico e de sanção normalizadora podem ser simples, mas seu modo de aplicação moderno é complexo e dependente do desenvolvimento de um conjunto de tecnologias e instrumentos, muitos deles desenvolvidos entre os séculos XII e XIV, todos de cunho documental.

Sob o prisma “**medida**”, na formação histórica da antiguidade grega ela se atrelava à noção de equilíbrio<sup>39</sup>, já no direito canônico dos séculos XII e XIV ganha um tom quantitativo, que corresponde ao que Gurevič (1989) chama de formação gradual de uma mentalidade aritmética. Trata-se do justo, mas trata-se, também, de uma medida que indica o que é o justo. Se a “medida” tem uma função de ordem é a partir das práticas comerciais, cambiais e contábeis deste período da Idade Média, todas amparadas ou validadas em práticas documentais, que ela ganha a possibilidade de ser matriz da matemática e da física.

As inovações da documentação disciplinar na modernidade “se referem, à acumulação dos documentos [sobre o homem], sua seriação, à organização de campos comparativos que permitam classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas” (FOUCAULT, 2012, p. 182). A “medida”, desde a antiguidade, ordena, coloca norma; a “medida” da Idade

---

<sup>39</sup> Equilíbrio era um valor para os gregos e seu entendimento variou desde o período arcaico. Um assassinato era reparado por divindades, a Justiça e a Vingança, como um modo de restaurar o equilíbrio. Num simpósio, por exemplo, o anfitrião deveria garantir que seus convidados tivessem o mesmo nível de embriagues, para não haver desequilíbrio. No período clássico, a noção Aristotélica de virtude associa-se à de justa medida, que de certo modo reflete o conceito de equilíbrio. Não se trata de uma medida externa, mas relativa a cada um. “A virtude é, pois, uma disposição de caráter relacionada com a escolha e consiste numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós” (ARISTOTELES, 1973 p. 273, 1106 b 20-30).

Média contabiliza, compara moedas, equivale, estabelece o justo; e, para normalizar na modernidade, necessitou da curva normal estatística e do cálculo de seus desvios dos séculos XVIII e XIX, onde deixa de ser uma norma imposta, para ser uma normalidade calculada.

Sob o prisma do “**inquérito**” e na perspectiva aqui estudada de buscar na Idade Média traços das tecnologias documentais modernas, os processos canônico e inquisitorial, nascidos das aspirações de papas, estudiosos do direito e teólogos, desde a reforma de Gregório VII, no século XI, ilustram a ação centralizadora e hierárquica, produtora de uma documentação inovadora, que iria substituir a oralidade, comum na Alta Idade Média, pela escrita e seus mestres cartoriais.

O “inquérito” surgiu na Idade Média como forma de pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica e foi apropriado pelos filósofos do século XV ao XVIII, bem como por cientistas (geógrafos, botânicos, zoólogos e economistas) (FOUCAULT, 2013, p. 21), sendo “uma forma bem característica da verdade em nossas sociedades”. Forma jurídica típica da modernidade, segundo Foucault, o “inquérito” responde pela centralização como uma forma de dominação à distância assentada na hierarquia (FOUCAULT, 1997). A partir da modernidade, a busca da verdade só pode se estabelecer por meio de um minucioso e controlado escrutínio, ancorado no “inquérito”, reunindo e apurando fatos e informações pertinentes, visando modelar a realidade.

Com o renascimento econômico do século XII, mercadores e administradores da Igreja e reinos caminharam das anotações à construção de documentos contábeis, com informações sumarizadas que lhes permitia gerir a entrada e saída de dinheiro, as dívidas e os créditos. Seu primeiro modelo é o Inquérito, nos processos judiciais, com registros e cruzamento de informações.

O “inquérito”, que busca reconstituir os fatos, seria associado às tecnologias do quantitativo, num minucioso levantamento que perpassa os âmbitos judiciário, administrativo e fiscal. Nas ações e instrumentos da forma do “inquérito” o que está em jogo é a centralização do poder por meio de uma hierarquia de comerciantes, notários, advogados, bispos e inquisidores que detêm, cada um, um fragmento de poder, numa microdistribuição, em cujo centro está aquele que mantém o arquivo do “inquérito” e o domínio de seu conteúdo e linguagem.

Sob o prisma do “**exame**”, como modo de exercício de poder/saber, próprio da modernidade, ela se constitui a partir de anotações e que se pode chamar de documentação de dados empíricos sobre o homem, seu comportamento e suas relações. As ciências sociais e humanas observam o homem documento, o examinam, “[...] não contudo para reduzi-lo a



traços ‘específicos’ [...] mas para mantê-lo em seus traços singulares [...]”. Estes documentos proporcionam, ao mesmo tempo, construir “um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos” (FOUCAULT, 2012, p. 182).

Este objeto de descrição e análise e de comparação pressupõe a individualidade, sem a qual não se pode pensar em enquadramento em um modelo de normalidade ou anormalidade (desvios). Se, conforme o entendimento de Foucault, o homem (objeto de estudo) surge na modernidade, a individualidade dependeu de uma cultivação e ela se insinua entre os séculos XII e XIV. Tal individualidade era controlada neste período por vigilantes e modelos ideais documentados como o padre com seus manuais de confessor, os *exempla* e a esposa em seus deveres de salvar a alma de seu marido.

A vigilância e o controle dos indivíduos na modernidade sustentam-se na difusão de modelos de normalidade e de desvios de base empírico-científicas, sua internalização como padrões a partir dos quais se pode dizer que “fulana” é anoréxica ou “beltrano” tem o colesterol bem controlado. Ou seja, “[...] cada um recebe como *status* sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios às ‘normas’ que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um ‘caso’” (FOUCAULT, 2012, p. 183).

A modernidade herda e reaproveita a construção da individualidade e do uso de modelos documentados para seu controle e as recoloca em um novo patamar, na “[...] fixação ao mesmo tempo ritual e ‘científica’ das diferenças individuais” (FOUCAULT, 2012, p. 183).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação partiu da ancoragem em González de Gómez e Frohmann sobre documento e informação modernos e nas concepções de Foucault sobre formas de exercício do poder e regras do saber. O fio condutor é a indagação sobre o desenvolvimento de tecnologias de *litterae* e *numerus* utilizadas na construção moderna do documento e dos artefatos de informação que não se deu da noite para o dia.

Considera-se, nesta pesquisa ainda em curso, que o entendimento contemporâneo da informação e do documento, incluindo os aportes conceituais do campo da Ciência da Informação, devem contar com análises mais amplas que busquem contribuir para o que se pode chamar de uma genealogia do documento e da informação. Trabalhos de perspectiva histórica, mas ancorados em bases teóricas do entendimento atual destes fenômenos no campo, não constituem certamente uma genealogia, mas contribuem para ela.

Considerou-se que a formação histórica moderna herda e reaproveita tecnologias de controle e conformação preexistentes, aplicando-as a um saber sobre o homem que serve ao ordenamento das relações sociais e, em vista disto, buscou-se examiná-las na produção documental na Idade Média.

A introdução dos algarismos arábicos, o desenvolvimento da aritmética e a criação dos princípios da contabilidade para as atividades comerciais ensejaram tanto uma mentalidade quantificadora como uma documentação calcada em dados. São instrumentos e técnicas do comércio e da banca medievos dos quais a modernidade poderá lançar mão, nas análises empírico-documentais sobre o homem, na emergência das ciências humanas e sociais no século XIX.

A concentração de informações e seu cruzamento para mapear e apurar uma situação, desenvolvida pelo século do direito, o século XIII, é a base da forma do “inquerito”. Suas tecnologias serão reutilizadas no século XIX para um novo uso: reunir e apurar informações sobre o homem e sobre cada homem, permitindo modelar perfis médios e desvios e examinar cada um como um “caso” em uma população.

O exame do caso, do singular em cada homem, é tratado por Foucault, na sociedade da vigilância e do controle, como parametrizada pelo modelo médio construído pelas ciências humanas e sociais, cuja internalização se dá pela difusão destes modelos, que acabam sendo compartilhados por todos na sociedade moderna. Este modo de controle pode contar com a prévia construção da individualidade na Idade Média, embora seus modos de controle naquele período fossem modelos ideais, difundidos pela Igreja através do *exemplum* e manuais de confessores e contassem com padres e esposas como seus vigilantes.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Ética a Nicômano. In: \_\_\_\_\_. **Tópicos**; dos argumentos... São Paulo: Victor Cívita/ Abril Cultural, 1973. p. 247-436. (Os Pensadores; IV).

BLOCH, **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BOURDIEU, Pierre. Espíritos de estado, gênese e estrutura do campo burocrático. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011, p.91-135.

BRAUNSTEIN, Philippe. Abordagens da intimidade nos séculos XIV -XV. In: DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada 2**: da Europa feudal à renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 552 – 647.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 700-728, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n3/artigos/pdf/v10n3a05.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

DUBY, Georges. A solidão nos séculos XI -XIII. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História da vida privada 2: da Europa feudal à renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 528 – 552.

DUBY, Georges. O Renascimento do século XII. Audiência e patrocínio. In: DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p. 143-160.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Volume 2: formação do estado e civilização.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOURQUIN, Guy. **História econômica do Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1986.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, Winter 2004. Disponível em: <<http://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/1683/frohmann387407.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 26 nov. 2009.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUGITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica/ Marília: Fundepe, 2008. p. 13-34.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: <[revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1376](http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1376)>. Acesso em: 22 ago. 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, 2001.

GUREVIČ, Aron Ja. O mercador. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença. 1989. p.165-192.

HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico de leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Ática, 1998. p.123 –146. (Múltiplas Escritas).

- HÉBERT, Michel. L'ordonnance de Brignoles, les affaires pendentes et l'information administrative em Provence sous les premiers Avenings. In: BOURDREAU, Claire *et al* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004, p. 41-56.
- LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1987.
- LE GOFF, Jacques. **A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros na Idade Média**. Lisboa: Gradiva, 1982.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho, cultura no Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- MENANT, François. Pour une histoire de l'information sur le crédit rural au Moyen Âge. Esquisse de problématique et études de cas en l'Italie du Nord aux XIIe-XIVe siècles. In: BOURDREAU, Claire *et al* (Org.). **Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge**. Paris: Sorbonne, 2004, p. 135 - 149.
- OEXLE, Otto Gerhard. Guilda. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário temático do Ocidente medieval**. v. 1. Baurú: Edusc, 2006. p. 489-502.
- SILVA, Carolina Gual da. **Até que a morte os separe: o casamento reformado nos séculos XII-XIII**. 2008. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas /USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072008-104528/pt-br.php>>. Acesso em: 22 jun. 2014.
- TALJA, Sanna; TOUMIEM, Kimmo; SAVOLAINEN, Reijo. "Isms" in information science: constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61. n. 1, p. 79-101, 2005. Disponível em: <[www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm](http://www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2009.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 1999 (Educar).

## **BREVE REFLEXÃO SOBRE AS AÇÕES DE INFORMAÇÃO NO LABORATÓRIO DE TECNOLOGIAS INTELLECTUAIS - L*Ti***

### *BRIEF REFLECTION ON THE ACTIONS OF IN THE LABORATORY INFORMATION TECHNOLOGY INTELLECTUAL - L*Ti**

Isa Maria Freire

**Resumo:** Apresenta uma reflexão sobre as ações de informação no regime de informação do Projeto Laboratório de Tecnologias Intelectuais – L*Ti* do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Compartilha os resultados preliminares de pesquisa com o objetivo de acompanhar e discutir sobre as ações de pesquisa – ensino – extensão informação em desenvolvimento no L*Ti* e analisa as atividades a partir do modelo das ações de informação proposto por González de Gómez. Resume o quadro teórico-metodológico que abrange a abordagem do regime de informação, o escopo e procedimentos da pesquisa, e descreve a rede de projetos do L*Ti* na perspectiva dos estratos e modalidades das ações de informação, bem como dos seus respectivos atores sociais.

**Palavras-chave:** Rede conceitual. Regime de informação. Ações de informação. Políticas de informação. Laboratório de Tecnologias Intelectuais – L*Ti*.

**Abstract:** Reflects on the actions of information in the information system of the Project Lab Technologies Intellectuals - L*Ti* Department of Information Science at the Federal University of Paraíba. Shares the preliminary results of research aiming to monitor and discuss the actions of research - teaching - extension information and analyzes L*Ti* development activities from the model information actions proposed by González Gómez. Summarizes the theoretical and methodological framework that covers the approach of information regime, the scope and procedures of the research, and describes a network of L*Ti* projects in view of the strata, and modalities of action information, as well as their respective social actors.

**Keywords:** Keyword. Keyword. Keyword. Keyword.

## **1 INTRODUÇÃO**

Neste trabalho relatamos a experiência de tecer uma rede conceitual no tear da Ciência da Informação, reunindo os fios conceituais representados pelos construtos *responsabilidade social e tecnologias intelectuais*, no contexto do regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – L*Ti* da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O L*Ti* iniciou suas atividades em 2009, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do edital Ciências Humanas CNPq - Capes 2010, dos editais Universal 2009 e 2011 e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC Graduação e Ensino Médio) e do Programa de Bolsas de Produtividade do CNPq, bem como do Programa de Bolsas de Extensão (MEC/Probex) da UFPB. O Projeto L*Ti* tem como propósito contribuir para a formação acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPB, a partir da experiência de integração de atividades de pesquisa – ensino – extensão, bem como atender a demandas de informação da sociedade em geral.

Nosso exercício teórico-epistemológico ocorreu no âmbito de outras ações de pesquisa de produtividade, contribuindo para delinear um contexto a partir da premissa da responsabilidade social da Ciência da Informação na sociedade contemporânea, considerando a possibilidade de uma inteligência coletiva no espaço de produção e trocas no campo profissional da informação.

Particularmente, o presente trabalho resulta de reflexão sobre o regime de informação em desenvolvimento no L*Ti*.

Certamente o modelo de rede conceitual aqui descrito, e a partir do qual refletimos, poderá ser aplicado a outras situações onde sejam necessárias políticas e ações para o desenvolvimento de competências em informação, mediante uso e apropriação de tecnologias intelectuais por sujeitos dos diversos grupos de possíveis usuários, na sociedade.

Dessa forma, esperamos contribuir para a discussão sobre o valor das aplicações teóricas desse campo científico para as questões de informação na sociedade contemporânea, tais como a necessária democratização do acesso a fontes de informação na web, as competências informacionais relevantes nesse processo e a responsabilidade social dos profissionais da informação.

## **2 O TEAR CONCEITUAL**

Como urdidura para os fios do nosso texto, apresentamos, a seguir, modelo de rede conceitual a partir da qual desenvolvemos nossa reflexão sobre as ações de pesquisa – ensino – extensão no espaço do L*Ti*, na perspectiva da Ciência da Informação.

### **2.1 A trama da rede**

Em 1993, Wersig sugeriu para a ciência da informação uma estrutura teórica que considerasse menos a formulação de leis gerais e mais a de estratégias de ação, mediante uma abordagem de entrelaçamento de conceitos científicos. Neste modelo teórico, os conceitos fundamentais “se constituem semelhantemente a ímãs, ou ‘atratores’, atraindo os materiais [teóricos ou empíricos] para fora [dos seus respectivos campos científicos] e reestruturando-os dentro da estrutura científica da informação” (WERSIG, 1993, p.231).

Dessa forma, seria possível tecer uma rede conceitual na Ciência da Informação, a partir da qual fios conceituais do próprio campo e de outros campos científicos poderiam se entretecer, “fazendo a rede ainda mais inclusiva e mais apertada, de modo a aumentar seu caráter científico” (WERSIG, 1993, p.232). Nesse sentido, o autor propõe que “Desde que todas as coisas estão conectadas entre si [...] a Ciência da Informação deveria desenvolver

algum tipo de sistema conceitual de navegação” (WERSIG, (1993, p.239), um ‘padrão que une’ essas abordagens, estabelecendo a urdidura dos fios do texto, no tear onde se tece a rede.

Este modelo de abordagem teórica na Ciência da Informação foi aplicado por Freire (2001), a partir de proposição de Wersig e Neveling (1975), para demonstrar a responsabilidade social da Ciência da Informação na sociedade contemporânea. Este construto que também constitui o *atrator conceitual* das ações de informação desenvolvidas no LTI, a partir do qual será desenvolvido um contexto em cuja trama se destacam — dentre outros também relevantes —, os construtos de ‘tecnologias intelectuais’ e ‘regime de informação’.

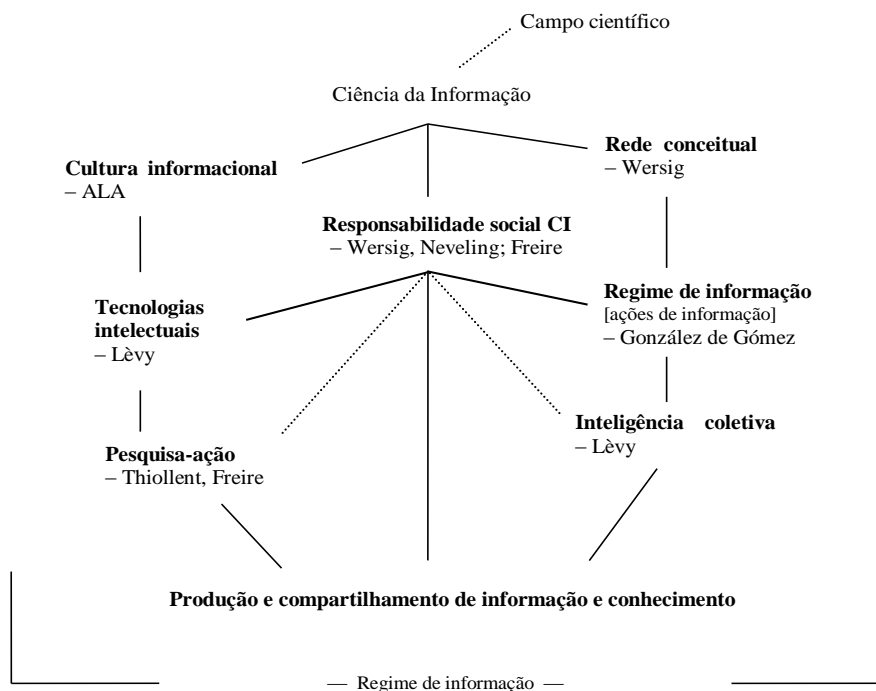
Seguindo o modelo de Pierre Lévy (1994, p.42) consideramos tecnologias intelectuais

[...] tanto as formas de expressão simbólica (que, p.ex., evoluíram das narrativas míticas às equações quânticas) quanto as tecnologias de informação em si mesmas (p.ex., a escrita em tabuinhas de barro, as iluminuras medievais, a imprensa e os computadores). Podemos chamá-las, também, de ‘tecnologias soft’ em contraponto às tecnologias de produção material (que evoluíram, p.ex., desde o machado de pedra até os satélites de comunicação).

Ainda de acordo com Lévy (1994, p.42), essas tecnologias intelectuais

[...] situam-se fora dos sujeitos cognitivos, como este computador sobre minha mesa ou este [texto] em suas mãos. Mas elas também estão entre os sujeitos como códigos compartilhados, textos que circulam, programas que copiamos, imagens que imprimimos e transmitimos por via hertziana. [...] As tecnologias intelectuais estão ainda nos sujeitos, através da imaginação e da aprendizagem. (Negrito nosso).

No modelo em aplicação no LTI, o construto de ‘responsabilidade social da Ciência da Informação’ tem um papel central entre os demais conceitos da rede, os quais assumem funções *teórica* ou *interpretativa*, como no caso dos construtos ‘rede conceitual’, ‘regime de informação’ e ‘inteligência coletiva’; ou *metodológica*, como no caso do construto ‘pesquisa-ação’; ou *operacional*, como no caso dos construtos ‘tecnologias intelectuais’ e ‘cultura informacional’ ou ‘forma de vida’. Na FIG. 1, a seguir, descrevemos a rede conceitual do Projeto LTI:

FIGURA 1 – Rede conceitual do Projeto LT*i*

**Fonte:** Adaptado de Wersig, 1993. FREIRE, 2012.

Os construtos que constituem a urdidura da trama da rede conceitual que estamos tecendo no tear da Ciência da Informação são *tecnologias intelectuais*, subsidiando as ações de informação no seu estrato mimeomórfico, *competências em informação*, subsidiando as ações de informação no seu estrato polimórfico, e *responsabilidade social*, subsidiando as ações de informação no seu estrato regulatório. Nesse desenho da abordagem também identificamos construtos do contexto utilizados para descrever a ambiência da sociedade em rede, tendo como corolário a proposição de uma ‘inteligência coletiva’, definida por Lèvy (2000, p.78) como “uma inteligência distribuída em toda a parte” e fundamentada nas qualidades humanas.

Nesse sentido, ressaltamos as oportunidades de comunicação proporcionadas pela sociedade em rede, corroborando Lèvy (2000) quando propõe a formulação de projetos que promovam a produção compartilhada de informação e conhecimento pelos diversos grupos que constituem a sociedade contemporânea, mediante apropriação e uso de tecnologias intelectuais virtuais. No Projeto LT*i* entrelaçamos este fio conceitual com a proposição de uma responsabilidade social da Ciência da Informação, identificando a possibilidade de emergência de uma inteligência coletiva nos espaços sociais de produção e trocas de informação, na sociedade em rede.



Ademais, como não poderia deixar de ser, a trama da nossa rede conceitual é tecida no tear histórico da contemporaneidade, que se realiza no mundo da vida das sociedades humanas e no mundo virtual das comunidades constituídas no ciberespaço<sup>40</sup>, mediante a Internet.

## 2.2 A ambiência do regime de informação

O desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação possibilitou a produção de novos suportes e ofereceu à informação a possibilidade de adotar diferentes formatos, consolidando o processo de ‘explosão informacional’ iniciado nos anos 1950. Nesse sentido, como assinalam Unger e Freire (2008, p.84),

Ao tornar a informação a principal matéria-prima para o aumento da produtividade, em nível mundial, a sociedade contemporânea tornou também necessária a organização e gestão desse insumo. [...] Sendo assim, de um regime industrial formado pelas tecnologias de comando e comunicação, passamos para um regime de produção que se qualifica como sociedade da informação e comunica através de tecnologias cada vez mais digitais.

Na interpretação de Unger e Freire (2008), trata-se de um sistema social que resulta de inovações nas tecnologias de informação e comunicação, as quais, em conjunto com a relevância da informação, provocaram profundas alterações nos diversos setores da sociedade, embora sua importância e influência seja desigualmente distribuídas nos diferentes estratos sociais e regiões geográficas.

Nessa nova ordem econômica mundial, que se anuncia nas explicações científicas e na economia das tecnologias digitais, é que ocorre a “nova relevância de um fenômeno antigo” (WERSIG e NEVELING, 1975 citados por Freire, 2001) e o *regime de informação*, com seus sistemas de informação e linguagens documentárias, inicia sua hegemonia sobre o regime industrial, na sociedade contemporânea. (UNGER; FREIRE, 2008, p.85. *Itálico nosso*)

Para Frohmann (1995), o regime de informação pode ser definido como “qualquer sistema estável ou rede nos quais os fluxos informacionais transitam por determinados canais [de específicos produtores, via estruturas organizacionais específicas] para consumidores ou usuários específicos”. Nessa perspectiva, redes de rádio e televisão, distribuidoras de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, se constituem em nós de redes de informação ou

---

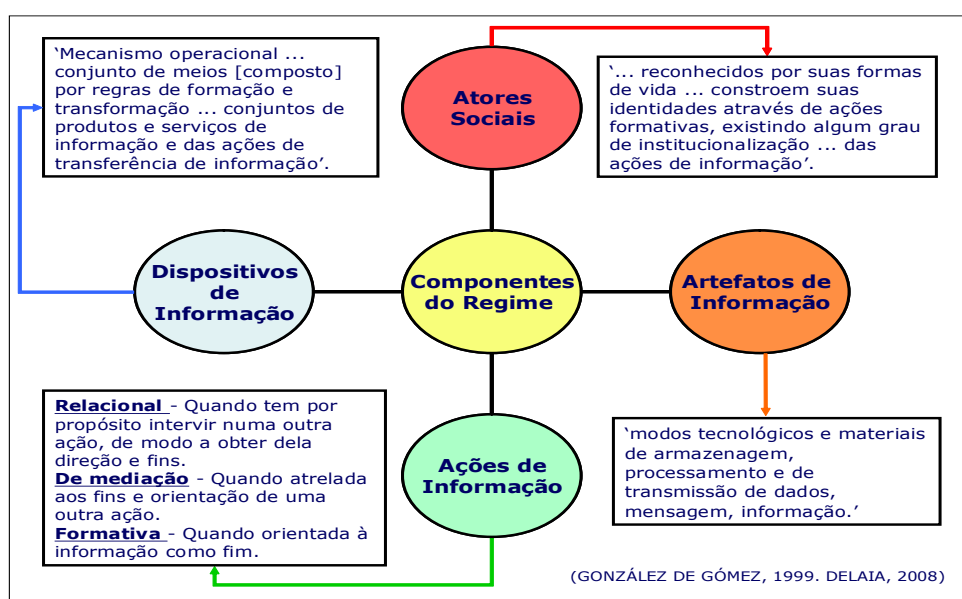
<sup>40</sup> Para Lévy (1999, p.36, grifo do autor), “o ciberespaço [também chamado de **rede**] é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

elementos de regimes de informação específicos. González de Gómez, por sua vez, trabalha o conceito de regime de informação na concepção de dispositivo<sup>41</sup>, definindo-o como

Um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.34)

No seu estudo sobre o regime de informação, Delaia (2008) resumiu a descrição dos elementos do regime de informação, conforme González de Gómez, como segue:

FIGURA 2 – Descrição gráfica dos elementos de um regime de informação



Fonte: Delaia, 2008.

Nesse contexto, a autora descreve os elementos do regime de informação, conforme González de Gómez, a saber:

- a) **Dispositivos de informação**, considerados um mecanismo operacional, ou um conjunto de meios composto de regras de formação e de transformação desde o seu início, ou ainda, como a autora exemplifica, “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 63);
- b) **Atores sociais**, “reconhecidos por suas formas de vidas e [que] constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de

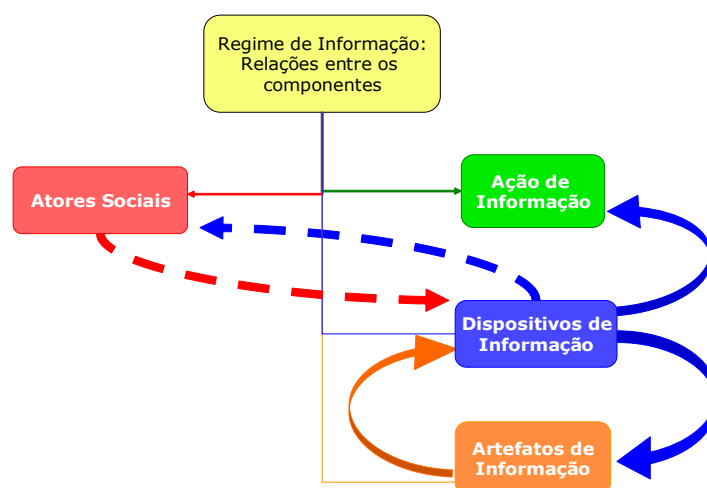
<sup>41</sup> Etimologicamente, o termo latino *dispositio* seria a tradução do termo grego *diathesis*; é definido na filosofia moderna como aquilo que facilita, faz algo possível ou limita as possibilidades de algo.

institucionalização e estruturação das ações de informação”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 35). Os atores estão intrinsecamente relacionados às ações de informação, que propõem e desenvolvem no âmbito de um regime de informação.

- c) **Artefatos de informação**, que constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2003b).

Em outra representação gráfica, Delaia (2008) destaca as relações entre os elementos do regime de informação, como segue:

FIGURA 3 – Relações entre elementos de um regime de informação



Fonte: DELAIA, 2008.

Nesse quadro de referência, acompanhamos a interpretação de Unger e Freire (2008) quando destacam que é no meio ambiente de trocas materiais (econômicas, tecnológicas, culturais) que ocorrem as relações entre os seres humanos com necessidades informacionais e as fontes de informação e conhecimento relevantes. Os autores acrescentam que regimes são compostos fisicamente por:

- estoques de informação (produzidos e disseminados no escopo dos sistemas de informação);
- diretrizes políticas e práticas de gestão que direcionam e organizam os conteúdos informacionais abrigados nos sistemas de informação;
- seres humanos e suas necessidades informacionais;

ambiente social em que os estoques de informação e os seres humanos que os utilizam se inserem;

os mecanismos de distribuição do acesso à informação;

os meios físicos que permitem o ir e vir da informação (unidades de informação, rede Internet).

Diante desse contexto, concordamos com Unger e Freire (2008, p.35) em que os regimes de informação “são a substância que dão o caráter principal a um sistema social que passou por diferentes e longas fases até chegar ao estágio atual”. Nesse sentido,

[...] Nos regimes de informação encontramos a totalidade da ambiência entre o conjunto dos itens que dividem este espaço: os seres humanos e as políticas de informação, bem como os estoques de informação formados pelos sistemas de informação. Aos sistemas de recuperação da informação cabe a responsabilidade social de disponibilizar os estoques de informação e também propiciar a acessibilidade às informações armazenadas. (UNGER; FREIRE, 2008, p.85)

Assim, como interpreta González de Gómez (2002, p.85), a ‘sociedade da informação’ pode ser entendida como aquela em que “o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do Estado”. Nesse contexto,

[...] o ser social que ‘migrou’ da Sociedade industrial para a Sociedade da informação deve ter condições de responder aos novos imperativos relativos a esta nova estrutura de relações e de produção. E este ser social necessita de suporte informacional para que possa realizar suas aspirações e aquelas que a própria sociedade demanda. (UNGER; FREIRE, 2008, p.86),

Para a American Library Association – ALA, devemos contribuir para criar uma ‘cultura informacional’, vista como um conjunto de aptidões e habilidades desenvolvidas para a resolução de problemas de informação — localizar, avaliar e usar a informação com eficácia e efetividade. É nesse sentido que o Projeto LT*i* se propõe constituir um espaço social onde a forma de vida acadêmica possa ser compartilhada, mediante ações de informação em nível de pesquisa – ensino e extensão universitária.

### **2.3 Domínios e estratos das ações de informação**

Como vimos, o construto ‘regime de informação’ proposto por González de Gómez (1999; 2002; 2003; 2004) designa o modo de produção informacional numa formação social, no qual ficaria estabelecido quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades normativas no campo da informação. Trata-se do conjunto de determinações onde estão definidos os elementos que compõem o fluxo estrutural dos processos de produção e

transferência de informações em um dado espaço social. Nesta perspectiva, a Ciência da Informação

[é] aquela que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto ‘informação’ for definida por *ações de informação*, as quais remetem aos atores que as agenciam aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61. *Itálico nosso*)

A autora analisa a informação constituída pelas ações de informação na perspectiva de que estas constituem um conjunto de estratos heterogêneos e articulados, a saber:

**de informação (semântico-pragmática), estrato polimórfico que se define nos inúmeros setores da produção social sob a forma de ações narrativas;**

**de meta-informação, estrato regulatório definido nos espaços institucionais do Estado, do campo científico, da educação formal, da legislação e dos contratos;**

**de infra-estruturas de informação, estrato mimeomórfico dos objetos de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos” mediante “ações tecnoeconômicas, normas técnicas modelos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.34).**

Nesse ponto de sua argumentação, González de Gómez (2003, p.36) se propõe “melhorar essa conceitualização da informação pela reconstrução do que sejam ‘ações de informação’, relacionando ‘ação social’ e ‘forma de vida’, [tal como propostas por Collins]”, entendendo<sup>42</sup> “que uma ‘forma de vida’ pode estar constituída pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns”. Sua proposta de trabalho, baseada em Collins e Kush (1999), considera que as ‘ações formativas’ “são aquelas constitutivas de uma ‘forma de vida’, a qual singularizam e diferenciam em relação a outros modos de ação e formas de vida” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.36). Assim,

Uma ação formativa, por exemplo, na academia, é apresentar uma comunicação num congresso. O que ‘fixa’ um significado, um discurso, ou pode pré-configurar um ‘artefato de informação’ em alguma de suas dimensões, não seria logo e em primeiro lugar a base material da inscrição, e sim as condições institucionais e as relações socioculturais entre os sujeitos – incluídas as relações de poder que articulam os artefatos e as infraestruturas de informação em regimes de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.36)

A autora concorda com Collins e Kush (1999, p.19) em que estratos ou dimensões das ações de informação admitem outra leitura, conforme se trate de ações polimórficas ou ações mimeomórficas, esclarecendo que

Ações polimórficas são aquelas que só podem ser compreendidas por quem participa de uma cultura ou forma de vida. Nesse caso, a mesma ação, na mesma situação, pode ser executada conforme um número indefinido de

---

<sup>42</sup> Cf. GEERTZ, 1998.

comportamentos e, ao mesmo tempo, uma mesma instância de comportamento pode dar lugar a muitas e diferentes ações. Dado que são ações determinadas por regras, o modo “correto” de 154raxis154-las só é possível para quem participa da forma de vida que é o contexto da ação. O prefixo *poli* conota “pluralidade” (*mayness*), referindo-se aos múltiplos comportamentos que podem corresponder a uma mesma ação, assim como aos múltiplos sujeitos implicados (como referência ao social, à *polis*). (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.34)

Por sua vez,

Ações mimeomórficas seriam aquelas que poderiam ser reproduzidas tanto por um observador externo – alguém que não compreende sua intencionalidade nem seu contexto de geração –, quanto por quem compreende a ação (COLLINS; KUSH, 1999, p.21). São tipos de ações pré-modeladas que podem apreender-se através de exemplos, por treinamento. Tal como discar num telefone ou ‘clique’ um ícone do *Windows*. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.34)

Assim, e partir da abordagem de Collins e Kush (1999), González de Gómez (2003, p.36) reconhece três modalidades de manifestação de uma ação de informação, conforme o contexto de sua constituição em um dado regime de informação:

**ação de informação de mediação (quando a ação de informação fica atrelada aos fins e orientação de uma outra ação);**

**ação de informação formativa (aquela que é orientada à informação não como meio mas como sua finalização);**

**ação de informação relacional (quando uma ação de informação tem como finalidade intervir numa outra ação de informação, de modo que – ainda quando de autonomia relativa – dela obtém a direção e fins)**

A seguir, apresentamos o quadro de González de Gómez com a teleologia das ações de informação:

QUADRO 1 – Teleologia das ações de informação

<b>Ações de Informação</b>	<b>Atores</b>	<b>Atividades</b>	<b>[Finalidade]</b>
Mediação	Sujeitos Sociais Funcionais ( <i>práxis</i> <sup>43</sup> )	Atividades Sociais Múltiplas	Transformar o mundo social ou natural
Formativa ou Finalista	Sujeitos Sociais Experimentadores ( <i>poiesis</i> <sup>44</sup> )	Atividades Heurísticas e de Inovação	Transformar o conhecimento para transformar o mundo

<sup>43</sup> *Práxis* – No campo científico, entende-se como uma prática profissional em que os atores sociais atuam a partir de uma teoria que é a base para sua ação no mundo.

<sup>44</sup> *Poiesis* – “[...] quando a ação de informação no contexto formativo é gerada por *sujeitos sociais heurísticos* ou ‘*experimentadores*’, transformando os modos culturais de agir e de fazer, nas artes, na política, na ciência, na indústria e no trabalho, iniciando um novo domínio informacional.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 36).

Relacional Inter-Meta-Pós- mediática	Sujeitos Sociais Articuladores e Reflexivos ( <i>legein</i> <sup>45</sup> )	Atividades Sociais de Monitoramento, Controle e Coordenação	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo
--	--	--	--

Fonte: González de Gómez (2003b, p. 37).

É nesse contexto que as ações de pesquisa e as ações de informação integram um mesmo domínio de orientações estratégicas e, como consequência, “a política e a gestão da informação formarão parte do mesmo plano decisional e prospectivo ao qual pertence a política e a gestão da ciência e tecnologia” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 61).

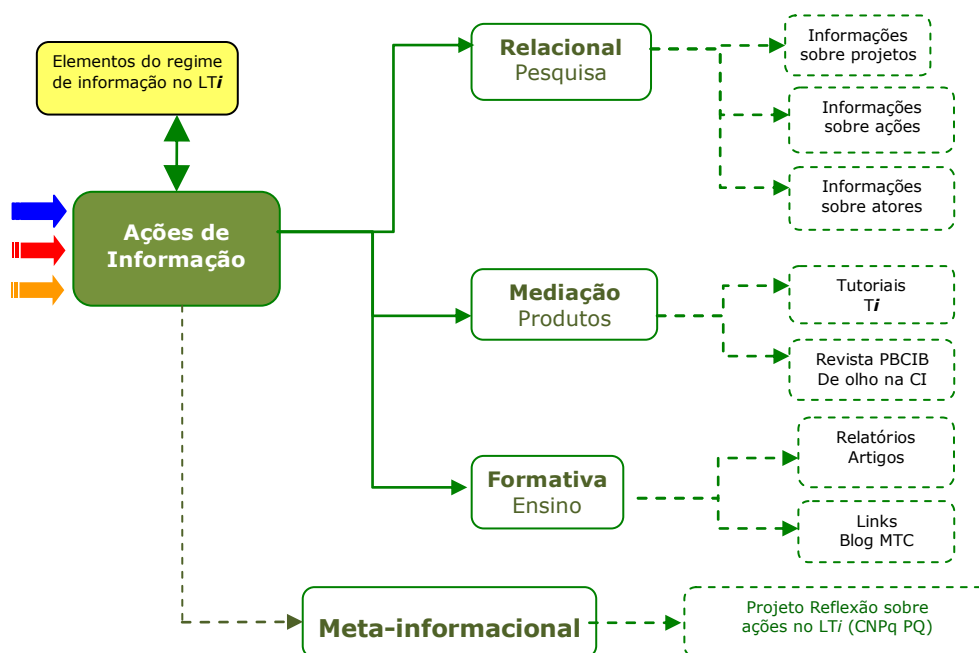
FIGURA 3 – Ações de informação: estratos, sujeitos e finalidades



Fonte: Elaboração da autora. Baseado em GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003.

A seguir, apresentamos um diagrama descritivo das modalidades de ações de informação em desenvolvimento pela rede de projetos, em nível de pesquisa – ensino – extensão, no Projeto LTi:

<sup>45</sup> *Legein* – “[...] quando uma ação de informação intervém em [uma] outra [...], duplicando o espaço de realização [desta, de modo a ampliar as] formas de descrição, da facilitação, do controle ou do monitoramento, [...] realizadas por *sujeitos articuladores* ou *relacionantes*.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 36). (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003b, p. 36).

FIGURA 4 – Descrição das modalidades de ações de informação no LT*i*

Fonte: Elaborado pela autora.

Com este modelo de abordagem, argumentamos que o campo da Ciência da Informação pode proporcionar recursos teóricos e tecnológicos que promovam as competências necessárias para a socialização da informação. Neste caso, é possível propor uma ação que possibilite a união desses contextos em um espaço social onde profissionais da informação possam desenvolver ações com vistas à gestão de recursos para promover a inclusão na Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Para González de Gómez (2003, p.38), essa abordagem singulariza a Ciência da Informação no campo científico e a coloca “numa posição preferencial para fortalecer o olhar comunicacional e gnosiológico em processos e domínios que até agora têm sido explicitados à luz de fatores econômicos ou tecnológicos”.

Nesse contexto, as ações da rede de projetos para disseminação, produção e comunicação da informação contribuem, conforme modelo teórico-operativo descrito, para o desenvolvimento de habilidades de busca, recuperação, propagação e apropriação de informações relevantes por usuários na sociedade — quadro de referência em que se fundamenta a proposta do LT*i*.

### 3 REFLEXÃO SOBRE AS AÇÕES DE INFORMAÇÃO NO LT*i*

Em nível operacional, o LT*i* está sendo implementado através de uma rede de projetos, em correspondência às atividades acadêmicas da UFPB e em conformidade com o ‘método de



projeto’, considerado por Lück (2001) como uma “ferramenta básica do gestor, que [...] fundamenta, direciona e organiza a ação de sua responsabilidade [e] possibilita o seu monitoramento e avaliação” (p.13). Nesta perspectiva, ‘projeto’ é definido como

[...] um conjunto organizado e encadeado de ações de abrangência e escopo definidos, que focaliza aspectos específicos a serem abordados num período determinado de tempo, por pessoas associadas e articuladoras das condições promotoras de resultados. (LÜCK, 2001 *apud* FREIRE, 2004, p.83)

A rede de projetos do L*Ti* é constituída por projetos de ações de informação no âmbito de cada uma das linhas de atuação universitária: ensino, pesquisa, extensão. Professores do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB participam da rede, através de projetos que estão em desenvolvimento, em elaboração, ou em fase de discussão dos resultados. Cada projeto é autônomo e diferenciado em sua proposta e equipe, embora vinculado à proposta do L*Ti* como informação/ação de informação no campo da Ciência da Informação.

Dessa forma, as ações desenvolvem entre os participantes uma sinergia para o trabalho a ser empreendido, além de gerar comprometimento com a efetiva construção de condições para sua realização, com o propósito de promover benefícios às pessoas e organizações. Representa, também, a oportunidade para as pesquisadoras proponentes tecerem, no tear da Ciência da Informação, um padrão que (re)una informação e computação em nível da integração entre pesquisa – ensino – extensão, na práxis acadêmica.

Nos três níveis de atividades do L*Ti*, a rede de projetos visa alcançar os seguintes objetivos:

- a) **na pesquisa** — propor, experimentar e avaliar um modelo de ação de informação para promover o compartilhamento de recursos de informação e a comunicação científica sobre a proposta e resultados (eventos, publicações);
- b) **no ensino** — contribuir, de forma propositiva, para qualidade do trabalho acadêmico nas disciplinas curriculares da graduação e pós-graduação;
- c) **na extensão** — promover oportunidades para transferência de tecnologias intelectuais, mediante oficinas presenciais e tutoriais on line para competências em informação, bem como prestação de serviços de referência na web.

Os objetivos propostos nos auxiliaram na tarefa de mapear as modalidades das ações de informação em desenvolvimento no L*Ti*, conforme descritas por González de Gómez.

Nesse sentido, observamos que as atividades podem ser vistas como “ações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que

acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem”, como esclarece González de Gómez (2003, p.61) sobre o campo de interesse da Ciência da Informação. Ademais, o uso de termos como “compartilhamento de recursos de informação”, “contribuir de forma propositiva” e “promover oportunidades para transferência de tecnologias intelectuais” nos dá pistas sobre o pressuposto dessas atividades, qual seja a responsabilidade social da Ciência da Informação, na sociedade contemporânea.

Com relação à caracterização dos estratos dessas atividades enquanto ações de informação, devemos lembrar que esses estratos são heterogêneos e articulados, ocorrendo “de modo paralelo e simultâneo ao longo de todo o desenvolvimento de uma atividade ou processo” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.33). Essas ações de informação podem ser reunidas e interpretadas em nível dos domínios e finalidades das ações de informação, bem como dos sujeitos das ações, a saber:

- no domínio da *legein*, no extrato regulatório das ações inter-meta-pós-midiáticas realizadas por sujeitos articuladores ou relacionantes, em nível das atividades de pesquisa, para criação de modelos, análise e avaliação dos projetos em desenvolvimento no âmbito do LTI;
- no domínio da *poiesis*, das ações formativas ou finalistas realizadas por sujeitos heurísticos ou experimentadores, em nível das atividades de ensino, para desenvolvimento de competências em informação nos alunos de pós-graduação em Ciência da Informação e de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia da UFPB;
- no domínio da *práxis*, das ações de mediação ou informativas realizadas por sujeitos sociais funcionais, em nível das atividades de extensão, na forma de prestação de serviços de informação mediados pela interface virtual do Portal LTI.

No QUADRO 2, a seguir, descrevemos os domínios e aplicações das ações de informação em curso no LTI:

QUADRO 2 – Domínios e aplicações das ações de informação no LTI

Domínios e finalidades das ações de informação		Ações de informação no LTI	
<i>LEGEIN</i>	Ações relacionais Inter-Meta-Pós-mediáticas. Atividades sócio-culturais.	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo. Extrato regulatório.	Ações regulatórias PESQUISA/Projeto LTI
<i>POIESIS</i>	Ações formativas ou finalistas. Atividades heurísticas e de inovação.	Transformar o conhecimento para transformar o mundo. Extrato mimeográfico.	Ações formativas ENSINO/Disciplinas UFPB
<i>PRÁXIS</i>	Ações de mediação. Atividades sociais de Controle, Monitoramento e Coordenação.	Transformar o mundo social ou natural. Extrato polimórfico	Ações mediadoras PESQUISA/Modelos ENSINO/Conteúdos EXTENSÃO/Resulta

Fonte: Elaborado pela autora

Assim, na perspectiva do estrato de informação (semântico-pragmático), trata-se de projeto direcionado ao setor científico e tecnológico da produção social, particularmente à comunidade acadêmica e aos profissionais da informação. Nesse sentido, o aspecto polimórfico da ação expressa as “heterogeneidades e singularidades dos [mundos de vida] dos sujeitos”, como esclarece González de Gómez (2003, p.34) em relação às características desse estrato, procurando atender docentes, discentes, pesquisadores e profissionais técnicos.

Na perspectiva do estrato meta-informacional, as atividades da rede de projetos do LTI se inserem nos espaços institucionais do Estado (mediante as políticas governamentais de fomento à Ciência e Tecnologia), do campo científico (sendo um projeto de pesquisa), da educação formal (vinculado a instituição de ensino superior), da legislação (práticas são orientadas por regulamentos) e dos contratos (termos de concessão de recursos). É neste domínio regulatório que

[...] se estipula o domínio relacional [...] dentro do qual algo apresenta ou representa um valor de informação [...] o contexto a partir do qual aquilo que adquire caráter de informação pode desenvolver valores cognitivos, constituir evidências probatórias, servir de apoio a decisão ou ser insumo de ações instrumentais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35).

Esse estrato é representado pelas atividades de pesquisa propriamente ditas, que concorreram a apoio institucional através de editais públicos de instituições de fomento à Ciência e Tecnologia e estão apoiadas em contratos de alocação de recursos, ou de programas específicos de apoio à atividade acadêmica na UFPB, concorrendo em programas de bolsas para graduação e pós-graduação. Este é o domínio relacional onde o Projeto L*Ti* assume sua feição de informação em si, atendendo aos objetivos propostos nos três níveis da atividade universitária, quais sejam ensino – pesquisa – extensão, criando, nesse processo, evidências comprobatórias sobre a validade dos pressupostos teóricos da pesquisa e dos seus resultados na sociedade.

Por fim, o estrato mimeográfico de infra-estruturas de informação, “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos [... mediante ações tecnoeconômicas, normas técnicas, modelos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.34), diz respeito aos objetos de informação criados pelas atividades do L*Ti*, dos quais o sítio virtual é o principal representante.<sup>46</sup> Este estrato

Remete àquilo que disponibiliza e deixa disponível, como sua mediação sócio-cultural, um valor de informação, e que poderíamos caracterizar como ação tecnoeconômica — de antecipação estruturante na configuração da ação/informação. Para referirmo-nos a tudo aquilo que, como matéria informada, mediação maquínica ou como passado instituído domundo social, condiciona e limita uma ação de informação, poderíamos falar de ‘dispositivos de informação’ ou de ‘artefatos de informação’ — ou, preferimos hoje — ‘objetos relacionais’, quando enfatizamos a instância da inscrição e objetivação de um testemunho ou evidência informacional como objeto cultural. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35)

Dessa forma, o Projeto L*Ti* se caracteriza como uma informação/ação de informação de interesse para o campo da informação, compreendendo uma intervenção direcionada para uma ‘forma de vida’ constituída “pelas interações duradouras de um grupo que partilha de atividades, situações e experiências comuns”, conforme González de Gómez (2003, p.36) no campo da Ciência da Informação.

Ademais, trata-se de uma ‘ação formativa’, no sentido de Collins e Kush (1999), descrita por González de Gómez (2003) como aquela que é constitutiva da forma de vida de um grupo, o qual singulariza e diferencia em relação a outros modos de ação e formas de vida. Nesse contexto, a autora corrobora que “os atores sociais [sujeitos] estão de acordo em seus conceitos porque [...] partilham uma realidade de ações possíveis e estão de acordo em suas ações porque [...] partilham uma rede comum de conceitos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ,

---

<sup>46</sup> Disponível em <<http://dci.ccsa.ufpb.br/lti>>.

2003, p.36). Essa rede comum de conceitos propicia, efetivamente, uma ‘cultura informacional’ compartilhada pelos atores sociais envolvidos em todos os níveis de atividade do LTI, os quais constituem a forma de vida dessa comunidade de docentes e discentes vinculados aos cursos em Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia da UFPB.

Destarte, as ações de informação em desenvolvimento no LTI também podem ser descritas em termos dos elementos do regime de informação, destacando-se, ademais, os atores, dispositivos e artefatos ou objetos relacionais. Esses elementos serão objeto de uma próxima reflexão.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy. Chicago: ALA, 1989. Final report. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>>. Acesso em: 26/08/2006.

COLLINS, H. M.; KUSH, M. The shape of actions: what humans and machines can do. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999. p. 11-21.

DELAIA, C. R. Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA Solos. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Niterói: IBICT – UFF, 2008.

FREIRE, I. M. A rede de projetos do núcleo temático da seca da UFRN como possibilidade de socialização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 201-216, 2004.

FREIRE, I. M. A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ, 2001.

FREIRE, I. M. Categorização das ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais - LTI. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 5, n. 1, 2013.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995. Edmonton. Electronicproceedings... 14p. Disponível em: <http://www.cais-acsi.ca/1995proceedings.htm> ou <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>. Acesso em: 10 maio 2005.

GEERTZ, C. O Saber local. Petrópolis: Vozes, 1998.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. *Ciência da Informação*, v.32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, v. 1, n. 1, p. 57-93, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. *Transinformação*, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 1, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

LÈVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

LÈVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÈVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÜCK, Heloísa. *Metodologia de projetos: Uma ferramenta de planejamento e gestão*. 2ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003

UNGER, R.J.G.; FREIRE, I.M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information Processing & Management*, v. 29, n. 2, 1993.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. *The Information Scientist*, v. 9, n. 4, 1975.

## PROVA DOCUMENTAL: INSCRIÇÕES E MATERIALIDADE\*

### DOCUMENTAL PROOF: INSCRIPTIONS AND MATERIALITY

Rodrigo Rabello  
Georgete Medleg Rodrigues

**Resumo:** Estudos desenvolvidos sob o espectro teórico da ciência da informação, sobretudo nos campos da arquivologia e da diplomática, têm no conceito “prova documental” um importante referencial; entretanto, por vezes, tais estudos carecem de subsídios para situar o construto em outras tradições teóricas. Com vistas a trazer uma alternativa à mencionada situação, objetiva-se identificar um panorama de concepções de “prova documental” de modo a compreender a influência do conceito para a constituição de disciplinas científicas ou, por conseguinte, para o esclarecimento do uso da expressão relacionado a práticas profissionais e a construções teóricas. Para tanto, recorreu-se a teóricos situados no âmago da “escola” ou do “movimento” francês dos *Annales*, também conhecido como “história nova”. Abordaram-se: i. papel das inscrições para o arquivo e para a diplomática; ii. influência das inscrições para a “história tradicional”; iii. expressões de materialidade no bojo da cultura material. Ao final identificaram-se ao menos três sentidos de “prova documental” denominados “aprisionamento da palavra”, “representação da realidade” e “legitimação do discurso”.

**Palavras-chave:** Prova documental. Arquivo. Diplomática. História tradicional. História Nova.

**Abstract:** Studies developed under the theoretical specter of information science, in the fields of Archival Science and Diplomats, with an important referential in the concept of “documental proof.” Nevertheless, such studies sometimes lack subsidies to place the construct in other theoretical traditions. In order to bring an alternative to that situation, we aim to identify a panorama of conceptions of “documental proof” so as to understand the influence of the concept for the constitution of scientific disciplines or, consequently, for clarification of the use of the expression concerning professional practices and theoretical constructions. Thus, we turned to theoreticians placed in the core of the French “school” or “movement” of the *Annales*, also known as “new history”, dealing with: i) the role of inscriptions for Archives and Diplomats; ii) the influence of inscriptions for “traditional history”; and iii) materialness expressions in the bowl of material culture. Three meanings were finally identified for “documental proof”: “word imprisonment”, “reality representation” and “discourse legitimizing”.

**Keywords:** Documental proof; Archive; Diplomats; Traditional history; New history.

## 1 INTRODUÇÃO

O exercício de identificar um panorama de concepções de “prova documental” foi motivado pelo interesse de compreender a influência do conceito para a constituição de disciplinas científicas e, por conseguinte, para o esclarecimento do uso da expressão relacionado a práticas profissionais e a construções teóricas.

---

\* Parte da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Prova documental e arquivologia: reflexões sobre o estabelecimento do campo”, desenvolvida na UnB por Rodrigo Rabello, supervisionada por Georgete Medleg Rodrigues e financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES).

De modo particular, a proposta de trazer o mencionado panorama resultou da identificação de que estudos desenvolvidos sob o espectro teórico da ciência da informação, sobretudo nos campos da arquivologia e da diplomática, malgrado tenham no conceito “prova documental” um relevante referencial, muitas vezes carecem de subsídios para situá-lo em uma tradição teórica para além dos respectivos domínios disciplinares.

Com vistas a trazer uma alternativa à mencionada situação, a proposição do estudo pode ser considerada pertinente, haja vista articulação de textos de historiadores com reconhecida influência e contribuições acerca do assunto proposto. Os autores foram selecionados tomando como critério a sua filiação intelectual à escola ou ao movimento francês dos *Annales*, fundadores ou remanescentes da nova história do século XX.

Contando com tal repertório, primeiro foi abordado o papel das inscrições para a constituição do arquivo e para a proposição da diplomática. Em seguida, as inscrições foram analisadas em sua influência para a modalidade tradicional de história. Logo após, expressões de materialidade na vida social foram apresentadas, trazendo uma visão geral de possibilidades interpretativas sobre a probidade do documento no âmbito da cultura material.

Mesmo prescindindo da pretensão de fazer uma revisão exaustiva sobre o tema, ao final foi possível identificar/propor ao menos três sentidos, nalguma medida, relacionados à “prova documental”, denominados “aprisionamento da palavra”, ou do “registro/informação”, “representação da realidade” e “legitimação do discurso”.

Parte-se da hipótese de que os sentidos de “prova documental” identificados/propostos – particularmente de “aprisionamento” e de “representação” – se apresentam como norteadores de um tipo valorativo de positividade que subsidiou um modo de fazer científico do século XIX referenciado pela busca por legitimação de disciplinas como áreas do saber, arquétipo que, em tese, ainda encontra ressonância nos dias atuais. Haveria, portanto, sobreposição ou convívio de tais construtos teóricos, conquanto questionados pela perspectiva de “legitimação do discurso”.<sup>47</sup> Embora se introduzam tais questões, não há, neste momento, o intuito de dirimi-las.

## 2 INSCRIÇÕES, ARQUIVO E DIPLOMÁTICA

---

<sup>47</sup> Uma das abordagens teórico-metodológicas que admite a possibilidade de sobreposição ou de convívio de construtos teóricos vem sendo trabalhada no âmbito da história dos conceitos. Nesta perspectiva, a polissemia de um conceito, tal como defende o historiador alemão Reinhart Koselleck, poderá evidenciar a diacronia semântica ou a possível simultaneidade e permanência de sentidos convivendo tensionados por interesses variados (*apud* RABELLO, 2008; 2010).



O ensaio de Barthes e Marty (1987) especula sobre o início do desenvolvimento da escrita. Os argumentos dos autores podem ser pensados a partir do seu caráter provocador por situar a dimensão do “aprisionamento da palavra” no bojo do texto ou do documento, bem como por trazer elementos para a reflexão sobre os espaços de guarda, organização e acesso para o uso da hoje denominada “informação registrada”.<sup>48</sup>

Na conjectura apresentada pelos autores, os objetos forneceram os indícios/evidências do desenvolvimento da linguagem que ocorreu na passagem da linguagem gestual para a “tradição oral” (linguagem oral) e, posteriormente, para a “tradição escrita” (linguagem escrita), na consagração secular de seu produto/síntese, o texto. Para Barthes e Marty (1987, p.32), “[...] o homem soube ler antes de saber escrever [, ou seja,] o ato de escrever tem origem no ato de ler, a partir do momento em que se apreende a escrita na sua etimologia originária (gravar, fazer uma marca)”.

Segundo esse raciocínio, a pré-escrita surge das marcas (rastros) dos animais, originando-se de uma relação não necessariamente com o oral, mas de maneira autônoma, possivelmente com o visual também. Em síntese, ela não surge da transcrição do falado, mas do reconhecimento visual da marca. Isso abriu margem para a hipótese de que “[...] o homem soube ler antes de saber falar”, ou seja, a primeira linguagem foi gestual, posteriormente originando a linguagem oral articulada. Nesse sentido, os “[...] primeiros pictogramas seriam a simples transcrição gráfica dos gestos.” (BARTHES; MARTY, 1987, p.33).

Até o final da Idade Média, a palavra era mais importante do que a escrita, pois os textos eram lidos em voz alta e o discurso estava em primeiro plano. O livro manuscrito servia de suporte para o discurso falado. Não obstante, com o surgimento da imprensa, houve uma importante mudança nesse contexto, pois o novo visual do “texto impresso” se desdobrou em diferentes estilos que, por sua vez, acarretaram uma nova percepção do objeto. Desse modo, a escrita impressa “[...] educou o olhar, tal como educou o homem falante para um bom uso da língua, e pode presumir-se que seja impossível um erro gramatical numa sociedade analfabeta, visto que nunca ninguém viu nenhum.” (BARTHES; MARTY, 1987, p.50).

---

<sup>48</sup> Recentemente foram identificados aspectos disciplinares valorativos do “ser documento” residindo na escritura, conforme a diplomática, a arquivologia e a história (“tradicional”). Disciplinas como a documentação e a história (“nova”) ampliaram tal quadro valorativo, abrindo margem para a ideia de evidência documental, terreno fértil para a proposição do conceito “informação registrada” na ciência da informação. Tal trajetória demonstrou aspectos polissêmicos, sincrônicos e diacrônicos do conceito de documento apreendido hodiernamente na ciência da informação (RABELLO, 2009; 2011).

Por outro lado, a palavra escrita exerce, desde a Antiguidade Clássica, a função de meio de prova. A existência histórica dos arquivos como dispositivo para acesso do documento – que comprova ou atesta algo, ou que, nas palavras de Duranti (1994), “registra uma ação” – evidencia a dimensão valorativa atribuída à escrita. Segundo Rodrigues (2012, p.238), “[...] os efeitos probatórios decorrentes [do] registro, que podem ou não ter efeito jurídico-legal, impôs (e ainda impõe) aos documentos de arquivo, a marca do sigilo e do segredo.” Com isso, a contemporaneidade convive com inúmeros desafios tocantes ao acesso aos arquivos, sobretudo nas sociedades democráticas orientadas por ideais republicanos.

Sem entrar no mérito acerca da histórica disparidade de acesso ao arquivo, a sua função secular de permitir o acesso à prova documental pode ser visualizada a partir do radical da palavra. O termo *arkhê* foi interpretado por Derrida (2001, p.11) em dois sentidos. O primeiro “ontológico”, sentido de “origem” como um dispositivo em direção à memória e à história. O segundo “nomológico”, sentido de “prova” em direção à “ordem”, ao “comando”, à “lei”, num contexto claramente administrativo e/ou jurídico.

Os sentidos de *arkhê*, quando pensados no contexto do arquivo, podem ser exemplificados numa dimensão histórica e etimológica. Tal como salientou Marques (2013, p.41-42), as interpretações de Silva *et al.* (1999) e de Favier (2001) trazem o percurso de concepções de arquivo na Antiguidade e nas idades Média e Moderna, tendo em vista a condição dinâmica de sua constituição institucional.

Na Antiguidade e no medievo duas concepções se destacam. A concepção antiga remonta o entendimento greco-romano de *archeion*, lugares de prova e de publicização de documentos oficiais. A acepção medieval é construída da derivação latina de *archeion* – *archivum* – utilizada pela Igreja para designar o espaço destinado ao documento com valor probatório (SILVA *et al.*,1999).

Entretanto, o termo “documento” historicamente transcende à dimensão de prova. A palavra “[...] é a versão romanesca de *documentum* e este, por sua vez, deriva do verbo *docere*, que significa ensinar, instruir.” (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.30). Segundo Valente (1978, p.179), a polissemia tocante ao documento – apreendido, desde a Antiguidade, como ação, disposição, pensamento, aviso, ensinamento, amostra, modelo, prova – apresenta proximidade de sentidos àqueles expressos na contemporaneidade.

A relação quase sinonímica entre arquivo e biblioteca, mencionada por Silva *et al.* (1999), permanente na passagem da Antiguidade para o medievo, decorre, em parte, da polissemia da expressão “documento”. O documento também era concebido como sinônimo de livro, no latim *liber* e no grego *biblos* (βιβλος, singular) e *biblion* (plural), radical das

palavras biblioteca, biblioteconomia e bibliografia (RENDÓN ROJAS, 2005). O arquivo e a biblioteca seriam concebidos como lugares para abrigar o documento, ou seja, para acolher o *biblos* (suporte) que contém *logos* (pensamento, discurso).

Há de se ressaltar que a expressão *biblos*, originalmente utilizada pela cultura grega e helenística para designar os materiais ou os suportes da escrita, passou a significar, na Idade Média, o próprio objeto escrito. Mais tarde, na Idade Moderna, o conceito de “livro” foi reduzido ao produto dos avanços da imprensa, passando a ter, por sua vez, características derivadas do entendimento do *biblos* medieval, ou seja, dos “[...] objetos, resultado de quando se escrevia.” (RENDÓN ROJAS, 2005, p.134).

Com isso, a ideia segundo a qual o conhecimento se adquire diretamente nos livros, ou seja, por intermédio da palavra escrita, é recente, pois do século V ao XV o livro era um produto somente dos escribas/religiosos. Foi na Idade Moderna que o conhecimento adquiriu outro significado; por exemplo, a ideia de verdade em grego (*alêtheia*) joga etimologicamente com esta evolução: *á-lethês* “antes do esquecimento” (tempo da tradição oral, ou seja, do esquecimento) e *á-letheia* “retirar o véu” (tempo da imprensa, isto é, da recordação). Foi com a invenção do alfabeto tipográfico – aprisionamento da palavra pelo espaço – que ocorreu uma alteração nas relações audição/visão, notada igualmente na pintura com a revolução na forma de tratar a perspectiva (BARTHES; MARTY, 1987, p.54-55).

Na Idade Moderna se retoma, em solo europeu, a concepção de arquivo numa concepção jurídica e patrimonial, sendo esta impactada, desde o século XII, pelo renascimento do direito romano, bem como pela evolução do conceito de “administração”. Acentua-se o valor dos documentos para ações políticas e administrativas no século XV, apresentando um papel igualmente relevante no século seguinte, diante da especialização de instituições públicas, principalmente as francesas, bem como desempenham função de destaque para o resgate histórico, especialmente a partir do século XVIII (FAVIER, 2001).

Em relação ao resgate da memória e à escrita da história, na Idade Moderna a dimensão ontológica de *arkhê* também passa a ter referência na ciência. Há, portanto, uma ampliação de horizontes já que demandas por positividade se diferenciaram ao estatuto ontológico-filosófico, dedicado ao estudo do “ser”. Segundo argumentou Vuillemin (1987, p. 115-116), o conceito científico tem como característica principal a prioridade do “método” (perspectiva científica) sobre a “ontologia”.

No bojo da citada busca por positividade, a dimensão de prova dos documentos oficiais escritos armazenados nos arquivos passa a ser corroborada pela diplomática, disciplina oriunda da crítica documental. A palavra diplomática deriva do vocábulo *διπλω*

(*diploos*) que significa duplo ou dobrado, referindo-se à acepção grega dada ao “diploma” – documento público-oficial – caracterizado como um suporte antigo da escrita formado por duas tabuinhas articuladas, denominadas de *dípticos*. O “diploma”, para os gregos, significava “[...] qualquer escrito que constava de duas partes unidas entre si.” (PAULIUS RABIKASKAS, 2000).

O termo que nomeia a disciplina pode ser interpretado como uma adaptação do latim da obra *De re diplomatica libri VI*, escrita pelo monge beneditino francês Jean Mabillon, em 1681. Essa obra foi publicada visando esclarecer as regras fundamentais da crítica textual e, de modo específico, responder às críticas diplomáticas realizadas pelo jesuíta Daniel Van Papenbroek, que questionou a veracidade de diplomas beneditinos contidos nos arquivos da Ordem de São Bento. Segundo observa Duranti (1995, p. 23), o livro de Mabillon representa “[...] o primeiro escrito sobre esse tema referindo-se à análise crítica das formas do diploma.”

A obra de Mabillon é considerada a “pedra angular” da diplomática. A disciplina obteve cátedra pela primeira vez apenas em 1891, na *École Nationale des Chartes*, em Paris, e tinha por objetivo estudar os documentos medievais. Esse espaço foi relevante, dentre outros aspectos, por permitir o contato entre diplomática, paleografia e arquivologia, apreendidas, na época, como disciplinas auxiliares da história. Essa relação contribuiu para a fundamentação teórica e metodológica arquivística com vistas ao ordenamento dos documentos e à construção de instrumentos para servir ao resgate da memória e aos estudos históricos.

### 3 INSCRIÇÕES E HISTÓRIA

A constituição da disciplina história traz evidências particulares da modificação de paradigmas tocantes à prova documental como recurso informativo e subsídio para a escrita da história. As já citadas demandas por positividade trazem um lastro elucidativo para a compreensão dessas mudanças no campo historiográfico.

Contribuindo com tais demandas, o livro de Mabillon marca a fundação da crítica dos documentos de arquivo, trazendo algum critério metódico para o “fazer historiográfico”, em particular, para a realização da análise do valor probatório dos documentos (BLOCH, 1997).<sup>49</sup> Conforme ressalta Rabello, a busca pela prova documental passou a demandar

[...] “sistematização metódica”, almejando alcançar certo “rigor científico” para o desenvolvimento da atividade de se distinguir documentos falsos dos verdadeiros. A criação disciplinar da diplomática converge com aquelas iniciativas que foram fruto do “espírito positivo” no bojo do “cientificismo”, que visaram fundamentar a crítica documental em um suposto método

---

<sup>49</sup> Obra de Marc Bloch originalmente publicada postumamente em 1949.

objetivo para a realização de testes probatórios de autenticidade e de veracidade dos documentos [...] (RABELLO, 2011).

Na Alemanha, autores como os germano-austriacos Julius Ficker e Theodor von Sickel também se preocuparam com essa aproximação entre as então disciplinas auxiliares da história (BAUER, 1957; PAULIUS RABIKASKAS, 2000). A crítica documental, segundo Tognoli (2013, p.49), ao citar Bresslau (1998, p. 41), já havia sido incorporada em estudos com finalidades prático-jurídicas, desde o século XVII, a exemplo dos estudos realizados por Hermann Conring, cujo ímpeto nacionalista culminou na criação de sociedades e institutos interessados pela crítica dos documentos.

Destacam-se, nessa direção, a criação da Sociedade para o Estudo da Antiga História Alemã (*Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*), reunida pelo barão Von Stein, em 1819, e a criação dos “Anais da História do Império Alemão” (*Jahrbücher der Geschichte des deutschen Reiches*), reunidos por Leopold von Ranke e seus alunos, em 1834.

A “história científica” alemã do século XIX, conforme explicou Reis (2004, p.10), abrigou outros dois grandes projetos além dos de Ranke, atribuídos aos teóricos Dilthey e Marx. Tais projetos, embora diferentes, tinham pontos em comum que convergiam num modo específico de historiografia. Essa orientação consistia na “[...] recusa explícita da filosofia da história”, bem como na “[...] tentativa de dar um estatuto científico à história, [no] esforço de objetividade e [na] valorização do evento [...]”. Ao pretender ser objetiva, aquela historiografia buscou “[...] formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como ela estimava que faziam as ciências naturais.”

As expressões “história científica” e “historicismo”, de modo geral, remetem ao movimento historiográfico que se caracterizou no século XIX, também denominado de “história tradicional”. A expressão “historicismo” foi igualmente associada aos historiadores “hermenêuticos” Dilthey e Aron. Já as expressões “história metódica”, “história positivista” e “história rankeana” corresponderam a uma abordagem atribuída à Ranke (REIS, 2004).

O estatuto de cientificidade almejado por Ranke foi perseguido a partir da delimitação de um objeto e de um método, com base na crítica documental, amparado na documentação oficial escrita, isto é, de caráter diplomático e arquivístico. Nesses termos, a “história metódica” de Ranke considerou somente os documentos escritos – contidos nos arquivos – como fontes históricas válidas. Para Ranke, a consulta aos documentos primários permitiria a redução do número de revisões; já a consulta a fontes secundárias comprometia os critérios de cientificidade (GAY, 1990; BURKE, 1997; REIS, 2004).

Segundo explica Buarque de Holanda (1979), a historiografia proposta por Ranke tinha a pretensão de extinguir, o tanto quanto possível, pontos de vistas pessoais do historiador de modo a evidenciar o verdadeiro conteúdo dos documentos. Almejava-se alcançar um método rigorosamente científico, demarcando o terreno da história frente à filosofia. Buarque de Holanda (1979, p.16) salienta que, dentre os feitos nessa direção, Ranke “[...] desenvolveu recursos de pesquisa e crítica das fontes, adaptando para isso, à História, processos já em uso, antes dele.” Ele acrescenta, ainda, que o historiador alemão tinha total consciência da dificuldade de se estabelecer uma visão completamente neutra da documentação consultada nos arquivos; o nome Ranke, por sua vez, passou a ser reconhecido como o “pai da ciência da história”, sobretudo na América do Norte, e chegou a ser associado ao positivismo, ainda que para “[...] os historiadores alemães, ao contrário, Ranke passou a tornar-se a antítese do empirismo não-filosófico, e com raízes no idealismo.” (BUARQUE DE HOLANDA, 1979, p.16-17)

Com a “história metódica”, as pesquisas historiográficas passaram a se basear “[...] inteiramente nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas”, ou seja, a contribuição de Ranke à ciência histórica “[...] residia em sua visão enaltecida dos documentos.” (GAY, 1990, 74-75). Evidenciaram-se as limitações das “fontes narrativas” (em particular, das crônicas) ao demonstrar a necessidade de a história passar a enfatizar a

[...] escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’. (BURKE, 1992, p.13).

O arquivo se estabelece, a partir de então, como o lugar privilegiado do historiador, já que permite o acesso a documentos que, na maior parte das vezes, nunca foram consultados (GAY, 1990). A história logra – em parte pelo reconhecimento metodológico da crítica metódica dos documentos e pela aceitação da legitimidade do arquivo como “laboratório” privilegiado de pesquisa – um lugar na universidade. Passou-se a demandar, ademais, saberes e profissionais especializados não apenas para a escrita da história, mas também para a organização dos documentos de arquivo com vistas ao acesso e ao uso.

A crítica à concepção tradicional de história foi realizada pela denominada “história nova” (LE GOFF, 1978; BURKE, 1992) ou “escola dos *Annales*” (BURKE, 1997) ou

“movimento dos *Annales*” (REIS, 2004), fruto do encontro e da troca de ideias, com a elaboração de projetos, entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo, França.<sup>50</sup>

O êxito teórico do projeto deu-se com a publicação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 15 de janeiro de 1929. O movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa histórica “tradicional”, que enaltecia os grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado, dentre outros aspectos. Conforme comentado, para tanto a “história tradicional” enaltecia a documentação oficial – “diplomas” arquivados – como fonte principal de análise. Divergindo dessa acepção, os criadores do “movimento dos *Annales*” propuseram uma perspectiva historiográfica que dialogasse interdisciplinarmente com as ciências sociais.<sup>51</sup>

A “história tradicional”, segundo os historiadores do movimento, oferecia uma “visão de cima” relegando aos demais atores sociais um papel secundário que não mereceriam ou deveriam ser apreciados; o “movimento dos *Annales*” buscou, noutra perspectiva, dar atenção aos indivíduos e aos grupos que estavam fora da pauta histórica. Desse modo, o movimento passou a defender uma “história vista de baixo” ou uma “história dos vencidos ou dos esquecidos”. Ressalte-se que os historiadores dos *Annales* não negaram a “história tradicional”, mas questionaram a sua hegemonia teórica e metodológica. Enquanto os tradicionais concebiam a história preocupada essencialmente com a política, aquele movimento preocupou-se virtualmente com toda a história humana, com o estudo de

---

<sup>50</sup> Antes dessa crítica, a contestação da “narrativa da história tradicional” – com o enfoque nos acontecimentos políticos e militares – ocorreu pela primeira vez somente durante o Iluminismo (século XVIII). Aquela forma de narrativa tradicional não foi exclusividade de Ranke e de seus seguidores. Ela encontra lastro desde a Antiguidade (Heródoto e Tucídides) em diversos gêneros, tais como a crônica monástica, a memória política e os tratados de antiquários (BURKE, 1997, p.17-18)

<sup>51</sup> Com a proposta de aproximação às ciências sociais, o movimento se caracterizou pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. No plano metodológico, a dimensão hermenêutica foi valorizada. Ainda na “primeira geração” (de 1920 a 1945), essa abordagem pressupunha “subversivamente” uma ênfase na interpretação e na compreensão dos fenômenos, bem como o enfoque da “história-problema” e da “história global”. Essa heterogeneidade teórica pode ser percebida, igualmente, na “segunda geração” (período após a Segunda Guerra), com Fernand Braudel, cujo enfoque direcionou-se às regularidades, às séries, às técnicas, à quantificação e à abordagem estrutural. Essa linha teórica diversificada foi perseguida também na “terceira geração” (após 1968) na ocasião em que passaram a ser privilegiados os modelos, as invariantes conceituais e as interpretações, notadamente com Georges Duby, Jacques Le Goff, entre outros (BURKE, 1997; REIS, 2004).

temáticas variadas como a infância, a morte, a loucura, o corpo, a feminilidade, objetos considerados socialmente irrelevantes até então.<sup>52</sup>

Passou-se a observar os fenômenos da realidade tendo em vista o relativismo cultural. Enquanto os historiadores tradicionais pensavam a história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, a “história nova” estava mais preocupada com a análise das estruturas sociais e das séries observáveis da vida cotidiana, pois “[...] a vida cotidiana de uma sociedade é decomposta num conjunto de estruturas que se mantêm todas elas dentro da longa duração, embora evoluam cada uma ao seu próprio ritmo.” (POMIAN, 1978, p.188-189).

Conforme argumentou Roger Chartier, a crítica do “movimento dos *Annales*” ao uso estrito da documentação de arquivo para a escrita da história ocorreu a partir da contestação das ideias difundidas pelos historiadores tradicionais os quais defendiam que

[...] além dos textos, não existe absolutamente história pensável. [Corroboravam, ainda, que o] método que permite ir do vestígio dos fatos aos próprios fatos é a crítica histórica. [...] No fim da ascensão crítica está a recompensa: atingir numa imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado. (CHARTIER, 1978, p.517).

Assim, a forma pela qual a “história tradicional” apreendia as fontes documentais contidas nos arquivos se apresentou como um problema metodológico para o “movimento dos *Annales*”. Conquanto os historiadores dos *Annales* considerassem importante esse tipo de fonte para a historiografia, a crítica foi direcionada ao modo pelo qual tais fontes eram instrumentalizadas nas narrativas tradicionais, bem como problematizaram a concepção de ciência e a aceção de realidade velada por aspectos ideológicos.

Tal crítica vigorou no fim do século XIX e início do XX, momento em que os estudos filosóficos positivistas estavam na “ordem do dia”. A abordagem tradicional foi responsável pela ideia, até hoje ressoante, de que os documentos são caracterizados pela “escolha do historiador”, ou seja, são os objetos (ou as evidências dos feitos do passado) que passam pelo crivo valorativo daquele profissional. Desse entendimento, emergiram as ideias de “testemunho histórico”, de “fundamento do fato histórico” e de “prova histórica”. É justamente nesse período que a objetividade do documento “[...] parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*.” (LE GOFF, 1994, p.536, grifos do autor).

---

<sup>52</sup> Abriu-se a possibilidade para o desenvolvimento de pesquisas no enfoque da “história dos marginais”, que surgiu no sentido de tentar minimizar o débito da história para com os “mudos”, ignorados ou excluídos pela “história tradicional”, trazendo à memória os simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias, prostitutas, dentre outros objetos. (SCHMITT, 1978, p.422).



Diante disso, os problemas relativos às fontes e aos métodos começaram a ser solucionados quando os historiadores começaram a fazer

[...] novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tieram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. (BURKE, 1992, p.25).

De acordo com Le Goff (1994, p.539), a evolução do conceito de documento para a história foi uma necessidade, pois “[...] o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se.” O “movimento dos *Annales*” abrangeu as manifestações materiais que se apresentam como testemunho de tudo que pertenceu, dependeu, serviu, exprimiu e demonstrou “[...] a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.”

O “movimento dos *Annales*” passou a dar relevância à leitura dos documentos nas “entrelinhas”, no intuito de evidenciar deles o socialmente invisível ou decifrar e ouvir o inarticulado. Em contraponto à elegante teoria historiográfica “tradicional”, a ampliação do conceito de documento realizada pelos *Annales* alcançou igualmente um importante nível de sofisticação, numa leitura com pretensões democráticas.

Com tal ampliação, o sentido positivista estrito de “prova documental” – com referência no “aprisionamento da palavra”, no documento e na *arkhê*, ou na “representação inequívoca da realidade” e dos “fatos do passado”, no âmbito da historiografia tradicional – passa a ser questionado no momento em que se reconhecem as intencionalidades presentes nos objetos, bem como aquelas que deles são forjadas ou calculadas, mediante algum critério metódico. Com os “*Annales*”, os planos da linguagem e da cultura alcançam outro patamar no fazer historiográfico à luz da admissão de uma pragmática reticente, mas passível de análise e compreensão a partir das inscrições e da materialidade como indícios da cultura.

#### **4 EXPRESSÕES DE MATERIALIDADE NA VIDA SOCIAL**

Um dos preceitos atribuídos pelo “movimento dos *Annales*” se refere à conduta a qual o historiador não deveria se resignar àquilo que a testemunha material explicitamente aparenta mostrar. O grau de apreensão do vestígio deve ser profundo, já que os rastros do passado, por vezes, não estão evidentes. Para tanto, o historiador deve questionar o documento “forçando-o a falar” o que ainda não havia sido dito.

É naturalmente necessário que a escolha refletida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de se enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e aberta a todas as surpresas – de modo a servir, desde o início, de ímã às limalhas do documento. O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto

por ponto. Mas, sem o traçar, arrisca-se a andar eternamente à aventura (BLOCH, 1997, p.114).

Dessa forma, com o questionamento dos objetos – suportes ou não da escrita – outras fontes historiográficas passaram a ser objeto de análise, ou seja, passaram a ser considerados documentos os objetos produzidos sem a pretensão de sê-lo. Para Bloch, seria uma ilusão imaginar que a cada problema histórico correspondesse a um tipo único de documento, pelo contrário

[...] quanto mais a investigação procura alcançar os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar outra luz que não seja a dos raios convergentes de testemunhos diversíssimos na sua natureza. Que historiador das religiões se limita a compulsar tratados de teologia ou compilação de hinos? Ele bem sabe: acerca das crenças e das sensibilidades mortas, as imagens, pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, disposição e o mobiliário dos túmulos dizem-lhe pelo menos tanto como muitos escritos (BLOCH, 1997, p.115).

Para os fundadores dos *Annales*, o documento não seria somente a representação “escrita” de um fato, de um acontecimento, de um pensamento. Além do escrito, outras formas materiais contemplariam o rol de fontes de interesse na investigação histórica, visto que documento constituiria toda e qualquer forma de intervenção humana na natureza. Conforme enfatizou Bloch (1997, p.114), “[...] é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito.” Nessa direção, Reis esclarece:

A vida material é feita de *faits divers* e não de eventos: gestos, palavras, produção e consumo, técnicas e culturas centenárias. Esse novo objeto veio trazer mais clareza ao esforço dos *Annales*, e de Braudel em particular, de atingir as camadas profundas, inconscientes, que sustentam as atividades conscientes dos homens (REIS, 2004, p.93).

O estudo da cultura material<sup>53</sup> é fecundo para apreender as diferentes expressões culturais, tomando como interesse os objetos materiais na condição de testemunhos da presença do homem em distintos contextos. A expressão “cultura material” teve origem no pensamento marxista, precisamente em 1919, quando Lênin criou na Rússia a “Akademii istorii material”. Entretanto, outras disciplinas, além da história, também se dedicaram ao estudo da cultura material, como é o caso da arqueologia e da antropologia.

---

<sup>53</sup> A expressão cultura material ganhou relevância na segunda metade do séc. XIX. As investigações de Durkheim contribuíram para os estudos em cultura material tocantes aos mecanismos gerais do funcionamento das coletividades humanas. Na arqueologia ocorreu importante mudança de paradigma, sobretudo quando os estudos da pré-história, antes dedicados apenas à arte rupestre, às ossadas e utensílios, passaram a dar atenção à amplitude da cultura material (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.17).

No tocante ao papel do historiador contemporâneo para o estudo da cultura material, Burke (1992, p.28) levantou polêmica ao defender que os historiadores ocuparam, muitas vezes, o lugar dos arqueólogos nos estudos dessa natureza. Para o autor, alguns documentos dispensam os trabalhos dos arqueólogos se forem utilizados como objeto, principalmente os escritos gerados após a invenção da imprensa.

A antropologia dedicou parte de seus estudos à cultura material ao abordar os fenômenos do cotidiano. Mas, sob a influência de Marcel Mauss e de Émile Durkheim, essa disciplina enfocou mais as questões simbólicas e das representações das mentalidades, deixando a cultura material a um segundo plano. No entendimento de Bucaille e Pesez (1989, p.17), “[...] a antropologia – embora não se possa dizer o mesmo da etnografia propriamente dita – nunca se interessou muito pela cultura material”.

A atuação do historiador, do arqueólogo e do antropólogo da cultura material deve ir além da aparência do objeto de modo a desvendar o que ele “não diz”. Nesses termos, a narrativa historiográfica se fundaria no questionamento do passado tendo como instrumental as manifestações humanas observáveis nos seus vestígios materiais, ou seja, nos documentos elevados à condição de monumentos.

Em relação à complementaridade entre “fontes escritas” e “não escritas”, Rede defendeu que não deveria existir uma sobreposição de valores e de grau de importância entre essas fontes:

Uma solução consistente ao problema da inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento histórico não poderá partir, no entanto, da defesa de sua superioridade ou da exclusão de documentos escritos. Ao contrário, tem-se apontado para uma perspectiva de combinação, que excede à simples sobreposição de informações provenientes dos dois campos de análise e induz à sua interação mútua e controle recíproco. (REDE, 1996, p.276).

Contudo, entre os estudiosos da cultura material não há consenso acerca da citada complementaridade. Como a ampliação conceitual de documento na arqueologia e na historiografia foi uma reação às limitações das abordagens estritas ao documento escrito, este último (seja ele digital ou analógico), por vezes não é considerado como objeto privilegiado para o estudo da cultura material, embora sirva de fonte de apoio.

Considerando o caráter instrumental das fontes escritas, Pesez (1978, p.130) argumentou que para o estudo arqueológico monumental das casas medievais “[...] a documentação escrita quase nem registra, por vezes, as dimensões das casas, utilizando unidades de medida imprecisas”, não possibilitando observar em detalhe a organização social

do trabalho para a sua construção. Apesar disso, o autor admite que, para o estudo da habitação e do mobiliário, as fontes escritas são indispensáveis.

Observam-se três dimensões distintas na aceção da fonte escrita como objeto de estudo da cultura material: 1. Relação equitativa entre documento escrito e não escrito (REDE, 1996); 2. Priorização do documento não escrito como principal fonte (PESEZ; 1978; BUCAILLE; PESEZ, 1989); e 3. Necessidade do instrumental da escritura para complementar as informações não encontradas durante a análise direta dos artefatos (BURKE, 1992).

O estudo da cultura material indica que todo objeto tem uma “vida social” e “cultural” já que é produzido em determinados meios (ambientes e contextos específicos) e evidencia, além da sua materialidade, o processo de produção, mediante seus traços estéticos ou indícios da técnica utilizada. Além disso, aspectos econômicos envolvidos na transformação de objeto em mercadoria podem trazer informações elucidativas a esse respeito.

O estudo de Appadurai (1991, p.17), propondo uma nova perspectiva acerca da circulação das mercadorias na vida social, iniciou seu estudo com a hipótese de que o intercâmbio econômico criaria um valor e este valor estaria contido nas mercadorias (objeto da troca). De acordo com o autor, o elemento articulador entre intercâmbio e valor se daria por meio da política (no sentido amplo).

Essa hipótese não esclareceria a circulação concreta, histórica das coisas. Assim, deveríamos seguir as coisas mesmas, já que os seus significados estão inscritos nas suas formas, usos e trajetórias, transações e cálculos humanos que animam as coisas. Nesse sentido, são as coisas em movimento que esclarecem o contexto social nessa relação material. Para Appadurai (1991, p.20), a “[...] perspectiva mercantil das coisas representa um acesso útil ao interesse semioticamente revivido e orientado na cultura material.”

Tendo em vista a conjectura de que a mercadoria seria uma coisa profundamente socializada, Appadurai problematizou a concepção marxista ao defender que as mercadorias possuem um tipo particular de potencial social e que por detrás delas existe uma variedade muito ampla de sociedades, embora admita que o ápice da complexidade da mercadoria ocorra nas sociedades capitalistas modernas, nesse caso, convergindo com Marx e Simmel (APPADURAI, 1991, p.24).

Em seu raciocínio, Appadurai (1991, p.33) dispõe numa posição privilegiada a atribuição de sentido à mercadoria e aos desvios desta por meio do caráter moral no processo de atribuição de valor. Os objetos, nessa perspectiva, entrariam e sairiam do processo mercantil, assim, a “[...] mercadoria não é um tipo de coisa em vez de outro, senão uma fase na vida de algumas coisas”.

As ideias de Kopytoff (1991) contribuem para o entendimento da afirmação sobredita. O autor alertou para o fato de a mercantilização não esgotar o objeto. Nesse caso, as constantes integrações, mutações e reintegrações (e todas as suas implicações valorativas) devem ser consideradas a partir da análise da trajetória cultural do objeto. Nessa perspectiva, a fase mercantil na história vital do objeto não esgotaria sua “biografia”. A biografia do objeto estaria culturalmente regulada e sua interpretação ficaria “em aberto” até certo grau de manipulação individual.

Dessa forma, o conceito de “biografia” no contexto da cultura material é essencial para a apreensão do processo de transformação de um objeto autêntico (não-mercantilizável) em uma mercadoria autêntica, pronta para ser mercantilizada, após sofrer um desvio de sentido ou de significado. Rede, referindo-se às ideias de Warnier, afirmou que:

[...] a própria definição estática de mercadoria deveria ser revista: o estatuto de mercadoria não é uma natureza absoluta, inerente a uma certa categoria de objetos (em particular, os produtos da economia moderna), mas uma qualificação dinâmica, que marca uma fase na trajetória social do objeto [...] (REDE, 2003, p.287).

Essa qualificação dinâmica à qual o autor se refere não necessariamente determina única e exclusivamente o processo de transformação na atribuição de valor mercantil de um objeto, mas, de forma ampla, isso vale para todo o processo valorativo que incide no objeto, para a percepção da sua subordinação à sua trajetória social. Nesse sentido, o universo da cultura material apresenta uma infinidade de possibilidades interpretativas. É justamente no cerne dessa variação de sentidos e de valores que o estudo da cultura material apresenta apreciável relevância:

[...] o estudo da cultura material tem de saber que o objeto tem mais que um significado. [...] Mesmo se só a técnica e a função são de compreensão imediata e relativamente evidente, é preciso não esquecer os outros significados que o objeto encerra. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.45-46).

A mencionada variabilidade de significados possíveis ao se debruçar sobre o objeto foi contemplada por Foucault (2005) em sua leitura sobre a atuação da “história contemporânea”. Em texto originalmente publicado em 1969, o autor explica que a “história tradicional” transformava monumentos em documentos, fazendo-os falar. A “história contemporânea”, por sua vez,

[...] transforma os *documentos* em *monumentos* e que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer no recorte vazio aquilo que os homens haviam sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de pôr em relação, de constituir em conjuntos. (FOUCAULT, 2005, p.33, grifos do autor).

Após o reconhecimento do documento/monumento e da admissão do perspectivismo recorrente, a historiografia contemporânea direciona seus esforços, segundo explica Foucault (2005, p.34), “[...] para a descrição intrínseca do monumento.” Reconhece-se, com efeito, a contribuição dos estudos da cultura material a partir da reflexão sobre os domínios da vida, do trabalho e da linguagem.

Le Goff (1994) conceituou o que seria “um novo documento” a partir da premissa exposta por Foucault (2005) de que “todo documento é monumento”. Esse conceito fora explorado com o intuito de refutar a hipótese – difundida com a diplomática e com a “história tradicional” – de que o documento escrito seria idôneo e portador de objetividade, já que

[...] não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos. (LE GOFF, 1994, p.545).

Para o autor, o documento/monumento está presente no “inconsciente cultural”, por representar uma intencionalidade inconsciente que deve ser criticada pelo historiador. Destarte, Le Goff esclarece que o documento

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994, p.545).

Nesses termos, o conceito de documento como meio de “prova” foi alargada. O “movimento dos *Annales*” foi, em grande medida, responsável por considerar expressões dos objetos no universo da cultura material e por formular questionamentos com vistas a apreender os fenômenos que configurariam o “inconsciente cultural” e suas práticas sociais e econômicas, sem prescindir do recurso de positivar tais práticas em narrativas construídas sob a égide metódica e classificatória da ciência. Com a máxima “todo documento é monumento”, aquilo que antes era prova para a representação da realidade passa a representar apenas um discurso dentre tantos.

## **5 SÍNTESE INTERPRETATIVA**

O percurso até aqui apresentado tenta demonstrar que o conceito “prova documental” pode ser apreendido em ao menos três sentidos: 1. “aprisionamento da palavra” ou do “registro” no suporte, armazenado num espaço que permita o seu acesso e uso; 2. “representação da realidade” à luz do aprisionamento da palavra ou da informação; 3.

“legitimação do discurso”, valendo-se da interpretação de intencionalidades materialmente identificadas, expressas ou não em palavras para a constituição de monumentos.

A prova documental, no primeiro caso, remonta à ideia de “palavra aprisionada” à luz da fidedignidade e da autenticidade da inscrição, algo que leva ao sentido de “origem”, em direção à memória e à história, ou de “ordem”, “comando” ou “lei”, num contexto administrativo e/ou jurídico. Sob essa concepção, a oficialidade do documento, ou o caráter excepcional do *logos* (natureza histórica, jurídica e/ou administrativa) registrado pela escrita, necessita de lugares apropriados para permitir o seu acesso e uso. Na modernidade, a tradição reconhece na expressão *arkhê* o radical da palavra que melhor sintetiza o conceito de instituição que, metodicamente, armazena, organiza e permite o acesso para o uso da documentação como prova dos feitos políticos e administrativos, nas esferas pública, privada e/ou pessoal.

A “representação da realidade” refere-se à concepção de ciência segundo a qual a realidade social pode ser descrita, classificada, enfim, representada inequivocamente numa linguagem objetiva e universal, seguindo preceitos empíricos e metódicos de observação, de coleta e análise de dados e de apresentação dos resultados. No período do cientificismo, a proposição das disciplinas sociologia e história encontrou no arquétipo das ciências naturais um caminho para legitimar suas narrativas. Nessa direção, a “história tradicional” objetivou alcançar a “origem” dos fatos sociais mediante o “método” de crítica textual, em estruturas documentais previamente reconhecíveis, valendo-se do arquivo como laboratório de pesquisa.

A “legitimação do discurso”, por sua vez, diz respeito ao entendimento segundo o qual os limites da representação podem estar para além das palavras registradas, encontrando nas coisas em si e na vida social dos objetos – ou da informação registrada – os recursos para o entendimento, na parcela que cabe à cultura material, das representações de mundo e da própria construção da concepção de homem, de sua historicidade. Os limites da representação dependem, ainda, da correlação de forças daqueles que definem qual documento falará como monumento, isto é, que delimitam qual versão da história será objeto da verdade. A partir desse raciocínio, a palavra ou informação “aprisionada” e a “representação da realidade” servem de subsídio para a constituição e legitimação de monumentos. Nesse movimento, a mediação da linguagem é tensionada pelas forças sociais que delineiam a construção da memória coletiva e instrumentalizam a escrita da história.

No âmbito da “legitimação de discursos”, a contundência da prova admite, em seu lugar, a evidência de algo monumentalizado diante do silêncio e do ocultado. A intencionalidade do monumento pode se forjar no encobrimento de acontecimentos durante ou

após, por exemplo, regimes de exceção. Tal propósito pode também subsidiar discursos no sentido inverso, ou seja, em direção ao desvelamento dos espaços de guarda e das evidências dos acontecimentos em posição oposta às forças que os sustentam.<sup>54</sup>

No Brasil, o sentido da monumentalização dos documentos tem sido investigado considerando a relação “documento e poder” (FREITAS, 2009), no universo da escrita; no âmbito de “regimes de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012), na seara das relações de poder que tocam as políticas de informação; ou em termos de “vontade de verdade” (ELIAS, 2012) e de “documentos sensíveis” (THIESEN, 2013), tocantes aos arquivos em regimes de exceção, dentre outras abordagens.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória apresentada pretendeu ilustrar como o conceito de prova documental assume diferentes orientações quando direcionado ao social e às injunções políticas. Os dois primeiros conceitos identificados são complementares. O primeiro privilegia o “aprisionamento” do registro num suporte e o lugar de guarda deste como critério de legitimidade. O segundo assume, mediante tal “aprisionamento”, a prerrogativa da “representação” inequívoca da realidade.

O terceiro conceito encontra no universo da linguagem e na materialidade dos objetos subsídios para problematizar, dentre outros aspectos, a pretensão de representação da realidade por intermédio dos documentos ao corroborar que todo documento é monumento e, portanto, todo documento é discurso constituído ou constituinte. Assume, na vida social dos objetos, o caráter evidencial da informação registrada para além da escritura.

Conforme observado, além da história, outras disciplinas se constituem ou se orientam a partir dos conceitos de “prova documental”. Com isso, a hipótese inicial de sobreposição ou convívio dos construtos identificados/propostos abre outras possibilidades de investigação. Pode-se questionar, por exemplo, em que medida a arquivologia – disciplina que busca compreender o documento em seu contexto de modo a organizar e representar conjuntos documentais para permitir o seu acesso e uso – tem subsidiado a “história tradicional” para

---

<sup>54</sup> A formação de discursos contrários àqueles monumentalmente estabelecidos pode ser exemplificada com a Comissão Nacional da Verdade brasileira, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, cuja atuação se estende até dezembro de 2014. A Comissão tem por finalidade “[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas [entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). Para tanto, estão sendo coletados depoimentos e apreciados documentos, inclusive dos arquivos das Forças Armadas brasileiras.



encontrar e “representar” a realidade “aprisionada”, bem como subsidiado a “história contemporânea” no processo de “monumentalização de documentos”. Isso leva a indagar, ainda, se os conceitos “aprisionamento da palavra”, ou da “informação”, e “representação da realidade” estão também presentes nas teorias e nos princípios arquivísticos, repercutindo, assim, no discurso contemporâneo de cientificidade da disciplina.

## AGRADECIMENTO

À CAPES, pelo financiamento concedido.

## REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. In: \_\_\_\_\_. **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p.17-87.
- BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/Escrito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11, p. 32-57.
- BAUER, W. Documentos. In: \_\_\_\_\_. **Introducción al estudio de la História**. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957. p. 354-377.
- BLOCH, M. **Introdução à História**. [S.l.]: Fórum da História/Publ. Europa-América, 1997.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>. Acesso em: 28 set. 2014.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. Introdução: o atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: RANKE, Leopold von. **História**. São Paulo: Ática, 1979. p.7-62.
- BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M. Cultura material. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v. 16.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.
- CHARTIER, R. História positivista. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p.516-518.
- DERRIDA, J. **O mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume, 2001.
- DURANTI, L. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona: S & C Ed., 1995.
- DURANTI, L. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

- ELIAS, A. A. V. **A vontade de verdade, a informação e o arquivo**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- FAVIER, J. **Les archives**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Almedina, 2005.
- FREITAS, L. S. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-15, 2009. Disponível em: <[http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/lidia\\_pt.pdf](http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/lidia_pt.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: \_\_\_\_\_. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.63-93.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 16 maio 2012.
- KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (Ed.). **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p.89-122.
- LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *et al.* (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p. 253-288.
- LE GOFF, J. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- MARQUES, A. A. C. **A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: AAB, 2013.
- NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: \_\_\_\_\_. **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p.25-44.
- PAULIUS RABIKASKAS, S. J. **Diplomática general**. Roma: [s.n.], 2000.
- PESEZ, J.-M. A história da cultura material. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *et al.* (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978.
- POMIAN, K. A história das estruturas. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *et al.* (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p.183-208.
- RABELLO, R. A contribuição da história dos conceitos à ciência da informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais. **Ci. Inf.**, v. 39, p. 35-46, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16805/>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Enc. Bibli**, v. 16, p. 131-156, 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16782/>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- RABELLO, R. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília, 2009.

- RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Enc. Bibli.**, v. 13, n. 26, 2º sem. 2008. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16804/>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.8/9, p.281-291, 2003.
- REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p.265-282, 1996.
- REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.
- RODRIGUES, G. M. O acesso aos arquivos: evolução de um conceito. In: RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. (Org.). **Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Ed. UnB, 2002. p. 237-263.
- SCHMITT, J.-C. A história dos marginais. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p. 394-426.
- SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.
- THIESEN, I. Documentos “sensíveis”: produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/97>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- TOGNOLI, N. B. **A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos**. 2013, Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília, 2013.
- VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 3/4, p. 177-198, jul./dez. 1978.
- VUILLEMIN, J. Conceito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 37. p. 77-124.

## DE MARCOS TEÓRICOS FUNDAMENTAIS À ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS DA ARQUIVÍSTICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

*FROM FUNDAMENTAL-THEORETICAL REFERENCES TO CURRENTLY APPROACHES  
IN ARCHIVAL SCIENCE: SOME THOUGHTS*

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt  
Johanna W. Smit

**Resumo:** Este artigo busca analisar, na trajetória histórico-epistemológica da Arquivística, desde marcos teóricos basilares até abordagens que atualmente se apresentam à disciplina. Pretende contribuir com a área em questão, tendo por objetivo suscitar reflexões sobre sua identidade no âmbito das ciências. Caracterizada como uma pesquisa teórica, recorreu-se à literatura para identificar a problemática proposta. Constatou-se que na comunidade arquivística coexistem abordagens que aceitam, as que ressignificam e as que refutam os marcos teóricos fundamentais, além das diferentes perspectivas para o campo dos arquivos em termos de produção de conhecimento.

**Palavras-chave:** Arquivística. Marcos teóricos. Abordagens contemporâneas.

**Abstract:** This article searches to analyse in the historical-epistemological trajectory of Archival science since the primary-theoretical references until the approaches those currently present themselves to the discipline. It tries to contribute to the area in question, aiming to raise reflections on its identity within the sciences field. Characterized as a theoretical research, we resorted to the literature to identify the problematic idea. It was found that in the Archivology community coexists approaches those accept, those resignify and those that refute the fundamental-theoretical references, and also the different views to the Archival field in terms of knowledge production.

**Keywords:** Archival Science. Theoretical References. Current Approaches.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se analisar a constituição do campo dos arquivos enquanto área de conhecimento a partir de seus marcos teóricos basilares, além de compreender o desenvolvimento de abordagens que atualmente se apresentam à disciplina. Assim, trata-se de uma investigação acerca do estatuto epistemológico da Arquivística de maneira a conhecer como o conhecimento arquivístico se consolidou e vem sendo produzido, com objetivo de suscitar reflexões sobre sua identidade no âmbito das ciências.

As preocupações em análises desta natureza se justificam tendo em vista os questionamentos teóricos, epistemológicos e práticos vivenciados atualmente pela Arquivística, concomitante às transformações sofridas por seu objeto de estudo e também de trabalho – o documento de arquivo –, após influência do desenvolvimento tecnológico e seu reflexo nos suportes nos quais as informações estão sendo registradas e, conseqüentemente, na produção documental.

Tais questões acarretam em inquietações diretamente relacionadas à estabilidade de concepções até então atribuídas ao documento de arquivo e que vão além das preocupações com a conservação do seu suporte. Neste sentido, torna-se importante refletir sobre marcos teóricos fundamentais, bem como atuais abordagens que constituem a epistemologia Arquivística, de modo que seja possível conhecê-los e compreendê-los na trajetória do nosso campo de conhecimento, além de reconhecer, neste processo, como foram solidificados, mantidos e atualmente estão sendo revisitados, apropriados, ressignificados, ou refutados, já que em tempo presente a inserção da tecnologia no cotidiano - e com isso a existência do documento digital e a desmaterialização do suporte do documento de arquivo - ocasiona mudanças na natureza dos registros e na produção documental, causando alterações no uso e nas funções dos arquivos, desencadeando para nós muitas perguntas e poucas respostas.

Nesta perspectiva, para alguns teóricos da área vive-se uma crise de identidade, uma mudança de paradigmas, e para outros a solução foi buscar, nos autores clássicos, isto é, em marcos teóricos iniciais, algumas destas respostas. Junto a isso há ainda outro debate: o do "lugar" da Arquivística em termos de área de conhecimento, ou seja, subordinada à Ciência(s) da Informação ou enquanto disciplina autônoma.

## **2 MARCOS TEÓRICOS BASILARES**

Compreendido desde a invenção da escrita até a Revolução Francesa (1789), o que a historiografia tradicional nomeia de Antiguidade, Idade Média e Época Moderna, o período por nós classificado como "História dos Arquivos" não é significativo em termos de marcos teóricos, ainda que segundo a arquivista espanhola Mendo Carmona (1995), neste tempo havia uma literatura que abordava o aspecto jurídico dos arquivos. Todavia, é importante compreender que as primeiras teorias para o campo dos arquivos, que acontecem em período posterior, no chamado de "Arquivologia Clássica", são resultados de processos que foram se construindo naquele período.

Já durante o período que classificamos como "Arquivologia Clássica", novos papéis e usos são atribuídos aos documentos de arquivo. Temporalmente configura-se desde a Revolução Francesa (1789) até o pós Segunda Guerra Mundial, meados dos anos de 1940. Inicia-se a centralização dos arquivos no Arquivo da Nação, na França, fortalecendo assim a ideia de instituição arquivística, atrelada a uma concepção institucional para o documento de arquivo, que passa a ser de responsabilidade do Estado. Com isso, certamente passa-se a pensar sobre espaço, organização, acesso e conservação destes documentos.

Como elemento para Classificação de documentos de arquivo, em 1841, o historiador Natalis de Wailly, chefe da seção administrativa dos arquivos do Ministério do Interior da França, anuncia a formulação francesa do princípio da proveniência, isto é, o "princípio do respeito aos fundos", o que segundo Michel Duchein (1986) "é a certidão de nascimento da noção de Fundos de arquivos".

A propósito de marcos teóricos importantes, neste momento há o de não misturar documentos que provêm de uma instituição, com documentos de outras instituições (Princípio da Proveniência); e que o conjunto de documentos de uma mesma instituição quando agrupados, formam um Fundo. Ainda que, de acordo com Martín-Pozuelo Campillos (1996), a construção do Princípio da Proveniência não é francesa e sim possivelmente alemã, trata-se do primeiro enunciado teórico, marco teórico da Arquivística, que passa a pensar a Classificação dos documentos arquivísticos menos por assuntos e temas, e mais por ordem de produção.

Neste sentido, é fundamental considerarmos que durante seu período Clássico a Arquivística se delineia enquanto área de conhecimento a partir do estabelecimento do Princípio da Proveniência, que surge como resposta a problemas práticos junto aos arquivos, do *Fazer*, tendo como necessidade Classificar estes documentos. Assim, quando a Classificação passa a ser pensada a partir do contexto da produção do documento, temos outro marco teórico importante e condicionante para construção do campo dos arquivos como área de conhecimento, isto é, uma autonomia em relação às teorias de classificação utilizadas em outras áreas, como a Biblioteconomia, diferenciando o documento de arquivo de outros documentos e sustentando uma teoria arquivística que inaugura identidade para a área.

Ainda neste período, Manuais registram e sistematizam muito do que havia sido produzido em termos teóricos e práticos até então. Aqui vamos nos deter a dois deles: O Manual dos Holandeses (1898) e o Manual de Administração de Arquivo (1922), de Hilary Jenkinson.

O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898), mais conhecido como Manual dos Holandeses, é considerado marco referencial que situa o surgimento institucional da Arquivística enquanto área de *Saber*. Não foi a primeira publicação sobre arquivos, tampouco seus autores os "inventores" do que havia sido produzido em termos teóricos até então, mas foi através dele que princípios teóricos, gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Este Manual sistematizou cem regras para Arranjo e Descrição de arquivos, ou seja, regras para Classificar e Descrever. Contemplou os

Princípios da Proveniência e da Ordem Original, a ideia de Fundo de arquivo, Organicidade, Descrição e Inventário.

Nesta perspectiva, a partir deste Manual é possível apresentarmos algumas considerações. Ao registrar tais teorias e metodologias da área, o Manual dos Holandeses afirma e reforça a diferença entre o *Fazer* da biblioteca e do arquivo. Ademais, todos esses aportes ou marcos teóricos foram construídos tendo em vista o *Fazer*, o trabalho com documentos considerados históricos, em suporte papel e de caráter público, e, através deste Manual, temos claro o prenúncio de uma terminologia da área, utilizadas em tempo presente fundamentalmente na lida com documentos de caráter permanente.

Já o Manual de Administração de Arquivo, de Hilary Jenkinson, publicado em 1922, foi escrito a partir das experiências profissionais e dos conhecimentos do autor sobre Diplomática, Paleografia e tratamento com documentos medievais. Jenkinson justifica que a intenção original de sua obra é falar sobre o tratamento de arquivos de guerra, mas como não há publicação em língua inglesa sobre organização e tratamento de arquivos, o que chama de Ciência dos Arquivos, decidiu por não reduzir a obra apenas ao objetivo inicial, pois uma vez que o “conhecido” Manual dos Holandeses discorre mais sobre questões de Arranjo e Descrição, vai sugerir novos pontos de vista ao campo dos arquivos, sendo o principal a ideia de Custódia Contínua de maneira a garantir a autenticidade do documento de arquivo, considerando este como subproduto de uma transação oficial que deve ser preservado para referência oficial, servindo de prova de tal transação.

Uma questão importante foi pontuada pelo arquivista britânico, ou seja, que os documentos de arquivo não são elaborados para interesse ou para a informação da posteridade, pois a qualidade essencial deste documento é sua produção visando o caráter probatório de uma ação, diferente da atribuição de sentido dada ao documento pelo historiador. Ao refletir sobre o caráter de prova de uma ação que lhe deu origem, afirma terem os documentos de arquivo qualidades essenciais, sem as quais não pode ser prova de uma ação, apresentando assim quatro características que lhe são inerentes: Imparcialidade, Autenticidade, Naturalidade e Interdependência.

A primeira está relacionada à razão de criação do documento e sua capacidade em refletir, de maneira fiel, as atividades de sua produção. Já a Autenticidade condiciona-se aos procedimentos de Custódia Contínua para garantia do valor de prova. A Naturalidade está atrelada à criação do documento, porém na perspectiva de resultado “natural” da atividade que lhe deu origem. E por fim, a Interdependência relaciona-se à participação e ao papel do documento no conjunto de documentos de arquivo, aos vínculos dos documentos entre si.

Em relação às qualidades essenciais, algumas considerações são importantes. Estas foram retomadas e apropriadas por Luciana Duranti em tempo presente, ao buscar garantir ao documento de arquivo digital o seu valor de prova de uma ação, sua Autenticidade. Desta maneira, é possível afirmarmos que estas são apenas algumas das ideias de Jenkinson consideradas como positivistas e custodiais, adjetivo também atribuído a Duranti por alguns pensadores da Arquivística contemporânea, como Terry Cook, por exemplo, quando afirma que

acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo. Essa é a teoria arquivística clássica. No mundo anglófono, ela é representada por Sir Hilary Jenkinson e seus muitos discípulos. Essas afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional, com suas dicotomias resultantes, são falsas. Na verdade, da maneira como foram articuladas, nunca foram completamente verdadeiras - mesmo no caso dos arquivos públicos - dentro do contexto de seu próprio tempo, e agora, no final do século XX, são extremamente enganosas (COOK, 1998, p. 132).

Outras contribuições de Jenkinson também devem ser consideradas, principalmente as que estabelecem diferenças entre a veracidade arquivística e a veracidade histórica. Para esta, atribua como a veracidade representada pelo conteúdo do documento. Já por veracidade arquivística, entendia como aquela relacionada ao contexto de criação do documento, ou seja, a permanência das qualidades essenciais ao documento de arquivo, capazes de garantir o valor probatório das ações que lhe deram origem.

Portanto, para nós, retomar e refletir o pensamento de Jenkinson é importante, visto que suas ideias inauguraram marcos teóricos fundamentais para a Arquivística, como o valor de prova da ação que dá origem ao documento de arquivo e com isso as qualidades essenciais e a perspectiva de que este documento não nasce para ser histórico (permanente). E ainda que para teóricos do contemporâneo, Jenkinson seja o principal representante da perspectiva Custodial e o Manual dos Holandeses esteja ultrapassado, não podemos deixar de considerar que os “Clássicos” inauguram uma nova ordem ao documento, da primazia do contexto frente ao conteúdo e a equivalência entre fatos e atividades, estabelecendo aí a essência do documento de arquivo, isto é, seu valor probatório. Também é importante ponderar que as análises que resultam nestes marcos teóricos basilares foram elaboradas a partir do que se considerava como arquivo, ou seja, arquivo histórico, e assim os Princípios, conceitos e teorias da área foram sendo construídos pela experiência profissional de arquivistas com documentos públicos e que tinham por objetivo organizá-los e disponibilizá-los para a investigação histórica, tanto que, ainda hoje, utilizamos termos e conceitos preconizados neste



período, como Descrição, Arranjo e Inventário, quando nos referirmos aos documentos históricos, atualmente definidos pela comunidade da área como “Permanentes”.

## 2.1 Marcos teóricos “modernos”

O período posterior à Segunda Guerra Mundial até o final dos anos de 1980 foi por nós denominado de "Arquivologia Moderna", pois resulta de uma nova realidade que se apresenta ao campo dos arquivos; os documentos administrativos, recém-produzidos e em grandes quantidades.

Nos Estados Unidos, a promulgação da lei de arquivos em 1950 estabeleceu a “doutrina” americana de gestão de documentos, isto é, a *Records Management* – focada na eficácia administrativa e que estabelecia práticas diferentes dos *Documents* – focado nos documentos de valor histórico. Schellenberg, um dos principais representantes de propostas “modernas” para os “novos documentos de arquivo” - os documentos "Modernos", foi o precursor da teoria de valor para Avaliação (primário e secundário) de documentos de arquivo, que deveria passar a ser operada pelo profissional arquivista.

Ridener (2009) outorga a esse período da história da Arquivística o título de “Modernização” e descreve Schellenberg como um homem cujas obras mudaram a profissão arquivística de forma imprevisível, pois estabeleceu suas teorias de maneira diferente da perspectiva dos anteriores teóricos europeus sendo pioneiro da Avaliação arquivística por ter cunhado os valores primários e secundários dos arquivos e também por valorizar a gestão documental.

Após a enunciação da perspectiva da gestão documental, desenvolve-se também nos Estados Unidos a teoria do Ciclo Vital, que indica maneiras de contemplar a administração dos documentos recém-criados, os "Modernos", dividindo-os em etapas cuja utilidade vai determinando o seu valor. O americano Philips C. Brooks é considerado o precursor desta teoria, inserindo-a diretamente no modelo de gestão de documentos buscada por seu país. Alguns anos mais tarde (1972), atribui-se ao historiador belga Carlos Wyffels uma melhor abordagem desta teoria, denominando-a de teoria das Três Idades.

Sobre as teorias “modernas” desenvolvidas em solo americano é importante considerar que tratam-se de marcos teóricos importantes, ou seja, a perspectiva de gestão de documentos, a utilização do documento de arquivo por duas perspectivas distintas – *record* e *archives*, teorias do Ciclo Vital e das Três Idades. Todos originados por iniciativas relacionadas à busca de soluções para a utilização e preservação de documentos administrativos que eram produzidos em ritmo vertiginoso.

Já na Austrália, um país novo, a fundação de um Arquivo Nacional tem origem pelas necessidades de organizar os documentos recém-produzidos, os "Modernos". Basearam-se, inicialmente, nas teorias arquivísticas de Hilary Jenkinson, inclusive por que os australianos foram colônia da Inglaterra por muitos anos. Em meados da década de 1950 (1954) levam Schellenberg para ensiná-los a trabalhar com documentos Modernos (Classificar), pois acreditavam que as ideias de Jenkinson eram mais direcionadas para documentos considerados históricos. O americano afirma que seu livro "arquivos modernos: princípios e técnicas", publicado em 1956, é uma ampliação de suas conferências na Austrália.

Em 1964, Peter Scott propõe abandonar a abordagem de *record group* inaugurada por Schellenberg e adotar o que nomeou de Sistema de Séries. Scott justifica ser possível descrever as relações entre os documentos, os criadores e os processos que o demandaram de maneira a abarcar todo o seu trâmite independentemente das instabilidades administrativas. Argumentava que *record group* não refletia adequadamente as realidades da criação e uso de documentos em ambientes de mudanças administrativas complexas, onde a proveniência múltipla era um fenômeno comum.

Cunningham (2012) coloca que longe de ser um “ataque” contra o Princípio da Proveniência, as ideias de Scott buscavam maneiras mais eficientes de documentar a “verdadeira natureza e muitas vezes os complexos sistemas de proveniência”, já que a visão “simplista” de proveniência do *record group* não era eficaz, pois os documentos possuíam simultâneas e sucessivas relações “provenienciais” que deveriam ser interrelacionadas.

Diferentemente de Schellenberg, que ficou conhecido por suas teorias a partir da Função Avaliação, Scott produziu suas reflexões a partir da Descrição e passou a aplicá-las também para os documentos “Modernos”, não se tratando de uma atividade exclusiva dos documentos históricos. A Descrição seria a Função capaz de manter a Classificação intelectual dos documentos de um Fundo a partir de Séries documentais de uma mesma função, sendo que esta Descrição deveria acontecer em dois níveis, um para o contexto e função de produção, e outro para o conjunto documental. Assim, consideramos aqui nítida apropriação e ressignificação de teorias para Classificação e Descrição para o campo dos arquivos, não deixando de ser marco teórico.

Partindo de um olhar contemporâneo, o canadense Terry Cook (1997) afirma que Peter Scott quebrou a “camisa de força” do *record group* defendida por Schellenberg e toda a “fiscalidade” dos arquivos propostas pelo Manual dos Holandeses e sobre as quais muitas outras abordagens da área se baseiam. Atribui ao australiano o título de “fundador da Revolução Pós-custodial da Arquivística” e justifica que, embora tenha trabalhado em um

mundo de papel, suas ideias são atualmente relevantes, especialmente para as questões advindas com os documentos digitais, onde - assim como no sistema de Scott - a fisicalidade do registro não tem nenhuma importância em relação aos seus contextos multirelacionais de criação e uso. Percebemos assim o alargamento de questões teóricas e a ampliação da área para outros documentos que não apenas os permanentes, o que consideramos serem as maneiras encontradas pelos "Modernos" para enfrentar a realidade com as ferramentas que tinham.

Até aqui foi possível compreendermos, ainda que de maneira breve, como os principais marcos teóricos da Arquivística foram construídos, além de entender porque muitos deles ainda continuam presentes e vigentes em nosso tempo. A partir da Arquivística Contemporânea, com a presença da tecnologia na produção documental, as influências da "era da informação" e de teorias que se julgam "pós-modernas", outras abordagens vão se delineando para pensar novas realidades no campo dos arquivos.

### **3 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS**

Arquivologia Contemporânea abrange o final dos anos 1980 até o tempo presente, sendo que os questionamentos não estão mais polarizados entre os novos (modernos) x velhos (históricos) documentos e os paradigmas que os estabeleciam. Para Ridener (2009), a década de 1980 representa o início de uma fase de colapso para a Arquivística devido ao novo mundo digital; as mudanças de paradigmas vivenciadas pela área nesse período acontecem a partir da crise na profissão, que exigem tentativas, por parte dos profissionais que a exercem, em alterar os paradigmas dominantes para responder às perguntas diante da realidade que se apresenta. As dificuldades em se trabalhar com situações novas usando “velhas” teorias promovem concepções diferentes de um problema e suas possíveis soluções.

Entendemos que o cerne da “crise” vivenciada pela profissão se dá através das inovações tecnológicas que transformam as formas e as maneiras pelas quais e sobre as quais os documentos de arquivo – objeto de trabalho dos arquivistas - são produzidos. Diferentemente da sua fase "Moderna", em que as preocupações se direcionavam principalmente a questões concernentes aos documentos de arquivo em suas fases correntes e permanentes, em papel ou outros suportes nos quais a informação se materializava, na atual fase pela qual passa a Arquivologia as angústias dirigem-se para a produção e materialização desse documento em suporte eletrônico. As dificuldades em apreender seu contexto de produção, os problemas em garantir a Autenticidade e a Preservação em meio a possibilidade de alterações e obsolescência do suporte eram e continuam sendo algumas das problemáticas

que se apresentam à área. O fato é que agora, mesmo não resolvidos os anseios advindos da “materialização eletrônica”, muitas vezes os resultados das ações realizadas por uma instituição ou pessoa, no exercício de suas atividades, e que devem ser mantidos por seu valor probatório e/ou informativo, são “desprovidos de materialidade” ao serem produzidos e registrados em sistemas eletrônicos ou banco de dados.

Em ambas situações vivenciadas pela Arquivologia Contemporânea (suporte eletrônico e desmaterialização de suporte) existem dúvidas em se estabelecer as estruturas e funções do documento, bem como seu contexto de produção. Isso afeta muitas das premissas, às quais estávamos acostumados, dificultando a identificação da Proveniência e do inter-relacionamento dos documentos, por exemplo. Entendemos que não apenas as diferentes teorias e metodologias das Funções arquivísticas, as teorias e Princípios da área estão sendo revisitados, como também o papel e atuação dos arquivistas.

Muitos dos movimentos que emergem atualmente no interior do campo científico da Arquivística nesse sentido, militam para que o paradigma da área se desloque do que consideram como abordagens Tradicionais e Custodiais - focadas nos documentos considerados históricos e em suporte físico, fundamentalmente produzidos no âmbito público e cujo papel dos arquivistas se restringe a tratar destes documentos somente quando da chegada ao arquivo, para perspectivas que se autodenominam Pós-modernas e Pós-custodiais, cuja ênfase está na informação e no processo de produção documental, o arquivista atuando antes de o documento chegar ao arquivo, a “Macroavaliação”, dentre outras perspectivas.

A seguir, optamos por apresentar, de maneira sinótica, algumas abordagens contemporâneas com vistas a conhecê-las, além de buscar compreender, a partir de seus contextos, como localizam o campo dos arquivos em termo de produção de conhecimento e determinadas perspectivas teóricas.

QUADRO 1 – Abordagem do Record Continuum

País/localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Características	Representantes
Austrália	A partir metade década de 1990	Ciência	Informação gerada pelos processos	Derivada do mundo digital; abordagem do “sistema de séries”; perspectiva contínua para a gestão de documentos, que não separa os documentos correntes dos permanentes e nem a profissão entre <i>records managers</i> e <i>archivists</i> ; documento de arquivo como entidade lógica e não física;	Livia Lacovino; Frank Upward; Xiaomi An; Peter Marchal; Jay Kennedy; Cherry Schauder; Sarah Flynn; Adrian Cunningham; Barbara Reed; Dagmar Parer; Ann Pederson; Sue Mckemmish; Michael Piggot; Chris

				rejeitam a teoria do ciclo vital por a considerarem linear e fragmentada	Hurley
--	--	--	--	--	--------

Fonte: elaboração própria.

#### QUADRO 2 – Abordagem Pós-Custodial

País/localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Características	Representantes
Portugal	Final da década de 1990	Disciplina subordinada à Ciência da Informação	Informação social	Ênfase na informação do que nos aspectos físicos e estáticos do documento; dinâmica transdisciplinar-interdisciplinar; mudança-ampliação do objeto científico, isto é, mudança do paradigma custodial para o pós custodial; crítica ao conceito de informação orgânica; defendem-se como diferentes dos pós-modernos	Armando Malheiro; Fernanda Ribeiro

Fonte: elaboração própria.

#### QUADRO 3 – Abordagem Arquivística Integrada

País/localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Características	Representantes
Montreal – Quebec/ Canadá	Década de 1980	Disciplina autônoma inserida nas Ciências da Informação, dividindo o espaço deste campo de conhecimento, ainda mais virtual que real, com a biblioteconomia, a museologia e os estudos de comunicação. (Couture; Martineau; Ducharme, 1999, p. 17).	Informação Orgânica	Nega a divisão americana “Moderna” entre <i>records</i> e <i>archives</i> , (re) construção da área e sua (re) condução ao nível de disciplina científica, gestão da informação devendo subsidiar a gestão de documentos, integração dos valores primários e secundários dos documentos	Luis Carlos Lopes; Carol Couture; Jean Yves Rousseau; Jacques Ducharme

Fonte: elaboração própria.

#### QUADRO 4 – Abordagem Tipologia Documental e Identificação

País/localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Características	Representantes
------------------	---------	---------------------	-------------------	-----------------	----------------

Espanha	Década de 1980	Ciência Autônoma	Arquivo – enquanto conjunto de documentos de arquivo; documento de arquivo	Fixar os tipos documentais mais recorrentemente produzidos e solicitados, formação de séries documentais, determinar a identidade do documento de arquivo, caracterizar os elementos próprios e exclusivos que conferem essa identidade, elementos que o individualizam e o distinguem em seu conjunto, revelar o vínculo arquivístico	Vicenta Cortés Alonso, Maria Luiza Conde Villaverde
---------	----------------	------------------	--	--	---

Fonte: elaboração própria.

#### QUADRO 5 – Abordagem Diplomática Arquivística ou Contemporânea

País/ localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Características	Representantes
Canadá inglês; Itália	Final década de 1980	Ciência Autônoma	Documento de Arquivo	Volta aos clássicos; documento como subproduto de uma atividade; valor probatório; gênese e tipo documental; texto por trás do contexto; prevalecem as qualidades essenciais do documento arquivístico; redescoberta da Proveniência; Diplomática para compreender o processo de produção dos documentos e definir tipo; se vale das series documentais podendo também ser aplicada nos documentos contemporâneos; Projeto InterPARES	Luciana Duranti (italiana); Bruno Delmas; Paola Carucci (italiana); Robert Henri-Bautier – pioneiro, década de 1960; - Christopher Brooke

Fonte: elaboração própria.

#### QUADRO 6 – Abordagem Arquivística Funcional ou Pós Moderna

País/ localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Características	Representantes
Canadá Inglês	Final década	Disciplina científica	<i>Process-Bound information</i>	Crítica a Diplomática arquivística; revisita	Terry Cook; Hugh Taylor –

	de 1980		informação gerada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual	Princípio da Proveniência com o discurso do “contexto por trás do texto”; paradigma social dos arquivos; influência do sujeito na produção documental; documento não é considerado imparcial e neutro; análise funcional do processo de criação do documento; muda o foco do documento para o processo que o criou; Macroavaliação é a avaliação das funções e não dos documentos; afirmam produção anterior obsoleta, defendem ruptura; pós-modernidade como tendência intelectual; documento de arquivo como produto e não como subproduto	proclamou a mudança, é inglês, mas em 1965 se mudou para o Canadá; Tom Nesmith; Laura Millar; David Bearman; Eric Ketelaar – Holandês ( <i>Archivalization</i> ); -Hans Booms; Verne Harris; Ciaran B. Trace (EUA); Barbara Craig
--	---------	--	---	--	---

Fonte: elaboração própria.

Vemos que todas as abordagens apresentadas retomam para concordar ou ressignificar teorias clássicas e marcos fundamentais da área, ou ainda para criticá-los e refutá-los, produzindo assim novas intervenções teóricas. Em termos de natureza científica, para algumas abordagens a Arquivística é uma disciplina autônoma, com identidade própria, e para outras, está inserida na Ciência ou Ciências da Informação.

Isto posto, reforçamos a necessidade em pontuarmos essas abordagens para demonstrarmos como a trajetória de uma área é percebida e construída de formas diferentes pelos seus membros, sendo que no caso da Arquivística também não podemos desconsiderar o contexto no qual sua comunidade científica está inserida bem como as perspectivas históricas, estruturais, administrativas, jurídicas, dentre outras.

#### 4 CONCLUSÕES

A Arquivística é resultado de um processo e não de um fenômeno, que se desenvolveu como área de conhecimento na constante interação do *Fazer* - demandado por necessidades e práticas sociais -, com o *Saber*. As teorias e Princípios da área, ao serem formulados, estabeleceram, ainda que não com esse intuito, o pilar que mantém e tornou-se o fundamento desta área de conhecimento, o que associamos à veracidade arquivística, ou seja, a possibilidade em representar, de maneira fiável, o contexto de produção e as funções do

documento de arquivo, o compreendendo plenamente como um conjunto relacionado pelo vínculo arquivístico. E, para tornar essa veracidade possível, o *Fazer* passa a ser operado pelas Funções arquivísticas, isto é, os procedimentos, estabelecidos em termos de *Saber*, que tornam e dão lógica ao objetivo da Arquivística, que é o acesso aos documentos de arquivo.

Vivemos num tempo em que a tecnologia nos convida a versar com diferentes cenários, digamos, “documentais”. Temos que saber lidar e relacionar os contextos e funções que determinam a gênese do documento de arquivo, esteja ele em suporte físico ou eletrônico, bem como sendo os contextos não necessariamente estáveis, com momentos em que nossa atuação deve estar focada nos processos que antecedem essa gênese, ou ainda, em situações cuja nossa atenção estará dedicada a documentos em suporte físico, de valor permanente, e merecedores de intervenção visando sua preservação. Essas diferentes possibilidades, de alguma forma, representam diversos momentos da trajetória da área, indo desde aqueles em que prevalecem as abordagens que se valem das perspectivas custodiais de documentos considerados históricos; das que se deslocam entre documentos correntes e permanentes desde que já transferidos/recolhidos em arquivos; até àquelas ditas de vanguarda, que focam na intervenção anterior à produção documental, nos processos e funções que originam o documento/informação, e cujas análises concentram-se majoritariamente nos documentos/informações digitais.

Entendemos que as Funções arquivísticas também estão sujeitas a questões desta natureza. Durante muito tempo, principalmente no período das Arquivologias Clássica e Moderna, para as Funções consideravam-se atividades de recolhimento, tratamento, conservação e acesso aos documentos quando destes já no âmbito do arquivo, ou seja, operações que o arquivista deveria realizar “dentro” dos arquivos, com “os documentos em mãos”. Atualmente, alguns “cenários documentais” exigem que essas atividades/operações aconteçam também “fora” dos arquivos. E isso não necessariamente porque os documentos não são mais “físicos”, e sim devido às possibilidades em trabalhar com a gênese documental, a gestão dos documentos, e muitas outras concepções teóricas que foram se constituindo ao longo da história da Arquivística e conseqüentemente demandam a interlocução com o *Fazer*. Ainda em relação à operação das Funções arquivísticas, no contexto atual, por exemplo, são muitas vezes antecipadas inclusive para antes da produção/acúmulo dos documentos e, para nós, isso não tem nada de “Pós-moderno”, ou “Pós-custodial”, mas sim, reflete o desenvolvimento de um campo científico que constantemente se articula com o *Fazer*, e este, com as demandas da realidade.



Nesta mesma linha de pensamento, é possível afirmarmos que as diferentes posições em que a Arquivística é inserida no campo do *Saber*, ou seja, como disciplina autônoma, subárea da Ciência da Informação ou integrante das Ciências da Informação, passam a ser objeto de discussão apenas no Contemporâneo, sendo que durante a edificação de seus marcos iniciais e basilares se falava em Ciência dos Arquivos, pautada no documento de arquivo, considerado prova da atividade que lhe deu origem.

Diante das análises e reflexões apresentadas, não é nosso objetivo “decidir” ou “escolher”, entre as abordagens contemporâneas, quais são as mais pertinentes, ou ainda, se a Arquivística é uma disciplina autônoma ou vinculada à Ciência (s) da Informação, mas sim considerar como fundamental que o elemento que tributa identidade à área, o documento de arquivo, seja plenamente compreendido como resultado da ação que lhe deu origem, tornando-se capaz de prová-la.

## REFERÊNCIAS

- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Montreal, n. 43, p. 17-63, Spring 1997c. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Trad. Luis Carlos Lopes; Brasília: Finatec, 1999.
- CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, 2012, Brisbane. **Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance**. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 18 jul 2014.
- DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-36, abr./ago. 1982-1986. Disponível em: <[http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10\\_14N11982\\_86.pdf](http://www.aab.org.br/digitalizacao/revistas/V10_14N11982_86.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2011.
- JENKINSON, H. A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making. Londres: Oxford, 1922.
- MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. **La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia**. Madrid: Universidad Carlos III y BOE, 1996.

MENDO CARMONA, C. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciência. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995. Disponível em: <[http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7479/largo\\_mendo\\_SIGNO\\_1995.pdf?sequence=1](http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/7479/largo_mendo_SIGNO_1995.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 6 set. 2011.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145p.

RIDENER, J. **From polders to postmodernism: a concise history of archival theory**. Duluth: Litwin Books, 2009.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 388 p.

SCHMIDT, C.M.S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/>>. Acesso em: 2014-07-01.

## REFERÊNCIAS CRUZADAS: ÉTICA, POLÍTICA, EPISTEMOLOGIA E INFORMAÇÃO

*CROSSED REFERENCES: ETHICS, POLITICS, EPISTEMOLOGY AND INFORMATION*

Marco André Feldman Schneider<sup>55</sup>

Maria Clara Vieira

**Resumo:** Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa maior, cujos objetivos são 1) produzir uma bibliografia dos autores mais estudados em ética, política e epistemologia por filósofos brasileiros contemporâneos; 2) conhecer os grandes problemas éticos, políticos e epistemológicos desse cânone e entender em que momentos, de que forma e por que foram pensados conjunta ou separadamente; 3) desvelar como questões hoje ditas informacionais foram tratadas nessas obras; 4) reconhecer autores e obras de referência no estudo dessas questões em Ciência da Informação, e confrontar a seleção com a dos filósofos, para identificar pensamentos influentes e eventuais lacunas teóricas entre nós; 5) conhecer os principais autores e obras dedicados a problemas éticos, políticos e epistemológicos da Ciência da Informação. Metodologicamente, combinou-se pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com nomes destacados da Filosofia e da Ciência da Informação. O estágio atual da pesquisa resultou em uma lista de todos os autores e títulos referenciados nos anais dos Gts 1 e 5 da Ancib, englobando todas as edições do Enancib, até 2013, em meio à qual destacamos os mais referenciados; em uma seleção autorizada inicial de autores, títulos, traduções e edições em filosofia; em indicações avalizadas de autores, títulos e fontes de pesquisa em ética da informação. Os resultados são parcialmente satisfatórios em relação ao primeiro, ao quarto e ao quinto dos objetivos dispostos acima, mas incipientes quanto aos outros. Isto não nos surpreendeu, pois estes só poderão ser atingidos, e jamais integralmente, em uma fase ulterior da pesquisa, dada a sua amplitude e complexidade. Tratamos aqui, portanto, somente dos resultados referentes aos objetivos 1, 4 e 5. Mesmo quanto a estes, a pesquisa requer desenvolvimentos suplementares.

**Palavras-chave:** ética; política; epistemologia; informação; referências.

**Abstract:** This paper presents the first results of a larger research whose objectives are 1) to produce a bibliography of the most studied authors in ethics, politics and epistemology among Brazilian contemporary philosophers; 2) to learn the great ethical, political and epistemological issues of that canon and understand at what moments, how and why were they thought jointly or separately; 3) to reveal how were handled in these works what is now called informational issues; 4) to recognize reference authors and works on these themes in Information Science studies, and confront this selection with the philosophers' one, to identify influential thoughts and eventual theoretical gaps between us; 5) to know the major authors and works dedicated to ethical, political and epistemological problems of Information Science. Methodologically, we employed bibliographic and documental research and interviews with leading names in philosophy and information science. The current stage of research resulted a list of all authors and titles referenced in all 1 and 5 work groups of ENANCIB until 2013, amidst which are included the most referenced; an initial authorized selection of authors, titles, translations and editions in philosophy; endorsed indications of authors, titles and sources of research in information ethics. The results reported here are

---

<sup>55</sup> Pesquisador do Ibict. Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação Ibict/UFRJ (PPGCI-Ibict/UFRJ). Professor do departamento de jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da UFF (PPGMC-UFF).

partially effective in relation to the first, fourth and fifth of the objectives set forth above, but insufficient for the others. This did not surprise us, since these can only be achieved, and never fully, in a later phase of the research, given its scale and complexity. We treat here, therefore, only results related to objectives 1, 4 and 5. Even these requires further research developments.

**Keywords:** ethics; politics; epistemology; information; references.

## 1 INTRODUÇÃO<sup>56</sup>

Ética, política e epistemologia: quais são os grandes autores, obras, temas, argumentos? Como se organizam, afetam e confundem ao longo do tempo? O que a ética tem a dizer sobre o poder (em especial sobre o poder público), a política sobre a verdade, a epistemologia sobre o bem?

Como o conjunto de significados daquilo que hoje denominamos “informação” foi pensado nesses (inter)discursos? Pode a Ciência da Informação contribuir para desvelar a trama? Um tal desvelamento pode favorecer o amadurecimento de sua reflexão em torno de seus próprios dilemas éticos, políticos e epistemológicos?

Para responder a essas questões, faz-se necessário descobrir antes de tudo quais são os autores cujos pensamentos formaram o cânone acerca dos temas em debate, e quais obras, dentre as que permanecem em discussão, participaram mais decisivamente na formação dos postulados aos quais se recorre quando a ética, a política ou o conhecimento estão em xeque – seja na Ciência da Informação, que se converte assim em objeto de estudo de si mesma, seja fora dela, isto é, nos demais campos do saber que constituem seu objeto de estudo usual, com destaque, aqui, para a filosofia.

A primeira fase da pesquisa consiste na busca por tais informações, para que as análises e críticas a serem realizadas posteriormente tenham base teórica consistente.

## 2 PERCURSO

Partindo da premissa de que um relato de pesquisa torna-se mais útil para outros pesquisadores quando não se limita a descrever os sucessos da pesquisa, mas igualmente seus insucessos, iniciaremos a exposição com uma descrição das dificuldades de ordem metodológica enfrentadas.

---

<sup>56</sup> Agradecemos a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização dessa pesquisa: aos pesquisadores Lena Vânia Pinheiro, Maria Néliza González de Gómez, Eloísa Príncipe, Gustavo Saldanha e Sarita Albagli, do IbiCT; Isa Freire, da UFPA; Lídia Freitas, da UFF; Rafael Capurro, do ICIE; ao colaborador voluntário André Cavallo, da graduação em jornalismo da UFF; e ao CNPq, pelas bolsas concedidas. Registro um agradecimento especial à coautora, bolsista de iniciação científica, Maria Clara Vieira, cujo empenho no levantamento e tabulação de dados, além da colaboração na redação do artigo, foram fundamentais.

## 2.1 Primeiros passos e tropeços

Com o intuito de mapear os percalços das relações entre Ética, Política e Epistemologia ao longo da história da Filosofia e na Ciência da Informação, propôs-se encontrar os autores, obras e edições mais influentes nessas três áreas, além daqueles que tomamos por evidentes – Platão, Aristóteles, Kant, Hegel etc. –, com base em estudos pgressos (Aristóteles, 1991; Baratta, 1995; Capurro, 2008 e 2010; Comparato, 2008; Eagleton, 2010; González de Gómez, 2009; Marcondes, 2007; Pinheiro, 2010; Platão, 2002 e 2010; Rawls, 2005; Saldanha, 2010; Sanchez-Vázquez, 2002).

O primeiro método considerado foi buscar na internet os principais periódicos especializados em Ciência da Informação e Filosofia, e selecionar os autores mais citados nos artigos. Diante da constatação da enormidade impossibilitante da tarefa, reduziu-se a busca a periódicos brasileiros publicados nos últimos 10 anos, classificados como A1, A2, B1 e B2 pelo Sistema Webqualis. Seriam identificados os autores mais referenciados nos artigos, de modo a reduzir a lista. Entretanto, o número de periódicos e artigos ainda mostrou-se, nesse caso, numeroso demais para que o levantamento fosse realizado no tempo permitido.

Foi pensado então um novo recorte: no lugar dos mais referenciados nos periódicos, buscar-se-iam os autores das bibliografias dos cursos ligados aos temas em pauta nos principais Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Filosofia no Brasil, mais especificamente nas bibliografias das disciplinas relacionadas à ética, política e epistemologia desses programas. O critério utilizado seria a busca por palavras-chave referentes a nosso tema nas ementas das disciplinas que contivessem as palavras ética, política ou epistemologia no título, entre obrigatórias e optativas. No entanto, percebeu-se que muitos PPGCIs, como o da ECA-USP, não possuem nenhuma disciplina que mencione Ética, Política ou Epistemologia no título, de modo que seria preciso descartar cursos de grande importância nacional. No próprio PPGCI do Ibict, onde a pesquisa é desenvolvida, apenas uma disciplina se enquadraria neste recorte, na ocasião.

A saída encontrada foi concentrarmo-nos em disciplinas que contivessem as palavras ética, política e epistemologia na ementa ou no resumo do conteúdo, quando não no título. Porém, a ausência dessas informações na maioria dos sites dos PPGs, tanto em CI como em Filosofia, bloqueou essa alternativa, dado que não dispúnhamos de tempo nem recursos para coletar essas informações presencialmente.

Não descobrimos muita coisa nesse caminho.

## 2.1 Desvio de rota e primeiros resultados promissores

Após entrevista com Eloísa Príncipe, especialista em Documentação Científica e pesquisadora do Ibict, reformulamos o método de mapeamento da pesquisa.

Príncipe propôs que fossem listados os autores referenciados nos artigos publicados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib) em seus 10 anos de existência, o que se mostrou uma sugestão muito profícua. Foram então selecionados os atuais Grupos de Trabalho 1 (Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação) e 5 (Política e Economia da Informação), cujas ementas mais se aproximam de nosso objeto de pesquisa, em função de sua ênfase, no caso do GT1, em estudos de natureza epistemológica, e, no do GT5, em teoria política, que, de Platão e Aristóteles a Rawls e Habermas, possuem imbricações com o pensamento ético. Do levantamento dos anais desses Gts na internet, produzimos uma lista com todos os autores referenciados, em todos os trabalhos publicados nos anais dos GTs 1 e 5, disponíveis na internet.<sup>57</sup>

As referências de todos os artigos publicados nesses anais foram salvas e contabilizadas. Abaixo, os dez autores e obras mais referenciados em cada um.

### *GT1*

#### (1) Lena Vânia RIBEIRO PINHEIRO

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. Tese (Dout. em Com. e Cult.). Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação, 1997. – **14/77**<sup>58</sup>

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. – **12/77**

#### (2) Maria Nélide GONZÁLEZ DE GÓMEZ

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M .N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 518, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/433/243>. – **9/75**

\_\_\_\_\_. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da informação. In: **Datagramazero: revista da Ciência de Informação**, Rio de Janeiro, v.1, n.6, dez. 2000. Disponível: < [http://www.dgz.org.br/dez00/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm) > Acesso: out./2005. – **9/75**

<sup>57</sup> Os anais do GT 5 de 2010 estavam indisponíveis. Por sugestão de Isa Freire, procuramos a pesquisadora Lídia Freitas, da Uff, que está produzindo um repositório com os anais do Enancib, e nos cedeu o arquivo que faltava. Registramos aqui nosso agradecimento às duas pesquisadoras.

<sup>58</sup> O primeiro número indica a quantidade de referências à obra; o segundo, ao autor.

\_\_\_\_\_. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2002. 266p. – **8/75**

(3) Tefko SARACEVIC

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, 1996. – **18/43**

(4) Michel FOUCAULT

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. – **11/41**

(5) Rafael CAPURRO

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In. **Encontro nacional de pesquisa em ciência da informação**, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2003. – **16/32**

(6) Bernd FROHMANN

FROHMANN, B. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, 1992. – **6/29**

(7) Pierre BOURDIEU

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. – **6/26**

(8) Gernot WERSIG

WERSIG, G. Information Science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993 – **12/25**

(9) Ludwig Wittgenstein<sup>59</sup>

WITTGENSTEIN, Ludwig. Investigações Filosóficas – **8/20**

\_\_\_\_\_. Tratado Lógico Filosófico – **3/20**

\_\_\_\_\_. *Da Certeza* – **2/20**

\_\_\_\_\_. O Livro Azul – **2/20**.

(10) Junger HABERMAS<sup>60</sup>

<sup>59</sup> Não indicamos as edições das obras de Wittgenstein referenciadas, pois, por variarem as editoras, reimpressões e forma de organização (obras isoladas ou reunidas), a indicação tornaria confusa a exposição. As mais citadas foram das editoras Abril Cultural, Nova Cultural e Vozes, e da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>60</sup> Habermas é tão referenciado quanto Wittgenstein, mas de modo mais disperso no que diz respeito aos títulos. O mesmo se dá com os nomes subsequentes da lista: Harold Borko e Birger Hjørland foram referenciados 19 vezes. O primeiro tem uma só obra citada 19 vezes: *Information Science – what is it?* Do segundo, o texto mais referenciado (9 vezes) foi *Toward a new horizon in information science: domain-analysis*. Neste sentido, nem Habermas nem Wittgenstein possuem

HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. – **3/20**

\_\_\_\_\_. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. – **2/20**

\_\_\_\_\_. **Direito e Democracia**. Entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v.1, 1997. – **2/20**

\_\_\_\_\_. **Teoria de la accion comunicativa**. Madrid: Taurus, 2003. – **2/20**

\_\_\_\_\_. **Verdade e justificação: ensaios filosóficos**, São Paulo: Edições Loyola, 2004. – **2/20**

## GT 5

(1) Maria Nélide GONZÁLEZ DE GÓMEZ

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n. 1, 2002. – **13/49**

\_\_\_\_\_. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, abr.1999. – **9/49**

(2) Maria JARDIM

JARDIM, J. M. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999. – **10/36**

(3) Manuel CASTELLS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. – **18/30**

(4) Junger HABERMAS

HABERMAS, J. **O pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. – **4/27\***

\_\_\_\_\_. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v.1. – **4/27**

(5) Sarita ALBAGLI

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e Conhecimento na Inovação e no Desenvolvimento Local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, 2004. – **7/26**

Aldo de Albuquerque BARRETO

um texto tão citado. O critério adotado, porém, foi considerar referências a autor e texto. Ambas as opções têm vantagens e desvantagens. Acreditamos, porém, que nossa opção se justifica, na medida em que pretendemos tão somente um quadro aproximado de autores e obras influentes no campo. Outras seleções e análises igualmente legítimas podem ser feitas posteriormente a partir da lista maior.



BARRETO, A. A. Políticas Nacionais de Informações: discursos ou ação. **Data GamaZero**: revista de Ciência da Informação, v.4, n.2, abr. 2003. Disponível em: [http://dgz.org.br/abr03/F\\_I\\_com.htm](http://dgz.org.br/abr03/F_I_com.htm). – 3/21

(6) Sandra BRAMAN

BRAMAN, Sandra. The Emergent Global Information Policy Regime. In: BRAMAN, S. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004. – 11/21

(7) Marta Pinheiro AUN

AUN, Marta Pinheiro (Coord.). **Observatório da Inclusão Digital**: descrição e avaliação dos indicadores adotados nos programas governamentais de infoinclusão. Belo Horizonte: Orion, 2007. – 5/20

\_\_\_\_\_. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Ciência da Informação do IBICT/CNPq, ECO – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. – 5/20

(8) Pierre BOURDIEU

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 6 ed. Campinas: Papirus, 2005. – 3/18

(9) Rafael CAPURRO

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/issue/view/27>. Acesso em: 27.07.2010. – 10/16<sup>61</sup>

Adiante, apresentaremos os primeiros cruzamentos de referências efetuados, entre as referências acima dispostas e aquelas aferidas nas entrevistas com os cientistas da informação e com os filósofos, base para a produção de uma bibliografia autorizada, a ser em seguida estudada e discutida, com o intuito de aproximarmos-nos mais dos objetivos da pesquisa maior, conforme exposto no resumo deste trabalho.

---

<sup>61</sup> Mais uma vez, houve quase empate na décima colocação: o nome de Pierre Lévy é tão referenciado quando os de Capurro e Hjørland, mas enquanto o título elencado destes é referenciado 10 vezes, *Cibercultura*, de Pierre Lévy, o é 8 vezes.

### 3 ENTREVISTAS

#### 3.1. Ciência da Informação

Foram realizadas entrevistas presenciais e/ou por correio eletrônico com três dos mais referenciados pesquisadores da Ciência da Informação nos Gts 1 e 5, cujo resumo apresentamos agora.

##### 3.1.1 *Lena Vânia Pinheiro*

Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, listada como a autora mais referenciada nos anais do GT1, foi questionada sobre quais eram os autores e obras mais relevantes no campo da Ética, da Política e da Epistemologia para a Ciência da Informação.

Pinheiro mencionou as obras “Ética e ciência”, de Mario Bunge; “Ética e poder na sociedade da Informação”, de Gilberto Dupas; e “As máscaras da ciência”, de Hilton Japiassu.

Além disso, disponibilizou slides digitais de falas suas sobre o tema, em eventos acadêmicos de Ciência da Informação, que contém outras referências importantes.

##### 3.1.2 *Maria Nélide González de Gomez*

Maria Nélide González de Gómez, listada como a autora mais referenciada nos anais do GT5 e segunda do GT1, em entrevista por correio eletrônico sobre as mesmas questões, mencionou, fora do Brasil, Rafael Capurro, Luciano Floridi e Bernd Frohmann. No Brasil, foram apontados os estudiosos Solange Pontel Mostafa e José Augusto Chaves Guimarães.

A entrevistada disponibilizou também seu artigo “Desafios contemporâneos da Ciência da Informação: as questões éticas da informação”, apresentado em 2009 por ocasião do VII Enancib.

##### 3.1.3 *Rafael Capurro*

Autor muito referenciado em ambos os Gts analisados, além de diretamente indicado como autor de referência por outra importante autora de referência (González de Gomez), Rafael Capurro foi entrevistado por correio eletrônico.

Extremamente solícito, Capurro indicou como indispensáveis para o estudo específico de ética da informação os seguintes autores, títulos e fontes de pesquisa:

Marco Schneider – Gostaria de pedir uma indicação bibliográfica: da vasta bibliografia existente sobre Ética e informação, pensando em uma disciplina de pós-graduação, que autores e títulos você considera indispensáveis, entre livros e artigos?

Rafael Capurro – una pregunta difícil. Si miras aquí <http://icie.zkm.de/research> encontraras al comienzo algunos articulos

introdutorios (Bynum, Froehlich, Bielby). Libros, puedes ver aqui <http://icie.zkm.de/publications/books>. Te recomiendo The Handbook of Information and Computer Ethics, edited by Kenneth Einar Himma and Herman T. Tavani (New Jersey 2008. Digital Media Ethics by Charles Ess (Polity Books, UK 2009). Social Media. A critical introduction by Christian Fuchs. London 2014. The Cambridge Handbook of Information and Computer Ethics, by Luciano Floridi (Ed.) (Cambridge 2010) y luego las revistas que encuentras aqui <http://icie.zkm.de/publications/journals/>. Ethics and IT es la numero uno. Information es una revista muy orientada hacia las ciencias naturales; el Journal of Inf.ethics es muy orientado hacia bibliotecas; el Journal of Inf. comm. and society es una buena revista general y finalmente mi IRIE [...] (CAPURRO, 16/05/2014)

Importante registrar que os textos e sites indicados por Capurro descortinaram um vastíssimo território de investigação em torno da ética da informação, cujo mapeamento planeamos empreender nos próximos anos.

### 3.2 Filosofia

Para descobrir os autores e obras mais influentes no estudo filosófico da Ética, da Política e da Epistemologia, buscou-se investigar, por meio dos mesmos procedimentos empregados no caso da Ciência da Informação, os anais dos encontros da Associação Nacional em Pós-graduação em Filosofia (Anpof). Entretanto, tal material não foi encontrado disponível online. Foram então enviadas solicitações de entrevista para os coordenadores dos Grupos de Trabalho da Anpof selecionados: Aristóteles; Benedictus de Spinoza; Deleuze; Ética; Ética e Filosofia Política; Filosofia da Ciência; Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia; Hegel; Heidegger; Hobbes; Kant; Nietzsche; Platão e o Platonismo; Rousseau e o Iluminismo; e Wittgenstein.

Para os Grupos de Trabalho que não tratam de um filósofo específico, mas de temas, como Filosofia da Ciência, por exemplo, questionou-se: Dentro do campo da Filosofia da Ciência, quais são os autores e títulos de referência no Brasil e no mundo? Quais autores e títulos não são tão referenciados mas, em sua opinião, deveriam ser? Quais são as principais traduções e edições em português, inglês, espanhol e francês das obras listadas?

No caso dos Grupos de Trabalho que abordam um autor, perguntou-se: Dentre as obras de [ ], quais tratam, mais diretamente, de questões ligadas aos campos da Ética, da Política e da Epistemologia? Quais são os principais pesquisadores e críticos de [ ] no Brasil e no mundo? Quais são as obras mais conhecidas destes estudiosos que tratam dos temas mencionados? Quais são as principais traduções e edições em português, inglês, espanhol e francês das obras listadas, tanto as de [ ] como as dos seus principais comentadores?

Em pouco tempo foram recebidas as respostas dos representantes dos grupos Nietzsche, Deleuze, Spinoza e Filosofia da Ciência, respectivamente os professores Wilson Frezzatti Júnior (ex-coordenador), Eládio Craia (ex-coordenador desde novembro de 2013), Emanuel Fragoso e Oswaldo Pessoa.

Após contato realizado via e-mail e telefone, o professor Ricardo Bins di Napoli, coordenador do GT Ética da Anpof, gentilmente compartilhou as bibliografias de suas disciplinas “Tópicos de Ética” e “Filosofia Política”, ministradas no Curso de Licenciatura em Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Entretanto, devido à extensão do documento, não foi possível anexá-lo a este relatório.

O que segue são versões editadas das respostas, dispostas em ordem cronológica conforme a época em que viveu cada filósofo..

### 3.2.1. Platão

Em dado momento da pesquisa, em virtude do pequeno número de e-mails respondidos em relação ao de enviados aos GTs da Anpof, sugeriu-se que se pesquisassem outros grupos de trabalho de importância nacional ou internacional para complementar as entrevistas realizadas e comparar os resultados obtidos. Optou-se por buscar, primeiro, grupos de pesquisa relacionados ao filósofo Platão. Encontrou-se na web a Sociedade Brasileira de Platonistas, e um e-mail contendo as perguntas mencionadas foi enviado para o pesquisador apontado como presidente da SBP. O professor Anastácio Borges de Araújo Júnior – ex-presidente da Sociedade – respondeu em pouco tempo as questões que lhe foram apresentadas:

Na Grécia Antiga não se separa Ética e Política e a questão Ética/Política é a preocupação principal de Platão em todos os diálogos. Claro exemplo deste fato encontra-se no diálogo *Mênon*, que inicia com a questão da fonte e origem da excelência (virtude) humana e passa para questão do conhecimento (epistemologia), tendo como hipótese a reminiscência (anamnese) como forma de garantir a possibilidade de aquisição do conhecimento. Porém, entre os Diálogos de Platão, aqueles que me parecem imprescindíveis são *Apologia de Sócrates*, *República*, *Banquete* e *Leis*. (ARAÚJO Jr. 19/02/2014).

### 3.2.2 Aristóteles

Não tendo obtido resposta do coordenador do GT Aristóteles da Anpof, identificamos entre seus integrantes um colega de longa data, Rodrigo Santoro, atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFRJ, que gentilmente respondeu o questionário, nos seguintes termos:

1. Dentre as obras de Aristóteles, quais tratam, mais diretamente, de questões ligadas aos campos da Ética, da Política e da Epistemologia? **Ética:** Ética a

Nicômaco, *Ética a Eudemo*; **Política**: Política, Constituição de Atenas; **Epistemologia**: Liv. VI da *Ética a Nicômaco*, Liv. I da *Metafísica*, Primeiros Analíticos, Segundos Analíticos.

2. Quais são os principais pesquisadores e críticos de Aristóteles no Brasil e no mundo? No Brasil: Lucas Angioni, Fernando Rey Puente, Marco Zingano e Fernando Santoro et all. No mundo: Lambros Couloubaritsis, Jonathan Barnes, Pierre Pellegrin, Stephen Halliwell, Pierre Destrée, Martha Nusbaum, Enrico Berti et all.

3. Quais são as obras mais conhecidas destes estudiosos que tratam dos temas mencionados? É uma bibliografia extensa, vá ao site do nosso lab.: <http://www.pec.ufrj.br/ousia/>

4. Quais são as principais traduções e edições em português, inglês, espanhol e francês das obras listadas, tanto as de Aristóteles como as dos seus principais comentadores? Idem. (SANTORO, 28/01/2014)

### 3.2.3 Spinoza

Emanuel Fragoso, coordenador do GT Spinoza, respondeu as questões que lhe foram enviadas da seguinte maneira:

A obra de Spinoza que trata de ética seria o *Breve Tratado* ou KV e a “*Ética*” – demonstrada em ordem geométrica. O primeiro é considerado um esboço, quase um resumo da segunda. Ainda que esta interpretação de “esboço, quase resumo” seja algo reducionista, ela não é de todo equivocada.

Quanto à política, Spinoza trata em suas obras “*Tratado político*” ou TP (inacabado) e publicado nas “*Opera Posthuma*” em 1677 e no “*Tratado Teológico-Político*” ou TTP, publicado anonimamente em 1670. No TP Spinoza analisa a melhor forma de governo, começando pela monarquia, continuando pela aristocracia e terminando pela democracia, que é só inicialmente abordada, pois o TP resta inacabado. Já o TTP aborda a relação entre a religião e o estado, concluindo que ambos são instâncias distintas que não podem se misturar e que é imprescindível para a paz no estado a “liberdade de consciência”.

Quanto à epistemologia, podemos indicar o *Tratado da reforma do Entendimento* ou TIE (inacabado), publicado nas OP de 1677. Esta obra, considerada por Léon Brunschvicg como a “*Lógica de Spinoza*”, é o texto em que Spinoza mais aborda a questão do conhecimento. Mas não é a única, pois no KV Spinoza também irá tratar dos modos de conhecimento e posteriormente na *Ética*, (na Parte 2) dos “gêneros de conhecimento”. Também podemos incluir os *Princípios de Filosofia de Descartes* ou PPC e os *Pensamentos Metafísicos* ou CM, que foram publicados em 1663 (como um comentário de Spinoza à obra de Descartes intitulada *Princípios de Filosofia*), pois em ambas as obras, PPC e CM, Spinoza aborda questões sobre o conhecimento, dentre outras.

Também podemos incluir entre as obras de Spinoza a sua correspondência que consta atualmente de 84 cartas de e para Spinoza, de diversos correspondentes, como por exemplo o comerciante de grãos e leitor de Filosofia W. Blyenbergh, o inglês fundador da Royal Society Oldenburg, o filósofo Leibniz, o tradutor Jarig Jelles, e vários outros. Nas cartas, Spinoza discutia diversos pontos de sua Filosofia política, ética e epistemológica. (FRAGOSO, 16/12/2013)

### 3.2.4 Nietzsche

Frezzatti Júnior enviou-nos um arquivo contendo as respostas das perguntas enviadas acerca do filósofo Friedrich Nietzsche. Seguem, abaixo, trechos do texto recebido:

Um dos aspectos mais importantes da filosofia de Nietzsche é a crítica à verdade absoluta. O mundo é um eterno movimento, um eterno vir-a-ser [...] Nessa dinâmica, não há qualidades ou características que permaneçam fixas para servir de referência para uma verdade absoluta. O que a tradição chama de verdade nada mais é, segundo Nietzsche, do que condições que favorecem o crescimento de potência de uma determinada configuração de impulsos. Essa configuração de impulsos (um filósofo, uma filosofia, um povo, uma cultura, etc.) impõe essas condições favoráveis como verdade absoluta. No entanto, essa dominação não consegue se impor indefinidamente [...]. Essa configuração, mais cedo ou mais tarde, será dominada por outra configuração e outra verdade será imposta. Em outras palavras, para o filósofo alemão, a verdade é uma “erro útil” que favorece a dominação, o crescimento, numa determinada situação relacional. Por isso, a filosofia nietzschiana é chamada “perspectivista”. O mundo é um conjunto dinâmico de configurações de impulsos num processo contínuo de autossuperação.

De acordo com essa concepção, os textos de Nietzsche não procuram expressar verdades absolutas, mas perspectivas sobre vários assuntos. Não expressam uma verdade revelada ou desvelada, mas a própria vivência do autor. [...] as obras de Nietzsche, de modo geral, tratam de vários assuntos, não compartimentando o conhecimento e a produção humana (cultura): ele aborda em seus livros a arte, o conhecimento, a filosofia, a ciência, a religião, a literatura, a política, a moral, etc. Em alguns livros, entretanto, há uma ênfase que permitiria classificá-los. Assim: Moral ou ética (Nietzsche não diferencia moral de ética): *Aurora* e *Genealogia da moral*; Política: não há nenhum livro que dê ênfase à política, embora as *Considerações extemporâneas* (quatro livros) tenham várias críticas ao recém-constituído Estado alemão, mas pelo viés da cultura e educação; Ciência: *Gaia ciência*.

Lembro que o exposto acima expressa minha interpretação acerca da filosofia nietzschiana. Outros pesquisadores podem discordar de aspectos dessa interpretação (Frezzatti Jr., 05/02/2014)

### 3.2.5 Wittgenstein

Por indicação do professor Gustavo Saldanha, pesquisador do IBICT, chegou-se ao professor Mário Lúcio Condé, apontado como especialista na obra do filósofo Wittgenstein. Condé respondeu as questões que lhe foram enviadas do seguinte modo:

**Ética:** Tractatus Logico-Philosophicus, Lecture on Ethics. Epistemologia (linguagem, conhecimento): Tractatus Logico-Philosophicus, Investigações filosóficas, Sobre a Certeza, Observações sobre o fundamento da matemática. **Política:** Wittgenstein não é um pensador do político e do social, mas pode ser usado para pensar essas questões, um exemplo é: Wittgenstein and Justice, Hanna Pitkin. (CONDÉ, 03/06/2014 ).

### 3.2.6 Deleuze

Eládio Craia, do Núcleo de Sustentação do GT Deleuze, da Anpof, enviou um arquivo com as referências de todas as obras de Deleuze e outro com obras escolhidas de Deleuze, e sobre Deleuze, além das respostas a nossas questões no corpo da mensagem da correspondência eletrônica. Devido a sua extensão, os primeiros documentos não puderam ser anexados a este trabalho. Segue, abaixo, parte da resposta do entrevistado, reproduzida do corpo do e-mail:

Deleuze não possui obras “específicas”, isto é, de epistemologia ou de ética, etc., no entanto, eu diria que, sem dúvidas o texto *Mil Platôs*, (que é a segunda parte do projeto geral de *Capitalismo e Esquizofrenia*, cuja primeira parte é o texto *Anti-Édipo*), será muito útil para discutir estes assuntos. Também o seu texto final, *O que é a filosofia?* pode ajudar. Enfim, se tratando de Deleuze, sempre é bom ler sua obra maior, *Diferença e Repetição*. (28/01/2014)

Além disso, Craia indicou dois portais nos quais se pode encontrar dados de traduções atualizadas da obra de Deleuze: o <http://www.webdeleuze.com/php/sommaire.html> e <http://www.guaikuru.blogspot.com.br/>.

### 3.2.7 Filosofia da Ciência

No início de 2014, obteve-se também a resposta do professor Osvaldo Pessoa Júnior, coordenador do GT Filosofia da Ciência, da Anpof, que nos forneceu ricas e extensas indicações bibliográficas na área:

Farei uma lista de dez livros do século. XX, indicando a tradução para o português: Duhem, Pierre (1906). *La théorie physique, son objet, sa structure*. Paris: J. Vrin. Feyerabend, Paul K. 1975. *Against method*. New York: New Left Books. Em português: 1977. *Contra o método*. Trad. O.S. da Mota & L. Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Hacking, I. (1975). *Representing and intervening*. Cambridge U. Press. Kuhn, Thomas S. (1970). *The structure of scientific revolutions*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press. Em português: 1978. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. B.V. Boeira & N. Boeira. São Paulo: Perspectiva. Lakatos, I. & Musgrave, A. (orgs.) (1970). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press. Em português: 1979. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Trad. O.M. Cajado. São Paulo: Cultrix/EDUSP. Latour, Bruno (1987). *Science in action*. Cambridge: Harvard University Press. Em português: 2000. *Ciência em ação*. Trad. I.C. Benedetti. São Paulo: UNESP. Nagel, Ernest (1961). *The structure of science*. New York: Harcourt, Brace & World. Poincaré, H. (1902). *La science et l'hypothèse*. Paris: Flammarion. Em português: 1974. *Ciência e hipótese*. Trad. Maria A. Kneipp. Brasília: Editora da UnB. Popper, Karl R. (1934). *Logik der Forschung*. Viena: Springer. Em português: 1974. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Trad. L. Hegenberg & O. Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix/EDUSP. van Fraassen, Bas C. 1980. *The scientific image*. Oxford: Clarendon Press. Em português: 2006. *A imagem científica*. Trad. L. H. de A. Dutra. São Paulo: Discurso/UNESP. (PESSOA Jr., 25/02/2014)

### 3.2.8 Ética e filosofia política

Foi realizada também uma visita ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no qual se encontra o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade. Por meio da secretaria do curso, obteve-se o contato de alguns professores cuja especialização remetia às áreas de interesse da pesquisa. O professor Luiz Bernardo Leite Araújo, especialista em Ética e Filosofia Política, respondeu do seguinte modo:

1- Quando se fala em ética e política, a meu ver, os principais autores a serem considerados são Aristóteles e Kant, representativos do que poderíamos entender como os modelos clássico e moderno da filosofia moral e política. Nesta área do conhecimento não consigo conceber um curso, uma palestra ou algo similar que não faça menção, direta ou indireta, às respectivas obras *Ética a Nicômaco* e *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

2- Uma excelente abordagem daquelas perspectivas mencionadas, acrescentando-se a consideração sobre o utilitarismo como um terceiro modelo importante de raciocínio moral, é a obra recente de Michael Sandel, oriunda de seus famosos cursos na Universidade de Harvard e dirigida a um público mais amplo, cultivado, porém não necessariamente versado em Filosofia. Refiro-me, evidentemente, à obra *Justiça: o que é fazer a coisa certa* (Civilização Brasileira: 2012). Cabe também mencionar os cursos de John Rawls na mesma universidade, sobre filosofia moral e sobre filosofia política, os quais foram publicados graças ao esforço de ex-alunos que hoje são conhecidos pesquisadores em universidades americanas e em outras partes do mundo. Ambos os cursos foram traduzidos para o português pela Martins Fontes. As versões originais são as seguintes: *Lectures on the History of Moral Philosophy* e *Lectures on the History of Political Philosophy* (Harvard University Press, 2000 e 2007). (LEITE ARAÚJO, 08/06/2014).

Por sua vez, André Berten, também estudioso de Ética e Filosofia Política, apontou o filósofo Jürgen Habermas como fundamental para o estudo do tema em questão, e o autor Philip Pettit como “desconhecido” no meio acadêmico, entretanto, importante e inovador. Devido à sua extensão, a bibliografia não pôde ser aqui citada.

#### **4 CRUZAMENTOS PRELIMINARES**

Os cruzamentos de referências e análises correspondentes, anunciados, encontram-se em seus estágios preliminares: há que se concluir o levantamento bibliográfico previsto para ir mais longe. Não obstante, com o material levantado até o momento, já podemos verificar algumas tendências.

Entre os autores destacados por Pinheiro, Bunge é referenciado três vezes no GT1 e Dupas uma vez no GT5. São referências escassas. Já Japiassu aparece dezessete vezes no GT1 e uma vez no GT5.



Daqueles indicados por González de Gómez, Floridi é referenciado quatro vezes no GT1; Mostafa, doze vezes no GT1; José Augusto Chaves Guimarães, somente uma vez no GT5. Capurro e Frohman já haviam aparecido na lista dos “dez mais”.

Dos autores recomendados por Capurro, especificamente sobre o tema da ética da informação, Himma e Tavani, Charles Ess e Christian Fuchs não são referenciados em nenhum dos dois GTs.

Percebe-se aí um pequeno descompasso entre autores que três expoentes do campo consideram importantes e sua presença em nossas bibliografias.

Já entre os autores considerados obrigatórios pelos filósofos para o pensamento ético e/ou político e/ou epistemológico que não constam na lista dos dez autores mais referenciados nos GTs 1 e 5, identificamos a seguir alguns dos que são ou não referenciados diretamente, e quantas vezes a referência é a uma ou outra obra.

No GT1,<sup>62</sup> Platão é referenciado quatro vezes: *Diálogos* (O Banquete, Fédon, o Sofista), *Fedro* (duas vezes) e o *Ménon*. Aristóteles, somente uma vez (*On the soul*), assim como Spinoza (*Ética*). Kant é surpreendentemente ignorado. Nietzsche, é referenciado três vezes: *Assim falou Zaratustra*, *Obras Incompletas* e *Genealogia da Moral*. Popper, dez vezes: *Conhecimento objetivo / Objective knowledge* (três vezes); *A Lógica da Investigação / Pesquisa Científica / La logica de la investigación científica* (três vezes); *Conjecturas e refutações* (duas vezes); *Três concepções acerca do conhecimento humano* e *Em Busca de um mundo melhor*. Poincaré, uma vez (*O Valor da ciência*). Polany, três vezes: *The Tacit dimension* (duas vezes) e *Personal Knowledge*. Kuhn, dez vezes, todas referentes ao célebre *A Estrutura das revoluções científicas*. Feyerabend, três vezes: *Contra o método* (duas vezes) e *Adeus à Razão*. Deleuze, quatorze vezes: *Mil Platôs* (quatro vezes); *Conversações* (duas vezes); *Curso sobre Spinoza* e *O que é a filosofia* (duas vezes); *Qu'est que la philosophie?*; *Diferença e repetição*; *Le pli – Leibniz et le barroque*; *Lógica do sentido* (duas vezes). Latour, por fim, é referenciado doze vezes: *Ciência em Ação* (cinco vezes); *Redes que a razão desconhece* (duas vezes); *From the World of Science to that of Research?*, *Jamais fomos modernos* e *Reensamblar lo social*.

No GT5<sup>63</sup>, Platão não é referenciado. Aristóteles, somente uma vez (*A Política*). Spinoza, Nietzsche e Wittgenstein não são referenciado. Kant (*Para a Paz perpétua*) é

<sup>62</sup> A lista completa de obras referenciadas no GT5 tem 178 páginas. Cada página possui entre 15 e 18 referências.

<sup>63</sup> A lista completa de obras referenciadas no GT5 tem 175 páginas. Cada página possui entre 15 e 18 referências.

referenciado uma só vez, assim como Popper (*A Lógica da pesquisa científica*). Polany, duas vezes (*The Tacit dimension*). Deleuze, dez vezes: *Mil Platôs* (quatro vezes); *Conversações* (duas vezes); *Foucault*; *O que é o dispositivo*; *O Anti-Édipo*; *Lógica do sentido*. Latour é referenciado cinco vezes.

Há ainda outros autores, que consideramos fundamentais para o estudo de nosso problema, mas que não foram mencionados pelos filósofos que entrevistamos até o momento, nem apareceram na lista dos mais referenciados, cuja presença (ou ausência) nos anais dos GTs 1 e 5 quantificamos também: Maquiavel, Leibniz, Hobbes, Rousseau e Hume não possuem obras referenciadas em nenhum dos dois GTs. Descartes, Locke e Hegel, uma só vez no GT1. Heidegger e Gramsci, uma só vez em cada GT. Bachelard é referenciado cinco vezes no GT1. Lévinas é referenciado quatro vezes no GT1. E se Marx é referenciado sete vezes no GT5 (e somente uma vez no GT1), Lukács não é referenciado em nenhum dos dois Gts.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o registro dos “dez mais” não indica, necessariamente, o que é efetivamente mais estudado: numa analogia com a teoria da “cauda longa”, a soma de autores e títulos menos referenciados pode perfeitamente superar a dos mais. Por outro lado, um tal levantamento requereria recursos – temporais, humanos, metodológicos e técnicos – dos quais não dispomos atualmente. Entretanto, se os “dez mais” podem não representar os mais estudados, certamente expressam tendências; e os autores pouco ou nada referenciados seguramente indicam lacunas.

Quanto a este último ponto, admitindo não terem havido falhas no levantamento e tabulação dos dados, há lacunas sensíveis: não lemos Maquiavel, Leibniz, Hobbes, Rousseau, Hume e Lukács, e lemos pouco Platão, Aristóteles, Descartes, Kant e Hegel, entre outros autores fundamentais para o estudo da ética, da política e da epistemologia.

Haveria que se considerar, contudo, além das ausências identificadas, o perfil mais detalhado das presenças. É tarefa que pretendemos cumprir na sequência da pesquisa maior, em curso. Neste sentido, a referência recorrente a Habermas, Foucault e Wittgenstein já indica um forte interesse (bastante compreensível, por sinal) pela filosofia da linguagem entre nós. A de Bourdieu e Latour, pelos estudos sociais da ciência.

Concluindo, esperamos, com o relato e a breve análise apresentados, e cientes de suas limitações, ter contribuído, ainda que modestamente, com os pesquisadores interessados nessas questões. No momento, estamos dando sequência às entrevistas, ao estudo das referências e a seu cruzamento.

Haveria ainda que se estender a investigação aos demais Gts da Ancib, bem como a outros quadrantes do campo – periódicos, disciplinas, grupos de pesquisa. Não é tarefa exequível por apenas um pesquisador. Ficam aqui registrados a sugestão e o convite para eventuais parcerias.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BARATTA, Alessandro. Ética e Pós-Modernidade. In: KOSOVSKI, Esther (Org.) **Ética na Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. p. 113-131.

CAPURRO, Rafael. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Simpósio Brasileiro de Ética da Informação**. Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações, 18 a 19 de março de 2010. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 58-77.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: **Actas del primer encuentro internacional de expertos en teorías de la información**. Un enfoque interdisciplinar. León (Spain) | Sierra-Pambley | November 6th-8th, 2008, p. 1-26. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.capurro.de/>>. Acesso em: jul 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

EAGLETON, Terry. **O Problema dos desconhecidos**. Um Estudo da ética. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Reinvenção Contemporânea da Informação: entre o material e o imaterial. **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 115-134, jan./dez. 2009.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. De Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Ética e os dilemas e impasses da informação: reflexão sobre a divulgação científica ou popularização da ciência. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (Org.). **Simpósio Brasileiro de Ética da Informação**. Ética da Informação: conceitos, abordagens, aplicações, 18 a 19 de março de 2010. João Pessoa: Ideia, 2010, p. 58-77.

PLATÃO. **Diálogos**. Protágoras; Górgias; Fedão. Belém: Edufpa, 2002.

PLATÃO. Mênon (ou da virtude). In: **Diálogos V**. São Paulo: Edipro, 2010.

RAWLS, John. **História da filosofia moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SALDANHA, Gustavo. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. In: **Liinc em Revista**, v.6, n.2, setembro, 2010, Rio de Janeiro, p. 300- 315. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: jul 2014.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

## DA QUESTÃO DA VALIDADE AO JULGAMENTO DE VALOR: MEDIAÇÃO INFORMACIONAL DA AVALIAÇÃO CIENTÍFICA<sup>64</sup>

### *FROM VALIDITY QUESTION TO VALUE JUDGMENT: INFORMATION MEDIATION OF SCIENTIFIC EVALUATION*

Maria Nélide González de Gomez

**Resumo:** Reflexão sobre a relação estabelecida, desde a Modernidade, entre os sistemas de produção dos conhecimentos, os sistemas de publicação científica, os sistemas de avaliação e o estado atual dessa relação, tendo como cenário as frequentes preocupações com os processos avaliativos da produção científica. A metodologia utilizada foi a abordagem de algumas das grandes categorias de julgamentos valorativos, os estudos de revisão por pares e os indicadores bibliométricos. Os resultados desta reflexão permitem retomar aquelas categorias de maneira analógica, mantendo a ancoragem do perguntar na Ciência da Informação e dando centralidade aos sistemas de publicação e informação, no ciclo de validação e crédito da produção científica. Como reflexões conclusivas, observa-se que muitos procuram um maior rigor metodológico na construção e interpretação de dados e indicadores, mas não menos importante, devem ser consideradas, em suas formas atuais e possíveis, a configuração e composição dos fóruns deliberativos que serão assumir a responsabilidade de decisão nos marcos regulatórios e procedimentos de avaliação.

**Palavras-chave:** avaliação científica, julgamento de valor, periódico científico, revisão por pares, metrias.

**Abstract:** Reflection on the relationship established from modernity, between the systems of production of knowledge, the scientific publishing systems, evaluation systems and the current state of this relationship, having as scenery the frequent concerns with the evaluation processes of scientific production. The methodology used was the mapping of some of the major categories of evaluative judgments and controversies about studies of peer review and bibliometric indicators. The results of these considerations allow resuming those categories in analog way, keeping the anchorage of the research in information science and giving priority to the publishing and information systems in its functions of validation and credit within the scientific production cycle. How conclusive reflections, it is observed that many seek out a greater methodological rigor in the construction and interpretation of data and indicators, but not least is to be considered, in their currents and possible forms, the configuration and composition of deliberative forums that will be assuming the responsibility of take decisions in regulatory frameworks and valuation procedures.

**Keywords:** scientific evaluation, value judgment, scientific journals, peer review, metrics

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, e de maneira cada vez mais frequente, as questões informacionais têm sido associadas a questões culturais, éticas e políticas, implicando alguma referência a normas e a critérios preferenciais de valor.

---

<sup>64</sup> Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq. Agradecemos a colaboração da pesquisadora Alegria Benchimol, por revisão e importantes comentários sobre o texto, e de Lídia M. C. B. Salek, pelo apoio na coleta e computação dos dados.

Na Ciência da Informação, são muitos os estudos sobre a validade da informação, em que as condições e critérios de validação são abordadas do ponto de vista de sua qualidade, em contextos sistêmicos e operacionais, ou do ponto de vista de sua credibilidade e confiabilidade, nos contextos do acesso e uso de informação. As questões que serão abordadas neste trabalho, não têm como referência a busca e uso de informação, contudo remetem ao sistema de produção do conhecimento e suas intercessões com os sistemas de publicação científica e os sistemas de avaliação em ciência e tecnologia.

As relações entre produção do conhecimento científico e a publicação não são certamente novas, assim como não o são os procedimentos de aferimento da qualidade e consistência dessas relações. Para alguns, a revisão por pares dos artigos científicos e das propostas de pesquisa (*peer review*) teria origens remotas, em práticas e conceitos que se esboçam no século XVII (BORNMANN, 2011) e as análises bibliométricas, a partir das quais são elaborados indicadores de qualidade e de hierarquização da produção científica, poderiam ser remetidas, por suas origens, aos estudos realizados por Samuel Bradford em 1934.

Hoje, tais relações geram novas e instigantes questões. Por um lado, as dinâmicas informacionais, após a segunda guerra mundial, têm sido problematizadas em relação a contextos de valoração e avaliação trans-científicos, a luz de novos papéis, demandas e expectativas, econômicas e políticas (WEINBERG, 1972; JASSANOFF, 1987; KNORR-CETTINA, 1999; BRAMAN, 2006). Por outro lado, os contextos normativos e os julgamentos de valor estão sujeitos a mudanças incrementais, que acontecem no esteio das inovações digitais do mundo contemporâneo, e as subsequentes transformações que elas provocam em suas infraestruturas epistêmicas (WOUTERS, 1999; DING & CRONIN, 2001; COPE; KALANTZIS, 2009).

Em um cenário de poderio econômico que mantém modelos distributivos de recursos de soma zero, os cientistas sociais, sobretudo na Europa, estariam preocupados com a pluralidade dos sistemas de valor, coexistentes em cenários altamente concorrenciais, urgidos pelas perguntas acerca dos modelos de ordenamento social e suas tendências, favoráveis ou contrárias ao policentrismo, às heterarquias ou às plurarquias (BOLTANSKI, THEVENOT, 2006; EKBIA?, LATOUR, LAMONT, 2013). Nesse quadro, do ponto de vista dos estudos sociais, e conforme Lamont (2013), valoração e avaliação seriam consideradas processos sociais básicos, assim como a demarcação de campos de conhecimento, a standardização e a comensuração.

Eu considero tanto as práticas de valoração (atribuindo mérito ou valor) quanto as práticas de avaliação (estimando como uma entidade adquire certo

tipo de *worth*). As práticas de valoração e avaliação são geralmente confluídas na literatura e interligadas na realidade (VATIN, 2009). De fato, os avaliadores geralmente valorizam a entidade que eles devem avaliar no momento em que eles justificam aos outros as suas próprias avaliações. (LAMONT, 2013, p.9)

Ao debruçar-se sobre a pluralidade de gramáticas/critérios de valoração e avaliação, um dos objetivos de Lamont (2013) seria reconstruir como respondem a essas pluralidades as estruturas culturais e institucionais.

No domínio dos estudos da ciência e da informação, validade e valor têm sido abordados como dois lados de uma linha divisória entre ciência, política e gestão.

Para Jassanoff (1987), as controvérsias aumentam justamente quando a ciência e os cientistas participam de tomadas de decisão nas fronteiras do conhecimento. Para a autora, a problematização dessa linha divisória estaria explicitada no artigo de Weinberg, *Science and Trans-Science* (1972), no qual chama a atenção sobre uma zona cinzenta entre a ciência e a política, em que “a ciência recebe perguntas que não podem ser respondidas pela ciência” (JASSANOFF, 1987, p.201). Numa entrevista, em 1995, então com oitenta anos, Weinberg afirmava que “a validade é o problema fundamental da Filosofia da Ciência, mas o problema principal da Filosofia da Administração Científica é a questão do valor” (WEINBERG, 1995).

Para muitos, aliás, manter essa demarcação entre ciência e trans-ciência, contribuiria para estabelecer um espaço de autonomia da ciência básica ou consolidada, na qual primaria o critério de validade (científico e não filosófico).

Stokes (1997) considera que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Ocidente teria dois movimentos que acompanham duas dimensões avaliativas: “a) a preocupação heurística, visando a aprofundar o entendimento de questões fundamentais de um domínio do saber; b) as considerações teleológicas ou finalísticas, visando a maiorizar a utilização dos conhecimentos”. O modelo Pasteur, para Stokes, harmonizaria as duas orientações, articulando a busca aprofundada do entendimento das questões, junto ao uso social eficiente dos resultados (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003).

O trabalho atual tem como objetivo reconstruir alguns dos contextos e condições de constituição dos procedimentos de avaliação científica; especificamente, dos métodos de *revisão por pares* e do *fator impacto*, como contribuição à crítica e reflexão sobre os procedimentos sociais de valoração e avaliação, dos quais seriam importantes expoentes.

Com essa finalidade, a pesquisa tem seguido dois caminhos paralelos: por um lado, procedeu-se ao mapeamento de algumas das principais proposições e controvérsias sobre o tema, provenientes da Sociologia, dos Estudos da Ciência e da Ciência da Informação; ao

mesmo tempo, foram recuperados e analisados documentos pertinentes das agências brasileiras de fomento e avaliação, tais como os referentes ao sistema QUALIS (CAPES)<sup>65</sup> e as normas e critérios dos Comitês de Assessoramento do Conselho Nacional de Pesquisa-CNPq. Esta segunda linha de análise está sendo objeto de próxima publicação.

Em uma atmosfera de desestabilização e maior complexidade dos contextos normativos culturais e epistêmicos, as atividades científicas poderiam não ficar imunes. Sendo que o procedimento de avaliação por pares é considerado um caso exemplar para o entendimento do cenário atual, acredita-se que a Ciência da Informação pode oferecer um ponto de vista diferenciado e relevante sobre a questão, beneficiando-se, ao mesmo tempo, das novas perspectivas que resultariam dessa interlocução.

## 2 GENEALOGIA DE UMA ALIANÇA

Como ponto de partida, caberia indagar como chegaram a ser constituídas essas alianças, entre os sistemas de produção dos conhecimentos e os regimes de informação/publicação, e quais as descontinuidades e permanências que, através de inúmeras transformações, as manteriam em vigor, durante quase quatro séculos. Sem maiores pretensões, espera-se trazer à memória alguns traços sugestivos de possíveis vinculações.

Antes de ficar consolidado o uso dos periódicos como evidências de produtividade científica e instrumento de avaliação, a publicação já teria sido idealizada como um espaço comum de aferimento crítico e metodológico dos conhecimentos. Em sua versão kantiana, o caráter público da racionalidade – universal enquanto constante genérica da humanidade – se realizaria na forma finita da publicação, expressão do direito e do dever de exercício autônomo da razão, o que significava, naquela época, não estar sujeita às prescrições e hierarquias das ordens eclesiásticas e das aristocracias feudais.

Conforme Kant (1724-1804), “entendo, contudo sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado” (KANT, 1974). A construção de uma *esfera de publicações* seria a manifestação concreta da *esfera pública* idealizada pelo Iluminismo, mas só podia ser concebida conforme o regime de informação vigente naquele período e circunstância, no alvorear da Revolução Francesa e num processo de construção de novas autoridades

---

<sup>65</sup> “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação”. In: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>.

epistêmicas: os autores, a publicação e o público seriam então os que integram a *esfera letrada*, espaço imaginário em que uma ordem social em construção, buscava a universalização de seu projeto e o reconhecimento de suas novas identidades, culturais e políticas. Nesta narrativa, no século XVIII, ao serem estabelecidos vínculos entre o uso da razão e a publicação, estaria esboçada a possibilidade de uma esfera pública comunicativa, a ser logo expandida como deliberativa e política (GONZALEZ DE GOMEZ, 1987).

Momento significativo das tradições civilizatórias, tem diferentes versões narrativas. Para Frohmann (1999), apesar do periódico científico ter surgido 40 anos após a morte de Bacon, ele já teria em mente o que seria a invenção de uma *tecnologia literária da ciência*, na qual as inscrições documentárias do conhecimento ocupariam um lugar central no desenvolvimento da ciência. O filósofo inglês, assim, reuniria uma visão política dos destinos estratégicos da ciência, mas uma visão limitadora da ciência sujeita à concepção moderna da representação.

Com essa orientação, Frohmann analisa os fragmentos da *Instauratio Magna*, “a grande instauração” ou renovação das Ciências, em que Bacon descreve o que seria um sistema unificado de informação científica. Na obra referida, a organização dos documentos espelharia a estrutura do conhecimento e a classificação do conhecimento reproduziria o ordenamento do mundo natural, expresso em regularidades e generalizações comprovadas pelas inferências indutivas. Na *Nova Atlântida*, Bacon imaginaria uma pirâmide da informação científica como homóloga de uma construção axiomática e integrada da ciência. Nela, os artigos científicos apresentariam uma estrutura hierárquica, na qual o nível mais elevado seria o dos axiomas, e literatura, como um todo, culminaria num conjunto de artigos a conter os enunciados do mais alto nível de generalidade.

Frohmann (1999) destacaria essa homologia das classificações naturais, científicas e bibliográficas, no discurso do filósofo inglês, como evidência de uma concepção da organização da ciência que privilegia a organização do conhecimento codificado, entendido como sistemas algorítmicos, unificados e axiomáticos, gerando um efeito de desacoplamento entre a ciência, seus contextos e condições de sua construção. A dissociação do conhecimento formalizado e codificado e das práticas científicas e documentárias que o possibilitam, levaria às versões reducionistas do cognitivismo, o mentalismo ou de outras versões algorítmicas das ciências.



Para Frohmann, os periódicos científicos teriam a função de *recursos discursivos de objetivação da ciência*<sup>66</sup>, tal como afirmam Shapin & Shaffer em 1985, citados por Frohmann (1999). Os autores apresentam Boyle como iniciador de uma *tecnologia literária* desenvolvida para produzir a “evidência virtual”, que consistiria em fazer vivenciar a um leitor, um simulacro da experimentação, tal que obviasse a necessidade de evidências diretas ou a “*replication*” do experimento científico (FROHMANN, 1999, p.69).

Para Frohmann, faltaria um passo a mais para ver, em sua arquitetura final, a constituição das relações entre pesquisa, publicação e avaliação: o reconhecimento e recompensa do pesquisador. Merton foi quem introduziu um sistema de recompensas para o cientista no tecido de relações entre ciência e publicação. Conforme suas interpretações mais correntes, o cumprimento das normas da ciência pelos cientistas ficaria assegurado pelos sistemas de crédito e recompensa e o valor epistêmico da produção e a publicação científica ficaria garantido porque as normas, sendo sociais e referentes às ações e interações dos cientistas, seriam derivações do método científico (MERTON; ZUCKERMAN, 1973 citados por FROHMANN, 1999).

Até que ponto, porém, o periódico científico intervém na produção de novos conhecimentos? A publicação, além de seu papel nos processos de reconhecimento, só teria uma função epistêmica, a de contribuir com informações para a obtenção de novos resultados. Se eles não contribuem para novos conhecimentos, o sistema de recompensa ficaria desacoplado da função epistêmica, e o sistema de comunicação formal ficaria nesse caso flutuando independentemente dos processos de produção dos conhecimentos. Aqui encontraríamos propriamente a argumentação de Frohmann:

O problema, porém, é que o valor epistêmico de um sistema de recompensa embutido nos canais formais de sistema de informação da ciência fica refém da questão de se artigos de periódicos contribuem com informações diretamente usadas na derivação de novos resultados. No entanto, estudos de comunicação científica em ciência mostrariam que eles raramente transmitem as informações necessárias para o trabalho do frente da pesquisa (FROHMANN, 1999, p.67).

Se a versão algorítmica da ciência “desacopla” o conhecimento, formalizado e codificado, das condições e contextos de sua produção, posteriormente, a valorização dos periódicos como *recursos de objetivação da produção científica*, centrais no reconhecimento

---

<sup>66</sup> Shapin, S., & Schaffer, S, citados por Frohmann (1999, p.72) teriam usado o termo para referir-se às técnicas de objetivação utilizadas por Boyle, no processo de generalização e descontextualização na descrição construtiva de fatos científicos. (SHAPIN, S., & SCHAFFER, S Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life. Princeton: Princeton University Press, 1985).

de prioridade e propriedade intelectual, poderia favorecer o desacoplamento do sistema de publicação e informação científica dos processos de contribuição epistêmica. Frohmann (1999, 2012 só tem 1999 nas referências) cogitaria um certo esvaziamento epistêmico do artigo do periódico, ao par de sua valorização no ciclo de credenciamento e crédito da produção científica. Se as tecnologias literárias encontrariam complemento e consolidação nas tecnologias documentárias, a importância do periódico “não seria porque transmite informações, mas por causa da centralidade dos recursos objetivantes para o fenômeno cultural que conhecemos *como ciência natural*” (FROHMANN, 1999, p. 72, tradução e itálico nosso).

Neste ponto, caberia lembrar o que Glaaser e Laudel se perguntam, acerca das críticas ao uso das citações nos procedimentos avaliativos (e seletivos) da produção científica: “Seria possível que todas as referências dos pesquisadores a trabalhos anteriores fossem totalmente arbitrarias?” (GLASER; LAUDEL, 2007, p.104). Que o universo dos periódicos científicos não atenda às demandas de valor epistêmico? E, em consequência, aconteceria que os atuais mecanismos avaliativos, nos quais os sistemas de publicação e informação científica são centrais, tenham poucas chances de capturar as melhores evidências de excelência acadêmica e científica?

Buscamos na releitura de Kant indicações de outras idealizações epistêmicas. Sendo que o uso público da razão era uma manifestação de autonomia (*Sapere aude!*), poderia ser entendido que o caráter de *público*, como condição e como espaço de exercício da racionalidade, implicava uma realização intrínseca de valor, na própria função deliberativa e crítica do uso público da razão. Essa abordagem formaria parte de uma família de conceitos esperançosos acerca da racionalidade, na qual teríamos Habermas (1987), Hess & Ostrom (2007) e, quiçá, o próprio Merton (2003), quando concebe a literatura científica como um fundo comum e autogerido pelos pesquisadores, em que eles depositariam seus trabalhos, ao mesmo tempo que retiram desse fundo comum subsídios epistêmicos e de reconhecimento, que são os andaimes de cada nova produção<sup>67</sup>.

Cabe agora perguntar, além das controvérsias que nestes temas surgem entre construcionistas e mertoneanos, outras questões que possam afetar os quadros normativos e os julgamentos de valor, em contextos acionais científicos e não científicos.

---

<sup>67</sup> Retornaremos sobre o assunto no item 4.

### 3 CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS NORMATIVOS E JULGAMENTOS DE VALORAÇÃO

De fato, as condições e possibilidades de definir excelência científica têm sido assunto de infindáveis debates na filosofia, nos estudos sociais e antropológicos. Se a demanda moderna da plena autoridade da ciência para julgar sobre o que é real carece de consenso, mais complicado seria obter uma apreciação consensual sobre os plurais sistemas formais que assumem funções de monitoramento e avaliação científica. As questões que surgem dessa esfera de dissidências instigam a pesquisa da qual faz parte este trabalho.

Procurando aprimorar os recursos de argumentação, recorreremos às propostas de Michele Lamont (2013), em sua sociologia comparativa da valoração, e à abordagem de Paul W. Taylor (1961), sobre a composição dos discursos normativos e os julgamentos de valor.

Michele Lamont inclui os dispositivos de avaliação na categoria de *tecnologias do conhecimento*. Trata-se de uma das expressões sinônimas com que Knorr-Cettina descreve as “culturas epistêmicas” (também “máquinas de conhecimento”), configuração contemporânea dos modos de produção e estruturação do conhecimento à luz de seu maior envolvimento com a economia e com as tecnologias (KNORR-CETTINA, 1999; LAMONT, 2013). As *tecnologias literárias*, de que nos fala Frohmann, formariam parte, junto aos sistemas de *peer review*, por exemplo, dessas tecnologias de conhecimento. Conforme Lamont,

[...] estes termos se referem às estruturas sociais e culturais que canalizam, restringem, definem e possibilitam a produção e a avaliação do conhecimento – de fato, estas estruturas são ao mesmo tempo precondições e limitações para o conhecimento” (LAMONT, 2013, p.12).

Como foi antecipado, têm sido observadas algumas convergências entre os estudos de Lamont e de Taylor, apresentadas a seguir. Para Lamont,

O que torna a valoração e a avaliação processos sociais e culturais é o fato de que o estabelecimento de valor geralmente requer (a) um acordo/desacordo intersubjetivo sobre uma matriz ou conjunto de referências pela qual a entidade (um bem, uma reputação, uma conquista artística, etc.) é comparada, (b) uma negociação sobre o critério mais apropriado e sobre quem é o juiz legítimo [geralmente envolvendo conflitos e disputas de poder (BOURDIEU, 1993)], e (c) estabelecer o valor em um processo relacional (ou por índices) envolvendo entidades distinguíveis e comparáveis [...] (LAMONT, 2013, p.12).

Nesse contexto, a revisão por pares e a elaboração de indicadores bibliométricos ofereceriam bons exemplos das tecnologias do conhecimento, especificamente, dos procedimentos de comparação dos itens em avaliação, sendo que eles podem ser “estimados” (*rated*) ou “ranqueados”.

A **estimativa** [*rating*] requer que todos os itens a serem considerados sejam comparados em relação a um conjunto de critérios externos (por exemplo,

originalidade, significância) e não um contra o outro. O *ranking* consiste na comparação de um item com o outro levando em conta o quão bem eles se saem em dimensões específicas pré-estabelecidas. Quando são estimados todos os itens podem potencialmente receber a melhor nota; por outro lado, os rankings criam uma situação de soma-zero. Isto tem consequências importantes para as práticas de avaliação, incluindo a prevalência de negociações sagazes [horse trading] dentre os avaliadores e em como os avaliadores pluralistas tendem a se posicionar em suas escolhas de padrões, incluindo preferências epistemológicas e, em suas inclinações, uma variedade de abordagens metodológicas (LAMONT & HUUTONIEMI, 2011; MALLARD *et al.*, 2009) (LAMONT, 2013, p.12)

De fato, encontramos em Taylor (1961) uma abordagem semelhante. Taylor parte das seguintes questões: O que é avaliar alguma coisa? Como podemos justificar avaliações? Para responder essas perguntas, o autor inicia as análises do “discurso normativo”, que seria aquele uso da linguagem na qual expressamos avaliações e prescrições, e oferecemos razões a favor ou contra avaliações ou prescrições. O universo do discurso normativo seria, na verdade, a composição de muitos universos discursivos, tal como o discurso moral, o estético, o jurídico, religioso, legal, econômico, sobre etiqueta e costumes, e outros que fazem avaliações e distinções. Esses diversos e plurais universos discursivos possuem regras diferenciais de relevância, mas todos seguiriam procedimentos equivalentes no julgamento de valor (TAYLOR, 1961, p. ix).

Entendendo que avaliar consiste em *ponderar casos de realização de valor*, Taylor diferencia dois modos de usar a palavra “bom”, enquanto atribuída ao ser e ao agir dos que seriam potencialmente avaliados (de fato, indivíduos, coletivos, organizações). “Bom” pode designar: (a) um “*valor qualificativo*” (*grading*), se aplicaria ao domínio da classe universal e às características conceituais de sua demarcação (o que seja ser bom entre todos os passados, atuais e possíveis casos de manifestação de um atributo de valor), ou (b) um “*valor hierarquizador*” (*ranking*), neste caso se aplica a uma classe comparativa situada, na qual o escopo e abrangência dos casos incluídos nas séries ordenadas são estabelecidos por definição.

Para esclarecer as diferenças entre “valor qualificativo” (*grading*) e “valor hierarquizador” (*ranking*), convém levar em conta uma diferença entre dois sentidos da palavra “bom”. Suponhamos, por exemplo, que estamos tentando decidir se determinado presidente dos Estados Unidos da América foi bom. Será que o sentido do termo “bom” tem que ver com aquilo que os presidentes fazem em geral? Ou será que estamos tomando a palavra “bom” em um sentido absoluto, tendo em mente um presidente ideal? (TAYLOR, 1961, p.7, *apud* HABERMAS, 2012, p. 85).

Para melhor entender cada modalidade de julgamento de valor ou desempenho de valor, o autor começará por analisar a classe ou domínio da classe em referência a qual o

*evaluatum* (o que é objeto de avaliação, artigos, pesquisadores, instituições...) seriam avaliados, e que denomina “classe comparativa”. Começa pelo primeiro sentido de “bom”, como definido pela série dos que realizam em algum grau, um valor afirmativo:

No primeiro caso, nossa classe de comparação é constituída pelas trinta e cinco pessoas que foram, de fato, presidentes. Nesse caso, afirmar que alguém foi um bom presidente significa que ele foi melhor do que a média. Equivale a afirmar que ele cumpriu certos padrões em grau superior a maioria dos demais presidentes. Nesse caso, a palavra “bom” esta sendo utilizada como um termo hierarquizador (*ranking*) (TAYLOR, 1961, p.7 *apud* HABERMAS, 2012, p. 85).

Uma classe comparativa atual, aquela em que todos os componentes são plausíveis de descrição, poderíamos afirmar, por analogia, que um pesquisador 1A do CNPq, em Biologia ou em Antropologia, é aquele que se destaca na classe comparativa dos biólogos e na classe comparativa dos antropólogos: no caso do CNPq, pesquisadores vinculados a instituições brasileiras de ensino e pesquisa cuja área principal do conhecimento seja a Biologia ou a Antropologia.

Outra situação, na construção de discursos normativos, acontece quando se trata de estabelecer o que seja a máxima expressão de um valor, como atributo definidor de uma classe, que tem como referente um “padrão absoluto”: nesse caso, a classe comparativa seria uma idealidade, a classe dos possíveis e imagináveis casos de realização de um valor.

Nosso segundo caso, nossa classe de comparação não é mais a classe dos presidentes históricos mas a dos possíveis ou imagináveis. E afirmar, nesse sentido, que certo presidente foi “bom” significa que ele cumpriu, em alto grau, os padrões que definem um presidente ideal. Nesse sentido, “bom” é utilizado como uma palavra qualificativa (*grading*) (TAYLOR, 1961, p.7 *apud* HABERMAS, 2012, p. 85).

Cabe indagar, como seria estabelecer certa grandeza de excelência, do ponto de vista qualitativo, no qual os *evaluatum* são casos particulares e quando o referente comparativo não seria o conjunto atual e nominal dos que compartilham certos atributos, mas um padrão, um modelo ou um exemplar do que seja o bom ou o excelente na classe a que pertence o *evaluatum* em questão. Em sua abordagem, Taylor especifica:

Não é possível especificar com exatidão em que grau os *standards* têm que ser preenchidos para que um presidente seja qualificado como bom, medíocre ou ruim. Isso depende dos *standards* que tomamos como referência (depende da concepção que se tem de um presidente ideal), da distância que cada um introduz entre o ideal e a realidade, bem como da maior ou menor clareza dos *standards* tomados para medir essa distância (TAYLOR, 1961, p.7 *apud* HABERMAS, 2012, p. 85).

A analítica do discurso normativo de Taylor diferencia plurais esferas normativas, como a estética, a moral, a religiosa. No caso do sistema de valores morais, estaria formado por um conjunto de padrões e regras morais, às quais se apela na verificação de julgamentos

morais. O mesmo aconteceria com sistemas de valores estéticos, políticos, religiosos, etc. Em cada caso, a estrutura do sistema é logicamente determinada pela justificação dos julgamentos de valor e prescrições de uma classe específica (*singulair class*) (TAYLOR, 1961, p.107-108). Qual seria o critério de classificação a ser usado quando nos encontramos com diferentes sistemas de valor? O que diferencia e dá sentido a determinadas escolhas avaliativas seria o ponto de vista.

O conceito de *ponto de vista*, aliás, é um conceito transcultural, enquanto que o [conceito] de um *sistema de valores* é vinculado à cultura. Um ponto de vista pode ser encontrado em diferentes sociedades e em períodos diferentes da história, apesar de os sistemas de valores pertencentes a esse ponto de vista são compostos por diferentes normas e regras, organizadas de maneiras diferentes. [...] Sistemas de Valor [...] variam de cultura para cultura, de época para época, de grupo para grupo e de indivíduo para indivíduo; os pontos de vista não[2] (TAYLOR, 1961, p. 108).

Adotar um ponto de vista não significa outra coisa que adotar um *cânone discursivo* ou argumentativo (*canons of reasoning*), composto por regras de relevância e de inferência válidas, que permitiriam estabelecer se aquilo que se considera relevante o seria, ao mesmo tempo, por uma boa razão. De fato, a justificação de um julgamento de valor deverá atender a duas perguntas: São razões relevantes? Trata-se de boas razões? Se toda boa razão é relevante, não tudo o que faz a uma razão relevante faz dela uma boa razão.

Para Taylor, é preciso diferenciar o discurso proposicional ou declarativo da ciência (dos quais pode falar-se que são verdadeiros ou são falsos); enquanto estes se referem a *estados de coisas no mundo*, dos discursos normativos que, como a razão prática aristotélica, nos remetem aos domínios da *ação*. O *ponto de vista*, assim, pode ser normativo ou *não normativo*, como seria o caso da ciência, das matemáticas, da história, que teriam seus próprios cânones argumentativos. As regras de relevância, porém, diferenciam-se entre pontos de vista normativos e não normativos, como no caso das inferências científicas.

Os métodos da ciência diferem dos métodos de justificar os juízos de valor, não só no que diz respeito ao tipo de característica que o torna uma razão relevante, mas também em relação ao que faz de uma razão, uma boa razão. *A regra em virtude da qual a razão é boa na justificação científica não é sempre aplicável na justificação dos juízos de valor.* (TAYLOR, 1961, p 110, tradução e grifo da autora).

As regras de relevância são diferentes quando se trata de definir o que seja uma boa razão nos usos científicos da linguagem, na qual a capacidade de explicar casos particulares é relevante para uma lei científica e nos usos normativos da linguagem, em que “uma regra moral não funciona como uma explicação dos atos particulares que se enquadram nele. Para citar exemplos em que uma regra moral está sendo seguida ou em que é violada não é relevante para a sua justificação” (TAYLOR, 1961, p. 110) (tradução e grifo da autora).

Como resultado provisório destas leituras e reflexões, poderia observa-se que: a) admitindo que a ciência se caracterize pelos *usos proposicionais e declarativos da linguagem* (TAYLOR, 1961; HABERMAS, 2012a), que têm como referências estados de coisas no mundo, *os julgamentos de valor*, próprios do discurso normativo (TAYLOR, 1961), são formas da ação social, ancoradas em formações culturais e estruturas institucionais, que reformulam em alguma direção o que seriam *os comportamentos sociais básicos de julgamento de valor* (LAMONT, 2013). b) É possível afirmar, assim, que nos processos avaliativos, de ponderação ou hierarquização e priorização de artigos ou propostas de pesquisa, o discurso científico e sua validade epistêmica, converte-se em um *evaluatum* ou objeto de um discurso normativo. Utilizando os conceitos de Latour (2000), se pode resumir o estado atual da questão, nestes termos: como, em contextos avaliativos, os discursos científicos seriam qualificados e hierarquizados por modalidades positivas e negativas de discursos normativos<sup>68</sup>.

#### 4 ANALOGIAS ENTRE OS MODELOS DE JULGAMENTO VALORATIVO, O PEER REVIEW E OS INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS

Após estabelecer algumas relações analógicas entre as categorias de Taylor e Lamont, será feita uma análise das possibilidades e consequências dessas analogias. Para isso, começou-se por estabelecer as relações entre os tipos de julgamento de valor e os dispositivos de avaliação, entendidos como *tecnologias do conhecimento*.

QUADRO 1: Tecnologias do conhecimento: modelos de avaliação científica

Julgamentos de valor	Revisão por pares (Peer Review)	Avaliação indireta ou <i>ex-post</i> (Ex: Fator Impacto)
Julgamento qualificativo (Valor de graduação) – TAYLOR; Estima –LAMONT	Julgamento comparativo a partir de padrões, matrizes epistêmicas, paradigmas	
Julgamento hierárquico (Valor de ordenamento)- TAYLOR; Ranking- LAMONT		Julgamento comparativo entre os membros de uma mesma classe (ou agregado), visando ao ordenamento hierárquico dos componentes

Fonte: da autora.

<sup>68</sup> Latour denomina modalidades as sentenças que modificam outras sentenças. Modalidades positivas seriam aquelas sentenças que afastam um enunciado de suas condições de produção. Modalidades negativas seriam as que levam um enunciado a suas condições de produção. (LATOUR, 2000, p.42).

Dentro de certas margens de liberdade, as categorias de julgamentos de valor podem ser usadas para analisar as tecnologias de conhecimento que constituem sistemas de julgamento e avaliação de ações/atividades de pesquisa, e que, conforme considerado, seriam figuras diferenciadas dos processos sociais básicos de valoração e avaliação.

Se aplicamos agora essa conceituação às que podem ser consideradas as mais frequentes e prováveis *tecnologias de avaliação*, com base nos *sistemas de publicação*, poderíamos dizer que a *revisão por pares (peer review)*, *ex-ante*, poderia exemplificar os julgamentos de valor estimativo ou qualificativo, sendo que a utilização de análises métricas, após a publicação, a partir da construção definicional da classe comparativa conforme critérios seletivos científicos e trans-científicos, tal como geográficos ou idiomáticos, poderia exemplificar, de algum modo os sistemas de “*ranking*” ou “valor hierarquizador”, devido a composição por ocorrências da classe comparativa.

Uma primeira figura do julgamento de valoração seria aquele que se constitui em torno de um *valor de graduação*, ao qual corresponde um *Julgamento qualificativo* (TAYLOR, 1961), ou de *Estima* (LAMONT, 2013), em que o *evaluatum* (objeto do julgamento de valor), teria suas qualidades ponderadas, desde algum ponto de vista e critério de ponderação, ou seria comparado com um padrão de realização daquelas qualidades com máxima excelência. Em qualquer caso, o julgamento qualificativo implicaria em aplicar as regras de relevância e validade a partir dos padrões que estabelece um *cânone discursivo ou argumentativo*.

A “revisão pelos pares” (*peer review*) seria um dos procedimentos principais na avaliação e aferimento de qualidade do conhecimento científico. Dela depende a aceitação de um artigo, a aprovação de um projeto de pesquisa, a concessão de um apoio financeiro ou a obtenção de uma posição acadêmica. Ao mesmo tempo, como controle de qualidade pelos especialistas de uma área de conhecimento, pode ser considerada como uma garantia essencial da confiabilidade e validade do conhecimento científico (BORNMANN, 2011).

De acordo com Hackett & Chubin, enquanto a revisão por pares de manuscritos seria o guardião da porta de entrada a literatura científica, a revisão por pares para a concessão de subvenções (bolsas, apoio financeiro a projetos de pesquisa, eventos, etc.), tem influência sobre a distribuição dos recursos financeiros para a pesquisa. A partir da Segunda Guerra Mundial[4], a revisão por pares assumiria um papel decisivo na concessão e distribuição de financiamento para atividades científicas, sendo cada vez mais frequente a demanda do julgamento de especialistas em diferentes contextos deliberativos e decisórios. Tanto em empreendimentos econômicos como na elaboração e implementação de políticas públicas,



medidas regulatórias e de fiscalização, seria cada vez mais importante a análise crítica dos sistemas de arbitragem em ciência e tecnologia (HACKETT & CHUBIN, 2003, p.9).

Para Bornmann (2011), seriam três os principais critérios, numa metanálise dos estudos de revisão por pares, que definem as expectativas acerca do desempenho dos revisores/avaliadores: confiabilidade, equidade e capacidade de predição sobre os resultados das pesquisas. As perguntas para avaliar a qualidade da revisão por pares seriam: a) é confiável, permite que sejam selecionadas as melhores contribuições científicas?; b) é equitativa, existe simetria nos procedimentos avaliativos, de modo que nem certos grupos são sempre favorecidos, nem outros grupos sempre colocados em desvantagem?; c) tem consistência preditiva, de modo que os resultados do julgamento permitem previsões bem sucedidas acerca do desenvolvimento da pesquisa, posterior a decisão? (BORNMANN, 2011, p 205).

A confiabilidade da revisão por pares, apontada por Bornmann (2011) como um dos principais critérios para avaliar os avaliadores, é um dos principais alvos de controvérsias. Ele remete, ao mesmo tempo, ao cerne das normas da ciência, que Merton tem conseguido instituir, como divisória de águas, nos debates sobre os marcos reguladores da ciência. Conforme Bornmann, se as normas do comunitarismo (o conhecimento científico deverá constituir conhecimento público) e o universalismo (as reivindicações de conhecimento devem ser julgadas de forma impessoal, independentemente de sua origem) preveem eventual acordo, a norma do 'ceticismo organizado' manteria abertos, os canais da crítica científica, de modo que consenso e dissenso seriam duas dimensões associadas (ver BORNMANN, 2011, p 206). Na revisão de Bornmann, a norma do ceticismo organizado seria a que tem casos mais frequentes e afirmativos de aplicação, já que seria maior a coincidência nos julgamentos de rejeição que nos de aceitação; pareceria ser mais fácil detectar trabalhos ruins que identificar uma boa pesquisa (ZIMAN, 2000, p. 225 *apud* BORNMANN, 2011, p 208).

As análises de Bornmann não teriam sido conclusivas no que se refere às críticas da revisão por pares, inclusive em casos em que a falta de confiabilidade e equidade resultariam de práticas não éticas que afetam a pesquisa, como no caso de assimetrias no julgamento dos demandantes, por questões de gênero ou pela vinculação institucional.

Entre as razões que explicariam a indecibilidade do julgamento sobre a confiabilidade da revisão por pares, Bornmann enumera a ausência de uma base sólida e abrangente de pesquisas empíricas, que justifiquem afirmações conclusivas sobre a falta de consistência dos estudos, na definição de amostragens ou de outros procedimentos e testes das metodologias estatísticas.

Em uma outra direção, pode considerar-se que a revisão por pares, por analogia com as categorias de Taylor, estaria constituída por *juízos qualificativos*, em procedimentos em que prevaleceria a correlação de um caso com um padrão. Numa concepção aberta do que seja padrões ou modelos (compatível com as análises de Taylor), eles poderiam ser equivalentes às matrizes epistêmicas ou paradigmáticas, ou poderiam remeter a definições corporativas ou políticas, do que seriam prioridades no estabelecimento do bom e do desejável de um programa de pesquisa.

Hackett & Chubin (2003) falam da revisão por pares como um movimento pendular, que buscaria encontrar caminho entre a tradição científica de uma área e sua inovação, o desenvolvimento progressivo do seu programa de pesquisa.

De fato, após Kuhn, inspirado ou não na filosofia da linguagem de Wittgenstein, a ciência ganha a contextura das práticas de pesquisa, na qual conceitos, procedimentos e palavras compõem um jogo de linguagem tão real e contingente como em outras práticas sociais. Para Bloor (1974), na linha da escola de Edimburgo, a química ou a linguística, que alguns representariam como um recorte do “mundo objetivo” de Popper, não seriam outra coisa que aquilo que produzem os químicos e linguistas, atores e ações plurais, em séries históricas mais ou menos longas: o que imaginaram, perguntaram, pesquisaram, compartilharam, divulgaram em aulas e palestras, deixaram registrado em fórmulas e artigos, em livros e em patentes. Não encontraríamos um *eidós*, uma região ontológica ou um manual sagrado que definisse de uma vez por todas, e com rigor, os contornos e o ponto de vista da química ou da linguística – seja pelas novas descobertas, pela crescente transdisciplinaridade ou interdependência dos saberes, seja por rupturas revolucionárias, na abordagem de Kuhn.

Na mesma direção das afirmações de Bloor, os limites do universalismo mertoneano pareceriam ser os plurais coletivos de pesquisa, que se reconhecem pelo esforço de construção de um ponto de vista e critérios de relevância comuns, e nos quais aquilo que os faz frágeis (suas práticas) é também o que os faz possíveis.

Um dos principais problemas, na revisão por pares, tratando-se de ponderar um valor qualificado, seria justamente definir *quem são os pares*, os que partilham em toda sua dimensão um comprometimento pragmático, não só segundo as condições gerais de uma racionalidade comunicativa (demandas de simetria, objetividade, equanimidade nos julgamentos), mas também conforme uma semântica situada de critérios de relevância e de perspectivas ou ponto de vista.

Em geral, a composição do coletivo que intervém num processo avaliativo, é difícil de equacionar. As agências e as modalidades de concessão de recursos podem dar maior ou

menor peso aos diferentes atores que intervêm nesses processos: gestores, conselhos de coordenação, comitês de consultores. São tensas, por vezes, as relações entre autores- pareceristas-editores, sendo que cada vez parecem ganhar maior destaque os editores. Por um lado, eles definem, em cada caso, quem seria o “par” de um determinado manuscrito, assunto e abordagem. Os editores, aliás, não parecem coincidir sobre qual seria o principal critério na escolha do revisor: ora por disciplina, ora pelo método, ora pela similaridade das pesquisas do autor e do parecerista. Outros, ainda, afirmam buscar revisores (em geral, dois), com algum diferencial: generalista e especialista, por exemplo, evitando redundância, mas também outorgando aos editores um papel importante na decisão final de aceitação (HARNAD, 1996, p. 111; SULLS & MARTIN, 2009, p. XX *apud* BORNMANN, 2011, p. 208-209).

É verdade que hoje existem alternativas. Muitos desses problemas poderiam ser ao menos reduzidos pelos modelos abertos e em múltiplos estágios de revisão por pares. As novas propostas, por um lado, criticam o caráter fechado do processo de julgamento (em sua máxima expressão, o “doble cego”), e por outro, investem nos conceitos de acesso aberto e de interatividade, facilitadas pela Web. Para Poschl (2012), o acesso aberto possuiria uma série de características que são compatíveis com as formas tradicionais de avaliação por pares, mas agregam outras, como a interatividade e a transparência dos julgamentos de valor, de modo que a revisão e os debates sobre os trabalhos ficam abertos, em uma mesma ou em diferentes etapas, para toda a comunidade científica e para o público em geral. Nos novos modelos, os ciclos informacionais são mais complexos e abrangentes, já que os revisores e todos os que participam no processo, têm um acesso maior e imediato a publicações relevantes sobre os assuntos em consideração, inclusive em áreas de vizinhanças epistêmicas. O resultado seria uma pesquisa mais depurada e robusta. O *peer review* interativo e aberto minimizaria também assimetrias no julgamento, que resultariam de considerar atributos não científicos (vinculação institucional, gênero, entre outros), e dificultaria as possibilidades de plágio ou de falsificação de dados. Para Poschl (2012), o acesso aberto, finalmente, permitiria superar as estruturas monopólicas e oligopólicas do sistema da publicação científica e das análises estatísticas dos conteúdos, citações/referências.

Por sua vez, muitos sustentam que o uso de indicadores bibliométricos parece oferecer outras vantagens, ao menos, porque oferece recursos que permitem julgamentos de hierarquização em dimensões muito mais extensas e abrangentes, com maior rigor que a revisão por pares, (ainda que em última instância a pressupõem).

Em princípio, a elaboração de indicadores a partir de metodologias de mensuração, parece oferecer maiores garantias de neutralidade, sem influência das vinculações

institucionais dos avaliados nem o “efeito de halo” dos pesquisadores “estrelas”. Suas maiores vantagens, porém, estariam no baixo custo, no menor tempo requerido para sua elaboração e aferimento regular, além de que os resultados são de fácil reprodução, internacionalmente acessíveis, independentemente do idioma de apresentação, e mais fáceis de interpretar independentemente da formação e da área de conhecimento de quem os acessa. Para Derrick & Pavone (2013) além de estar mais isentos de formas externas de pressão, social, econômica ou política, a construção de indicadores bibliométricos evitaria o risco de serem priorizados conceitos conservadores da definição de excelência. Muitos usam o conceito de “objeto fronteiro” (*boundary object*), para referirem-se a indicadores, grafos e mapas construídos a partir de análises bibliométricas, cientométricas e informétricas, pela tradutibilidade da linguagem do cálculo em diferentes contextos interpretativos.

Na leitura analógica, a construção de indicadores bibliométricos ou cientométricos permite alguma equivalência com o conceito de classe comparativa e julgamento de ranking ou hierarquização, nas abordagens de Paul W. Taylor e Michele Lamont, na medida em que requer compor um universo de representação a partir de ocorrências singulares, a serem agregadas por alguns critérios espaço-temporais de definição. Nesse caso, observa-se que, independentemente da lisura e eficiência do cálculo e, ainda, da qualidade das categorizações, a classe comparativa depende, em sua semântica, escopo e abrangência de uma definição seletiva contingenciada pelo agente de sua definição. Não aconteceria assim e *a priori*, no ponto de partida, a isenção que pareceria garantida, ora pelo rigor metodológico, ora pela idealização de uma classe universal (algo assim como toda a literatura produzida sobre um assunto).

Se pensarmos, por exemplo, no fator impacto, em que a classe comparativa estaria formada pela soma dos periódicos considerados como relevantes e pertinentes a um assunto, a constituição efetiva da classe comparativa dependerá do escopo e abrangência dos dispositivos de indexação, como bases de dados, das ferramentas analíticas que operacionalizem as citações a efeitos de sua ponderação (THOMPSON; REUTERS, <<http://thomsonreuters.com>>), e de outros instrumentos, como Diretórios de periódicos, por exemplo.

Numerosos estudos mostram que um mesmo periódico, num mesmo assunto, vai ocupar diferentes posições em diferentes bases de dados. As ciências humanas e sociais são um dos casos mais problemáticos que colocam em evidência as perturbações que diferentes sistemas de validade e de valor geram na elaboração e uso dos indicadores métricos. (MUGNANI; POBLACIÓN, 2010, entre outros, para uma síntese dessas questões).

Glasser e Laudel (2007) têm ao respeito deste assunto uma postura interessante, porque ao mesmo tempo em que questionam os métodos bibliométricos, cada vez mais usados, mas com decréscimo de validade e confiabilidade, sustentam que a solução, em grande parte, estaria numa aplicação e interpretação mais rigorosa e eficiente das metodologias. Glasser e Laudel vão aplicar a descrição de Latour dos fatos científicos, como “omissão de modalidades”<sup>69</sup>, ao entendimento e ponderação do que seria a correta aplicação dos métodos bibliométricos. Toda metodologia requer que sejam seguidas condições de aplicação, a fim de produzir resultados válidos e confiáveis. Os enunciados dessas condições podem ser entendidos como *modalidades*, no sentido de Latour, porque delimitam os modos e domínios de aplicação dos métodos, e restringem ou promovem aplicações; são assim prescrições operacionais.

Tais modalidades referem-se a) ao alcance dos resultados; por exemplo, técnicas avaliativas baseadas em citações não medem qualidade, mas um aspecto da qualidade; b) ao escopo e abrangência das bases de dados, que são mais confiáveis quando agregam um grande número de publicações; c) a necessidade de adequar dados, modelos e análise às diferentes áreas e modos de produção dos conhecimentos. Para os autores, a metodologia não estaria sendo aplicada conforme a tais condições de produção e interpretação. Muitas das modalidades que afetam o escopo e abrangência do fator impacto devem-se, por exemplo, não ao desenho da metodologia, mas a sua forma de implementação – por razões administrativas, mercadológicas ou mesmo pelo que eles denominam os bibliômetras “amadores”, acadêmicos, gestores e políticos que fazem uso da bibliometria sem conhecimentos adequados e sem respeitar as condições de aplicação.

Pareceria que alguma solução para esse impasse no uso dos, cada vez mais presentes, indicadores métricos de produtividade e hierarquias, seria a custosa produção de Bases de Dados públicas e a consolidação dos estudos e práticas bibliométricas, como um campo autônomo do conhecimento e regulação profissional.

## 5 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Antes que um fechamento conclusivo, os resultados deste estudo têm sido recolocar as questões que o iniciam em novos contextos de reflexão.

Iniciamos lembrando que a pesquisa formal, de maneira quase inevitável, nas atuais circunstâncias, acontece na interseção dessa tríade formada pelos sistemas de produção do

---

conhecimento, pelos sistemas de publicação e informação acadêmica e científica, e pelos sistemas de avaliação, conforme diferentes modelos de governança que demandam a regulação das realizações científicas e das formas sociais de sua apreciação.

Num processo incorporado de maneira rotineira ao desenrolar da pesquisa, o discurso científico é colocado sob as modalidades afirmativas e negativas dos discursos normativos e prescritivos dos sistemas e agências de monitoramento e avaliação.

A governança da ciência, nesse quadro, seria compartilhada pela administração da transcrição social dos conhecimentos sobre o conhecimento, sujeita a novos processos generalizados de conversão, não já do laboratório para a literatura, mas da literatura para o plano meta-informacional das bases de dados, os indexadores e os algoritmos. A gestão desse plano meta-informacional, apenas está começando a ser discutida, incluindo os modelos de negócios editoriais, a curadoria digital e as diferentes “máquinas de conhecimento”, montadas a efeito da definição de prioridades e distribuição de crédito e recursos, nos múltiplos contextos dos sistemas de avaliação científica.

Ora, os discursos normativos **sobre** a ciência, antes que os discursos **da** ciência, seus cálculos e proposições, poderiam ser mais bem esclarecidos pelas abordagens pragmáticas da razão comunicativa, na qual os discursos teóricos e práticos ganham a flexibilidade de modos da argumentação intersubjetiva, que acontecem em um mesmo tempo e coletivo de reflexão, ainda que em diferentes momentos e com diferentes objetivos, (Habermas, 2012). Nos cenários complexos do pluralismo de valores e de autoridades epistêmicas hegemônicas ou distribuídas, na quais a mensura do conhecimento está mais voltada à acumulação de riquezas do que para a redução dos sofrimentos, as controvérsias científicas poderiam encontrar sua melhor conversão pela passagem, não já do laboratório para a literatura, mas do discurso teórico aos discursos práticos.

## REFERÊNCIAS

BLOOR, D. Poppers mystification of objective knowledge. **Science Studies**, v. 4, p. 65-76, 1974.

BORNMANN, L. Scientific peer review. In B. Cronin (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**, Medford, NJ: Information Today/American Society for Information Science & Technology, v. 45, p. 199–245, 2011.

DERRICK, Gemma; PAVONE, Vincenzo. Democratising research evaluation: Achieving greater public engagement with bibliometrics-informed peer review. **Science and Public Policy**, v. 40, p. 563–575, 2013. Doi:10.1093/scipol/sct007. Advance Access published on 9 April 2013.

DING, Y.; CRONIN, B. Popular and/or prestigious? Measures of scholarly esteem. **Information Processing and Management**, v. 47, n.1, p. 80-96, 2011.

FROHMANN, B. **The Role of the Scientific Paper in Science Information Systems**. Ontario: University of Western Ontario, 1999. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/Role%20of%20Sci%20Paper.PDF>>.

GARFIELD, E. Citation indexes for science: a new dimension in documentation through association of ideas. **International Journal of Epidemiology**, v. 35, n.5, p. 1123-1127, Oct. 2006. Disponível em: <<http://ije.oxfordjournals.org/content/35/5/1123.full.pdf+html>>.

GLÄSER, J.; LAUDEL, G. The social construction of bibliometric evaluations. The changing governance of the sciences. In: R. Whitley and J. Gläser (Ed.). **The Changing Governance of the Sciences: the advent of research evaluation systems. Sociology of the Sciences Yearbook**, Amsterdam, , p. 101-123, Springer 2007.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./ abr. 2003.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nelida. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n. 2, p. 157-167, jul./dez. 1987.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. v. 1.

JASANOFF, S. Contested boundaries in policy-relevant science. **Social Studies of Science**, v. 17, n. 2, p. 195–230, 1987.

KANT, E. **Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo? A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic Cultures: how the sciences make knowledge**. Harvard University Press, 1999.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. SP, Perspectivas, 1998.

LAMONT, Michèle. Toward a comparative sociology of valuation and evaluation. **Annual Review of Sociology**, v. 38, n. 1, p. 201-221, 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

MERTON, Robert K. O efeito Matheus na ciência II. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae: Ed. 34, 2013.

MUGNAINI, Rogério; POBLACIÓN, Dinah A. de M. A. Multiplicidade e especificidade na comunicação científica: discussão do impacto na avaliação de diferentes áreas. **RECIIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 4, n. 5, p. 25-30, 2010.

PÖSCHL U. Multi-stage open peer review: scientific evaluation integrating the strengths of traditional peer review with the virtues of transparency and self-regulation. **Front. Comput. Neurosci.**, v. 6, p. 3310-3389/fncom.2012.00033, 2012.

TAYLOR, Paul W. **Normative Discourse**. New York: Prentice-Hall, 1961.

WHITLEY, R. Changing authority relations in public Science systems and their consequences for the direction and organisation of research. Manchester Business School working paper, n. 556, 2008.

ZUCKERMAN, E. W. Construction, concentration, and (dis)continuities in social valuation, **Annual Review of Sociology**, n. 38. In press 2012.



## PRÁTICAS INFORMACIONAIS COMO PARADIGMA: POR UMA TEORIA SOCIAL DA INFORMAÇÃO

### *INFORMATIONAL PRACTICES AS PARADIGM: FOR A SOCIAL THEORY OF INFORMATION*

Antonio Wagner Chacon Silva  
Jefferson Veras Nunes

**Resumo:** Este artigo aborda o surgimento e a consolidação da Ciência da Informação, destacando o seu caráter interdisciplinar. Chama a atenção para a classificação epistemológica elaborada por Rafael Capurro na qual são apresentados três paradigmas dominantes para a Ciência da Informação, sendo eles: o paradigma físico, o paradigma cognitivo e o paradigma social. Aponta a noção de prática informacional como fundamental para a compreensão da dinâmica da sociedade e dos desenvolvimentos técnicos contemporâneos, que podem permitir à Ciência da Informação abarcar fenômenos cada vez mais dispersos e multifacetados através da conjugação de cada um dos seus paradigmas, bem como do conceito de informação que defendem para si. Conclui que se faz necessário focar em pesquisas que tratem sobre a influência da informação na mudança comportamental dos indivíduos, levando em consideração também as tecnologias e os processos sociais decorrentes de seu uso e apropriação no tocante à produção, consumo e compartilhamento da informação.

**Palavras-chave:** Epistemologia da Ciência da Informação. Práticas informacionais. Teoria social da informação.

**Abstract:** This article discusses the emergence and consolidation of Information Science, highlighting its interdisciplinary character. Draws attention to the epistemological classification elaborated by Rafael Capurro in which are presented three dominant paradigms for Information Science, namely: the paradigm physical, the paradigm cognitive and the paradigm social. Points to the notion of informational practice as fundamental to understanding the dynamics of society and contemporary technical developments, which may allow Information Science explore phenomena increasingly dispersed and multifaceted by combining each of their paradigms, as well as the concept information to advocate for themselves. Concludes that it's necessary to focus on research addressing the influence of information on behavioral change of individuals, seeing also the technologies and social processes resulting from their use and appropriation regarding the production, consumption and sharing of information.

**Keywords:** Epistemology of Information Science. Information practices. Social information theory.

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno da identidade da Ciência da Informação (CI) é evocada por vários autores da área desde o seu advento até os dias de hoje. Questões como: “que é a Ciência da Informação?”; “qual o seu objeto de estudo?”; ou, ainda, “em que área do conhecimento a Ciência da Informação se insere?”, já duram décadas e talvez ainda estejam longe de serem respondidas de forma satisfatória.

Ao longo do seu desenvolvimento, a Ciência da Informação pôde testemunhar o surgimento e a consolidação de subáreas específicas que entendem de diferentes maneiras o

modo como ela lida com a informação – frequentemente tomada como seu objeto de estudo. Baseadas em variadas correntes e perspectivas teórico-metodológicas, cada uma de suas subáreas se sustenta em concepções divergentes e até conflitantes de informação.

O objetivo deste artigo é lançar luzes sobre o debate epistemológico envolvendo o surgimento e a consolidação da Ciência da Informação, chamando a atenção para algumas daquelas correntes teóricas que, por muito tempo, orientaram (e ainda continuam orientando) as pesquisas no campo. Além disso, pretende-se também defender aqui como a noção de prática social pode auxiliar a área a erigir uma noção de informação ampla, que possa abarcar desde questões sociais e culturais, até técnicas e comportamentais, imbricando-as. Nesse sentido, abordam-se aqui parte dos paradigmas clássicos e contemporâneos da Ciência da Informação e de suas relações com outras áreas do conhecimento. De antemão, cabe ressaltar que a intenção não é esgotar a discussão acerca dos paradigmas da área, mas apenas apresentar de forma didática um sucinto panorama de sua construção epistemológica.

Vale destacar que muitas podem ser as divisões com relação às subáreas específicas e correntes teóricas que compõem a Ciência da Informação. Contudo, baseando-se na classificação feita por Rafael Capurro (2003), neste artigo serão apresentados apenas três paradigmas principais, denominados pelo autor como “paradigmas dominantes”. São eles: o paradigma físico, o paradigma cognitivo e o paradigma social. Obviamente, essa classificação é mais de cunho exploratório do que explicativo. Na verdade, o que se tem sobre a formação da Ciência da Informação são, na maioria das vezes, fragmentos, histórias inacabadas que, certamente, com o passar dos anos, sofrerão acréscimos e omissões.

Ao apontar a presença de três paradigmas dominantes na Ciência da Informação, Rafael Capurro busca alertar para a importância de se considerar as “relações análogas, equívocas e unívocas entre diversos conceitos de informação e respectivas teorias e campos de aplicação” (CAPURRO, 2003, p. 4). Nesse sentido, optou-se por dividir este artigo em duas partes principais. Na primeira, busca-se apresentar um panorama geral e contextualizado da Ciência da Informação. Na segunda, tem-se o intuito de explorar os limites e as imprecisões de cada paradigma apontado por Rafael Capurro, defendendo para a área a incorporação do estudo das práticas sociais e informacionais dos indivíduos.

## **2 UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Caracterizado pela sucessão de diferentes modelos epistemológicos, o século XX testemunhou o aparecimento de várias disciplinas científicas, influenciadas, principalmente, pelo desenvolvimento das Ciências Sociais. Paralelamente a isso, foi possível assistir também

ao aparecimento de um novo saber especializado, e mais do que um saber, uma disciplina científica, cujo objetivo é a compreensão da informação em seus mais variados aspectos.

Segundo Araújo (2003; 2009), pode-se dizer que há certo consenso entre os autores da área em torno da ideia de que a Ciência da Informação surgiu em meados do século XX, caracterizada, principalmente, pelo desenvolvimento tecnológico provindo do pós-guerra. Logo nos primeiros anos da Ciência da Informação, a discussão em torno do enorme volume de produção científica, bem como os meios utilizados para gerir essa produção, dava o tom das discussões sobre o papel do campo. Isto resultou no entendimento de que a Ciência da Informação se constituiria, na verdade, numa espécie de “ciência da informação científica”.

Embora se discuta a importância da Documentação e de teóricos como Paul Otlet e Suzanne Briet para a Ciência da Informação<sup>70</sup>, com frequência aponta-se que a Ciência da Informação foi fortemente influenciada pelo trabalho de Vannevar Bush, intitulado *As we may think*, divulgado em 1945, no qual o problema da explosão informacional é identificado como algo a ser solucionado pelas máquinas. Além disso, a obra *Cybernetics or control and communication*, publicada originalmente em 1948, por Norbert Wiener, seguida de *Mathematical theory of communication*, lançada um ano mais tarde pelos engenheiros Claude Shannon e Warren Weaver, assinalam o prenúncio do que viria a ser a Ciência da Informação – uma disciplina que, na concepção de Borko (1968), teria como finalidade maior investigar as forças que governam os fluxos de informação. Em um momento no qual o *American Documentation Institute* havia recentemente mudado de nome para *American Society for Information Science*, o autor define a Ciência da Informação como uma ciência que tem como objeto a produção, seleção, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação (BORKO, 1968).

Entretanto, ainda que os trabalhos de Vannevar Bush, Norbert Wiener, Claude Shannon e Warren Weaver tenham contribuído de forma significativa para a constituição da disciplina, é apenas nos anos 1960 que o termo “ciência da informação” passa a ser empregado como nomeação de um novo saber científico. A primeira definição do que viria a ser essa ciência surgiu a partir das discussões realizadas no *Georgia Institute of Technology*

---

<sup>70</sup> De acordo com Pinheiro (1999), a Ciência da Informação tem suas raízes tanto na Documentação, como nas tecnologias de informação, em especial no campo da recuperação da informação. Segundo a autora, “[...] na primeira o que importa é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as tecnologias de informação” (PINHEIRO, 1999, p. 175).

(ou, simplesmente, *Georgia Tech*), ocorridas entre os anos de 1961 e 1962. Segundo Shera e Cleveland (*apud* FERNEDA, 2003, p. 17), Ciência da informação pode ser definida como:

A ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para uma acessibilidade e usabilidade ótimas. Os processos incluem a origem, disseminação, coleta, organização, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo deriva de ou relaciona-se com a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia da computação, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração e alguns outros campos.

Assim, se é possível demarcar alguma origem para a Ciência da Informação, aponta-se que ela surgiu no bojo das transformações que eclodiram ao redor do mundo a partir da Segunda Guerra. Parte dessas mudanças está relacionada ao crescimento exponencial do volume de informações e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia. Diante disso, tornou-se eminente a necessidade de se constituir saberes e disponibilizar ferramentas técnicas e teóricas que possibilitassem melhor acessibilidade às informações produzidas.

Ao se debruçar sobre a epistemologia do campo, Rafael Capurro (2003) afirma que se pode assinalar a presença de três paradigmas dominantes na Ciência da Informação, a saber: o paradigma físico, o paradigma cognitivo, e, por fim, o paradigma social. Conforme aparece conceituado na obra “A estrutura das revoluções científicas”, de autoria de Thomas Kuhn (1998), o termo paradigma tem como propósito demonstrar que leis, teorias e modelos cientificamente legitimados podem sofrer mudanças e, assim, ocupar o lugar de destaque no interior de uma disciplina até serem novamente contestados. No caso da Ciência da Informação, a tese defendida por Rafael Capurro é de que a área iniciou-se marcada por um paradigma físico, que foi aos poucos sendo questionado pelo paradigma cognitivo, até chegar ao paradigma social, tido hoje como uma das principais tendências de pesquisa do campo (CAPURRO, 2003).

### **3 OS PARADIGMAS DOMINANTES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.**

Longe de tornar-se algo absoluto, a abordagem de Rafael Capurro (2003) parece reduzir certas discontinuidades históricas, de modo a tornar mais claro como se deram as passagens entre alguns dos paradigmas da Ciência da Informação. Assim, para se tratar de epistemologia, não se pode deixar de considerar como se dá o processamento da cognição humana, fazendo-se necessário indagar, por exemplo, o que é conhecer; por que e como o

homem conhece; e, quais as limitações que lhe impedem de conquistar um conhecimento total e absoluto.

Para abordar a relação entre essas indagações, os autores deste artigo defendem a convergência entre as ideias de alguns pensadores de épocas distintas, tais como Blaise Pascal (2005), que aborda o conhecimento geral do homem; Henri Bergson (1999), que trata sobre a relação entre matéria e memória, ou da relação do corpo com o espírito<sup>71</sup>; e Thomas Kuhn (1998), que aborda a relação entre a “ciência normal” e as revoluções científicas, para alicerçar a abordagem do tema em pauta.

Para Bergson (1999), a realidade é uma imagem, e, dessa maneira, os indivíduos são vistos como imagens de centros de ação e de reação que a integram e nela interagem. A cognição se dá pela percepção da imagem da realidade em movimento, a partir da qual os indivíduos podem marcar as suas posições em relação aos outros, como faz uma bússola ao ser deslocada. Assim, a realidade se apresenta como imagem mutante que, aos poucos, capacita o homem a apreender e, depois, a imaginar, passando da simples recepção, na forma de sensação pura, à percepção de novas configurações, e, posteriormente, à simulação de realidades possíveis, resultante de experiências interativas e cognitivas passadas.

Segundo Blaise Pascal (2005), por causa do princípio da impenetrabilidade<sup>72</sup>, o homem não é capaz de conhecer tudo ou o todo de modo absoluto, sendo, tal princípio, um dos fatores limitantes da conquista de conhecimentos e saberes totais, bem como da proposição de modelos e paradigmas absolutos. Nesse sentido, como a realidade é ampla, complexa e mutante – excetuando, porém, a sua capacidade imaginativa, que o habilita a empreender a criação do saber comum, da arte e do esoterismo – para conquistar o conhecimento científico, o homem somente pode empreender o que Thomas Kuhn (1998, p. 29) denomina de “ciência normal”, ou seja, “a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas”. Quer dizer, a repetição de uma forma passada de perceber um fenômeno da realidade converte essa forma em paradigma.

Conforme Thomas Kuhn (1998, p. 13), paradigmas são “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Em consequência disso, um paradigma, em alguma ocasião, encontra o seu limite, instaurando-se um momento de crise

---

<sup>71</sup> Segundo a interpretação dos autores deste artigo, quando Bergson (1999) utiliza o termo espírito significa produção ou atribuição de sentido.

<sup>72</sup> O princípio da impenetrabilidade é a enunciação que afirma que dois corpos não podem ocupar um mesmo espaço-tempo em um mesmo momento que outro o ocupa.

perceptiva, levando o homem a buscar outra forma de perceber a realidade, colocando sob rasura um paradigma anterior, criando, assim, um momento de revolução científica, o que permite à ciência, bem como ao pensamento científico, constituírem-se como devir constante.

Dessa forma, neste artigo, a partir dos paradigmas dominantes da Ciência da Informação, seus autores buscam fomentar a ideia de que uma nova configuração da realidade, baseada no advento, desenvolvimento e facilitação do acesso a meios de comunicação e tecnologias de informação, engendram uma sociedade mais complexa que, cotidianamente, cria novas práticas informacionais, as quais delineiam novas estruturas interativas, instauradoras de verdadeiras revoluções das formas de conhecer, de propô-las, bem como de comunicá-las em uma velocidade cada vez maior.

Em seu início, fortemente alicerçada numa concepção fisicista de informação, a Ciência da Informação é identificada como um saber especializado que tem como objetivo principal a organização, processamento, transmissão e recuperação de dados. A essa abordagem, intimamente associada aos impactos científicos decorrentes da publicação de *Mathematical theory of communication* (também conhecida como “Teoria da Informação”), por Claude Shannon e Warren Weaver, denominou-se “paradigma físico”. Em linhas gerais, esse paradigma defende que há algo, uma espécie de objeto físico, que um emissor transmite a um receptor com a menor interferência externa possível.

Inicialmente apresentada como um sistema de base matemática devotado a estudar os problemas de transmissão de mensagens por canais físicos, como o rádio e o telégrafo, a teoria de Shannon e Weaver não denomina esse “objeto” a ser propalado como informação, mas sim como mensagem, ou, mais especificamente, nos termos dos próprios autores, como *signal*, ou seja, sinal. Segundo esta teoria, um determinado sinal deveria ser enviado por um emissor a um receptor qualquer de forma que pudesse ser univocamente reconhecido e interpretado. Além disso, o meio pelo qual o referido sinal se deslocaria de um lado ao outro da cadeia deveria estar livre de qualquer ruído que viesse a perturbar a transmissão.

O principal objetivo deste modelo matemático de comunicação era exatamente medir a quantidade de informação suportável por um canal em dadas circunstâncias, como também identificar e reparar as distorções existentes durante a transmissão. Mesmo se caracterizando como uma técnica da engenharia de comunicações, suas proposições, no entanto, logo se demonstraram aplicáveis em outros campos. Assim, a Teoria da Informação influenciou várias outras disciplinas preocupadas em estudar os processos informacionais e comunicacionais de seu tempo.

Neste modelo, defende-se a ideia de que as mensagens existem precisamente para dirimir dúvidas, reduzir a incerteza em que se encontra um indivíduo – sendo dado como certo o fato de que quanto maior for a capacidade de uma mensagem em eliminar dúvidas, melhor ela será. Aqui, a informação surge como algo que pode provocar não só a redução de incertezas, como também, e principalmente, suscitar uma alteração no comportamento das pessoas a partir da quantidade de informações recepcionadas (COELHO NETTO, 1999).

Contudo, outro aspecto que merece ser destacado com relação à teoria de Shannon e Weaver é que o modelo criado por eles se preocupa apenas com o aspecto quantitativo de uma mensagem. Dimensões subjetivas como o conteúdo semântico de uma mensagem ou as motivações de seu produtor são deixadas de lado. Na Teoria da Informação busca-se codificar uma mensagem numa relação numérica que indica a quantidade de informações presentes nessa mensagem e transmiti-las independentemente da qualidade dessas informações, importando mais o quanto e menos o conteúdo.

O modo objetivo como a informação é abordada tem um impacto quase que imediato em estudos empreendidos posteriormente a respeito da problemática construída com relação à transferência de informação. No campo da Ciência da Informação, a aplicação mais decisiva desse modelo se dá no âmbito dos estudos em recuperação da informação. Essa área, constituída em meados dos anos 1950, é tida por alguns autores como sendo o foco principal da Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996).

Segundo Belkin (1990), o papel da Ciência da Informação é facilitar a efetiva comunicação da informação registrada entre quem produz e quem usa determinada informação através, principalmente, dos processos de recuperação. Assim, a partir das contribuições da Teoria da Informação, “são elaboradas fórmulas para prever quanto texto pode ser transmitido em cada formato, a partir do repertório de diferentes grupos, respeitando a capacidade de cada canal” (ARAÚJO, 2009, p. 194).

As pesquisas elaboradas pelo *Cranfield Institute of Technology* (CIT), em 1957, podem ser tomadas como exemplo de estudos realizados com base nos enunciados da teoria de Shannon e Weaver. Os experimentos realizados pelo CIT tinham como objetivo medir os resultados obtidos a partir do uso de um sistema informatizado de recuperação da informação. O sucesso do processo de recuperação era medido por meio da relação entre documentos relevantes e documentos recuperados.

De acordo com Capurro (2003), tais pesquisas podem ser tomadas como um dos marcos do paradigma físico da Ciência da Informação, e, dentre os conceitos centrais presentes nessa perspectiva, destacam-se os de revocação e precisão, que operam com base na

ideia de promover uma recuperação mais precisa, com uma quantidade satisfatória de itens relevantes.

Um dos autores que pode ser tomado como referência do paradigma físico da informação é Michael Buckland (1991). Em um artigo publicado há mais de vinte anos, o pesquisador norte-americano não só amplia o conceito de documento, entendendo-o como algo que está para além do texto impresso, como também identifica três usos rotineiros para o termo informação, advogando mais em favor do último do que dos dois primeiros, a saber: “informação como processo”, “informação como conhecimento” e “informação como coisa”. A defesa da ideia de “informação como coisa” se dá justamente pelo fato desta ser tida como a única forma pela qual a informação pode ser diretamente tratada pelos sistemas de informação. Em outras palavras, é a partir de sua representação física que a informação pode ser organizada, armazenada e recuperada.

Ao aceitar a ideia de “informação como coisa”, Michael Buckland a concebe como um fenômeno objetivo, dotado de uma existência material e passível de ser registrado. Para o autor, pode ser considerado informação tanto documentos e livros, como também qualquer tipo de objeto que possua valor informativo, o qual, de uma maneira geral, pode ser qualquer coisa física. Ao defender isto, o autor não faz distinções entre o que pode ser compreendido como dado, informação ou conhecimento. Tais distinções surgiram depois, porém, em sua visão, eventos, objetos audiovisuais e até animais, dependendo do contexto, podem ser considerados como documentos. Esta perspectiva serviu de fundamento, sobretudo, para as pesquisas na área de organização e recuperação da informação.

Entretanto, uma crítica que é frequentemente feita a este paradigma refere-se à maneira como se percebe o papel do sujeito cognoscente durante o processo de recuperação da informação. De um modo geral, negligencia-se o comportamento ativo do indivíduo em favor da excelência técnica de um dado sistema de recuperação da informação.

Contudo, alguns autores perceberam essa limitação e desenvolveram pesquisas que conduzem a uma perspectiva diametralmente oposta àquela adotada pelo paradigma físico, chamada por Rafael Capurro de paradigma cognitivo. Conforme aponta Orom (2000), enquanto o paradigma físico caracteriza-se, principalmente, por suas bases matemáticas, o paradigma cognitivo possui um forte caráter multidisciplinar, envolvendo premissas de outras disciplinas como a Psicologia, a Matemática e a Comunicação, por exemplo.

De acordo com Venâncio e Campos (2006), os estudos erigidos com base numa perspectiva cognitivista na área começaram a ser realizados a partir dos anos 1970, inspirados, principalmente, no “mentalismo” defendido por Bertram C. Brookes (1980), bem como na



ideia dos Estados Anômalos do Conhecimento, formulada por Belkin (1982). Seu principal desafio era tentar fazer uma distinção entre o conhecimento e o seu registro em documentos, pois, conforme Capurro (2003, p. 9), “a documentação e, em seguida, a ciência da informação têm a ver [...] em primeiro lugar com os suportes físicos do conhecimento, mas na realidade sua finalidade é a recuperação própria da informação, ou seja, o conteúdo de tais suportes”. Nessa perspectiva, não são necessariamente os suportes físicos o foco da disciplina, mas o seu conteúdo e as maneiras pelas quais se pode representá-lo cognitivamente.

O paradigma cognitivo trata também da recuperação da informação e foi bastante influenciado pela ontologia de Karl Popper, que, a partir dos escritos de Platão, concebia a existência de três mundos do conhecimento. Para Popper, o mais importante dos mundos é o terceiro, justamente por referir-se ao conhecimento objetivo, conhecido também como o “mundo dos produtos da mente” (POPPER, 1975)<sup>73</sup>. Bertram C. Brookes formalizou seu conceito de informação a partir da teoria popperiana e definiu conhecimento como “uma estrutura de conceitos ligados por suas relações e informações [...]” (BROOKES, 1980, p. 131). Para o autor, cada indivíduo possui uma estrutura de conhecimentos, que, por ser tanto subjetiva como objetiva, é afetada e transformada pela aquisição de novas informações.

A relação entre conhecimento e informação foi explicitada a partir de uma equação popularmente conhecida como “equação de Brookes”:

$$K[S] + \Delta I = K[S + \Delta S]$$

Nessa equação a estrutura de conhecimentos é alterada para um novo estado através da ação da informação. Assim, tem-se que:  $K[S]$  significa exatamente estrutura de conhecimentos;  $K[S] + \Delta I$  alude a novo estado de conhecimento;  $\Delta I$  refere-se à informação; e, por fim,  $\Delta S$  está relacionado ao efeito de mudança. Com base nessa equação, pode-se perceber que o ato de conhecer está intimamente associado à assimilação da informação pelo indivíduo por meio da experiência. Assim, a absorção da informação em uma estrutura de

---

<sup>73</sup> A Teoria do Conhecimento Objetivo de Karl Popper há tempos já é amplamente conhecida no meio acadêmico e, por conta disso, optou-se por resumir os seus postulados. Segundo o filósofo, o Mundo 1 é constituído pelos conhecimentos relacionados ao mundo físico, como a geologia, a biologia etc. (“o mundo dos estados materiais”); enquanto que o Mundo 2 compreende os conhecimentos relativos ao mundo metafísico ou àqueles elementos referentes aos estados mentais e à subjetividade, como a psicologia e psicanálise entre outras disciplinas. Ou seja, os Mundos 1 e 2 problematizam os fenômenos físicos e metafísicos. Já o Mundo 3, denominado também como o mundo do conhecimento objetivo, caracteriza-se como “o mundo dos inteligíveis ou das ideias no sentido objetivo” (POPPER, 1975, p. 152), e, por esse motivo, está relacionado ao conhecimento objetivo, registrado.

conhecimentos pode causar não só acréscimos, mas também ajustes na própria estrutura cognitiva de quem acessa determinada informação (BROOKES, 1980).

A partir da ideia da estreita relação entre informação e conhecimento apontada anteriormente por Brookes, Belkin (1982) avançou nessa perspectiva, apontando que a natureza do estado do conhecimento de um usuário deve ser levada em consideração quando se objetiva compreender o processo de recuperação da informação. Conforme Venâncio e Campos (2006, p. 6), “o usuário utiliza os sistemas de recuperação ao reconhecer uma anomalia ou um estado de conhecimento inadequado ou incoerente com relação a algum assunto ou problema [...]”. A ideia é que ainda que o usuário consiga por si só identificar o estado anômalo no qual está imerso, ele não pode especificar o que é necessário para transpor esta lacuna cognitiva, que foi exatamente o que o conduziu até o sistema.

Nesse sentido, como colocam Venâncio e Campos (2006, p. 6), “as narrativas de problemas efetuadas pelos usuários são utilizadas pelo sistema de informação para recuperar, de um *corpus* de textos, um texto apropriado para resolver a anomalia”. À medida que o documento recuperado é percebido como a representação de um estado coerente de conhecimento, a pergunta ou o texto relacionado com a necessidade de informação constitui-se como a representação de um estado de conhecimento inadequado, ou, nos termos dos próprios autores, anômalo.

Desse modo, na visão de Belkin (1982), para cada tipo de estado anômalo de conhecimento bastaria então especificar variados mecanismos e estratégias de recuperação da informação. A principal contribuição desta vertente de estudos para a Ciência da Informação foi não só no modo como a área passou a conceber os sistemas de recuperação da informação, mas, sobretudo, na importância que, a partir dos anos 1980, se passou a atribuir à necessidade de informações de um usuário. Afinal, a busca de informações tem sua origem na necessidade que surge quando há o mencionado estado cognitivo anômalo, no qual o conhecimento que o usuário detém não é suficiente para resolver um determinado problema.

Contudo, uma das críticas que frequentemente é direcionada ao paradigma cognitivo se refere ao fato de que esta perspectiva considera o usuário como um sujeito cognoscente livre de qualquer condicionamento social e material característicos do existir humano e da vida em sociedade. Além disso, o papel da informação se refere, substancialmente, ao preenchimento de *gaps* cognitivos; ou seja, nesta perspectiva, não se leva em conta que a aquisição de informações pode gerar mais lacunas do que preenchê-las.

Para Bernd Frohmann (1992), o paradigma cognitivo não apenas é associal, como possui uma visão reducionista do indivíduo que se apropria da informação. Segundo o autor, a

construção social dos processos informativos e de suas necessidades é, de certo modo, negligenciada em favor de uma visão que hipervaloriza o individualismo mental do usuário. Este paradigma se sustenta na ideia de que os processos informacionais são, antes de qualquer coisa, uma construção social.

Nessa perspectiva, Bernd Frohmann (1992) defende que nas questões relacionadas, por exemplo, à produção, consumo, distribuição e intercâmbio de informações deve se levar em conta o contexto social. Ao contrário de um ponto de vista objetivo, o paradigma social parte de uma perspectiva subjetiva para compreender o que é a informação. Assim, diferentemente do que pensavam as correntes anteriores, tomando a informação como algo dado e que se constrói de modo externo ao indivíduo, entende que é o próprio usuário quem tem o poder de discernir o que é ou não informação para si.

Nesta concepção, a informação não é percebida apenas como objeto físico, passível de ser registrado num dado suporte, mas também como algo fluido e impalpável. Mais do que dirimir dúvidas, seu papel é exatamente criar lacunas. Entendida dessa forma, a informação não é algo estático, localizável somente fisicamente, ao contrário, a partir do advento das tecnologias de informação, sua natureza tem se tornado cada vez mais híbrida e volátil. Desse modo, um dos autores em que Rafael Capurro vai sustentar seu pensamento para poder traçar as linhas gerais do paradigma social da Ciência da Informação é Jesse Shera, fazendo alusão especial ao seu artigo *Foundations of a Theory of Bibliography*, escrito em parceria com Margareth Egan.

Ainda que as ideias de Jesse Shera sejam com frequência associadas ao seu esforço em propor soluções técnicas para o armazenamento e uso de informações registradas, parece oportuno salientar a visão que o autor possui da área ao caracterizá-la como uma ciência social. De acordo com o pensamento de Jesse Shera (1973), não é possível conhecer os processos intelectuais de uma sociedade através apenas do estudo isolado do indivíduo, ao contrário, é preciso considerar o contexto social no qual este indivíduo está inserido. Dessa maneira, ainda que a necessidade e o desejo de informação se situem num plano individual, não se pode dissociar o indivíduo de sua cultura.

Jesse Shera compreendia que o armazenamento e a recuperação do vasto volume de informações registradas, decorrido das inovações tecnológicas surgidas em meados dos anos 1950, não resolveriam *per si* o problema da geração e acesso aos conhecimentos pela sociedade. Para ele, mesmo que todo o sistema de informação opere com base em tecnologias capazes de dar soluções satisfatórias ao problema da recuperação, é um erro não considerar o contexto no qual essas informações são produzidas e acessadas.

Assim, sua epistemologia social se destaca exatamente por perceber o ser humano como a personagem principal desse processo. Nesse sentido, escreve Shera (1973, p. 90): “a marca da epistemologia social consiste em que ela coloca a ênfase no ser humano e na sociedade como um todo, e todas as suas formas de pensar, conhecer, agir e comunicar”. Nesse sentido, frente ao acelerado avanço tecnológico testemunhado nas últimas décadas, a epistemologia social teria como objetivo humanizar a relação entre indivíduo e máquina no tocante ao fenômeno informacional.

Seguindo esta mesma direção, Bernd Frohman (1992), em seu artigo intitulado *The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint*, defende a ideia de que a Ciência da Informação se caracteriza como uma prática social e, por esse motivo, assinala que a ênfase em uma visão, que tome como referência apenas a ótica cognitiva, limitaria o escopo de atuação do campo. O autor argumenta que o ponto de vista cognitivo desconsidera o mundo social, reduzindo-o a uma minúscula unidade da realidade interna do indivíduo. Na visão de Frohman, o paradigma cognitivo pauta-se em um individualismo radical, o qual elimina o papel do social na construção do conhecimento, o mundo interior é tomado como o único real, verdadeiro e essencial, desconsiderando que o desejo de informação de um indivíduo também está intimamente relacionado às suas experiências, condições de trabalho e comunidades de que participa entre outros aspectos sociais.

Outro autor que participa ativamente na construção do paradigma social da Ciência da Informação é Birger Hjørland. Com formação em Documentação, Biblioteconomia e Psicologia, o pesquisador dinamarquês parte de uma perspectiva diferente daquela adotada por Bernd Frohman e baseia seu pensamento numa ideia relativista de cognição, da qual se concebe a interação entre fatores mentais e sociais. Assim, defensor de uma abordagem sócio-cognitiva da Ciência da Informação, Hjørland reconhece tanto méritos como impossibilidades do paradigma cognitivo. Segundo ele, é preciso mudar o foco tradicional do paradigma cognitivo, fortemente influenciado por visões racionalistas, fazendo-se necessário assumir uma perspectiva que enfatize o papel da cultura na cognição (HJORLAND, 2000).

Em parceria com Albrechtsen, Birger Hjørland (1995) propõe um modelo de pesquisas chamado “análise de domínio”, que tem como principal objetivo perceber os mecanismos básicos do comportamento informacional do usuário. Através dele, os autores reforçam a ideia de que os sujeitos produtores, consumidores e mediadores de informação são, ao mesmo tempo, seres individuais e sociais. Além disso, essa perspectiva também destaca a importância de se estudar a relação do indivíduo com a informação num contexto mais amplo, no qual se deve atentar para fatores culturais, econômicos, políticos e outros.

Nesse sentido, admite que nem a informação está isolada, tampouco o indivíduo. Ao passo que vivenciam experiências pessoais e intransferíveis, os contemporâneos usuários de informação também estão em contínua interação com outros seres humanos e com o mundo que os cerca. Dessa forma, a Ciência da Informação deve se preocupar não apenas com a informação de uma maneira objetiva, mas buscar compreendê-la levando em consideração o indivíduo e sua relação com o entorno. Esta perspectiva torna complexo o entendimento da área sobre a informação, estendendo os limites do campo. O paradigma social contribui, portanto, para a constituição de uma Ciência da Informação transdisciplinar.

#### **4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS COMO PARADIGMA**

Os paradigmas dominantes apontados por Capurro (2003) nos ajudam no desafio de adotar novas perspectivas teórico-metodológicas para a Ciência da Informação, de modo a dar conta das implicações de seu objeto na dinâmica da sociedade, a partir do momento em que todos eles podem, sem se sobreporem, abarcar questões sociais, culturais, técnicas e comportamentais relacionadas à informação. Assim, é necessário pensar em termos de complementaridade, de sedimentação geológica, na qual um novo paradigma surge sem, porém, fazer desaparecer imediatamente os anteriores.

Embora a Ciência da Informação tenha se dedicado durante bastante tempo ao entendimento de problemas relacionados aos sistemas e serviços de informação, direcionando o foco de sua atenção às tecnologias voltadas à organização, processamento, tratamento e recuperação da informação, evoca-se aqui a atenção que também deve ser dirigida aos indivíduos, em especial, ao modo como eles se relacionam com esses processos, ressaltando a necessidade de uma noção de informação ampla.

Conforme assinala Araújo (2013), nos Estados Unidos, na Inglaterra e em países nórdicos, como a Finlândia, adotou-se a expressão *information needs and uses* para aludir ao campo de estudos voltados à compreensão dos indivíduos e de suas ações no tocante à informação. Esse direcionamento surge nos anos 1966, em publicações veiculadas no *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), consolidando-se, contudo, a partir dos anos 1980, quando o foco passa a estar nos próprios usuários, cunhando-se a expressão *information behavior*.

A ideia de que vivemos sob os ditames de uma “sociedade da informação” exige uma compreensão maior do conceito de informação, que talvez possa ser formulada a partir da percepção de que a informação tanto pode constituir-se enquanto “coisa”, como também enquanto processo, que cada vez mais reflete a condição humana no século XXI. Isso nos

obriga a avançar para além das fronteiras disciplinares de uma ciência isolada, pois estudar os indivíduos na Ciência da Informação significa atentar para o fato de que existem sujeitos produzindo, consumindo, buscando ou compartilhando informação. E mais, significa ainda dizer que essas ações fazem parte da vida contemporânea, afetando diretamente o cotidiano humano, principalmente a partir do advento da internet.

A noção de prática social pode ser útil nesse empreendimento, já que evoca um complexo espaço discursivo formado por redes de relações entre os indivíduos. Isto porque diretamente ligada às práticas sociais estão, também, as práticas informacionais. Para estudá-las, faz-se necessário focar naquelas ações ordinárias que se encontram diretamente relacionadas à informação, atentando ainda para o modo por meio do qual essas práticas são geradas e significadas. Disso decorre a necessidade de se levar em conta a dimensão relacional da informação, dirigindo o olhar para o seu contexto de produção, consumo, uso e circulação, assumindo que sua existência, manutenção ou reformulação depende dos indivíduos e dos meios técnicos que a estruturam.

As práticas sociais nascem a partir da experiência comum de vida dos indivíduos “transformados em sujeitos sociais no processo histórico e cultural, não por fazerem parte de atos excepcionais, mas simplesmente por viverem a vida cotidiana” (GUARALDO, 2013, p. 36). A noção de práticas sociais é central no pensamento de Pierre Bourdieu. Nela, há uma recusa em reduzir as ações dos indivíduos a atos puramente subjetivos ou meramente instrumentalizados, aceitando, com isso, a ideia tanto de ações voluntárias, como também de que existem pressões objetivas que limitam essas ações. Bourdieu tem como base de seu pensamento o conceito de *habitus*, considerado como algo fundamental para o “funcionamento sistemático do corpo socializado” (BOURDIEU, 1989, p.64).

De acordo com Setton, Bourdieu desenvolveu a noção de *habitus* a partir da necessidade de “apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais” (SETTON, 2002, p. 62). O *habitus* diz respeito às disposições incorporadas pelos indivíduos ao longo de sua socialização; integra experiências passadas, atuando como uma matriz de percepções, de apreciações, de ações. Essa matriz (conjunto de disposições) fornece os esquemas necessários para a intervenção na vida diária (SILVA, 2013). O *habitus* constitui, dessa maneira, um conjunto sistematizado de princípios substituíveis, geradores e organizadores de práticas e representações (SOUZA; LUCAS; TORRES, 2010).

Através da noção de *habitus* Bourdieu tece uma forte crítica tanto ao subjetivismo, como ao objetivismo. Enquanto o primeiro seria responsável pela composição de experiências

guiadas por relações que ultrapassam o plano da consciência e intencionalidades individuais, o segundo é marcado pela ideia de que os indivíduos são absolutamente autônomos nas suas ações e plenamente conscientes do sentido de suas práticas. No entanto, para superar essa antinomia, o autor defende um terceiro tipo de conhecimento, nomeado por ele como “conhecimento praxiológico” (BOURDIEU, 1989).

O “conhecimento praxiológico” permite compreender como as estruturas encontram-se interiorizadas nos indivíduos, constituindo um conjunto estável de disposições que, por sua vez, estruturam as práticas e as representações dessas práticas (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006). Assim, o que essa forma de conhecimento busca apreender é a articulação entre o plano da ação e o plano das estruturas – ou, como repetidamente refere-se Bourdieu: o processo de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1989, p. 9, *apud* NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2006, p. 26). A subjetividade dos indivíduos é, desse modo, algo socialmente estruturado, compondo uma espécie de matriz de comportamentos e experiências, formados a partir de uma tensão gerada, tanto por seus desejos individuais, quanto por determinações sociais.

A informação está diretamente ligada às práticas sociais, engendrando uma experiência duplamente mediada. Ela não começa, tampouco se encerra num espaço particular, mas está além, pois implica movimentos descontínuos de significação e ressignificação. Assim, faz-se necessário um afastamento de toda a ideia de informação que a tem como algo neutro ou exclusivamente subordinado aos sistemas técnicos, para se considerar os aspectos socioculturais que a constituem; isto porque qualquer transformação ou permanência de uma prática social configura-se antes como uma atividade sensível à sociedade e à cultura.

A partir da noção de prática informacional é possível perceber a maneira através da qual a informação passa a ser, ao mesmo tempo, nossa interface com o mundo e produto de nossa confrontação com a realidade; ou, em outras palavras, constitui e é constituinte do real. Conforme González de Gomez (2004), qualquer esforço de compreensão de uma mensagem não deve estar dissociado do seu contexto de produção, uso e distribuição, mas é diretamente dependente das práticas em que essas mensagens são geradas e intercambiadas. De modo semelhante, Araújo (2014) aponta que a informação existe em um contexto; sua definição não abriga apenas as mensagens, mas uma ação.

Portanto, através da noção de prática informacional é possível partir da ideia de que os indivíduos podem construir para si suas próprias definições do que pode ou não ser considerado informação, do que querem ter acesso e do que merece ser descartado ou

ignorado durante suas vivências. Consumir, tanto quanto produzir ou compartilhar informação, pressupõe em seu ato, o reconhecimento direto por parte do indivíduo de que é ele o principal protagonista desse processo complexo que envolve tanto entidades humanas como não-humanas. Todavia, junto com suas definições, também se encontram princípios hierarquizantes e distintivos que revelam tensões das mais variadas ordens.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois desse breve exame sobre cada um dos paradigmas apontados por Rafael Capurro como paradigmas dominantes da Ciência da Informação pôde-se perceber as diferentes maneiras através das quais a área compreende seu objeto de estudo. Não há definições precisas e claras sobre o que é informação, no entanto, a análise realizada neste artigo mostra que o conceito que a disciplina possui de informação comporta características objetivas (materiais) e subjetivas (imateriais). Por vezes, acredita-se que a informação existe *a priori*, de maneira externa ao indivíduo; já em outras se leva em consideração a complexa relação existente entre indivíduo, informação e contexto social.

Provavelmente, por conta dessa pluralidade de entendimentos e afiliações interdisciplinares, questões sobre a identidade da Ciência da Informação, seus fundamentos teóricos, assim como sua inserção no âmbito das Ciências Sociais ainda não podem ser respondidas de modo preciso. Talvez, essa imprecisão seja uma característica positiva da área. Um objeto volátil como a informação requer uma ciência que desfrute do mesmo grau de dinamicidade, portanto, que esteja em constante movimento, devir. Fixidez é um atributo que, certamente, não cabe ser reivindicado na atual composição da Ciência da Informação.

Fenômenos relacionados às práticas informacionais contemporâneas desafiam a área a compreender não apenas processos desencadeados pelas tecnologias, mas chamam a atenção também para a implicação de fatores intersubjetivos, que assinalam os contornos de um momento histórico marcado pelo advento da produção, consumo e circulação de informações em massa. Estudar esse contexto é um desafio para a Ciência da Informação, uma vez que suas teorias devem obedecer à dinâmica das mudanças na sociedade. O entendimento que tem acerca do seu objeto de estudo deve ser capaz de abarcar fenômenos cada vez mais dispersos e multifacetados, sendo necessário focar em pesquisas que tratem sobre a influência da informação na mudança comportamental dos indivíduos, bem como de suas ações, destacando o contexto sociocultural e técnico no qual se encontram inseridos.



## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n.3, p. 192-204, set./dez. 2009.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação. **Informação & Informação**. Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 - 30, jan./abr. 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14. , Santa Catarina. 2013. **Anais...** Santa Catarina: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2013.
- BELKIN, N. J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, v 5, 1982.
- BELKIN, N. J. The cognitive viewpont in information science. **Journal of the American Society for Information Science**, 16, p. 11-15, 1990.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, v. 19, p. 3-5, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 2, p. 125-133, 1981.
- BUCKLAND, M. K. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, jun. 1991.
- CAMPOS, Luiz Fernando de Barros; VENÂNCIO, Ludmila Salomão. O objeto de estudo da Ciência da Informação: a morte do indivíduo. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. , Belo Horizonte. 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.
- CAPURRO, R. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, informação e comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- FERNEDA, Edberto. **Recuperação de Informação**: estudo sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. 147f. Tese (Doutorado em Ciência da

Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, vol. 48, n. 4, p. 365-286, 1992.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. **Novas fronteiras tecnológicas** das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão. **Práticas de informação e leitura: mediação e apropriação da informação nas cartas de leitores de um jornal popular do interior de São Paulo**. 2013. 240f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2013.

HJORLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, p. 400 – 425, 1995.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio Martins. **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OROM, Anders. Information Science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 12-26, jan. 2000.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 441p.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, José. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 1, jan./abr., p. 42-53, 1995.

POPPER, Karl R. **Conhecimento Objetivo: uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, maio/jun/jul/ago, 2002.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

SHERA, Jesse; EGAN, Margaret. **Foundations of a theory of bibliography**. In: FOSKETT, D. J. (Org.). **Libraries and the organization of knowledge**. London: Crosby Lockwood & Son, 1965.

SHERA, Jesse; Toward a theory of librarianship and information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 87-97, 1973.

SILVA, Francisca Wilianne Barros de. **Hábitos e práticas de consumo representados pelas bodegas do sertão quixadaense (1969-1980)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Histórias) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

SOUZA, Eda Castro Lucas; TORRES, Cláudio Vaz; LUCAS, Cristina Castro. Práticas sociais, cultura e inovação: três conceitos associados. **Revista de Administração FACES Journal**, Belo Horizonte, v. 10. n. 2, abr./jun. 2011.

WIENER, Norbert. **Cybernetics or the control and communication in the animal and the machine**. Cambridge: M.I.T. Press, 1961.

## A (IN) VISIBILIDADE DA TEMÁTICA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO CAMPO INFORMACIONAL BRASILEIRO

### *THE (IN) VISIBILITY OF PUBLIC LIBRARIES IN THE BRAZILIAN INFORMATION SCIENCE STUDIES*

Alberto Calil Junior

**Resumo:** A comunicação apresenta resultado de pesquisa que versa sobre a incidência da temática “Bibliotecas Públicas” na produção científica da Ciência da Informação no Brasil. A pesquisa é parte de um projeto em curso, que tem por objetivos o mapeamento e a sistematização da produção científica sobre o tema, bem como o desenvolvimento de pesquisas na área. Pauta-se nas análises realizadas por Gonzalez de Gomez, em inícios dos anos 2000, e nos estudos de Lídia Freitas sobre as configurações temático-discursivas presentes no campo informacional brasileiro. Analisa os registros da produção científica de dois tipos documentais: dissertações e teses, e comunicações de evento científico da área. Utiliza como fontes para a pesquisa as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação da área e os anais dos ENANCIBs. Conclui que a incidência na produção sobre o tema acompanha as tendências reveladas pelas transformações ocorridas na configuração do campo informacional brasileiro nos últimos 50 anos.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Públicas. Produção Científica. Campo informacional.

**Abstract:** The paper presents the research results that displays the investigation the frequency of “Public Library” as a topic in the scientific literature of Information Science in Brazil. The research is part of an ongoing project which aims to map and systematize both the scientific production and the development of other researches about the theme. Basing the analysis on the work of Gonzalez de Gomez, in the early 2000s, and also on Lidia Freitas’ studies about the discursive configurations present in the Brazilian informational field, it inquires the Brazilian scientific production on two documentary types: dissertations and theses, and also the communications of an important Congress in the area. As research sources, it adopts the Digital Libraries Thesis and Dissertations of Post-Graduate Programs and the ENANCIB’s Proceedings. It concludes that the production about “Public Library” on the Information Science follows the trends revealed by the transformations in the Brazilian informational field configuration during the last 50 years.

**Keywords:** Public Library, Scientific Production, Information Field

## 1 INTRODUÇÃO

No início do ano de 2014 uma biblioteca tornou-se notícia em diversos canais da mídia impressa e eletrônica, bem como ganhou espaço junto às mídias sociais. Destacava-se a inauguração - depois de um longo período - da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, agora alcunhada de Biblioteca Parque Estadual. O “evento” que se tornou a referida inauguração, além de ter colocado em evidência uma instituição - a Biblioteca Pública - que é uma das marcas do projeto moderno, materializou o discurso que se preconiza em relação às ações de informação voltadas para a construção da cidadania na sociedade contemporânea. A

partir de uma extensa campanha nos meios de comunicação, colocou-se em relevo a existência de um espaço de informação, localizado em uma região central da cidade<sup>74</sup>, que além de se caracterizar como uma “biblioteca que tem de tudo, até livro”; se define como “um lugar de memória e experimentação, e que promove a leitura e o conhecimento como pilares da cultura cidadã”<sup>75</sup>.

Essa narrativa de associação entre um determinado espaço, as ações de informação que nele ocorrem e os processos de construção da cidadania, não é nova. Historicamente, a Biblioteca Pública vem sendo conformadas como o espaço no qual estariam organizadas toda e qualquer informação, acessível a toda a população, sem distinções. A partir desse ideário gestado no seio da Era Moderna, que se configura como um domínio político-ideológico, a noção de biblioteca pública ganhou contornos que foram se modificando ao longo do tempo. De catedral do saber a um espaço de expressão cidadã, novas funções foram sendo agregadas a esta noção, conforme os diferentes contextos e momentos históricos.

A noção de Biblioteca Pública, suas funções, bem como as ações de informação que são engendradas nas e pelas bibliotecas públicas se constituem em objetos de estudo do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e, enquanto tal, um dos pontos focais dos debates, estudos e projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa “Bibliotecas Públicas no Brasil: reflexão e prática”, criado no ano de 2013 e certificado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nessa perspectiva, deu-se início ao projeto de pesquisa que objetiva sistematizar conhecimentos relevantes sobre as práticas de informação que orbitam, afetam e que são afetadas pelas bibliotecas públicas na sociedade brasileira. É no interior desse quadro que a pesquisa aqui apresentada se situa. O presente artigo comunica os resultados de pesquisa exploratória a respeito da produção científica do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação sobre a temática “Biblioteca Pública”. Elege como campo empírico da análise dois tipos de produtos científicos: dissertações e teses e, comunicações científicas em evento, tendo como fontes as Bibliotecas de Dissertações e Teses dos PPGs da área e os Anais de evento científico da área.

## 2 TEORIAS EM DIÁLOGOS

---

74 A Biblioteca Parque Estadual do Rio de Janeiro está localizada em frente à Central do Brasil. Região da cidade de grande fluxo de pessoas, tendo em vista a proximidade com estações ferroviária, metroviária e rodoviária que ligam os diversos pontos da região metropolitana e periferia ao centro da cidade.

75 Conforme consta no Hotsite da Biblioteca Parque: <http://www.bibliotecasparque.org.br>

Em artigo publicado no ano de 1988, Rachel J. Abath e Maria de Lourdes de A Melo apresentam um panorama da produção oriunda do curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB. Criado no ano de 1977, à época do “panorama”, o curso possuía como área de concentração “Biblioteconomia e Sociedade” e, conforme as autoras, desenvolvia pesquisas ligadas às linhas de pesquisa: a) Atuação da biblioteca em comunidades carentes; b) Planejamento e sistemas de serviços informacionais; c) Informação para o desenvolvimento regional (ABATH; MELO, 1988). No artigo, as autoras constroem um importante retrato de um dos espaços da produção de saberes do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil de finais da década de 1970 e da década de 1980, a partir da apresentação das dissertações defendidas no Programa entre os anos de 1979 e 1988.

A análise mostra que durante o período foram defendidas 27 dissertações, que foram distribuídas em 9 temáticas. Na fotografia realizada pelas autoras, destaca-se uma informação: a concentração de 40,7% das dissertações no tema Bibliotecas Públicas. Apesar do referido “panorama” estar restrito a uma pequena parcela de um quadro maior que compõe a produção de um determinado campo disciplinar, os dados apresentados sugerem algumas trilhas de investigação, já seguidas por outros pesquisadores da área, em relação aos processos de construção do campo disciplinar da Biblioteconomia e da Ciência da Informação e da conformação de seus objetos de pesquisa.

Conforme a leitura proposta por Gonzalez de Gomez (2000), a Ciência da Informação, enquanto disciplina científica, surge em um contexto no qual o conhecimento, a comunicação, os sistemas de significado e os usos da linguagem emergem como novos objetos, tanto da pesquisa científica, quanto de intervenção tecnológica. Ou seja, o surgimento da CI está afeito a um conjunto de demandas cujas condições de possibilidades convergiram para determinado momento histórico, coadunando com as afirmações de Foucault, em suas análises sobre os processos de constituição das disciplinas científicas. Para o autor,

para que exista uma disciplina deve existir a possibilidade de se formular novas proposições – e de assim fazer-se *ad infinitum* [...] Estas proposições devem conformar-se a condições específicas, de objetos, sujeitos, métodos, etc. [...] Dentro de seus próprios limites, cada disciplina reconhece proposições como verdadeiras ou falsas, mas rejeita uma teratologia inteira da aprendizagem [...] Em suma, uma proposição deve preencher condições onerosas e complexas antes que possa ser admitida dentro da disciplina. Monsieur Canguilhem diria que, antes que a proposição possa ser enunciada como verdadeira ou falsa, ela deve estar ‘dentro do verdadeiro’ (FOUCAULT *apud* RABINOW, 2002, p.76).

Nesta perspectiva, Gonzalez de Gomez (2000) dirige a reflexão para os programas de pesquisa, via Lakatos, e para os processos de construção do objeto de estudo da Ciência da Informação afirmando que esta

tenderá a incluir, em seus programas de pesquisa e na definição do domínio de construção de seu objeto, traços e demandas da sociedade industrial, assim como logo acompanhará os processos de reformulação dos paradigmas econômicos, sociais e políticos, desde a mercadorização da informação a sua reconfiguração como bem de capital e indicador de riqueza (GONZALEZ DE GOMEZ, 2000, *online*<sup>76</sup>).

Freitas (2007), sumariando a posição da autora assinala que

Gonzalez de Gomez (2000), ao abordar a metodologia de pesquisa como movimento do pensamento direcionado à produção de um novo conhecimento, insere este processo em determinado horizonte concreto de possibilidades social e historicamente definido, ou seja, em horizontes concretos de possibilidades políticas e epistemológicas, que acolhem e legitimam as condições de produção do objeto de pesquisa. Indica entregando que o campo informacional, além desses condicionantes gerais, é igualmente afetado pela configuração social dos regimes de informação (FREITAS, 2007, *online*)

Gonzalez de Gomez (2000) analisa as conformações presentes na constituição do campo de estudos da área no Brasil. Tendo como marco temporal o horizonte de formação da Ciência da Informação enquanto campo disciplinar, a autora apresenta as transformações e prevalências que ocorreram, a partir de inclusões de temáticas, "em seus programas de pesquisa e na definição do domínio de construção de seu objeto" (GONZALEZ DE GOMEZ, 2000), conforme apresentado abaixo.

QUADRO 1 - Conformações presentes no campo informacional

Até a década de 1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos voltados para a recuperação da informação mediada por máquinas;</li> <li>• Formalização de linguagens para os Sistemas de Informação;</li> <li>• Estudos bibliométricos</li> </ul>
Década de 1970	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratamento automatizado da linguagem natural e dos sistemas especialistas;</li> <li>• Sistemas de informação;</li> <li>• Modelos de Usuários</li> </ul>

<sup>76</sup> A NBR 10520 assinala que quando a citação é direta, deve-se indicar o número de páginas. Entretanto, o texto citado se refere a um documento sem paginação, disponível para acesso online. Assim, optou-se por mencionar o termo online no lugar da paginação. Esta forma será adotada para os demais casos semelhantes.

Década de 1980	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporação de demandas Sociais</li> <li>• Políticas Sociais</li> <li>• Direito à informação</li> <li>• Valor democrático e educacional da informação</li> </ul>
Década de 1990	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação informação e conhecimento;</li> <li>• Gestão do conhecimento e Inteligência organizacional</li> <li>• Relação informação e texto;</li> <li>• Leitura e hipertexto</li> </ul>
Década de 2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reformulação da infra-estrutura de informação</li> <li>• Big Science</li> <li>• Microeletrônica</li> <li>• Redes de comunicação remota</li> <li>• TICs</li> </ul>

Fonte: Adaptação baseada em Gonzalez de Gomez (2000).

No interior dessa temática, Lídia Freitas investiga os “aspectos político-epistemológicos da produção científica do campo informacional” (FREITAS, 2001, 2005; FREITAS *et al.*, 2012). Fazendo uso dos dispositivos metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, Freitas identifica as formas discursivas que operam na constituição do campo científico informacional, englobando segundo a autora a Ciência da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia. Em pesquisa apresentada no ano de 2012, na qual utiliza como campo empírico para o campo informacional brasileiro artigos de periódicos nacionais e anais de evento científico da área, identificam-se 6 recortes temáticos-discursivos, a saber: científicos, culturais, políticos, econômico-gerenciais, perspectivas histórico-sociológicas tradicionais e perspectivas histórico-sociológico emergentes (FREITAS *et al.*, 2012).

As análises de Gonzalez de Gomez e de Freitas, supracitadas, apontam para a presença de temas que orbitam no entorno da “Biblioteca Pública” no horizonte da produção científica do campo informacional, quer seja enquanto um dos objetos que emergem com os estudos voltados para o valor democrático e educacional da informação, quer seja no recorte temático-discursivo cultural. No entanto, conforme constata Freitas (2001, 2005), o campo informacional brasileiro assiste a uma transformação na passagem dos anos 1980 para a década de 1990.

Vê-se no início dos anos 90, pela primeira vez no campo informacional brasileiro, uma inversão de ênfase entre os eixos cultural e econômico-gerencial, que, a partir daí, passam a entrecruzar-se com movimentos quase sempre opostos, isto é, ao crescimento de um corresponde o decréscimo do outro. O somatório dos recortes culturais, que nos anos 70 chegou a



constituir mais de 80% das temáticas e discursos do campo, em 2009 não alcançou 24%. Pensamos não ser coincidência que, no ponto mais alto do uso da noção de ‘sociedade da informação’ (no ano 2000 nas perspectivas histórico-sociológicas emergentes), que também é o auge do discurso das ‘novas tarefas’ do profissional da informação, haja um decréscimo acentuado da produção das temáticas culturais e políticas no campo (FREITAS *et al.*, 2012, *online*)

É no interior deste quadro que as reflexões aqui conduzidas se colocam. A partir das trilhas abertas pelas pesquisas supracitadas, busca investigar a presença e a incidência da temática “Biblioteca Pública” na produção científica do campo informacional nacional, a partir de indícios presentes na literatura do campo, cujo recorte será descrito a seguir.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa consiste em uma investigação de natureza exploratória que identifica traços ou indícios da temática “Biblioteca Pública” na produção científica do campo informacional brasileiro. Pautando-se nos estudos supracitados de Freitas, a pesquisa toma como ponto de partida o enquadramento das reflexões sobre o recorte temático discursivo “Biblioteca Pública” nos estudos categorizados no interior das perspectivas e objetos culturais e públicos do campo informacional (FREITAS *et al.*, 2012).

A partir de tal enquadramento, busca-se a identificação de determinadas marcas textuais no campo empírico elegido, tendo por base a análise dos títulos, resumos e palavras-chave representativas do recorte temático-discursivo. Nesse sentido, utiliza-se também do método indiciário (GINZBURG, 2003), já apropriado por outros autores do campo informacional (ARAUJO, 1994; ARAUJO, 2005; JOB; ALVARENGA, 2008; e FREIRE, 2013), considerando as marcas textuais extraídas das fontes em estudo como indícios ou pistas. Propõe-se a investigação desses sinais, nos termos utilizados por Araujo (1994) em que a autora

descreve um processo de busca de informação através de indícios denominado brauseio (*browsing*), que considera uma das modalidades de busca mais importantes em um sistema de recuperação da informação e é estudado no contexto do subsistema de estratégia de busca. A autora esclarece que o termo “*browsing*” é aplicado às ações de andar a esmo, ou deambular, em uma biblioteca ou centro de documentação folheando documentos ao acaso, colhendo “*flashes*” de informação de todos os tipos (ARAUJO, 1994 *apud* FREIRE, 2013, *online*)

Para a análise do campo empírico da produção científica no campo informacional brasileiro estabeleceu-se como recorte, para efeitos dessa comunicação, dois tipos de documentos: a) as comunicações publicadas nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa e

Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs), e b) as dissertações e teses oriundas dos Programas de Pós-Graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas I.

Como fontes, utilizou-se o repositório BENANCIB, para os anais do ENANCIB e as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTDs), para o caso das teses e dissertações. Exceção feita aos registros da produção oriunda do Mestrado em Biblioteconomia da UFPB, cujo acesso se deu por outras vias, o artigo supracitado de Abath e Melo (1988). Optou-se pela inclusão, por considerar a relevância dos dados para o mapeamento da produção do campo informacional no país.

Em relação ao universo da pesquisa, o total dos registros de teses e dissertações analisados foi de 1.859, compreendendo 13 Programas de Pós-Graduação<sup>77</sup>. Já quanto aos anais do ENANCIB, o total de registros analisados foi de 2.535. Em se tratando do período da análise, observou-se o que estava disponível nas fontes consultadas, não sendo possível o estabelecimento de um padrão, tendo em vista as datas diferenciadas de início de funcionamento dos PPGs. A consulta as fontes foi realizada na primeira quinzena de junho de 2014.

#### 4 Resultados e Análise

O Escopo da pesquisa aqui apresentada se limita à análise da produção científica constantes das BDTDs dos PPGs da área das Ciências Sociais Aplicadas I e dos anais dos ENANCIBs. Nesse sentido, é importante salientar que resultados e análises aqui discutidos, se restringem ao campo empírico elegido e a metodologia aplicada. Inicialmente, destaca-se a incidência da presença do recorte temático-discursivo na produção analisada. Apesar de não ter sido possível estabelecer um padrão em relação ao período analisado, tendo em vista a data de início de cada PPG e do ENANCIB, infere-se que em relação ao universo pesquisado, a presença do tema “Bibliotecas Públicas” é baixa. Em relação as dissertações e teses, cujos primeiros registros retrocedem à década de 1970, apenas 3,92% da produção versa sobre o tema. Nos ENANCIBs, o percentual foi de 1,02%, com o primeiro encontro tendo sido realizado no ano de 1994.

QUADRO 2 - Registro da produção sobre o recorte temático-discursivo “bibliotecas públicas” nos enancibs e nas btds

	Universo	Recuperados

<sup>77</sup> Os seguintes PPGs: Biblioteconomia/ UNIRIO; Gestão de Documentos e Arquivos / UNIRIO e Gestão da Informação / UDESC não fizeram parte da análise, considerando-se que à época da investigação não constava nenhum registro de defesa de dissertações ou teses nos respectivos Programas.

ENANCIB	2.535	26
Teses e Dissertações	1.859	73

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Na análise pormenorizada dos dados relativos aos registros das dissertações e teses reforça-se o baixo interesse sobre o recorte temático-discursivo. No entanto, ao separar-se a produção por Programa de Pós-Graduação há um Programa que se destaca pela alta incidência de dissertações sobre o tema, o extinto Mestrado em Biblioteconomia da UFPB, que no período de 1979 à 1988 teve 40,7% da produção do Programa versando sobre a Biblioteca Pública.

QUADRO 3 - Teses e dissertações sobre “Bibliotecas Públicas”: produção conforme o Programa de Pós-Graduação

PPGs	Universo Pesquisado	Registros Recuperados	Percentual
Mestrado em Biblioteconomia UFPB	27	11	40,7%
PPGCI/UFBA	93	4	4,3%
PPGCI/UFF	27	1	3,7%
PPGCI/UFMG	348	10	2,9%
PPGCI/UFSC	94	2	2,1%
PPGCI/UEL	53	1	1,8%
PPGCI/USP	122	2	1,6%
PPGCI/UFPB	66	1	1,5%
PPGCI/UNB	271	4	1,4%
PPGCI/IBICT	538	5	0,9%

PPGs	Universo Pesquisado	Registros Recuperados	Percentual
PPGCI/UNESP	202	1	0,4%
PPGCI/UFPE	18	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

No estabelecimento do recorte por década, a análise aponta uma larga produção na década de 1980, com um acentuado decréscimo nos anos 1990 e uma retomada do interesse ao longo das duas últimas décadas.

QUADRO 4 - Teses e Dissertações sobre “Bibliotecas Públicas”: produção por décadas

Década	Quantitativo
1970	1
1980	12
1990	2
2000	10
2010	15

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Outro ponto a se destacar é a relação entre o quantitativo de dissertações e de teses. Em um total de 73 registros encontrados, apenas 4 foram teses, defendidas nos seguintes PGs: PPGCI/USP, PPGCI/IBICT, PPGCI/UNB e PPGCI/UFMG.

A análise dos registros da produção científica dos ENANCIBs não mostra diferenças significativas em relação aos resultados apresentados quanto às dissertações e teses. Como vimos no quadro 2, de um universo de 2.535 trabalhos apresentados, apenas 26 foram recuperados no escopo do recorte temático-discursivo aqui em análise, o que corresponde a aproximadamente 1% do total.

Considerando-se o ano da apresentação, tem-se a seguinte configuração:

QUADRO 5 - ENANCIBs: trabalhos sobre “Bibliotecas Públicas” conforme o ano

Ano	Universo	Recuperados
1994	23	0
1995	56	0

Ano	Universo	Recuperados
1997	135	4
2000	254	0
2003	140	1
2005	126	0
2006	108	0
2007	188	0
2008	151	5
2009	199	2
2010	254	5
2011	266	4
2012	317	3
2013	318	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

A análise mostra que durante os 14 anos em que ocorreram os eventos, em 6 deles não houve publicações sobre o recorte temático discursivo "Bibliotecas Pública" ou sobre temas que orbitam no seu entorno. Ademais, o número máximo de publicações no ENANCIB foi de 5 trabalhos nos anos de 2008 a 2010. Entretanto, ao se estabelecer o recorte por décadas observa-se um movimento de ascensão na produção.

QUADRO 6 - ENANCIBs: trabalhos sobre "Bibliotecas Públicas" conforme a década

Ano	Total
1990	4
2000	8
2010	14

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quanto aos Grupos de Trabalho (GTs) há uma maior concentração de trabalhos no GT 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. No entanto, é preciso ressaltar que a partir da fonte consultada, 12 dos trabalhos recuperados estavam sem a identificação do GT em que o mesmo foi apresentado.

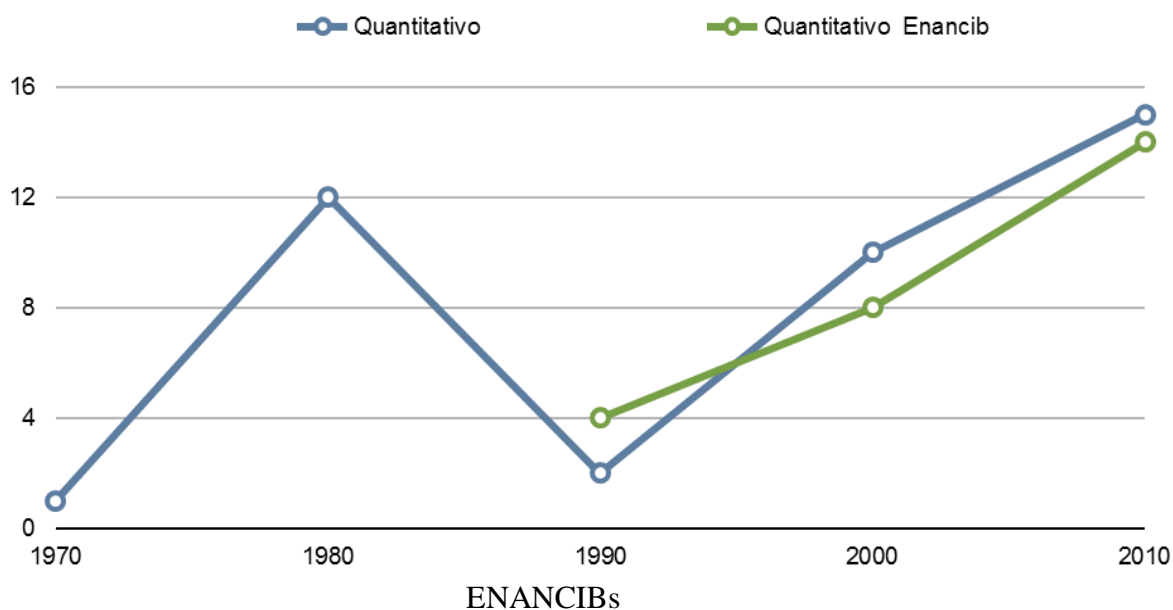
QUADRO 7 - ENANCIBs: trabalhos sobre “Bibliotecas Públicas” distribuídos por GTs

GT	Quantitativo
Não identificado	12
3	6
4	3
5	2
6	1
10	2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Ao colocarem-se os dados de ambas as fontes lado-a-lado, observando-se a questão temporal, é possível a identificação de uma tendência na produção analisada.

GRÁFICO 1 - Produção comparativa sobre “Bibliotecas Públicas”: Teses e Dissertações e



Fonte: Elaboração do autor.

Conforme observado no gráfico, a década de 1980 assiste a uma alta incidência da presença do recorte temático-discursivo “Bibliotecas Públicas”, acompanhada de uma acentuada depressão na década de 1990, a partir da qual verifica-se uma tendência de aumento na produção sobre o tema. A observação de tal tendência ratifica as conclusões das análises supracitadas de González de Gómez (2002) e de Freitas (2001, 2005, 2012) relativas às conformações do campo informacional no Brasil.

## 5 À GUISA DE CONCLUSÃO

A presente comunicação teve como objetivo apresentar os resultados de pesquisa em torno da produção científica do campo informacional brasileiro, tendo como foco a temática “Bibliotecas Públicas” e correlatos.

A opção teórico-metodológica pelo diálogo com os estudos de Gonzalez de Gomez e de Freitas supracitados, e pela apropriação de algumas das teses levantadas nos mesmos, ofereceu a análise um arcabouço teórico para a reflexão sobre as configurações que operam na conformação do campo informacional no Brasil.

Ao utilizar uma lente de aumento em torno de um dos recortes temático-discursivo, o das “Bibliotecas Públicas”, demonstra-se a prevalência de tendências no campo em análise. Tendências estas já apontadas pelas autoras supracitadas, a saber: a ênfase em estudos que buscam a introdução de questões relacionadas à demandas sociais e às políticas sociais durante a década de 1980, seguida de um “apagamento” das perspectivas e objetos políticos e culturais durante os anos 1990, acompanhada por uma tendência de retomada do interesse pela temática a partir dos anos 2000.

A análise dos registros das dissertações e teses, guardando-se as devidas limitações relativas aos usos das fontes (como a ausência dos registros relativos à produção oriunda do curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB), demonstra como a temática “Bibliotecas Públicas” despertou grande interesse na década de 1980, para encontrar o citado arrefecimento durante a década seguinte.

No caso dos registros dos trabalhos publicados nos anais dos ENANCIBs, apesar do número reduzido de trabalhos que possam ser categorizados no interior do recorte temático-discursivo em análise, nota-se um constante crescimento na produção. Há de se ressaltar, tanto em relação aos trabalhos publicados nos ENANCIBs, quanto em relação às dissertações e teses, que a tendência verificada na década de 2010, pode se configurar como uma possível transformação no campo, tendo em vista que já há uma constante produção sobre o tema, 15 registros para teses e dissertações e 14 registros para os trabalhos dos ENANCIBs, e que ainda estamos no ano de 2014, ou seja, na primeira metade da década.

No entanto, a colocação dos dados em perspectiva, comparando-os com o quantitativo total da produção e conseqüentemente com outros recortes temáticos-discursivos presentes no campo (apesar da não identificação dos mesmos na pesquisa aqui apresentada) sinaliza que o interesse dos pesquisadores da área em desenvolver trabalhos sobre as práticas informacionais que orbitam no entorno da Biblioteca Pública na sociedade brasileira é relativamente escasso.

Fato este que se apresenta como um paradoxo, tendo em vista a relevância da instituição Biblioteca Pública em nossa sociedade, como sendo um dos espaços conformados, e conformadores, de ações de informação.

## REFERÊNCIAS

ABATH, R. J.; MELO, M. de L. de A. Panorama do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 67 -70, jan./jun. 1988.

ARAUJO, E. A. de. Por uma ciência formativa e indiciária: uma proposta epistemológica para a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL de PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, 2005, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, SC, 2005.

ARAUJO, V.M.R.H. de. **Sistemas de Recuperação da Informação**: nova abordagem teórico-conceitual. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FREIRE, I.M. Temática <Responsabilidade Social> na literatura da Ciência da Informação indexada pela BRAPCI. In: ENCONTRO NACIONAL de PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis : UFSC, 2013.

FREITAS, L. S. A análise do discurso e o campo informacional: usos atuais e alcances epistemológicos. In: ENCONTRO NACIONAL de PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador : UFBA, 2007.

FREITAS, L. S. et al. Questões em rede: trajetos temáticos-discursivos do campo informacional brasileiro e internacional - 1968 -2009. In: ENCONTRO NACIONAL de PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

FREITAS, L. S. La telarana de los sentidos: el discurso de la Ciencia de la información sobre la actual condición de la información. **Ciencias de la Información**, Habana, v. 36, n. 3, p. 13 -27, 2005

FREITAS, L. S. **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: USP, 2001.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Datagramazero**: revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: <[http://dgz.org.br/dez00/F\\_I\\_art.htm](http://dgz.org.br/dez00/F_I_art.htm)>.

JOB, I; ALVARENGA, L. Citações presentes em teses e perfis de pesquisadores: fontes de indícios para se estudar a área da educação física. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p.151- 166, dez. 2008.

RABINOW, P. **Antrologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.



## CATALOGÍSTICA CONTEMPORÂNEA: UMA LEITURA A PARTIR DAS TESES DE PAUL OTLET

*CONTEMPORARY CATALOGÍSTICA: A READING FROM THE THESIS OF PAUL OTLET*

Elisabete Gonçalves de Souza  
Darlene Alves Bezerra  
Wellington Freire Cunha Costa

**Resumo:** Mostra a trajetória de Paul Otlet no *Instituto Internacional de Bibliografia* e seu esforço para criar as bases teóricas e metodológicas da Documentação. Destaca a importância de sua obra *Traité de Documentation*, publicada em 1934, na qual expõe os quatro princípios que fundamentarão essa nova ciência: o princípio monográfico, da pluralidade e da continuidade e o princípio da multiplicidade. Caracterizada como pesquisa teórica, avança discutindo as bases da Catalogística Contemporânea que tem nos *Functional Requirements for Bibliographic Records*, o novo modelo conceitual para estruturar metadados bibliográficos, uma nova metodologia compatível com o ambiente digital, para, a seguir, analisar as entidades do modelo (obra, expressão, manifestação e item) relacionando-as com as teses de Otlet. Conclui mostrando as vantagens proporcionadas pelos *Functional Requirements for Bibliographic Records* tendo em vista a descrição de recursos no ambiente digital, o que potencialmente caracterizaria uma expansão do conceito de rede de conhecimento idealizado por Otlet ao criar o *Repertório Bibliográfico Universal*.

**Palavras-chave:** Paul Otlet. Representação da informação. Modelos conceituais. Fundamentos da catalogação.

**Abstract:** This article shows the trajectory of Paul Otlet at the *International Institute of Bibliography* and its effort to create the theoretical and methodological bases of Documentation. Highlights the importance of his work *Traité Documentation*, published in 1934, outlining the four principles that will explain this new science: the monographic principle of plurality and the principle of continuity and multiplicity. Characterized as theoretical research, advances discussing the foundations of Contemporary Catalogística that has the *Functional Requirements for Bibliographic Records*, the new conceptual model for bibliographic metadata structure a new methodology compatible with the digital environment, then analyzes the model entities (work, expression, manifestation and item) relating them to the theses of Otlet. Concludes by showing the advantages offered by the *Functional Requirements for Bibliographic Records* in view of the description of resources in the digital environment, which potentially characterize an expansion of the concept of knowledge network idealized by Otlet to create the *Universal Bibliographic Repertory*.

**Keywords:** Paul Otlet. Representation of Information. Conceptual Models. Fundamentals of Cataloging.

### 1 INTRODUÇÃO

A história da representação da informação traz em sua evolução teórico-metodológica o saber e a experiência de homens como Panizzi, Cutter e, mais especificamente para o campo das bibliografias e repertórios, os conhecimentos de Paul Otlet, advogado belga que acreditava na universalização do conhecimento e que, para tanto, trabalhou incessantemente na busca de mecanismos e políticas que promovessem o acesso à informação. Assim, em

1892, ao lado do compatriota e também advogado Henri La Fontaine, preparou as bases daquela que seria uma importante instituição voltada para a organização e difusão do conhecimento, o *Instituto Internacional de Bibliografia* (IIB), criado em 1895, com o objetivo de organizar toda produção bibliográfica registrada no mundo e disseminá-la através de um *Repertório Bibliográfico Universal* (RBU).

De sua atuação no IIB surgem reflexões importantíssimas para a configuração do novo campo do conhecimento, a Documentação. Assim, através de seu “pensar o futuro” visualizou soluções para os problemas informacionais existentes em sua época que continuam a inspirar os estudos atuais sobre novas formas de organizar e disseminar o conhecimento.

Dessas reflexões nasce a obra *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, publicada em 1934, na qual Otlet define o campo teórico da documentação, suas leis e seus métodos, como também enfatiza o Princípio Monográfico, conceito central que flexibilizava o processo de catalogação priorizando a identificação de conteúdos relevantes expressos nas partes das obras, como os capítulos de livros e artigos de periódicos, destacando a importância de descrições analíticas que, reorganizadas sob um novo formato (o repertório), revelariam a totalidade do conhecimento produzido sobre um determinado assunto e suas relações com outros assuntos, num movimento histórico-dialético, que expressava a própria dinâmica da produção intelectual humana.

O presente artigo tem como objetivos: a) contextualizar o desenvolvimento da Documentação como campo epistemológico; b) discutir as bases da Catalogística Contemporânea a partir dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), novo modelo conceitual desenvolvido para estruturar metadados bibliográficos em ambiente digital; c) analisar as entidades do Grupo 1 do modelo FRBR (obra, expressão, manifestação e item) relacionando-as com as teses de Otlet, a fim de ressaltar o quanto contribuem para a idealização de um projeto de rede de conhecimento interligado; d) demonstrar de que forma as pesquisas em torno do modelo conceitual *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e das linguagens de marcação, como a *Resource Description Framework* (RDF) vêm contribuindo na descrição de dados e metadados em ambiente digitais, permitindo declarações inteligíveis, capazes de serem compreendidas pelos computadores e seus robôs de busca.

Nesse trabalho, buscamos nos estudos de Ortega (2011) o aporte teórico para demonstrar a importância das teses de Paul Otlet e, em especial, o Princípio Monográfico para os fundamentos dos catálogos e bibliografias, atualmente denominadas repositórios.

Para discutir os fundamentos da catalogação<sup>78</sup>, resgataremos o conceito de obra proposto por Panizzi como parte dos princípios para a produção de catálogos analisando sua evolução conceitual tal como se expressa no FRBR.

## **2 A BIBLIOGRAFIA E SUA PROBLEMÁTICA**

Quando a produção de livros era limitada, o controle era simples e as bibliotecas conseguiam reunir suas obras de forma praticamente completa, como é o caso da Biblioteca de Alexandria, que durante o século III a.C. conservava o saber da Antiguidade em rolos de papiros e pergaminhos em um único espaço. Segundo Weitzel (2002, p. 62), “as bibliotecas da era pré-Gutenberg eram caracterizadas por coleções infinitamente menores em volume, se forem comparadas com os padrões atuais”. De fato, dois grandes momentos históricos são os responsáveis por essa mudança e trouxeram novos desafios para o controle das coleções: a explosão bibliográfica e o advento da internet.

A explosão bibliográfica tem sua origem relacionada com a invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448, a qual ocasionou a primeira produção documental em grande escala e fomentou o surgimento de uma ciência para controlar esses materiais: a Bibliografia. Ou seja: por conta da imprensa e da crescente produção documental, aumentou-se o número de leitores, o que levou ao desenvolvimento de bibliografias de modo que as pessoas pudessem encontrar informações sobre todas as “existências documentais” (ARRUDA, 2012; GOMES, 2012), reconhecendo os livros pelo nome de seu autor, pelo título, lugar e data de publicação, editor, começando assim o sonho de se chegar a uma bibliografia “universal”.

Outro fator responsável pelo aumento da produção bibliográfica foi o Renascimento Cultural e Científico que mudou a orientação do pensamento ocidental devido à crescente necessidade do homem moderno buscar por conhecimento.

O século XVII representa o começo da informação científica e marca o surgimento de um novo produto voltado para a difusão do conhecimento: o periódico científico, publicação de caráter geral cuja principal função consistia em disseminar informação. O livro, considerado suporte único para divulgação do conhecimento, passou a conviver com outros tipos de documentos, o que trouxe modificações na bibliografia, resultando, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, no surgimento de uma nova ciência: a Documentação.

---

<sup>78</sup> Conforme Ortega (2011, p. 45) adotamos ‘catalogação’ para indicar a área do conhecimento que se ocupa dos princípios e métodos de produção de dados bibliográficos (termo mais amplo que catálogos de bibliotecas). [...] É provável que os termos representação descritiva e representação temática tenham sido adotados com o objetivo de ampliar o conceito de Catalogação, o qual remete à produção de catálogos de biblioteca.

Somente no século XIX, em 1885, a Bibliografia recebe sua primeira definição oficial por Daniel Grand na *Grande encyclopédie*, como sendo a “ciência do livro sob o ponto de vista de sua descrição e de sua classificação” (FIGUEIREDO; CUNHA, 1967, p. 16). Cabe ressaltar ainda que, neste século, os impressos se tornam muito mais acessíveis graças ao surgimento do Depósito Legal, que, de acordo com Campello (2006, p. 32) constitui uma “exigência definida por lei de se efetuar a entrega a um órgão público (geralmente a Biblioteca Nacional) de um ou mais exemplares de toda publicação editada em um país, considerando seus limites geográficos”, levando a bibliografia, antes elaborada por especialistas e amadores, para o campo científico. Assim, a bibliografia se aproxima da bibliologia, ciência que tem como objetivo recolher e classificar os documentos impressos, reagrupando-os em repertórios para facilitar a consulta.

Para Figueiredo e Cunha (1967, p. 19) a função da bibliografia,

consiste em fornecer dados relativos à produção bibliográfica de um determinado país ou de um conjunto de países, e informar sobre a atividade intelectual internacional ou nacional, em cada um dos ramos do conhecimento humano [...] são obras de pesquisa ou de consulta, e não de leitura ou estudo, que, indicando o que já foi realizado, ou está em realização nos domínios do saber, visam a facilitar o trabalho científico, técnico ou cultural.

Já Louise-Noelle Malclés (1954, p. 6), na obra *Cours de bibliographie*, define bibliografia como “o conhecimento de todos os textos impressos ou multigrafados. Fundamenta-se na pesquisa, na transcrição, na descrição e no arranjo desses textos, visando organizar serviços ou elaborar repertórios destinados a facilitar o trabalho intelectual”. Em síntese: a bibliografia surgiu para facilitar a recuperação da informação nas pesquisas e consultas a fim de controlar e divulgar o material bibliográfico e intelectual existente de forma mais organizada e rápida para o usuário.

Até o século XVI a bibliografia era representada pelos livreiros por meio de repertórios que continham todas as publicações de seus estoques, porém, apesar de apresentarem informações pertinentes, não possuíam uma organização metódica. Os primeiros bibliógrafos baseavam-se em métodos exclusivamente individuais, levando para o campo da bibliografia a continuação dos seus estudos humanísticos sem considerar nenhuma regra ou disciplina. Há raras exceções, como o caso de Konrad Gesner, conhecido como o “pai da bibliografia” cujo sonho era criar uma lista de livros impressos em todo o mundo a partir da sua obra editada em 1545 e intitulada “*Bibliotheca universalis*”.

Os repertórios, assim chamados no século XVI, eram elaborados a partir de fontes primárias em bibliotecas ou livrarias, sendo a principal preocupação dos bibliógrafos a

descrição do autor e não do livro em si. A descrição completa do livro só aconteceu mais tarde quando os editores passaram a valorizar o seu conteúdo, o que foi decisivo para o desenvolvimento da bibliografia, que, a partir de então, passou a ser conhecida pelas seguintes tipologias: Bibliografia universal ou geral, Bibliografia especializada e Bibliografia nacional.<sup>79</sup> Além desses aspectos, outros também foram arrolados de modo a diferenciar as bibliografias quanto à periodicidade (correntes ou retrospectivas), tipo de abordagem (analíticas ou sinaléticas) e alcance (exaustivas ou seletivas).

Apesar dessas bibliografias se diferenciarem em relação à periodicidade, ao tratamento dos documentos e tipos de documentos pesquisados, elas possuem a mesma função: investigar, transcrever, descrever e classificar os documentos impressos, estabelecendo uma visão de conjunto sobre a evolução e ciclos da criação intelectual e artística.

Assim, podemos perceber como foi importante cada tipo de bibliografia no controle e organização das informações até chegar ao seu apogeu no século XX com o surgimento da Documentação e o desenvolvimento do Repertório Bibliográfico Universal, cabendo a Paul Otlet iniciar a categorização das informações sob um ponto de vista inovador, até então desconhecido pela ciência bibliográfica.

A partir do pensamento de Paul Otlet sobre a Documentação, inicia-se um processo de busca de tecnologias que possam minimizar o problema do controle informacional surgido entre o final do século XIX e o início do século XX. Para conhecermos melhor esse processo analisaremos a seguir o desenvolvimento da Documentação e as principais contribuições ocorridas nessa área que veio para ampliar o conceito de Bibliografia e criar uma filosofia para o documento instituindo-o como objeto de pesquisa científica.

### **3 PAUL OTLET E O REPERTÓRIO UNIVERSAL**

---

<sup>79</sup> No final do século XIX o crescimento da produção científica fez com que a busca de informações acerca de novos assuntos aumentasse, passando os editores a valorizarem os índices de conteúdo em detrimento dos arranjos (índices) por autores, sendo esse processo, um indicador da “despersonalização do conhecimento” (WERSIG, 1993). Em termos epistemológicos, essa mudança vai culminar como o desenvolvimento da Documentação e de tecnologias de organização do conhecimento, como o RBU e a CDU. A centralidade do conteúdo vai levar Otlet a desenvolver o “princípio monográfico”, conceito que se fundamenta na dissociação entre dois elementos constituintes do documento: o suporte e a informação. Segundo Robredo (2003) esta relevância do conteúdo sobre o suporte físico, se acentuará a partir da segunda metade do século XX com a Ciência da Informação, sendo o conteúdo do documento, ou seja, a informação, o seu objeto característico de estudo.

De acordo com Fonseca (2005), o marco teórico para o desenvolvimento da Documentação como campo científico foi desencadeado por Paul Otlet e Henri La Fontaine, quando, em 1892, na cidade de Bruxelas, lançaram as bases para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), instituição criada em 1895 “com o objetivo de reunir toda a produção bibliográfica mundial, na forma de catálogo em fichas, que indicaria também a localização das obras” (CAMPELLO, 2006, p. 10). Esse catálogo em fichas tornou-se conhecido como Repertório Bibliográfico Universal (RBU).

Para a elaboração do RBU foram desenvolvidos alguns mecanismos com inspiração nas normas catalográficas anglo-americanas (sistematizadas a partir do aperfeiçoamento dos princípios de Panizzi para catálogos e para catalogação) como: a tecnologia das fichas padronizadas (o formato em ficha 7,5 cm por 12 cm), normas catalográficas, o mobiliário e a Classificação Decimal Universal (CDU), criada a partir da Classificação Decimal Dewey (CDD) (ORTEGA, 2011).

Mey e Silveira (2009, p. 72) apresentam algumas considerações a respeito da criação da CDU:

Após um período de uso da Classificação Decimal Dewey, [o IIB] criou a CDU, embasada em Dewey, porém mais especializada, visualizando-a como um meio de intercâmbio de informações bibliográficas, acima das barreiras linguísticas. É importante destacar que Dewey não apenas autorizou a tradução e a expansão de seu sistema, como aceitou o cargo de vice-presidente do IIB.

Quanto à produção dos registros há divergências sobre o número exato de fichas, pois Campello (2006, p. 11) relata que o RBU “chegou a acumular cerca de 20 milhões de fichas até o final da década de 1930, representando acervos de bibliotecas europeias e norte-americanas”, enquanto Ortega (2009, p. 61) afirma que “chegou a ter 16 milhões de fichas em 1934”. Já Mey e Silveira (2009, p. 72) destacam que “em seu auge, o instituto chegou a possuir dezesseis milhões de registros, segundo alguns autores, e doze milhões, segundo outros”. Essa inconsistência acerca da totalidade dos registros acumulados pelo IIB se deu em função das crises financeiras pelas quais passou a instituição entre 1920 e 1937, o que a obrigou interromper o trabalho de controle bibliográfico por diversas vezes.

No entanto, ainda que existam divergências quanto ao número de fichas produzidas no projeto fica nítida a importância do trabalho desenvolvido por Otlet e La Fontaine no IIB.

Também é importante relatar que

o sonho de Otlet era o de oferecer um *índice de assuntos* por meio do RBU que permitiria ir (por assunto) ao coração do conhecimento. Este sonho relacionava-se à ideia de que o acesso ao conhecimento por todos os povos levaria a uma maior compreensão da concepção de alteridade, no sentido do

conhecimento das diferenças, o que possibilitaria a paz mundial (ORTEGA, 2009, p. 62, grifo nosso).

Esse *índice de assuntos* expressaria a conexão entre os diversos documentos produzidos no mundo e registrados no RBU, pois, através de um sistema de fichas, os documentos estariam interconectados por meio de um *link* (o assunto) como em cadeias hipertextuais, ou seja, os documentos que tratassem de assuntos semelhantes seriam associados através de uma estrutura lógica de organização da informação, como propõe a CDU, cuja função não se restringiria a armazenar a informação, mas relacioná-la e recuperá-la, provendo a universalização do conhecimento.

De acordo com Mey e Silveira (2009), a trajetória do IIB foi conturbada devido às crises financeiras que assolaram a entidade, levando-a, durante a Primeira Guerra Mundial, a interromper periodicamente os trabalhos da bibliografia, os quais cessaram definitivamente por volta de 1920. Em 1931, o IIB assume outra nomenclatura, *Institut International de Documentation* (IID), e em 1937, é renomeado para *Fédération Internationale de Documentation* (FID). Todo o esforço em manter a entidade foi novamente abalado durante a Segunda Guerra Mundial, quando a invasão nazista à Bélgica causou a perda de uma considerável parte do trabalho desenvolvido pelo instituto. Porém, a Guerra não conseguiu destruir totalmente o trabalho de Paul Otlet, cuja obra se encontra hoje sendo revisitada e suas reflexões sobre “a internacionalização das redes de conhecimento” analisadas sob novos prismas face ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação contemporâneas, como a web e a internet.

O trabalho de Otlet no IIB, suas ideias e reflexões foram expressas em sua obra *Traité de Documentation* em que define os princípios da Documentação e da Bibliologia, embora esta última não seja sua criação, mas é por ele retomada “como ponto de partida para o desenvolvimento da Documentação”, conforme afirma Santos (2007, p. 56).

O *Traité de Documentation* é uma obra riquíssima, porém, neste trabalho apenas nos deteremos em pormenorizar o Princípio Monográfico, principal contribuição de Paul Otlet para a Documentação e ponto de partida para a categorização do conceito de unidade documentária, fundamental na discussão sobre a organização de bases de dados bibliográficas, sejam elas catálogos ou repertórios.

### **3.1 *Traité de Documentation* e seus princípios**

Para sistematizar suas categorias e conceitos Otlet publicou em 1934 o "*Traité de Documentation*", em que define a Documentação como “uma ciência geral, auxiliar de todas

as demais e que impõe suas normas desde o momento em que elas transmitem seus resultados em forma de documentos” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 80).

De acordo com Otlet (1934 apud BLÁZQUEZ OCHANDO, 2008) o Tratado foi criado para ser “um documento de base para o documentalista” de modo a esclarecer “noções relativas ao livro e ao documento” para estabelecer “um controle sobre a documentação que se produz sem perder de vista o que com séculos de tradição foi desenvolvido”.

Retomando categorias centrais da Bibliologia desenvolve o conceito de princípio monográfico, princípio este que normatizaria a Documentação e sob o qual se constituiria a enciclopédia documentária ou o livro universal, a grande síntese do conhecimento, expressa no conceito do RBU, em que:

A disposição sob forma de folhas ou fichas móveis não encadernadas permite obter as vantagens dos três seguintes princípios:

**Princípio da monografia:** cada elemento intelectual de um livro é (depois de ser seccionado do conjunto do texto) incorporado num elemento material correspondente;

**Princípio da continuidade e da pluralidade da elaboração:** quando um livro é elaborado intelectualmente por um ou vários colaboradores, ele termina na sua última página, as fichas permitem o trabalho de um número ilimitado de pessoas e nunca é considerado uma obra acabada;

**Princípio da multiplicação dos dados:** para que figurem os diversos dados nas diversas ordens de classificação (por exemplo, as ordens ideológicas, geográficas, cronológicas, etc.) multiplicam-se as fichas dos mesmos (OTLET 1934, p. 385-386, apud SANTOS, 2007, p. 56).

Ao retomar o princípio monográfico, a ideia de Paul Otlet era a de categorizar a informação no seu nível mais elementar e não apenas descrever partes informacionais como fazia a Bibliografia. Sua principal característica era de compatibilizar o “elemento intelectual” e o suporte físico da informação. Na verdade, a intenção era extrair dos textos tudo que fosse considerado novo e informativo para gerar um volume atual composto de fichas ou folhas soltas, o que levaria a uma nova unidade independente de informação. De acordo com Santos (2007, p. 62):

A modificação formal introduzida pelo Princípio Monográfico proporciona uma nova maneira de organizar os saberes, ou seja, um sistema de informação mais flexível que permite realizar a inserção de elementos considerados importantes e a omissão dos elementos que não sejam considerados úteis. Essas operações permitem classificar ou rearranjar as informações conforme a necessidade do usuário. A partir das novas opções de acesso que a estrutura de relacionamentos por assuntos oferece, possibilita economia de tempo e estimula novas formas de leitura mais próximas aos processos mentais do usuário, proporcionando-lhe economia de tempo.



O princípio monográfico colabora para que as informações dispersas em documentos variados possam se relacionar originando uma nova informação. Trata-se da base teórica sob a qual se funda os repertórios, ferramentas responsáveis pela produção de novas informações, que são geradas a partir de relacionamentos feitos pelo usuário de acordo com seus processos mentais e capacidades de associação de ideias.

O RBU inaugura uma nova forma de lidar com a informação centrando-a no pesquisador, como objetivo de facilitar a busca e o acesso aos documentos. O objetivo era criar um novo tipo de livro, que descrevesse de forma analítica todo repertório universal, e que pudesse ser lido por toda humanidade. De acordo com Otlet,

a informação, da qual foram retirados todos os elementos estranhos e a ganga, será publicada de maneira bastante analítica. Será registrada em folhas separadas ou fichas ao invés de ficarem confinadas em volumes [...] Pela união destas folhas, e classificando-as e organizando-as de acordo com os cabeçalhos de uma classificação confiável, precisa e detalhada, criaremos o Livro Universal do conhecimento, um livro que jamais estará completo, mas que crescerá incessantemente (OTLET 1934 *apud* FROHMANN, 2000, p. 6).

Segundo Otlet, o Princípio Monográfico objetiva extrair dos textos aquilo que era considerado novo e informativo, a fim de compor um novo volume ou documento, constituído de fichas ou folhas soltas, de onde, obtinha-se, então, uma nova unidade autônoma de informação. “Esse princípio caracteriza-se como o procedimento pelo qual se fazem coincidir o ‘elemento intelectual’ e o suporte físico da informação”. Trata-se de uma “nova maneira de organizar saberes, ou seja, um sistema de informação mais flexível que permite realizar a inserção de elementos considerados importantes e a omissão dos elementos que não sejam considerados úteis” (SANTOS, 2007, p. 56; 62).

Conforme as palavras de Otlet seriam retirados do documento “todos os elementos estranhos e a ganga” para formar uma nova unidade intelectual: o registro bibliográfico. Assim, ao trabalhar com a fragmentação do suporte (análise das partes dos documentos) e a totalidade (síntese, expressa na forma de repertório universal), Otlet cria uma nova metodologia para representar e organizar a informação e lança as bases do conceito de “unidade documentária” (unidade informacional mínima) em cujo registro arrolam-se informações sobre o suporte e o conteúdo. Os objetos informacionais elaborados segundo esse princípio assemelham-se aos registros das bases de dados e aos objetos hipertextuais, pois são unidades de informação que podem ser compreendidas isoladamente, isto é, podem ser reinterpretadas e relacionadas de diversas maneiras segundo os objetivos do pesquisador. A unidade informacional pode ser associada a uma diversidade de unidades que tratem do

mesmo assunto proporcionando economia de tempo, diversidade e precisão na recuperação da informação (SANTOS, 2007).

#### 4 A CATALOGÍSTICA<sup>80</sup> CONTEMPORÂNEA E AS REFLEXÕES DE PAUL OTLET

Desde o final da década de 1990 a representação descritiva ou catalogação vem incorporando mudanças em seu enfoque. Seu “cerne deslocou-se do item para o usuário, visando permitir-lhe as tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter uma ‘entidade’ adequada aos seus propósitos”. (MEY, 2003, p. 1). A resposta a essa mudança de paradigma foi a publicação em 1998 do relatório final do Grupo de estudo da IFLA (*Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records*) contendo a descrição do modelo conceitual FRBR e as novas diretrizes para a descrição de recursos em catálogos, repositórios e outras ferramentas bibliográficas. Essas discussões foram consolidadas na versão final da Declaração de Princípios publicada em 2009, na qual se menciona:

Esta declaração está construída sobre as grandes tradições catalográficas do mundo [na obra de Charles A. Cutter, S. R. Ranganathan e Seymour Lubetzky], bem como sobre o modelo conceitual estabelecido no IFLA *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR). Espera-se que esta declaração facilite o intercâmbio internacional de dados bibliográficos e de autoridade e oriente os criadores de regras de catalogação nos seus esforços para desenvolver um código internacional de catalogação (IFLA, 2009, p. 1).

Os Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) e suas extensões reestruturam os registros bibliográficos, reorganizando os seus elementos através da análise de entidades, atributos e relacionamentos, isso proporciona não só uma nova sintaxe à catalogação, mas principalmente uma nova semântica, tornando-a extensível e compreensível aos usuários.

O novo modelo conceitual foi inspirado no metamodelo Entidade-Relacionamento (E-R), criado na década de 1970 pelo cientista da computação Peter Chen, para otimizar as rotinas dos bancos de dados de modo que os registros gerados nos mesmos fossem

---

<sup>80</sup> Neste trabalho, adotamos o termo *catalogística* para nos referirmos aos princípios e fundamentos da Catalogação Descritiva Internacional. Tendo em vista que, a *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação* (PIC) menciona: “Esta declaração está construída sobre as grandes tradições catalográficas do mundo, bem como sobre o modelo conceitual estabelecido pela IFLA *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), que na atualidade se configura na principal metodologia para a configuração do novo código internacional de Catalogação Descritiva, o *Resource Description and Access* (RDA) (IFLA, 2009), que retoma conceitos clássicos da Ciência da Informação, como os relacionamentos, desdobramento de conteúdos feitos através de remissivas e referências, hoje denominadas *links*, ideia preconizada por Otlet ao criar o RBU.

interligados, apurando a recuperação de itens importantes de forma fácil e rápida. Segundo Moreno (2006, p. 34):

Modelos de dados são um conjunto de conceitos utilizados para descrever um banco de dados. O modelo E-R é um modelo lógico com base em objetos, e a identificação de entidades e relacionamentos é entendida como a captura da semântica dos dados, para projetar um banco de dados. Este modelo não visa à implementação e sim à modelagem/representação dos dados. A partir desta modelagem, é possível implementar um banco de dados em outros modelos de dados: orientado a objeto, relacional, etc.

As relações entre as entidades constituem uma parte fundamental do modelo FRBR, pois desempenham um papel importante no auxílio ao usuário, para que este esteja apto a executar as tarefas de encontrar, identificar, selecionar e obter, e também ‘navegar’ no universo bibliográfico de forma mais simples e objetiva.

Os FRBR e suas extensões (FRAD e FRSAD) são modelos conceituais e não normas de descrição, mantendo-se alicerçados nos fundamentos propostos por Panizzi para os catálogos. Segundo Ortega (2011) a novidade introduzida pelo modelo está na possibilidade de apresentação dos registros bibliográficos categorizados por entidades e relacionamentos. Cada entidade tem características (atributos) que as individualizam das demais aprimorando a semântica do domínio bibliográfico, o que repercute na qualidade da busca e recuperação da informação. Assim, como as ‘manifestações’ e as ‘expressões’ de uma obra são agrupadas, é possível ao usuário após a busca elencar todas as obras por meio dessas entidades e fazer a seleção a partir dos diversos itens que o acervo possui da mesma obra, como propôs Panizzi.

No entanto, o modelo traz, ainda que de forma sublimada, uma forte relação com as teses de Paul Otlet. Por isso, para demonstrar de que forma os princípios de Otlet se expressam no novo modelo conceitual tomamos como base para nossa análise as entidades do Grupo 1 do FRBR.

FIGURA 1 – Entidades do Grupo 1.



Fonte: Tillett (2003).

**Obra:** entidade abstrata que expressa uma criação intelectual ou artística. Seu reconhecimento como entidade se dá por meio de suas expressões (obra literária, musical, científicas, etc.), que juntas representam uma criação, uma realização do conhecimento humano. Sob esse aspecto, pode-se dizer que no domínio bibliográfico a entidade **Expressão**: refere-se à realização intelectual ou artística de uma obra ao ser elaborada, excluindo-se aí aspectos de alteração da forma física.

Aproximando essa reflexão do Princípio Monográfico podemos dizer que a totalidade “obra-expressão” pode ser classificada como um “elemento intelectual” em potência, aguardando uma forma de se manifestar, ou seja, de se realizar materialmente, incorporado num elemento material (um livro, por exemplo), que poderá ser seccionado e analisado como uma nova “obra-expressão”, que, dada a sua nova natureza, manifesta-se, agora, como um capítulo de livro. Essa é a dinâmica dos repertórios, assim como, das bibliografias digitais - os repositórios, qual seja: analisar e descrever unidades documentárias mínimas que, reorganizadas sob temas, multiplicam-se criando novos nexos, questões estas abordadas por Otlet ao expor o Princípio Monográfico e o Princípio da Multiplicidade.

Portanto, diferenças tipográficas não constituem uma nova expressão, mas qualquer mudança no conteúdo intelectual ou artístico de uma obra constitui mudança na expressão, por exemplo, uma adaptação ou uma tradução são apenas expressões de uma obra. **Manifestação:** é a materialização de uma expressão de uma obra, ou seja, seu suporte físico. A entidade **Item** traz os atributos que permitem o acesso físico (analogico ou digital) às

diferentes expressões e manifestações de uma obra (MORENO, 2006; SILVEIRA; MEY, 2009).

Um registro bibliográfico, ou ficha, como denominava Otlet, tem o objetivo de descrever tanto os dados físicos (atribuídos à manifestação) como o conteúdo e as informações referentes à sua localização. Esse processo, sendo realizado de forma contínua e plural (Princípio da Continuidade e da Pluralidade) dará origem a um novo elemento: o repertório, cuja multiplicidade dos relacionamentos (garantida pelo uso da CDU) permitiria ao usuário encontrar informações para produzir novos conhecimentos. Sob esse aspecto, o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) anunciava a metáfora das redes de conhecimento, sistema esse que, dados os avanços da Web Semântica, vem tornando-se uma realidade.

Para o campo da Biblioteconomia e da Documentação os FRBR significam uma nova forma de estruturar os dados, mais flexível sem deixar de ter consistência, já que cada entidade, graças ao seu conjunto de atributos, é um referente único no universo bibliográfico. A descrição (nome do autor, título, nome do editor, etc.) na linguagem RDF permite que os robôs de busca façam inferência e identifiquem os conteúdos dos registros, transformando a Web num celeiro de repositórios, o que multiplica de forma exponencial as possibilidades de relacionamentos por meio dos *links*.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando atentamente nos detemos nas reflexões de Paul Otlet materializadas na obra *Traité de Documentation*, percebemos o quanto esta obra manifesta ideias à frente de seu tempo. Ideias precursoras, através das quais Otlet conseguiu visualizar conexões hipertextuais, o fenômeno das redes sociais e, em especial, o sonhado livro universal construído sobre os fragmentos de todos os livros do mundo, aproximando-se do que hoje chamamos de “universo Web”.

Paul Otlet demonstrou ser um cientista social dedicado ao desenvolvimento do gênero humano, seguindo em seu campo, como um revolucionário. Prova disso, foi a criação do *Instituto Internacional de Bibliografia* responsável por grandes contribuições para a área de organização da informação, tendo como preocupação central a questão da difusão e do acesso ao conhecimento em nível universal.

Ao definir o Princípio Monográfico como categoria central de sua metodologia, Otlet cria as bases epistemológicas da Documentação. Ultrapassa os limites do livro como totalidade e fragmenta os documentos com o objetivo extrair dos textos aquilo que era considerado novo e informativo, a fim de compor um novo volume: o repertório. Sua

preocupação (e desafio) era alcançar uma organização racional e objetiva da informação, que proporcionasse ao usuário economia de tempo e o mantivesse continuamente informado.

A visão abrangente e integradora da Documentação serviu para eliminar as barreiras físicas e ampliar o acesso a acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos para o registro integral dos assuntos pesquisados.

Ao criar o Repertório Bibliográfico Universal, Otlet proporcionou uma nova forma de organização do conhecimento capaz de identificar o que havia sido produzido sobre determinado assunto. Na época, significou para os pesquisadores redução de custos e tempo e otimização dos resultados, uma vez que tinham a vantagem de saber o que foi produzido sobre uma questão científica.

A visão extensiva e integradora da Documentação muito se aproxima dos bancos de dados atuais. A diferença é que o RBU foi pensado para ser utilizado com os meios de comunicação de sua época, levando-se dias ou horas para que a informação desejada chegasse até o usuário. Atualmente, a Internet e a Web tornam a busca rápida, embora pouco precisa. Porém, com os implementos da Web Semântica caminhamos para a precisão dos mecanismos de busca, não mais robôs, mas *agentes inteligentes* farão as buscas incorporando precisão semântica ao processo.

Os repositórios atuais refletem o desenvolvimento das primeiras aspirações de Otlet e La Fontaine ao compartilhar informações sem fronteiras e disseminar o conhecimento sem intermediários. Os FRBR e suas extensões (modelos FRAD e FRSAD) representam um avanço na forma de estruturar os metadados bibliográficos. Desenvolvidos a partir do modelo E-R, têm como função melhorar o desenvolvimento dos bancos de dados fornecendo descrições mais intuitivas e extensíveis aos usuários e buscas mais precisas e ricas em função dos relacionamentos, permitindo a navegação por grandes volumes de dados, tal como sonhava Otlet, ao criar o RBU.

Diante do exposto, percebe-se a importância de Paul Otlet no cenário informacional através de suas contribuições que refletem os dias atuais tanto na criação dos repositórios quanto na criação de um modelo conceitual voltado para o relacionamento de suas entidades, o FRBR.

Enfim, é possível destacar o relevante papel desempenhado por Paul Otlet no campo da Ciência da Informação, pois através de suas teses podemos agregar fundamentos teórico-metodológicos à criação de repositórios, como também, ao novo modelo conceitual FRBR que visa estruturar metadados bibliográficos compatíveis com o ambiente digital e a atual proposta da Web Semântica.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Lígia Maria de Melo. **Efeito bradfordiano na produção documental no tempo de D. Pedro V: 1837-1861**. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.
- BLÁZQUEZ OCHANDO, Manuel. Historia de la ciencia de la documentación. 2008. Disponível em: <<http://ccdodoc-histccdocumentacion.blogspot.com.br/search/label/05.-%20Paul%20Olet%20y%20Henri%20La%20Fontaine>> Acesso em: 20 maio 2014
- CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006.
- FIGUEIREDO, L. M. de; CUNHA, L. G. de. **Curso de bibliografia em geral: para uso dos alunos das escolas de biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ed.da FGV, 2005.
- FROHMANN, B. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of the Education for Library and Information Science**, State College, PA, v. 42, p. 13-28. 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40324034?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104715064173>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- GOMES, Sandra Rebel. **Material didático**. Niterói, 2012. 12p. Digitado.
- IFLA. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. 15f. Disponível em: <[http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp\\_2009-pt.pdf](http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2010.
- LÓPEZ YEPES, José. **La Documentación como disciplina: teoria e historia**. 2. ed. actualizada y ampliada. Pamplona: Ediciones Universidade de Navarra, 1995.
- MALCLÈS, Louise-Noelle. **Cours de bibliographie**. Genève: E. Droz, 1954.
- MEY, Eliane Serrão Alves. **Não brigue com a catalogação!**. Brasília, DF: Briquet de Lemos /Livros, 2003.
- MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.
- MORENO, Fernanda Passini. **Requisitos funcionais para registros bibliográficos – FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata**. 2006. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 43-60, mar. 2011.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da documentação: subsídios para compreensão da história da ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009.
- ROBREDO, Jaime. Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SANTOS, Paola. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 54-63, maio/ago. 2007.

TILLET, Barbara. **O que é FRBR?:** um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Tradução Lidia Alvarenga e Renato Rocha Souza. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/cpsd/o-que-e-frbr.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, Oxford, v. 29, n. 2, p.229-239, mar.1993.



## INFORMAÇÃO, UM OPERADOR INOPEROSO DE RELAÇÃO

### INFORMATION, AN OPERATOR INOPERATIVE RELATION

Vinícios Souza de Menezes  
 Maria Nélide González de Gómez

**Resumo:** A informação é pensada enquanto um in-operador de relação. Os pensamentos de Maria Nelida Gonzalez de Gomez e de Giorgio Agamben são postos em relação. Assinala-se a complementaridade de alguns temas comuns a ambos, tendo como o halo central a questão filosófica da informação. O conceito da informação de Gonzalez de Gomez como operador de relação é posto em uma aproximação conjuntiva ao de inoperação de Giorgio Agamben; a partir de então, conceitos como potência, contingência, movimento e história, por exemplo, são suscitados face à ação relacional de uma terceira espécie de ação: o *gerere*. A argumentação acerca dos plexos acionais da informação levantada por Gonzalez de Gomez é compartilhada à hermenêutica feita por Agamben da ação enquanto *gerere*. O *gerere* é analisado em sua bipolaridade interpretativa em questão no texto de Agamben. Por fim, nos derradeiros comentários apontam-se caminhos a serem percorridos *a posteriori*, a partir das linhas aqui traçadas.

**Palavras-chave:** Informação. Contingência. Potência. Inoperador de relação. *Gerere*.

**Abstract:** The information is designed as an in-operator relationship. The thoughts of Maria Nelida Gonzalez Gomez and Giorgio Agamben are brought into relation. Points out the complementarity of some themes common to both, with the halo central philosophical question of information. The concept of information Gonzalez Gomez as operator interface is put into a conjunctive approach to the inoperability of Giorgio Agamben; thereafter, concepts such as power, contingency, movement and history, for example, are raised against the relational action of a third kind of action: *gerere*. The argument about the plexi ational information raised by González Gómez is shared hermeneutics of action taken by Agamben as *gerere*. The *gerere* is analyzed in its interpretive bipolarity in question in the text of Agamben. Finally, in the closing comments indicate some routes to be followed retrospectively from the lines drawn here.

**Keywords:** Information. Contingency. Power. Inoperator relationship. *Gerere*.

## 1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Camaleões são pertencidos pelas cores; eles se aperfeiçoam das paisagens.  
 Manoel de Barros (2011, p. 290).

Enquanto notas seminais, este texto se expõe através da tessitura do encontro entre o pensamento de Maria Nelida Gonzalez de Gomez e o de Giorgio Agamben, em especial, na dimensão da ação e da informação. O que nos move nesse texto e no desdobramento da investigação é a exposição de Gonzalez de Gomez da informação como um “operador de relação”. Nessa conceituação encontram-se vinculados os conceitos de ação (operação) e de relação, enquanto composição que in-forma. Podemos dizer que a informação, operando

relações, age num ádito, como algo em meio à (*in media res*)<sup>81</sup> duas margens relacionais que se encontram separadas ou distanciadas conforme suas circunstâncias. Como uma espécie de terceira margem conjuntiva, a informação associada à linguagem é potencialmente uma “operação integradora”<sup>82</sup>. É propriamente nessa relação com a linguagem que o encontro com o pensamento de Agamben se dá; contudo, a via de acesso do diálogo se dará através do conceito de “inoperosidade”, que não é entendido de maneira antitética ao conceito de operação, mas como um modo de pensar a ação desvinculada da obra, ou seja, enquanto “puro meio”. Para isso Agamben resgata Marco Terêncio Varrão<sup>83</sup> para demarcar uma terceira espécie de ação que estaria relacionada à informação: *gerere*. Perante esses traços, semelhanças e parentescos, todavia também, manchas, dessemelhanças e dissimilaridades, procuramos nos dois autores abordados, nas duas formas diferentes ver, um mesmo jogo previamente postulado para o texto – ora por vias diretas, ora por vias indiretas – o jogo acional da informação.

Podemos ler o texto em dois momentos relacionais, não necessários, apenas contingentes. Anterior à especificação dos dois momentos, insisto com Wittgenstein para dizer: 1)<sup>84</sup> o esforço não é de traçar um limite preciso, “pois eu não queria traçar nenhum”, mas dizer, “seu conceito não é igual ao meu, mas tem parentesco com ele” – isto também é válido para as instâncias diferenciais do pensamento de Gonzalez de Gomez e Agamben; 2) ainda a respeito dos limites, “eu uso o nome ‘N’ [informação] sem um significado fixo”, enumero dêiticos (“aqui e ali, esta e aquela, isto e aquilo”) (2008, § 79, p. 58-59), ou nas palavras de Gonzalez de Gomez (1999, p. 7, grifo nosso), “o ator social que **indica** em que caso a informação é o caso”; 3) por fim, para perseverar na contingência e no horizonte de disponibilidade do conceito, distanciando-se da sua totalidade, “eu dizia sobre o emprego de uma palavra: ele não é totalmente delimitado” (2008, § 84, p. 61). Portanto, esses são os jogos

---

<sup>81</sup> “*Res* significa implicação de qualquer coisa na linguagem.” (AGAMBEN, 2010, p. 33-34).

<sup>82</sup> A linguagem e seu uso comunicativo parecem ter um papel principal nesses processos, não por ter o caráter de uma “operação fundadora”, mas de uma “operação integradora”. Para maiores desdobramentos do caráter integrativo e medial da informação conferir o texto de Gonzalez de Gomez *A informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens. Questões epistemológicas, consequências políticas* (2006).

<sup>83</sup> Segundo Capurro (2008), Varrão foi o primeiro a fazer uso no latim da palavra *informatio*.

<sup>84</sup> “Se alguém traçasse um limite preciso, eu não poderia reconhecê-lo então como o que também sempre quis traçar ou que tracei em espírito. Pois eu não queria traçar nenhum. Pode-se dizer então: seu conceito não é igual ao meu, mas tem parentesco com ele. E é o parentesco de duas imagens, das quais um é constituída de manchas de tinta delimitadas imprecisamente, a outra de manchas de tinta modeladas e distribuídas por igual mas precisamente delimitadas. O parentesco é, neste caso, tão inegável como a diferença.” (WITTGENSTEIN, §76, p. 57).

pressupostos no texto, e por meio desses procuraremos ver os jogos da informação em face do nosso contexto de referência – a relação temático-discursiva de algumas concepções de Gonzalez de Gomez e Agamben.

No primeiro momento, busca-se demarcar uma configuração da informação, enquanto uma força de reunião (agir) relacionante e contingente, desvinculada da obra e de sua finalidade<sup>85</sup>, para citar as palavras de Gonzalez de Gomez, desatada da “totalidade do conhecimento” e da “totalidade da comunidade de comunicação”, enfim, uma ação que porta a “não-disponibilidade atual da totalidade”. No “puro meio” (*gerere*) da linguagem, que falaremos mais detidamente no quarto tópico desse texto, o espaço de ação política possível da informação está repleto de um agir inoperoso, ou seja, sem *opera* (obra, do grego *ergon*). Configurado pela argumentação de Agamben, como um limiar, algo próximo ao uso da palavra grega *logeion*, esse espaço intermédio porta o “vazio inesgotável” e “sempre renovado” da política. A informação, como uma operação inoperosa de relação, leva “algo a dispor” nesse “horizonte de disponibilidade” – carregado de códigos, tecnologias de aprendizagem, registro e transmissão, além das condições culturais, sociais, políticas etc. – deixando este “algo” disponível, em diversos modos – conceitual, textual, imagético etc. A informação é enunciada através de suas redes primárias (intersubjetivas: social, comunicativa) e secundárias de meta-informação (predispostas ao aferimento, avaliação e intervenção das redes primárias) e relaciona-se nesse espaço medial da linguagem, com o conhecimento – e suas redes primárias e secundárias de conhecimento e meta-conhecimento, em suas demandas de objetividade, critérios de prova e garantias de justificação (legitimação) – e a comunicação (“simetria pragmática”). Ao final desse primeiro momento, como forma de reiterar o caráter relacionante (relacional?) das ações de informação, busca-se descrever a informação enquanto um gesto inscrito e mobilizador que trans-porta e traslada contextos linguísticos-referenciais (princípio de indexicalidade)<sup>86</sup>.

No segundo momento do texto, buscamos descrever o *gerere* enquanto uma terceira via de entendimento da ação, demarcada a diferença em relação às duas outras formas de

---

<sup>85</sup> Para os que insistem na finalidade, Agamben (2008a, p. 13) reforçando o caráter medial do *gerere*, utiliza a expressão kantiana: “finalidade sem fim”.

<sup>86</sup> Conforme Gonzalez de Gomez (2014, no prelo), sua abordagem remete antes aos procedimentos abstrativos do que Habermas denomina ciências da reconstrução, que aos procedimentos de anamneses de Agamben. Conforme a citação de Nobre e Repa da autora, aquilo que é indagado pelos procedimentos das ciências da reconstrução, “Não são estes ou aqueles objetos em particular, mas as regras, as estruturas, os critérios de avaliação e os processos sociais mais amplos em que determinados objetos simbólicos se inserem e ganham um sentido social e racional, que é alvo da teoria reconstrutiva” (NOBRE; REPA, 2012, p. 18).

ação: *práxis* e *poiesis*. Agamben usa o conceito de *gerere* em dois textos distintos e de duas maneiras, aparentemente distintas, já que é típico da retórica conceitual desse autor, a bipolaridade dos usos dos conceitos (CASTRO, 2012). No livro *Opus Dei*, Agamben identifica o *gerere* enquanto paradigma da ontologia operativa e do comando, vinculado às categorias de *effectus* e *officium*. Já em *Medios sin fin*, Agamben, no capítulo, *Notas sobre o gesto*, reposiciona, ou melhor, faz um outro uso do conceito, agora então como uma figura paradigmaticamente da “esfera própria do homem” (ética e política), do *aergos* (sem obra), e desta maneira, inoperativa. Todavia, neste segundo momento, o elo que nos liga ao *gerere* é o gesto enquanto um “portar”, um “assumir e suportar”, e a informação enquanto uma operação de relação que trans-porta, ex-porta, im-porta, re-porta, com-porta e a-porta a medialidade, nas palavras de Agamben, o “ser-num-meio do homem”, isto é, “a ética”. Deste modo, perante uma dupla articulação da informação com a) a pragmática social (“formulação histórica da metainformação”) e b) o universo de conhecimento e experiência (condições de existência da informação), apontamos para uma tríplice relação entre *gerere*, informação e linguagem. Ao final, anotamos uma relação incipiente, a ser continuada, a partir da nossa leitura de ambos os autores: o interposto entre informação e história.

## 2 EXPOSTOS, EM MEIO AO MUNDO, INFORMAMO-NOS UNS AOS OUTROS

Gonzalez de Gomez (1995) trata da passagem do estado de estocagem para a constituição em rede, da informação. Enquanto uma ação intermédia, a informação gestaria a relação entre o conhecimento<sup>87</sup> e a comunicação<sup>88</sup>: “as ações sociais que têm como finalidade a definição do que seja o conhecimento e a comunicação são as que estabelecem, em cada

---

<sup>87</sup> “Poderíamos dizer que aquilo designado nas modernas sociedades ocidentais como **conhecimento** teria como **traço principal a demanda de objetividade**, oferecendo alguns **critérios e procedimentos de prova** e alguma **‘garantia’ ou princípio de justificação** que dê conta de sua **legitimidade**. O aferimento de seu desempenho terá assim como ponto de partida uma dupla referência: a **um domínio de legitimação** e a **um domínio de intervenção**. **Como forma intencional de ação** (que implica definir ao menos qual seja o conhecer que propriamente conhece, o que é aquilo a ser conhecido e quem é o conhecedor desse conhecimento), seria esperado de uma **esfera de produção de conhecimentos** que toda afirmação possa ser negada, refutada, modificada e que sempre seja possível tematizar e questionar as condições e procedimentos de validação.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p. 21, grifo nosso).

<sup>88</sup> “**Os postulados da comunicação** definem a simetria pragmática dos falantes e dos atos de fala, pela isenção de todo constrangimento externo ou de coações derivadas da própria estrutura da comunicação. Isto implica que seja possível, para todos e cada um dos participantes de um jogo de linguagem, ser emissores e receptores, iniciar uma fala, fazer perguntas, dar respostas, intervir, replicar; utilizar todas as modalidades da produção de sentido, tal como afirmar e negar, julgar, avaliar, interrogar, expressar emoções, desejos, sentimentos.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p. 23, grifo nosso).

caso, as possibilidades e limites do que seja entendido como ação de informação” (1995); num segundo momento, no texto *Caráter seletivo das ações de informação*, Gonzalez de Gomez (1999, p. 25, grifo nosso) avançando a temática da sua fala anterior, manifesta:

**A informação, como operador de relação liga ao mesmo tempo duas redes.** Uma **rede de informação 'primária'**, que remete a informação gerada intersubjetivamente em processos acionais e comunicativos sociais, e que vai constituir processos de geração de conhecimento e aprendizagem, e **uma rede de informação sobre a informação, ou rede de metainformação**, que vai formar parte de processos de aferimento, avaliação e intervenção social que **tem como objeto a própria informação em seus contextos de comunicação e de conhecimento**. As redes de informação primária nutrem as redes de conhecimento e os processos sociais de interação e de identificação (construção de sujeitos coletivos).

Essa “dobra” da informação – informação e informação sobre informações – surge em meio às ofertas enunciativas do conhecimento e da comunicação<sup>89</sup>, não alheia às demandas ético-políticas, mas pelo contrário, na esfera desses interesses que constituem o espaço da vida política: “[...] o *inter-esse*, aquilo que está *entre* os homens. Esse espaço-entre (*in-between*), comum a todos e, portanto, concernente a cada um, é o espaço no qual a vida política ocorre.” (ARENDDT, 2011, p. 282). Considerando a ação como a condição central de todo o domínio da política e a informação enquanto uma figura representativa desse espaço medial onde ocorre a política e a ética, nos propomos a pôr em questão, ainda que embrionariamente, a medialidade implicada na informação e em suas ações socialmente vinculadas pelas suas relações<sup>90</sup>.

Gonzalez de Gomez (1995) vinculando o surgimento das questões de informação na modernidade argumenta que num primeiro momento, conforme manifestado por Benjamin (1987, p. 197-221), as cadeias da tradição, representadas pelos narradores que tecem as histórias das malhas da vida, foram substituídas pelas cadeias de transferência da informação<sup>91</sup>: “a testemunha, pelo documento e pela prova; a experiência, pela

<sup>89</sup> “No recorte que lhe é particular [Ciência da Informação], se o conhecimento é focalizado desde a comunicação, a comunicação do conhecimento é colocada no contexto da ação, das práticas sociais.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1995).

<sup>90</sup> “O próprio do ponto de vista que adotamos **é a ênfase no conceito de relação** o qual, a nosso ver, permitirá recuperar para a área, em diferentes momentos, tanto da teoria da ação comunicativa quanto da teoria social de redes.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1995, grifo nosso).

<sup>91</sup> Gonzalez de Gomez assimila e desenvolve o conceito de “cadeia de transferência de informação” do reconhecido relatório Weinberg (1963): *Science, government, and information*. “Tal seria a importância do que Weinberg denomina a ‘cadeia de transferência de informação’ – *Information Transfer Chain* – em que a principal intervenção informacional é de *switching* [comutação], de **operações de relação**, compatibilização e tradução. Cabe lembrar que, neste momento, trata-se de **operações relacionais** metasssemânticas ou paralinguísticas. Tais o papel dos tesouros e as terminologias, os dispositivos de buscas booleanas em bases de dados digitais ou os mecanismos

experimentação; o ancião e o viajante, pelas bibliotecas, os arquivos, os jornais, o rádio, a telecomunicação; a comunidade de interlocução da narrativa, pela solidão do homem da informação.” Gonzalez de Gomez assinala uma fissura no entendimento da informação, onde uma das vertentes, a do registro documental, tende a impor num primeiro momento os seus pressupostos sobre os outros, em especial a memória concebida *a posteriori*. O que se apresenta parece ser o privilégio do pensamento ôntico-entitativo que se perfaz nessa relação exposta por Gonzalez de Gomez, criando um “hiato comunicacional” através dos efeitos contraditórios de um *principium divisionis* que acontece sobre as ações relacionais de informação.

**Os procedimentos modernos para reunir os ‘uns’ aos ‘muitos’, transformando os indivíduos soberanos em sujeitos sociais cooperativos, terão, de fato, efeitos contraditórios: nos mais diversos contextos, instala-se um hiato comunicacional** que, por uma espécie de paradoxo, aumenta cada vez mais a distância entre o crescente valor agregado dos estoques de informação disponível e sua limitada transformação em excelência prática e cognitiva dos sujeitos coletivos e suas atividades, aos quais supostamente se destina. [...] Nesse esboço de um arcabouço conceitual da área, introduzimos **o conceito de hiato comunicacional (o hiato comunicação/informação) como expressão e causa da emergência histórica de ações de transferência de informação. Esse hiato comunicacional estaria ligado à fragilidade e fragilização das formas modernas de integração de coletivos de ação**, as quais associamos: a) a crescente divisão do trabalho de representação política, devido à existência de uma diferença de representação que resulta das demandas que não ficam atendidas pelas ofertas institucionais disponíveis e que impede a consolidação de identidades políticas; b) a crescente divisão do trabalho intelectual e a crise do papel das “inteligências” como ponte entre alternativas técnicas e políticas; c) a reacomodação da ordem mundial à luz da globalização eletrônica e financeira, junto ao resurgimento de conflitos nacionais, étnicos, tribais e a continuidade de lutas hegemônicas setoriais, locais, regionais. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1995, grifo nosso).

Contudo, a pensadora busca uma reviravolta no entendimento da informação, não reduzindo o referido conceito à sua caracterização entitativa, todavia, expondo-o *in media res*. Diz Gonzalez de Gomez (1987, p. 164) “o conceito de informação, porém, só será explicitado quando essa expansão da esfera da representação e da racionalidade meio-fim, alcançar o próprio plano semiótico-cognitivo”, isto é, sua medialidade na linguagem, em nossa leitura. Nesses termos, tratando a informação como uma figura limiar que age no entremeio da linguagem onde o humano se encontra enquanto ser em e com linguagem, o pensamento de

---

de busca metassintática, baseados no processamento automático da linguagem natural.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p. 66-67, grifo nosso). Atualmente Gonzalez de Gomez (2012) associa à cadeia de transferência da informação a sua conceituação de regime de informação; ver em especial o quadro 2 da página 47 do texto *Regime de informação: construção de um conceito*, da referida autora.

Gonzalez de Gomez pode aproximar-se ao de Agamben por meio do conceito de “exposição”, podendo nos levar a uma humanização dos estudos da informação através de uma perspectiva linguística: “a exposição é a pura relação com a linguagem, com o seu ter-lugar. [...] A existência como exposição” (AGAMBEN, 1993, p. 78), ou ainda, “*la exposición es el lugar de la política.*” (AGAMBEN, 2001, p. 80).

**O homem é o ser que, confrontando-se com as coisas, e unicamente neste confronto, se abre ao não-coisal.** E inversamente: aquele que, sendo aberto ao não-coisal, está, unicamente por isso, irreparavelmente entregue às coisas. Não-coisalidade (espiritualidade) significa: perder-se nas coisas, perder-se até não poder conceber mais nada senão coisas. E só então, na experiência da irremediável coisalidade do mundo, chocar com um limite, tocá-lo. (Este é o sentido da palavra: exposição.) (AGAMBEN, 1993, p. 84, grifo nosso).

### 3 AÇÃO DE INFORMAÇÃO, UM PLEXO POTENCIALMENTE CONTINGENTE

Mais além do que a realidade está a possibilidade.

Martin Heidegger (2009, p. 78).

Enquanto figura da urdidura do limiar, a informação “não é só objeto de um interesse disciplinar, cuja esfera de intervenção é a consciência subjetiva, ela é objeto de um interesse prático” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1987, p. 165); enquanto “[...] um limiar (*Grenze*), isto é, um ponto de contato com um espaço exterior, que deve permanecer vazio. Aquilo que o qualquer acrescenta à singularidade é apenas um vazio, um limite; [...] uma pura exposição.” E continua Agamben (1993, p. 53-54, grifo nosso), “o *exterior* não é um outro espaço situado para além de um espaço determinado, mas é a **passagem**, a exterioridade que lhe dá **acesso** – numa palavra: o seu rosto, o seu *eidōs*.” Por isso, quando Capurro (2007; 2008) anuncia os dois sentidos etimológicos da palavra informação<sup>92</sup> - *informatio*, expressando tanto o *informo* (*ar, are, avi, atum*), dar a forma, quanto o *informis* (*e*), privação da forma – teríamos que pensar a força de reunião (o agir em Heidegger) deste vocábulo, isto é, a privação copulativa do informar, a experiência (in)operosa de relação com a sua exposição. Esta relação de passagem e acesso no vazio limiar do *eidōs* (forma) é nesta leitura identificada na argumentação de Gonzalez de Gomez (1995, grifo nosso) quando diz:

Para nós, a posição sujeito dos discursos informacionais remete à dialética entre o sujeito que enuncia e a posição sujeito da enunciação, **movimento que produz relações sobre um vazio inesgotável e sempre renovado**, que

---

<sup>92</sup> Capurro opta pelo sentido de dar a forma, rareando o sentido de privação da forma: “El prefijo *in* tiene, en este caso, el sentido de acentuar la acción pudiendo significar también negación como en el caso de *informis*, es decir ‘sin forma’.” (CAPURRO, 2008, p. 6); “O prefixo *in* pode ter o significado de negação como em *informis* ou *informitas*, mas, em nosso caso, ele fortalece o ato de dar a forma a alguma coisa [...]” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 156, grifo nosso).

faz das identidades sociais **uma tarefa da política** e não seu ponto de partida.

A informação atuando entre o “não mais” mera transferência e o “ainda não” plena comunicação, ou seja, “[...] sem chegar a ser nunca plena comunicação ou mera transferência”, é um agir relacionante e contingente.

‘Informação’, no pensamento moderno, parece designar um operador de relação, a mediação de um agir relacionante que se sustenta em um jogo contingente de previsão e imprevisão, de redundâncias e de diferenças.

**A questão da informação**, com efeito, só pode ser com propriedade um conceito moderno, porque **só é pensável sob o pano de fundo de uma premissa afirmativa da contingência**: denuncia a impossível reunião, aqui e agora, de uma totalidade do conhecimento (inacessibilidade ou inexistência de um *topos uranós*, da inteligibilidade absoluta do real) e de uma totalidade da comunidade de comunicação (inexistência atual de uma comunidade perfeita e da perfeita *communio*). **É quando se aceita como premissa a não-disponibilidade atual da totalidade, de que a informação designa um operador relacionante que coloca algo a dispor, em um horizonte de disponibilidade** (códigos, tecnologias de apreensão, de registro e de transmissão, condições culturais, econômicas, sociais etc.) **e, sendo assim, deixa-o disponível** (conceito, texto, som, imagem, *percepto*).

Enquanto registro ou significante, não é o elo, o operador ou o quê da relação (do julgar, do conhecer, do falar, do fazer), é bem mais a suspensão da relação, o que, mantendo-a “entre parênteses”, deixa em suspenso a própria informação em sua potência de transformação.

[...] o conceito de informação como um construto epistemológico que procura resgatar o construto cultural moderno da informação como operador de relação. Esse operador de relação indica o ponto ou momento sobre o qual se instalam as ações de transferência de informação, desdobrando-se em duas linhas principais de intervenção: através dos arcabouços sociais de transferência de informação e dos operadores informacionais da transferência (GONZALEZ DE GOMEZ, 1995, grifo nosso).

Além da intensidade da ação relacional, intermitentemente reforçada na fala de Gonzalez de Gomez, outros dois conceitos associados às ações de informação nos salta aos olhos: a contingência e a potência; ambos diretamente ligados ao programa de uma comunidade que vem de Agamben. Gonzalez de Gomez assinala a contingência (*to endechomenon*) como pano de fundo para a questão da informação, desvinculando-a de pressupostos totalizantes e designando a informação como um “operador relacionante que coloca algo a dispor, em um horizonte de disponibilidade”, isto é, em um espaço contingente de ações possíveis. Num segundo momento, a autora questionando-se, “como, então, definir uma ‘ação de informação’?”, esclarece que o “horizonte de disponibilidade” aberto pela ação informacional nos remete à potência: “Cada ‘sistema’ (agenciamento de ação) capaz de agir tem diferentes potenciais que fazem sua ação possível. Essas ‘disposições’ ou ‘potencialidades’ (a ‘*dynamis*’ dos gregos) constituiriam os espaços de ação”



(GONZALEZ DE GOMEZ, 1999, p. 22, grifo nosso). Por meio desse nexos sustentado por Gonzalez de Gomez podemos ler a informação em comunhão com a contingência e a potência, estando essas duas últimas imbricadas entre si e cooperativamente tecendo uma o significado da outra através de suas respectivas exposições em meio à linguagem-razão, ao menos no modo de entender de Agamben.

**No princípio de razão, *Ratio est cur aliquid existit potius quam nihil* («Há uma razão que faz com que algo seja em vez do nada»), o essencial não é que algo seja (o ser) nem que *algo não seja* (o nada), mas que algo seja e não o nada. Por isso, ele não pode ser lido como uma oposição entre dois termos: *é / não é*, mas contém um terceiro termo: **o *potius* (de *potis*, que pode), o poder não não-ser. (O espantoso não é que algo tenha podido ser, mas que tenha podido não não-ser.)****

O princípio de razão pode ser dito assim: ‘a linguagem (a razão) é o que faz com que algo exista em vez de (*potius*, com mais potência) nada’. A linguagem abre a possibilidade do não-ser, mas, ao mesmo tempo, também uma possibilidade mais forte: a existência, que algo seja. O que diz propriamente o princípio é, porém, que a existência não é um dado inerte, mas que lhe é inerente um *potius*, uma potência. Mas esta não é uma potência de ser, oposta a uma potência de não ser (quem decidiria entre elas?) – é um poder não não-ser. O contingente não é simplesmente o não-necessário, o que pode não ser, mas o que, sendo o *assim*<sup>93</sup>, sendo apenas o seu modo de ser, pode o em vez de, pode não não-ser. (O ser-assim não é contingente: é necessariamente contingente. Também não é necessário: é contingentemente necessário.) (AGAMBEN, 1993, p. 85-86, grifo nosso).

### 3.1 Informação, um gesto inscrito

Dessa maneira, pensar o ser, ao modo de sua potência, e a informação, nos leva a uma experiência bipolar dessa última, isto é, em meio à linguagem a questão da informação projeta-se como uma (in)operação de relação e abertura, pois seu sentido ontológico não diz somente a ação de dar a forma, ou ainda, privar a forma, mas uma composição possível de ambas; caso entendamos a forma conforme nos diz Heidegger (1973) – enquanto aspecto do ser em Platão – podemos falar de uma experiência da potência da informação como um poder não não-ser, pura medialidade face à ética e a política, ou seja, ao puro meio: linguagem.

Nesse *tópos* demasiadamente humano da passagem, do movimento<sup>94</sup> entre duas instâncias, por vezes apartadas pelo pensamento metafísico, como por exemplo, a essência e a

<sup>93</sup> “*Sim, assim*, é o nome da linguagem, exprime o seu sentido: o ser-na-linguagem-do-não-linguístico. Mas a existência da linguagem é o *sim* dito ao mundo para que ele esteja suspenso sobre o nada da linguagem.” (AGAMBEN, 1993, p. 85). Para maiores desdobramentos a respeito dessa conceituação, conferir, em especial, as páginas 84 e 85 do livro *A comunidade que vem*.

<sup>94</sup> A questão do movimento e do vazio postos em cena por Gonzalez de Gomez e Agamben, podem ser lidos nas palavras de Heidegger: “**Um movimento** que produz a si mesmo e que no entanto não se produz a si mesmo, mas que **produz o vazio no qual se move; o seu vazio é a sua própria possibilidade de movimento.**” (*apud* AGAMBEN, 2013a, p. 259, grifo nosso).

aparência, a potência e o ato, faz-se possível, através do pensamento de Agamben, pensar uma factível potencialidade da informação, seja partilhando o “movimento” como o que **“transporta** o objeto não na direção de uma outra coisa ou para um outro lugar, mas para o seu próprio ter-lugar – para a Ideia [forma, *eidós*]” (AGAMBEN, 1993, p. 12, grifo nosso), ou no âmbito da preservação do transladar da potência, “só uma potência que tanto pode a potência como a impotência é, então, a potência suprema. Se toda a potência é simultaneamente potência de ser e potência de não ser, a passagem ao ato só pode acontecer **transportando** (Aristóteles diz ‘salvando’) no ato a própria potência de não ser” (AGAMBEN, 1993, p. 34, grifo nosso). Perante relações bipolares de movimento e imobilidade, translação e estagnação, redes e estoques, transferências e alocações, a informação dá-se na forma de um “móvel imutável”, nos termos de Bruno Latour (2000). Assim nos diz Gonzalez de Gomez (1995, grifo nosso),

[...] a **informação é designada como ‘móbil imutável’**, (sendo que o **movimento de transporte** parece substituir a força relacionante da intencionalidade e do sentido). Trata-se do que acontece em **um movimento circular e expansivo**, que recorre mais de uma vez aos mesmos pontos para **instalar um domínio do movimento** (de alguém, de algo, em alguma direção, por alguma razão). **Como operador da relação que o movimento constitui, a informação se constitui no agir relacionante como memória da relação.**

Nas palavras de Latour, a informação é uma inscrição<sup>95</sup>, sendo esta uma figura de substituição da “forma”, enquanto concepção clássica platônica<sup>96</sup>. Deste modo, a informação<sup>97</sup> para Latour (2000, p. 22-26, grifo nosso),

[...] não é um signo, **mas uma relação que se estabelece entre dois lugares**, o primeiro que vem a ser uma periferia e o segundo que se torna um centro, com **a condição de que entre eles circule um veículo que se costuma chamar de forma, mas que, para insistir em seu aspecto material, eu prefiro chamar de inscrição.** [...] **O que é então a**

<sup>95</sup> A inscrição é “um termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço”. (LATOURE, 2001, p. 356).

<sup>96</sup> Latour em sua argumentação também faz uso da palavra forma, só que não no sentido platônico.

<sup>97</sup> Gonzalez de Gomez no texto *As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação* (2003, p. 74), inspirada na concepção latouriana da informação, assim nos fala: “No seu percurso, a ciência da informação incorpora e generaliza alguns dos conhecimentos e competências dos que poderíamos chamar os primeiros cartógrafos intelectuais – traçadores de mapas de saberes e memórias culturais aos quais pretendem outorgar visibilidade e acessibilidade, colocando-os em domínios públicos; engenheiros intelectuais de pontes verbais e de estradas transtextuais. Uma operação aparentemente singela, como catalogar e classificar, aproveita e reformula a potência relacional da indexicalidade, para construir paralinguagens que apontam, por um lado, universos lexicais ou terminológicos e, por outro, os nossos primeiros objetos multimodais: livros, artigos, audiovisuais, abertos a leituras lineares e interpretações plurais.”

**informação?** O que os membros de uma expedição devem levar, na volta, para que um centro **possa fazer uma ideia de outro lugar?** [...] a informação permite justamente limitar-se à **forma**, sem ter o embaraço da matéria. [...] Verifica-se que **a informação não é uma ‘forma’ no sentido platônico do termo, e sim uma relação muito prática e muito material entre dois lugares** [...] A informação não é inicialmente um signo, e sim o **‘carregamento’, em inscrições cada vez mais móveis e cada vez mais fiéis, de um maior número de matérias** [...] **A produção de informações permite, pois, resolver de modo prático, por operações de seleção, extração, redução, a contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar.** [...] tanto para a amplificação como para a redução, a informação exige uma competência, um trabalho tão material quanto o do embutidor ou do fresador.

Perante o estatuto camaleônico da potência humana e da capacidade de sendo, informar-se, o “homem é o animal que *pode o seu poder-não*. A grandeza da sua potência é medida pelo abismo da sua *impotência*. [...] aquele que, **mantendo-se em relação** com a privação, pode a sua impotência.” (AGAMBEN, 2013a, p. 246-247, grifo nosso); desta maneira, em meio a um programa humanístico dos estudos da informação, podemos pensar esta em sua relação de inoperância, isto é, exposta e em relação com o *gerere* humano – modalidade particular do agir e do viver.

#### **4 A INFORMAÇÃO E A MEDIALIDADE DE SUA AÇÃO: ACERCA DE UMA TERCEIRA ESPÉCIE DE AÇÃO HUMANA, GERERE**

Giorgio Agamben em seu livro *Opus Dei* (2013b, p. 90) recorre à distinção tipicamente romana<sup>98</sup> da ação que Marco Terêncio Varrão faz em *De lingua latina*, no livro VI, capítulo *O que sucede no tempo*, na seção: *a ação e os seus três graus – a distinção agere/facere/gerere*. Deste modo traduz Agamben a passagem de Varrão<sup>99</sup>:

[Tertium gradum agendi esse dicunt, ubi quid faciant; in eo propter similitudinem agendi et faciendi et gerendi quidam error his qui putant esse unum. Potest enim aliquid facere et non agere, ut poeta facit fabulam et non agit, contra actor agit et non facit, et sic a poeta fabula fit, non agitur, ab actore agitur, non fit. Contra imperator quod dicitur res gerere, in eo neque

<sup>98</sup> Apesar de Agamben situar o *gerere* na forma de vida romana, Hannah Arendt em *A condição humana* (2007, p. 99) manifesta que o *gerere* romano equivaleria ao *prattein* grego.

<sup>99</sup> Outra tradução é a em espanhol de Luis Alfonso Hernández Miguel: “Dicen que el tercer grado de la acción es cuando hacen algo; en él, a causa de la semejanza del actuar (agere) y el hacer (facere) y el llevar a cabo (gerere), cometen cierto error estos que consideran que son todo uno. En efecto, uno puede hacer algo y no actuar, como el poeta que hace (facit) una obra dramática y no la representa (agit), y, al contrario, el actor, que la representa y no la hace. Y así una obra dramática por un poeta es hecha (fit), no representada (agitur), y por un actor es representada (agitur), no hecha (fit). Al contrario, el general, porque se diga que lleva a cabo empresas militares (res gerere), en ello ni las hace (facit) ni las representa (agit), sino que las lleva a cabo (gerit), esto es, se encarga de ellas (sustinet), metáfora procedente de estos que llevan (gerunt) pesos, porque éstos los soportan (sustinent).” (VARRÃO, 1998, p. 340).

facit neque agit, sed gerit, id est sustinet, tralatum ab his qui onera gerunt, quod hi sustinent.]

Pode-se de fato fazer [*facere*] algo e não atuá-lo [*agere*], como o poeta que faz o drama, mas não o atua [*agere* significa também ‘recitar’]: ao contrário, o ator atua o drama, mas não o faz. Assim, o drama é feito pelo poeta, mas não atuado, e pelo ator é atuado, mas não feito. Ao contrário, o *imperator* [o magistrado investido de poder supremo], com relação ao qual se usa a expressão *res gerere*, nisso não faz nem age, mas *gerit*, isto é, assume e sustenta [*sustinet*], termo transferido daqueles que levam os pesos (*onera gerunt*), na medida em que o sustentam. (AGAMBEN, 2013b, p. 89)

Inspirado na distinção entre *práxis e poíesis*<sup>100</sup> feita por Aristóteles (1984, 1140b) no livro VI da *Ética a Nicômaco*: “O gênero do agir [da *práxis*] é diferente daquele do fazer [da *poíesis*]. O fim do fazer é, de fato, outro que o próprio fazer; o fim da *práxis* não poderia, ao contrário, ser outro: agir bem é, de fato, em si mesmo o fim”, Agamben nos encaminha para a novidade erigida por Varrão, uma terceira espécie de ação: *gerere*. Contudo, o pensador italiano trata o *gerere* de duas formas polares, contingentemente implicadas diante da partilha da **medialidade**; a primeira maneira, **a**) o *gerere* enquanto paradigma do *officium* (2013b), ou seja, pressuposto na “ontologia operativa” que tende à efetualidade do pôr-se-em-obra<sup>101</sup>; a segunda maneira, **b**) o *gerere* enquanto paradigma do *aergos* [sem obra] (2013a, p. 316), da “operação inoperativa” (2008a, p. 25), em outros termos, de uma in-operação de relação *in media res* a esfera própria do homem: a ética e a política; neste último modo Agamben opta por traduzir a palavra *gerere* por **gesto**.

Portanto, com o propósito de deixar mais clara a argumentação acerca do *gerere* e das suas veredas interpretativas, ou em face do limiar de contato com os dispositivos e os regimes de informação<sup>102</sup>, citamos inicialmente a abordagem **a**) da *sociabilitas* enquanto *officium*

<sup>100</sup> Agamben debruça-se detidamente sobre a diferença acional entre *práxis e poíesis* em seu primeiro livro *O homem sem conteúdo* (2012), em especial, no capítulo VIII: *Poíesis e práxis*.

<sup>101</sup> “*Operatio* é o termo latino que corresponde a *ergon* [obra] na tradução latina da *Ética* que tanto Tomás de Aquino como Dante tinham presente.” (AGAMBEN, 2013a, p. 322). Pode-se ler a acepção da efetualidade com as características do conceito de informação [jornalística] tecida por Benjamin (2000, p. 36): “Os princípios da informação jornalística (novidade, brevidade, inteligibilidade e sobretudo ausência de qualquer conexão entre notícias isoladas) contribuem para este efeito [...] a atrofia progressiva da experiência.”

<sup>102</sup> Agamben e Gonzalez de Gomez fazem uso do conceito de dispositivo tecida por Michel Foucault, todavia, com princípios interpretativos distintos; enquanto Agamben lê o dispositivo através da apropriação de Foucault do conceito de positividade de Hegel e mais recentemente por meio de sua interpretação do vocábulo *oikonomia*; Gonzalez de Gomez o lê através dos conceitos de agência e com-posição (*Gestell*). Seguem as enunciações dos conceitos pelos respectivos autores: “[...] **regime de informação** seria o **modo** informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo

*humanum*, do dever-ser que enreda-se no vocabulário político-jurídico (imperativo) da “ontologia da operatividade e do comando” (2013b, p. 198) e, em seguida, o **b**) da *sociabilitas* enquanto pura medialidade de uma operação inoperativa.

**Gerere, que equivale originalmente a ‘levar’, na linguagem político-jurídico significa ‘governar, administrar, executar um encargo’** (*rem publicam gerere, gerere magistratum, honores, imperium*). Com uma análoga evolução semântica, **também o verbo *sustinere* adquire o significado político de ‘assumir um encargo’** (*múnus sustinere in re publica*). Enquanto, para Aristóteles, o paradigma da ação política é a praxe, *gerere* designa então o conceito especificamente romano da atividade daquele que é investido de **uma função pública de governo**. O *imperator*, o magistrado investido de um *imperium*, não age nem produz, sua ação não é definida, como o fazer, por um resultado externo (a obra) nem tem em si mesma seu fim: *ela se define por seu próprio exercício, por seu assumir e executar uma função ou um ofício*. Nesse sentido, Varrão pode dizer que o magistrado **‘assume e sustenta’** (*sustinet*) **sua ação**: vitalizando o círculo efetual entre *munus* e exercício, entre *ministerium* e *effectus*, a ação coincide aqui com a efetuação de uma função que resta a ela mesma definir. **O *gerere* é, nesse sentido, o paradigma do *officium*** (AGAMBEN, 2013b, p. 90)

Na acepção do *gerere* enquanto operação inoperativa, ou, se pensarmos neste instante na informação como in-operador de relação esta designaria o “dar forma ao uso da vida”<sup>103</sup> originário do *gerere*, ao passo que esse signifique a “esfera dos puros meios”. A informação, nesses termos, migraria do terreno da “imagem” (forma) para a esfera dos gestos dêiticos (inscritivos), onde “dar a forma” e “privar a forma” encontrar-se-iam unidas pela gestualidade in-operante da exposição relacional da informação.

[...] **não de imagem se deveria propriamente falar, mas de gestos. [...] O que caracteriza o gesto é que, nele, não se produz, nem se age, mas se assume e suporta. Isto é, o gesto abre a esfera do *ethos* como esfera mais própria do homem.** [...] se o fazer é um meio em vista de um fim e a práxis é um fim sem meios, o gesto rompe a falsa alternativa entre fins e meios que paralisa a moral e apresenta meios que, como tais, se subtraem ao âmbito da medialidade, sem por isso tornarem-se fins. [...] **O gesto é a exibição de**

---

tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem.” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2012, p. 43, grifo nosso). **Dispositivo** é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (AGAMBEN, 2009, p. 40).

<sup>103</sup> “‘Conduzir a vida’ (*vitam degere*), ‘governas as coisas’ (*rem gerere*): eis o sentido de ‘dar forma ao uso da vida’ e do ‘instituir a vida’ que estavam em questão no *officium*. Se o homem não vive simplesmente a sua vida como os animais, mas a ‘conduz’ e ‘governa’, o *officium* é o que torna a vida governável, aquilo através do que a vida dos homens é ‘instituída’ e ‘formada’. Decisivo é, porém, que, desse modo, a atenção do político e do jurista se desloque da realização dos atos singulares para o ‘uso da vida’ em seu conjunto, que o *officium* tenda, assim, a identificar-se com a ‘instituição da vida’ como tal, com as condições e os status que definem a própria existência do homem na sociedade.” (AGAMBEN, 2013b, p. 82)

**uma medialidade, o tornar visível um meio como tal. Este faz aparecer o ser-num-meio do homem e, deste modo, abre para ele a dimensão ética. [...] assim, no gesto, é a esfera não de um fim em si, mas de uma medialidade pura e sem fim que se comunica aos homens. [...] Ela é, num meio, aquela potência do gesto que o interrompe no seu próprio ser-meio e apenas assim o exhibe, faz de uma *res* uma *res gesta*. Do mesmo modo, compreendendo-se por palavra o meio da comunicação, mostrar uma palavra não significa dispor de um plano mais elevado (uma metalinguagem, esta mesma incomunicável no interior do primeiro nível), a partir do qual se faz dela objeto da comunicação, mas expô-la sem nenhuma transcendência na sua própria medialidade, no seu próprio ser meio. O gesto é, neste sentido, comunicação de uma comunicabilidade. Este não tem propriamente nada a dizer, porque aquilo que mostra é o ser-na-linguagem do homem como pura medialidade. [...] exposição do ser-na-linguagem do homem: gestualidade pura. [...] A política é a esfera dos puros meios, isto é, da absoluta e integral gestualidade dos homens (AGAMBEN, 2008, p. 12-14, grifo nosso).**

Na exposição do duplo plexo acional da informação pretendemos restituir ao uso dos homens essa figura moderna que nas últimas décadas, por vezes predicou o substantivo sociedade. Essa pretensão é passível de validade por meio do *experimentum linguae* (AGAMBEN, 1993). A informação apresentaria uma dupla articulação “uma pragmática social (ou uma formulação histórica da meta-informação) e um universo de conhecimento/experiência – condições de existência da informação, o que a diferencia do ‘registro’, da ‘coisa’ ou ‘entidade’” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1990, p. 120), ou seja, a “essência da informação” não mais estaria na prova evidente da nota jornalística de Villemessant, como descreveu Benjamin (1987, p. 202): “Para meus leitores o incêndio no sótão do Quartier Latin é mais importante que uma revolução em Madri”, mas no entremeio das suas ações, caracterizadas pela experiência da linguagem no ser-no-meio do homem, no **entre** que é o próprio do *Da-sein*. Verbos típicos para expressão da experiência<sup>104</sup> em

---

<sup>104</sup> Experiência vem do latim *experientia*, “provir-de, ir-atraves de”, já ser sempre o que não é ainda. A raiz indo-européia é \**per*, a qual se liga a ideia de travessia e, secundariamente, a da prova. Em grego, de onde provém a inspiração latina, os derivados que demarcam a travessia, a passagem são numerosos: *peirô*, atravessar; *pera*, mais-além; *peraô*, passar através; *perainô*, ir até o fim; *peras*, termo, limite. A palavra latina para experiência tem como radical “*per*” (ex-**per**-iência): sair de um perímetro, sair da condição do já conhecido, do já vivido, para ampliar vivências. De “*per*”, também vem a palavra *periculum*: atravessar uma região, durante uma viagem, onde perigos podem nos assaltar. E, para esses perigos, há a palavra que se associa a *periculum*, que é *oportunus* – originada de *portus*, que quer dizer saída. A palavra experiência tem o “*ex*” de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o “*ex*” de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “*ex-iste*” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente. Etimologicamente, para experiência, a palavra que Walter Benjamin usa é *Erfahrung*. O seu radical é “*fahren*” que significa viajar. No alto-alemão, “*fahr*” significa atravessar uma região durante uma viagem, pôr-se em lugares desconhecidos, de “*fara*”, palavra de origem similar à

Benjamin e Heidegger, por exemplo, como levar, atravessar e mover passam a ser característicos das ações de informação.

Como exemplo do que está em jogo neste particular [assuntos humanos], podemos lembrar que o grego e o latim, ao contrário das línguas modernas, possuem **duas palavras totalmente diferentes, mas correlatas, para designar o verbo ‘agir’**. Aos dois verbos gregos *archein* (‘começar’, ‘ser o primeiro’ e, finalmente, ‘governar’) e *pratein* (‘atravessar’, ‘realizar’ e ‘acabar’) correspondem os dois verbos latinos *agere* (‘pôr em movimento’, ‘guiar’) e *gerere* (cujo significado original é ‘conduzir’). É como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos aderem para ‘conduzir’, ‘acabar’, ‘levar a cabo o empreendimento’. Não só as palavras se correlacionam de modo análogo, como a história do seu emprego é também semelhante. **Em ambos os casos, as palavras que originalmente designavam apenas a segunda parte da ação, ou seja, sua realização – *pratein* e *gerere* – passaram a ser os termos aceitos para designar a ação em geral**, enquanto as palavras que designavam o começo da ação ganharam significado especial, pelo menos na linguagem política. *Archein* passou a significar, principalmente, ‘governar’ e ‘liderar’, quando empregada de maneira específica, e *agere* passou a significar ‘liderar’, **ao invés de ‘pôr em movimento’**. (ARENDDT, 2007, p. 99, grifo nosso).

Nesse lugar interposto, ainda que não consigamos aqui desenvolver da melhor forma e com a devida profundidade, a informação manifestar-se-ia história. Através dessa afirmação torna-se compreensível a razão de Armando Poratti na reconhecida tradução bilíngue espanhola do Fedro (2010, 244d, p. 131), Pinharanda Gomes na tradução portuguesa (2000, 244d, p. 55) e Isidro Pereira (1951, p. 274) – dicionarista e helenista português – traduzirem □□□□□□□□ **história por informação**. Gonzalez de Gomez (1995, grifo nosso) aponta essa mesma questão quando em meio à questão da informação cindida entre as fronteiras da memória e do registro, fala sobre “**o tempo designado como informação**”, sendo a informação um “**operador de descentralização**” – entre o passado e o futuro –, ela “**designa por si mesma um momento de memorização**”, em outras palavras, “**como operador da relação que o movimento constitui, a informação se constitui no agir relacionante como memória da relação**.” A porta, limiar que nos permite atravessar limites como paredes e fronteiras, é o símbolo representativo da informação como história, vide, por exemplo, no apêndice ao *Sobre o conceito da história* (1987a, p. 232, grifo nosso) quando Benjamin diz: “cada segundo era **a porta estreita**”, ou ainda, no trecho *Esconderijos de Infância berlinense por volta de 1900* (1987b, p. 91, grifo nosso): “**E, atrás de uma porta, a criança é a própria porta**”; em comunhão com o que vínhamos dizendo, Agamben assim lê estas passagens de

---

*fahr*, deriva *Gefahr*, perigo, e *gefährden*, pôr em perigo. Portanto, nestas diversas línguas citadas a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo.

Benjamin: um estado do homem, por meio do qual ele se apropria da linguagem e ingressa na história, isto é a infância<sup>105</sup>. A porta, e por acréscimo a sua junta, são as figuras in-fantis representativas da in-formação enquanto in-operadora de relação.

**O que interessa [...] é o limite que os divide e os conjuga, e que ele quer abolir ou, melhor, tornar ocioso. Uma vez que ninguém parece saber por onde passa materialmente esse limite, talvez ele na realidade não exista, mas passe, como uma porta invisível, por dentro de cada homem.**

**Kardo não é somente um termo da agrimensura, significa também a junta da porta. ‘A junta’, segundo reza uma etimologia de Isidoro, ‘é o lugar em que o batente [ostium] gira e se move, e chama-se assim do termo grego para coração [apo tes kardias], porque tal como o coração do homem governa todas as coisas, assim a junta regula e mova a porta. Daqui o provérbio: *in cardinem esse*, ‘achar-se no ponto decisivo’. ‘A porta’ [ostium], continua Isidoro, com uma definição que Kafka poderia ter subscrito sem reservas, ‘é aquilo graças ao qual alguém nos impede de entrar’, e os *ostiarum*, os porteiros, ‘são os que no Antigo Testamento impedem os impuros de entrar no Templo’. **A junta, o ponto decisivo, é aquele em que a porta, que obstrui o acesso, é neutralizada. [...] torna ociosos os limites e as fronteiras que separam (e ao mesmo tempo mantêm ligados) o alto e o baixo, o castelo e a aldeia, o templo e a casa, o divino e o humano** (AGAMBEN, 2010, p. 48-49, grifo nosso).**

Por fim, retomamos, para completar, perante a interpretação do *gerere*, o trecho citado na quinta e sexta páginas onde falávamos do limiar, da exposição e do exterior, em associação semântico-pragmática com a informação. Agamben nos aponta para o sentido aproximativo de porta e limiar (‘exterior’), aonde a “passagem” em termo viria do latim *fores* – à porta. Émile Benveniste (1995, p. 10-11, grifo nosso) nos diz “[...] da raiz *\*bher-*, representada por *fero*” – que deriva na raiz latina que caiu em desuso *\*for*<sup>106</sup> de *fores*, mas também provavelmente de *forma* radical de *in-formatio*<sup>107</sup> – o latim extraiu três grupos diferentes de

<sup>105</sup> “[...] infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância. [...] a infância coexiste originalmente com a linguagem.” (AGAMBEN, 2008b, p. 59, grifo nosso); “É a infância, a experiência transcendental da diferença entre língua e fala, a abrir pela primeira vez à história o seu espaço. Por isso, Babel, ou seja, a saída da pura língua edênica e o ingresso no balbuciar da infância (quando, dizem-nos os linguistas, a criança forma os fonemas de todas as línguas do mundo), é a origem transcendental da história.” (AGAMBEN, 2008b, p. 65, grifo nosso). Ou ainda, “[...] a infância é precisamente a máquina [...] que transforma a pura língua pré-babélica em discurso humano, a natureza em história.” (AGAMBEN, 2008b, p. 76, grifo nosso).

<sup>106</sup> “O próprio verbo *\*for* caiu em desuso desde a época histórica; não é muito empregado, a não ser na poesia, no sentido de ‘falar’. Mas ele gerou muitos derivados antigos: *facundus* ‘eloquente, de palavra fácil’, *fabula* ‘conversa, peça dialogada, fábula, lenda’ [...]” (BENVENISTE, 1995, p. 138).

<sup>107</sup> O radical *\*for* deriva da raiz indo-européia *\*bha-* (falar). No latim o radical *\*for* foi também apropriado da raiz indo-européia, diretamente ligada com *\*bha-*, *\*dhe*, por exemplo, com a palavra *fas* – direito divino. A raiz *\*dhe* dá origem a uma pluralidade significados, todavia o “inestrutível”, o “inocorrutível” da raiz é “pôr”, como esclarece Émile Benveniste (1995, p.



derivados: “1. *fero* ‘portar’ no sentido da gestação, daí *forda* ‘fêmea prenhe’, se agrupa com *gesto*; 2. *fero* “portar” no sentido de ‘comportar’ designa as manifestações da sorte, daí *fors*, *fortuna* [...] 3. *fero* ‘portar’ no sentido de ‘levar’ se agrupa com *ago* [...]” Nesses termos, torna-se perceptível linguisticamente diversas relações, contudo, diante do nosso propósito, negritamos, em reforço ao que argumentamos, as relações entre *gerere* (gesto), informação e linguagem.

Importante aqui é o facto de **a noção de ‘exterior’ ser expressa, em muitas línguas europeias, por uma palavra que significa ‘à porta’** (*fores* é, em latim, a porta da casa, *thyeathen* em grego, que significa literalmente ‘na soleira’). O exterior não é um outro espaço situado para além de um espaço determinado, **mas é a passagem**, a exterioridade que lhe dá acesso - numa palavra: o seu rosto, o seu eidos.

**A soleira não é, neste sentido, uma outra coisa em relação ao limite; é, por assim dizer, a experiência do próprio limite, o ser-dentro de um exterior. Esta *ek-stasis* é o dom que a singularidade recebe das mãos vazias da humanidade** (AGAMBEN, 1993, p. 54, grifo nosso).

## 5 COMENTÁRIOS DERRADEIROS

Eu vos digo: é preciso ter ainda caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante.

Eu vos digo: tendes ainda caos dentro de vós.

Friedrich Nietzsche (2011, p. 18).

Nessa travessia textual buscamos ao menos trilhar alguns caminhos temáticos conexos entre o pensamento de Gonzalez de Gomez e Giorgio Agamben, expressando por vezes a nossa leitura, possível, da informação, em meio às dobras e portas textuais abertas por ambos. Nesse ponto derradeiro do texto, algumas demandas ficam em suspenso para um outro momento: a) a questão do *gesto* e da *informação* no vocabulário das instituições indo-europeias (BENVENISTE, 1995), b) o aprofundamento da relação entre história (*res gestae*, *rerum gestarum*, com a teorização apresentada) e informação, c) o possível entranhar-se do *gerere* com a virtude romana da autoridade: *gravitas*, conforme apresentada por Hannah Arendt (2009, p. 165), sendo esta última “a capacidade de arcar com o peso” e o *gerere* ser o “assumir e suporta o peso” em sua ação da “grande tradição” – o agir histórico, d) a dimensão

---

103): “A formação de *dhāman* [sânscrito] é simétrica à de *dharman* [estatuto, costume, regra, uso], mas deriva de dhā- ‘pôr’, indo-europeu *\*dhe* ‘pôr, colocar, estabelecer’, raiz que em latim *facio* e em grego *títhemi*. Cabe notar que o sentido de *\*dhe-* é: pôr de maneira criativa, estabelecer na existência, e não simplesmente colocar um objeto no chão.” Portanto, articulando os significados das raízes *\*bha-* e *\*dhe* é possível avançar e dizer que em *\*for*, particularmente na palavra *forma*, falar é pôr em existência, ou, dar existência, ou seja, doação de ser – ou, para insistir com Wittgenstein, (2008, §58, p. 47-48, grifo nosso): “[...] se ‘x existe’, deve significar o mesmo que ‘x’ tem um significado – então não é uma proposição que trata do x, mas uma proposição acerca do nosso uso da linguagem, a saber: do uso da palavra ‘x’. [...] dizer algo sobre o uso da palavra ‘vermelho’ [...] isto significa o mesmo que: existe algo que tem esta cor.”

do *gerere* nas práticas contemporâneas de gestão – “paradigma gerencial” de “gestão integral”, segundo Agamben –, e as interfaces com os regimes de informação e governança informacional, o que possivelmente acarretará deslocamentos no entendimento aqui traçado<sup>108</sup>.

Ao final, ficamos com a passagem de Gonzalez de Gomez (2009, p. 135), retomando uma expressão de Habermas: “Em sua forma extrema, a pergunta acerca de que conhecimento devemos querer está delimitada pela questão de que conhecimento podemos querer.”

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**. Lisboa: Relógio D’água, 2013a.
- AGAMBEN, Giorgio. Arte, inoperatividade, política. In: CARDOSO, Rui M. (coord.). **Política**. Rio de Janeiro: Fundação Serralves, 2007a.
- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.
- AGAMBEN, Giorgio. **Medios sin fin**: notas sobre la política. Valencia: Pre-textos, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. Notas sobre o gesto. **Artefilosofia**, n.4, p. 9-14, jan. 2008a.
- AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Lisboa: Relógio D’água, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. **O aberto**: o homem e o animal. Lisboa: Edições 70, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **Opus Dei**: arqueologia do ofício. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

---

<sup>108</sup> A questão do imbricamento entre informação e ação, indicaria um ponto de inserção da questão tanto no horizonte espaço-temporal de seu acontecer, quanto nas condições de validação discursiva (GONZALEZ DE GOMEZ, 2014, no prelo). Nesse sentido, a indagação coloca a questão informacional no duplo horizonte da reconstrução das condições normativas de sua valoração racional e de sua contextualização num horizonte histórico em que o *gerere* acontece como governança, lembrando de sua reparição no conceito de “gestão integral da vida”: “As potências históricas tradicionais – poesia, religião, filosofia – que, tanto na perspectiva hegel-kojeviana como na de Heidegger, mantinham desperto o destino histórico-político dos povos, foram há muito tempo transformadas em espetáculos culturais e experiências privadas e perderam toda a eficácia histórica. Perante este eclipse, a única tarefa que parece ainda conservar alguma seriedade é o tomar a cargo e a ‘gestão integral’ da vida biológica, isto é, da própria animalidade do homem. Genoma, economia global, ideologia humanitária são as três faces solidárias deste processo em que a humanidade pós-histórica parece assumir a sua própria fisiologia como último e impolítico mandato” (AGAMBEN, 2011, p. 107).

ARENDDT, Hannah. A grande tradição. **O que nos faz pensar**, n. 29, p. 273-298, 2011.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARISTÓTELES. Metafísica livro I e II. Ética a Nicômaco. Poética. São Paulo: Abril cultural, 1984.

BARROS, Manoel. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENVENISTE, Emile. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1995. 2v.

CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: ENCUESTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORIAS DE LA INFORMACIÓN: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINAR, 1., 2008, León. **Anais...** León: Procyto: BITrum, 2008.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben**: uma arqueologia da potência. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens. Questões epistemológicas, consequências políticas. In: GONZALEZ DE GOMEZ, M.N.; DILL ORICO, E.G. **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006, p. 29-84.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, 1995.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n.1, p. 60-76, jan./abr., 2003.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. **Da pragmática formal ao poder comunicativo**. 2014. No prelo.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Habermas, informação e argumentação. In: PINZANI, A.; LIMA, C. M.; DUTRA, D. V. (Coord.). **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009, p. 115-139.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr., 2002.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 7-31, 1999.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 117-22, jul./dez. 1990.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**, v.16, n.2, p.157-167, jul./dez., 1987.

GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Caminhos de floresta**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril cultural, 1973. (Os pensadores).

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. 21-44 p.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOBRE, Marcos; REPA, Luiz. Introdução – reconstruindo Habermas: etapas e sentido de um percurso. In: NOBRE, Marcos; REPA, Luiz (Orgs.). **Habermas e a reconstrução: sobre a categoria central da teoria crítica habermasiana**. Campinas: Papyrus Editora, 2012.

PEREIRA, Isidro. **Dicionário grego-português e português-grego**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1951.

PLATÃO. **Fedro**. Edición bilíngue. Madrid: Akal, 2010.

PLATÃO. **Fedro**. Lisboa: Guimarães editores, 2000.

VARRÃO, Marco Terêncio. **La lengua latina**. Libros V-VI. Madrid: Editorial Gredos, 1998.

WEINBERG, Alvin M. Science, Government and Information. The responsibilities of the technical community and the government in the transfer of information. Washington: Government Printing Office, 1963. 52p.

## Modalidade da apresentação: Pôster

### DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

#### DATA, INFORMATION AND KNOWLEDGE: A CONCEPTUAL ANALYSIS

Rafael Ap. Moron Semidão

**Resumo:** Com o objetivo de identificar e contextualizar a possível origem teórica (o lastro conceitual passível de ser recuperado) dos termos dados, informação e conhecimento enquanto tríade conceitual na Ciência da Informação (CI), se buscou interpretar alguns traços essenciais da dinâmica epistemológica da narrativa norte-americana da CI, entendendo que essa narrativa constitui a disposição teórica que mais abordou os três termos em função de tríade ou construto conceitual, com o intuito de tomar a dinâmica hipoteticamente interpretada como referência para uma análise conceitual sobre a origem teórica dos termos junto a seus contextos de uso. Neste sentido, se propôs uma abordagem bibliográfica de revisão e um esforço hermenêutico de construção de inferências razoáveis acerca dos indícios históricos e teóricos que teriam envolvido a introdução da tríade dados, informação e conhecimento na Ciência da Informação. A hipótese sobre a dinâmica epistemológica foi interpretada como sendo possuidora dos seguintes atributos: enfoque por aporias (enfoque por problemas), funcional e sob uma forma paradigmática de ordem cognitiva. E a origem teórica dos conceitos de dados, informação e conhecimento se mostrou pertencente à esfera das Ciências Cognitivas.

**Palavras-chave:** Dados. Informação. Conhecimento. Ciência da Informação. Teoria.

**Abstract:** Aiming to identify and contextualize the possible theoretical origin (the conceptual ballast capable of being recovered) of the terms data, information and knowledge as conceptual triad in Information Science (IS), we sought to interpret some essential features of epistemological dynamics of American narrative of IS, understand that this narrative is the theoretical provision that the three terms discussed more in terms of triad or conceptual construct, in order to make the dynamic hypothetically construed as a reference to a conceptual theoretical analysis of the origin of the words together with their context of use. In this sense, the proposed approach to a literature review and a hermeneutical effort to build reasonable inferences about historical and theoretical evidence that would have involved the introduction of the triad data, information and knowledge in Information Science. The hypothesis about the epistemological dynamics was interpreted as possessing the following attributes: focus on aporias (focus on problems), functional and under a paradigmatic form of cognitive order. And the theoretical origin of the conceptus data, information and knowledge proved belonging to the sphere of the Cognitive Sciences.

**Keywords:** Data. Information. Knowledge. Information Science. Theory.

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo da narrativa *mainstream* norte-americana (ou, poder-se-ia dizer, narrativa “saraceviquiana” (SARACEVIC, 1995, 1999)) sobre a Ciência da Informação (CI), uma linha possível de interpretação de sua dinâmica epistemológica seria conceber que a demanda por expedientes científicos de tratamento de cabedais de informação - que recebeu nova luz pelas coordenadas de Bush (2011) e pela compreensão lógico-linguística da informação com

Shannon (GLEICK, 2013, p. 224) - teria obtido como uma de muitas respostas o engendramento de um movimento de estruturação disciplinar relevante: a confluência, na emergência disciplinar da CI, de núcleos teóricos, constituídos de problemas de informação e de conhecimento tematizados. Núcleos que teriam propiciado nexos interdisciplinares (SARACEVIC, 1995, p. 38) entre outras esferas do conhecimento e a CI, em sua formação disciplinar voltada à “instrumentalização” (RABELLO, 2008, p. 21-22) de conceitos e teorias para a resolução de problemas ligados à informação e ao conhecimento.

Nesse sentido, a CI se configuraria como uma espécie de universo teórico que se consistiria e se estruturaria por uma urdidura de núcleos teóricos, ou “áreas de concentração de problemas” (SARACEVIC, 1995, p. 47) cada qual enfocando uma perspectiva diversa dos problemas de informação e de conhecimento, mas com efeitos explicativos que “retroalimentariam” o universo da CI como um todo.

Dessa breve interpretação histórica, seria possível destacar dois traços da dinâmica epistemológica vinda da formação disciplinar da CI da narrativa norte-americana: primeiro o caráter de disciplina aporética da CI, ou seja, o impulso inicial que conduz sua estruturação disciplinar diria respeito a um esforço por resolução de problemas (aporias) de informação e conhecimento, em consequência do horizonte histórico necessitado de expedientes científicos para abarcar o volumoso conteúdo informativo que então emergia. E em segundo lugar, a percepção de que os núcleos de problemas se localizam como o *lócus* original em que as aporias conceituais da CI são favoravelmente pontuadas, vez que teria sido a partir deles que conceitos, teorias e elementos discursivos adentraram os quadros da disciplina.

Paralelamente a esses predicados da dinâmica epistemológica da CI (perspectiva aporética, estruturada em núcleos teóricos), seria possível notar uma inclinação a se compreender as aporias de informação e conhecimento tendo como referência uma espécie de analogia cognitiva, ou um modelo da cognição humana, a partir do qual as teorias e técnicas elaboradas com o fim de responder às demandas por algum tipo de tratamento das grandes massas de informação teriam encontrado suporte.

Com respeito à influência cognitiva sobre a CI, Borges *et. al.* (2003, p.5) informam que “as ideias sobre o conhecimento, impregnadas na CI, têm origem nas discussões das Ciências Cognitivas, iniciadas em meados da década de 50 no movimento da primeira cibernética, com a noção básica de que o conhecimento humano apresenta uma posição particular”.

E também Budd (2011, p. 362, tradução nossa) vai, aparentemente, na mesma direção ao dizer que “o período desde a década de 1950 inclui um rico, variado e às vezes disputado esforço de trabalho sobre aspectos cognitivos da informação, de informar e de ser informado”.

Borges *et. al.* (2003, p.6) afirmam ainda, que no âmbito das Ciências Cognitivas (CC) (que teria influenciado a CI), “a cognição humana pauta-se no princípio de ‘resolução de problemas’” (Borges, *et. al.* 2003, p.6). O que, de antemão, oferece indício para se pensar que talvez a abordagem aporética e a analogia cognitiva estariam ligadas já desde um âmbito externo à CI, e que assim ela teria importado a sua abordagem aporética de uma perspectiva já cognitiva.

A partir dessa forma interpretada da dinâmica epistemológica da CI como sendo aporética, funcional, cognitiva e estruturada em núcleos teóricos, toma-se por pressuposto que uma dinâmica epistemológica abriga em si uma esfera teórica e uma esfera conceitual como dimensões ou polos (BUFREM, 2013) de uma disciplina, e se busca identificar e interpretar a possível origem teórica no âmbito da qual a disciplina teria importado os termos dados, informação e conhecimento em função de tríade ou construto. Visaria com isso, indutivamente, obter esclarecimentos sobre os meandros conceituais involucrados na disciplina, desde uma perspectiva abrangente que não se feche no esforço terminológico.

Para a via metodológica e argumentativa adotada, optou-se por trabalhar seguindo uma lógica que parte de análises etimológicas e semânticas dos três termos, passa-se pela análise da presença dos termos no trajeto histórico da disciplina, para ao final estabelecer-se uma síntese do resultado dessas análises com os traços interpretados da dinâmica epistemológica da CI, visando inferir da possível origem teórica da tríade.

## **2 DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO**

Etimologicamente, é possível depreender algumas noções centrais acerca dos usos do vocábulo “dado” cristalizados nas expressões latinas, dentre essas noções a compreensão de algo acontecido, realizado, feito, e que se tornou irrevogável ou necessário (de *nec cedere*: que não cede, que não se desfaz, que não volta ao nada); como por exemplo: “De que se fez presente” (TORRINHA, 1945, p. 349).

Dado, desse modo, figuraria como “fato” ou “átomo”, um elemento bruto, desprovido de significação imediata. Algo perceptível e de baixo teor semântico.

Uma versão do Dicionário Oxford (THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1933, p. 42, tradução nossa) apresenta a seguinte definição do termo dados: “Uma coisa dada ou

concedida; algo conhecido ou suposto como fato, e feito base para raciocínio ou para cálculo; uma suposição ou premissa da qual são elaboradas inferências”.

Essa definição, ao que tudo indica, expressa a ideia de um processo cognitivo: “feito base para raciocínio ou para cálculo”, ou seja, dados como ponto base de um processo de conhecimento.

Já quanto ao termo informação, sua etimologia dá a entender um nexo de significação com o processo de conhecimento realizado pela comunicação de informação: “Dar ou transmitir informações a alguém” (TORRINHA, 1945, p. 669) e “Receber informações” (TORRINHA, 1945, p. 669).

Esse referido nexo com o processo de conhecer, pode ser evidenciado pelo fato de que um dos vocábulos latinos passíveis de serem usados para expressar essa ideia é *cognoscere*, literalmente, conhecer (TORRINHA, 1945, p. 669).

O dicionário Oxford (THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1933, p. 747-748, tradução nossa) apresenta a seguinte definição de informação: “O ato de informar; formação ou modelagem da mente ou caracterização, treino, instrução, ensino; comunicação de conhecimento instrutivo”.

Nessa definição o termo informação está invariavelmente relacionado ao conhecimento e à comunicação, independentemente da suposta motivação que suscita o ato de informar.

“Formação ou modelagem da mente”, “comunicação de conhecimento instrutivo”, “instrução”, “ensino”; todas essas expressões remetem, em maior ou menor grau, à noção de um processo cognitivo (processo de conhecer), ou seja, uma transposição ou mudança de um estado de coisas para outro mais apto e valorado, em termos cognoscitivos.

Quanto ao termo conhecimento, o que aparentemente se sobressai de suas acepções etimológicas é a ideia de abranger pela mente e nos termos da mente, elementos exteriores a ela (TORRINHA, 1945, p. 298). Pois, para ter, demonstrar, e comunicar conhecimento, outra coisa não se faz senão assimilar e conduzir outros (indivíduos, coletivos) a assimilarem elementos até então externos ao seu cabedal atual de conhecimento.

Uma definição do termo conhecimento registrado pelo dicionário Oxford (THE OXFORD ENGLISH DICTIONARY, 1933, p. 1233, tradução nossa) expressa o seguinte: “O fato de se conhecer uma coisa, um estado, etc., ou (em sentido geral) uma pessoa; habilidade; familiaridade obtida por experiência”.

Assim, o fator cognitivo estaria relacionado ao significado original dos três termos, o que não justifica, evidentemente, a adoção dos termos em chave cognitiva por parte da CI,



pelo menos não como causa. Mas esclareceria que o recurso a esses termos sob a perspectiva cognitiva não constitui algo deslocado da corrente de significação que os termos apresentam desde a sua origem, até porque alguns dicionários da disciplina (KHOSROW-POUR, 2007; REITZ, 2014) apresentam definições muito semelhantes às definições etimológicas e semânticas aqui apresentadas. Nesse sentido, pode-se dizer, se se concede um pouco de simpatia, que a aplicação conceitual dos termos realizada pela CI se apresenta como mais um elo de um mesmo desdobramento semântico.

### **3 DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Historicamente, seria possível reconhecer a emergência dos termos DIC em forma de tríade conceitual na CI como dada a partir dos esforços de fundamentação disciplinar que visavam à elaboração identitária da CI como disciplina científica após a contribuição de Borko (1968) na qual se esboçou um quadro de definições acerca dos contornos e requisitos científicos da nova disciplina, que teria se constituído como tal pela demanda por resolução de problemas de informação e conhecimento.

A partir daí, os desdobramentos da relação entre a CI e os três termos foram se aprimorando e tomando direções diversas, mas sempre, notavelmente, dentro do quadro de referência do modelo cognitivo, mesmo entre aquelas iniciativas nominalmente restritas à informação registrada.

Um dos desdobramentos da atuação dos três termos na CI conheceu algumas especificações que os relacionou mais explicitamente com a gestão da informação e do conhecimento (GIC) (DAVENPORT; PRUSAK, 1998; MCGARRY, 1999), porém essa identificação seria apenas índice de mais uma especificação da compreensão cognitiva da disciplina em sua instrumentalização de teorias e conceitos de outras disciplinas, como se verá a seguir.

A GIC é entendida aqui como um dos núcleos teóricos da CI, que pode ser definido como o tipo de abordagem de problemas de informação e conhecimento que atua desde uma perspectiva de aperfeiçoamento de cabedais de informação e conhecimento para fins organizacionais.

Após esse breve recorrido histórico e após as análises etimológicas e semânticas, emerge o ponto de convergência das partes da abordagem: primeiro, se essa noção já se encontrava no âmbito da CI desde pelo menos o final da década de 1960; segundo, se a noção de DIC tem uma denotação cognitiva (etimológica, semântica e para a disciplina); terceiro, se autores como Borges *et. al.* (2003, p.5) e Budd (2011, p. 362, tradução nossa) dentre outros,

atestam que a disciplina encontrou desde cedo subsídios teóricos nas Ciências Cognitivas (CC), torna-se possível inferir que a noção de DIC, conforme seu uso na CI, teria sua origem teórica nas CC.

Desse modo, seria possível dizer que a compreensão, por parte da CI, da informação enquanto um processo cognitivo que parte de dados e culmina no conhecimento, teria tido como origem teórica as CC, principalmente em sua corrente chamada “cognitivismo”, pois tal corrente “assimila o humano à máquina” (BORGES, *et. al.*, p.6), de modo que, para essa corrente “a mente equivale a um computador, a uma máquina, e, como tal, possui um repertório de instrumentos (um mapa de representações do mundo e da linguagem) que lhe permite resolver problemas. A cognição então é entendida como a solução de problemas” (BORGES *et. al.*, p.6).

Esse nexos, aliás, entre mente e máquina para resolução de problemas condiz muito com o ideário de Bush (2011, p. 27) e com o de Otlet (1934, p. 428 *apud* RAYWARD, 1997, p. 298), ideários que estariam, como influências, não como causa, na base da formação disciplinar da CI da narrativa norte-americana (PINHEIRO, 2005, p. 38).

Dessa forma, o lastro conceitual recuperável acerca dos usos conceituais de DIC na CI teria como marca epistemológica e teórica o modelo cognitivo de abordar problemas de informação e de conhecimento; a marca diacrônica seria o contexto posterior à década de 1960 (época das primeiras estabilizações dos termos em tríade na CI); e a práxis que teria motivado a reunião das marcas e do conjunto de notas descritivas seria a demanda por solução de problemas de informação e conhecimento.

Sendo assim, seria possível dizer que o quadro de noções que orbitam o conceito de DIC estaria mais bem esclarecido dentro de perspectiva que levasse em conta esse contexto composto pelas marcas e pela práxis. Sua semântica alcançaria seu potencial explicativo mais alto se o conceito fosse pensado dentro dessa perspectiva original; o que acarretaria posteriormente uma aplicação mais aperfeiçoada, pois ao aplicar o conceito se estaria consciente do alcance de sua significação.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, M. E. N. *et al.* Estudos Cognitivos em Ciência da Informação. **Encontros Bibli**, v.15, p.1-17, 2003.
- BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BUDD, J. M. Revisiting the importance of cognition in information Science. **Journal of Information Science**, v. 37, n. 360, p. 360-368, 2011.

- BUFREM, L. S. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. **DataGramaZero**, v. 14, n. 6, 2013.
- BUSH, V. Como podemos pensar. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 14, n. 1, p. 14-32, 2011.
- DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Working Knowledge**. Boston: Harvard Business School Press, 1998.
- GLEICK, J. Teoria da Informação (Busco apenas um cérebro humano). Gleick, J. (Ed.). **A informação. Uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 212-241.
- KHOSROW-POUR, M. **Dictionary of Information Science and Technology**. Hershey: Idea Group Reference, 2007.
- MCGARRY, K. O conceito dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- PINHEIRO, L. V. R. **Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. 1997. Tese - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- RABELLO, R. História dos Conceitos e CI: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli**, v. 13, n. 26, p. 17-46, 2008.
- RAYWARD, W. B. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.
- REITZ, J. M. ODLIS - **Online Dictionary for Library and Information Science**. 2014. Disponível em: <[http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis\\_A.aspx](http://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx)>. Acesso em: 21 mar 2014.
- SARACEVIC, T. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 59, n. 12, p. 1051-1063, 1999.
- SARACEVIC, T. Interdisciplinarity nature of Information Science. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.
- THE OXFORD English Dictionary 5. Oxford: The Clarendon Press, 1933.
- TORRINHA, F. Dicionário Português-Latino. 3. Porto: Marânus, 1945.

## A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: UMA REPRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS CINÉTICOS PRODUZIDOS ENTRE OS ANOS 1972 E 2013

*THE PHILOSOPHY OF INFORMATION IN BRAZIL: AN REPRESENTATION OF KINETIC ARTICLES PRODUCED BETWEEN THE YEARS 1972 AND 2013*

Túlio de Moraes Revoredo

**Resumo:** Apresenta, de forma estrutural, a representação da Filosofia da Informação produzida e debatida no Brasil. Analisa como se apresentam os autores produtores desse domínio e os alicerces teóricos em que se baseiam. Investiga os anos de maior produção do estudo e, paralelamente, os autores que mais produzem sobre o tema na Ciência da Informação brasileira, com o objetivo de identificar os traços basilares e norteadores de um estudo emergente. Investiga, guiado pelos conceitos teórico-metodológicos da Filosofia e da Ciência da Informação, como a Ciência da Informação, sobretudo brasileira, configura a sua pesquisa filosófica e seus alicerces para sua construção enquanto Ciência. Adota o termo Filosofia da Informação bem como analisa seu conceito a partir do filósofo Italiano Luciano Floridi, devido ao seu pioneirismo em fomentar e apresentar as teorias para o estudo filosófico da Informação. Para tanto, recupera, analisa e apresenta os artigos oriundos da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), demonstrando em quadros e gráficos o contexto atual do estudo filosófico da Informação produzido no Brasil.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. Filosofia da Informação. Filosofia da Ciência da Informação. Luciano Floridi.

**Abstract:** It presents, in a structural way, the representation of the Philosophy of Information produced and debated in Brazil. It examines, in a systematic way, as if the producers of this present study and theoretical foundations which these authors rely authors. Investigates mainly the years which increased production of the study and, in parallel, which the authors that produce more on the topic in information science in Brazil, with the objective of identifying and guiding the basic traits of an emerging study. Investigates, guided by theoretical and methodological concepts of philosophy and information science, such as information science, especially Brazilian, sets its research and its philosophical foundation for its construction as Science. Adopts the term Philosophy of Information and analyzes its concept from the Italian philosopher Luciano Floridi, due to its pioneering promote and present the theories to the study of philosophical info. To do so, retrieves, analyzes and presents articles from Base Reference Data Journal Articles in Information Science - BRAPCI, showing charts and graphs in the current context of the philosophical study of information produced in Brazil.

**Keywords:** Information Science. Philosophy of Information. Philosophy of Information Science. Luciano Floridi.

### 1 CONFIGURAÇÃO DO ESTUDO

A Filosofia da Informação é a nova empreitada filosófica da pós-modernidade. No contexto da realidade de informações, um conjunto de problemas filosóficos clássicos, como os princípios, as origens e estruturas de conhecimento, a natureza da existência, os problemas da mente, as estruturas lógicas da linguagem e do sentido, os princípios de raciocínio lógico e pensamento crítico, as teorias da verdade, e questões éticas (por exemplo, FLORIDI 2002,

2004a, 2004b; VAN BENTHEM; ADRIAANS, 2008; HIMMA; TAVANI, 2008) contribuem para visão da Ciência da Informação (CI), também relativamente nova no campo científico.

A CI se desenvolve em direções diferentes e, portanto, analisa diferentes aspectos da realidade de informação, tais como - para citar apenas alguns dos aspectos relevantes - a recuperação da informação, sistemas de informação, organização do conhecimento, gestão da informação/conhecimento, o comportamento da informação, qualidade da informação, resultantes dos estudos métricos, inteligência artificial, entre outros.

“A Ciência da informação não é uma disciplina com limites claros que, de forma unificada, descrevem suas questões de investigação, teorias e métodos” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995 p. 47). É, antes, um campo complexo e dinâmico que aborda muitos problemas de pesquisa diferentes, fundamentado em uma variedade de teorias e metodologias. Isso resulta em uma pluralidade de “subdomínios” teóricos e metodológicos da ciência da informação. Nesse ponto, qual seria a relação entre as bases destas subáreas do conhecimento? A Ciência da Informação se desenvolve necessariamente por meio da pluralidade de teorias e metodologias, em busca de alguma dimensão particular de informação? Estão estas diferentes abordagens relacionadas entre si? E, em caso afirmativo, de que forma? É significativo ver os diversos quadros teóricos e metodológicos como subdomínios de uma teoria unificada da Ciência da Informação? Existe alguma necessidade de uma teoria unificada da Ciência da Informação?

Tais questões parecem ser difíceis de conceituar e/ou definir, no entanto, no cerne da filosofia da informação é a pergunta “O que é X” (*ti esti*) clássico questionamento, que inaugura vários ramos da filosofia de Platão em diante. Apenas a pergunta: “o que é informação?” Denota o termo *informação* como, sem dúvida, vago e ainda uma parte importante dos estudos da linguística moderna, da Comunicação, da Filosofia entre tantas outras áreas dos saberes. Vive-se na "era da informação", ler-se "informação" nos jornais, pode-se reunir "informação" sobre, digamos, os gradientes de sal das correntes no Oceano Pacífico, e podemos falar sobre a quantidade de "informação" que pode ser entregue através de uma conexão sem fio. No entanto, como vários filósofos apontaram, dificilmente pode-se dizer precisamente o que significa o termo. Tendo em conta que também é utilizado de forma diferente em diferentes campos de estudo (Biologia, Comunicação, Ciência da Computação, Economia, Matemática, entre outros), é uma das características da Filosofia da Informação realizar esta tarefa de esclarecimento, se o termo "informação" é para ser informativo em tudo. Então, em primeiro lugar, esta área de pesquisa examina o termo em sua multiplicidade de significados e esclarece seus muitos usos.

Colocando-se desta forma, o leitor pode presumir que a "Filosofia da Informação" é meramente filosofia em matéria de informação e uma tentativa de determinar o que é no mesmo sentido que a Filosofia da Ciência é a filosofia sobre a Ciência e o que ela é, mas tal interpretação seria enganosa. Tendo em conta que a "informação" é um conceito fundamental de uma forma que a "Ciência" não é, alguns têm tentado reformar o empreendimento filosófico, situando informações na vanguarda da investigação filosófica, tornando a Filosofia da Informação uma nova *philosophia* que prima para tomar o lugar da metafísica fundamental, embora com variações de compromissos ontológicos.

Dicas desta manobra estão presentes em 2002, onde Floridi aponta para uma crise no coração da filosofia contemporânea, que só pode ser resolvida com um olhar para a informação como a mais fundamental das categorias tradicionais de conhecimento e existência. Outros, como Capurro e Hjørland (2003), por exemplo, empregam a noção de informação biológica, matemática e filosófica simultaneamente, apontando questões relacionadas com a mente a partir de um substrato físico e, inclusive, da consciência. Outros autores ainda optam pelo longo alcance informativo de transformação histórica e cultural, como Piaget (1971) em seu processo de concepção do construtivismo, tendo a informação como parte integrante de um processo cultural e biológico.

Floridi (2010), por sua vez, identifica cinco tipos diferentes de informação: matemática, semântica, física, biológica e econômica, mas a lista não é definitiva. O primeiro tipo tem sido fundamental para a "Teoria Matemática da Comunicação", o segundo desenvolvido por Claude Shannon (1948) é a maior parte de interesse dos filósofos, embora a relação entre os dois esteja longe de ser clara. Todos os cinco desempenham algum papel na filosofia da informação, mas os dois primeiros são de preocupação filosófica primária.

## **2 REPRESENTAÇÃO DA FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

No ano de 2009, teve início a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), atendendo assim, a uma importante lacuna para o desenvolvimento de pesquisas e estudos métricos, sobretudo no âmbito bibliográfico, dentro da Ciência da Informação.

E, no ano de 2014, a Brapci passou a integrar em seu repositório, os artigos produzidos no encontro mais expressivo e regulamentado da Ciência da Informação no Brasil o "Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – Enancib", que congrega a quase totalidade dos pesquisadores em Ciência da Informação no Brasil.

A seleção dos artigos iniciou-se na própria base de dados, devido a mesma não só tornar possível a pesquisa proposta como corresponde à cobertura espacial desejada, reunindo periódicos em CI brasileiros. A seguir, considerou-se o mecanismo de busca da base enquanto instrumento de pesquisa que, através da procura pelas palavras-chave: “Filosofia da Ciência da Informação”, “Filosofia da Informação” e “Luciano Floridi”, todas sendo realizadas com aspas (que aumentam a precisão nos termos pesquisados), permitiram a recuperação da unidade temática expressa pelos artigos pertencentes aos periódicos que os publicaram. Naquele momento, passou-se a considerar a variável temporal, correspondente aos artigos publicados entre o período de 1972 a 2013.

Com este passo a passo, chega-se ao seguinte quadro de artigos.

- 1) FRANCELIN, Marivalde Moacir; PELLEGGATTI, Caio. Filosofia da informação: reflexos e reflexões. **Transinformação**, v. 16, n. 2, maio/ago, p. 123-132. 2004.
- 2) MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, jul./dez. p. 140-165. 2005.
- 3) ROBREDO, Jaime. Ciência da Informação e Filosofia: Reflexões. **Enancib**. v.8, p. 01-20, 2007.
- 4) FLORIDI, Luciano. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 2, , p. 37-47. 2010.
- 5) MOSTAFA, Solange Puntel. Epistemologia ou filosofia da Ciência da Informação?. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, set./dez., p. 65-73. 2010.
- 6) ELIAS, Aluf Alba. A verdade, A informação e o arquivo: primeiras impressões na busca por uma filosofia da informação. **Enancib**. n. 12, 2011.
- 7) MOSTAFA, Solange Puntel. Charles Peirce, Gilles Deleuze e a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, jan./abr, p. 27-37. 2012.
- 8) SALDANHA, Gustavo Silva. Humano inumano pós-humano: o homem na, da e para a Ciência da Informação. **Ponto de Acesso**, v. 6, n. 3, 2012.
- 9) SALDANHA, Gustavo Silva. O imperativo mimético: a filosofia da informação e o caminho da quinta imitação. **DataGramZero**, v. 13, n. 5, p.A02, 2012.
- 10) GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Luciano Floridi and the philosophical problems of information: from representation to modeling. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4, n. 1, 2013.
- 11) REVOREDO, Túlio de Moraes; SALCEDO, Diego Andres. O Estado da arte da filosofia da informação na Ciência da Informação Brasileira. **DataGramZero**, v. 14, n. 6, 2013.

A partir deste quadro de artigos, podem-se extrair algumas informações que merecem um destaque, ao qual segue abaixo:

- a) Revistas com maiores números de publicações:      b) Autores e seus números de publicações:

journal	quant.
DataGramZero, Rio de Janeiro	2
ENANCIB	2
Informação e Sociedade: Estudos	2
InCID: R. Ci. Inf. e Doc.	2
Transinformação	1
Ponto de Acesso	1
Perspect. ciênc. inf.	1

author	quant.
MOSTAFA, Solange Puntel	2
SALDANHA, Gustavo Silva	2
ELIAS, Aluf Alba	1
FLORIDI, Luciano	1
FRANCELIN, Marivalde Moacir	1
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida	1
MATHEUS, Renato Fabiano	1
PELLEGATTI, Caio	1
REVOREDO, Túlio de Moraes	1
ROBREDO, Jaime	1
SALCEDO, Diego Andres	1

- c) Anos e quantitativos de publicações:

year	quant.
2013	2
2012	3
2011	1
2010	2
2007	1
2005	1
2004	1

- d) Representação das palavras-chaves:

keyword	quant.
Ciência da Informação	6
filosofia da informação	7
Filosofia da ciência da informação	3
Informação	3
filosofia	2
Biblioteconomia	1
biblioteconomia e ciência da informação	1
Charles Peirce	1
ciência	1
Ciência [e] Tecnologia	1
Classificação descritiva por afetos	1
complexidade	1
conhecimento	1
dados	1
Educação [e] Cultura	1
epistemologia	1
epistemologia social	1
estado da arte	1
Fernando Ilharco	1
filosofia contemporânea	1
Floridi	1
Gilles Deleuze	1
humanismo	1
informação semântica	1
Linguagem documentária menor	1
literatura científica	1
Luciano Floridi	1
programas de pesquisa	1
semiótica	1
tecnologia	1



Estas informações apresentam algumas perspectivas, mesmo que em uma análise breve, que merecem um devido destaque. A começar pelo início das publicações no Brasil, 2004, ou seja, o início do debate em Filosofia da Informação no Brasil só tem início dois anos após o debate ser iniciado por Luciano Floridi, o que o torna, de certa forma, um lançador do debate (pelo menos do debate com denominação “Filosofia da Informação”) no campo da Ciência da Informação.

Outra perspectiva interessante a levar em consideração são as palavras-chaves apresentadas pelos autores em seus artigos. Como é possível observar nas figuras acima, o termo “Ciência da Informação” tem mais inserções do que o próprio termo “Filosofia da Informação”, o que pode ser traduzido no conteúdo do debate travado na literatura científica da Ciência da Informação. Muitos dos autores contestam a Filosofia da Informação propondo uma “Filosofia da Ciência da Informação”, o terceiro termo com maior número de inserções nas palavras chaves. Outra questão a destacar é o termo “Epistemologia” ter sido utilizado apenas uma única vez, já que, para alguns autores brasileiros, o conteúdo epistemológico produzido sobre a Ciência da Informação já concentraria um estudo filosófico da Ciência da Informação. Todavia, é necessário lembrar que a “Epistemologia”, enquanto campo de estudo, refere-se apenas a uma faceta da Filosofia, sendo esta uma grande área que abarca outros campos de estudo, tornando-a uma questão maior do que apenas o estudo epistemológico. Entretanto, esta é uma análise que merece um debate mais aprofundado.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O primeiro capítulo deste estudo contextualiza o debate da Filosofia da Informação. No segundo capítulo são apresentados breves conceitos trazidos por Luciano Floridi e, em seguida, são apresentados os artigos recuperados na base de dados extraído destes algumas informações como: “Ano de publicação”, “Autores mais produtivos”, “Revistas” e “palavras-chaves mais utilizadas”. A partir destes dados, foi possível apresentar algumas perspectivas.

Todavia, entende-se que este é um estudo que merece uma carga de debate mais extensa e com mais fundamentações teóricas, sendo estas questões de ordem muito densa que precisam de um esforço intelectual muito grande e com mais páginas para desenvolver os conceitos. Porém, guardadas as devidas proporções que é exigida a este estudo, considera-se que o objetivo foi alcançado e os dados apresentados de forma concisa e clara ao leitor.

### **REFERÊNCIAS**

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. The concept of information. **ARIST**, v. 37, p. 343-411, 2003

FLORIDI, L. Open problems in the Philosophy of Information. **Metaphilosophy**, v. 35, p. 554-582, 2004a.

FLORIDI, L. Outline of a theory of strongly semantic information. **Mind Mach**, v. 14, p. 197-221, 2004b.

FLORIDI, L. What is the Philosophy of Information? **Metaphilosophy**, v. 33, p. 123-145, 2002.

HIMMA K. TAVANNI H. The handbook of information and computer ethics. **ARIST**, v. 23, 2008.

PIAGET, J. A **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1971.

PINHEIRO, L. V. R. LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./jul.1995.

PLATÃO. **A República**. 11. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

SHANNON, C. A. Mathematical theory of communication. **Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379-423, 623-656, 1948.

VAN BENTHEM, J. ADRIAANS, P. **Philosophy of Information**; North Holland: Amsterdam, The Netherlands, 2008.

## **A PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: INDICADORES DOS FUNDAMENTOS NA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO**

### *INTERDISCIPLINARY PRODUCTION IN INFORMATION SCIENCE: INDICATORS OF THE INFORMATION ARCHITECTURE PRINCIPLES*

Zayr Cláudio Gomes da Silva  
Edivanio Duarte de Souza

**Resumo:** A interdisciplinaridade é apontada como uma das principais características da Ciência da Informação. Busca-se compreender os fundamentos da produção interdisciplinar nesse campo de conhecimento, especificamente, no domínio da arquitetura da informação. Para tanto, mapeou-se a produção científica sobre esta temática disponível no BENANCIB, que cobre as edições de 2003 a 2013. Para a sistematização e a compreensão dos dados, utilizaram-se indicadores bibliométricos. A partir desses indicadores, constataram-se alguns elementos que indiciam os fundamentos da produção interdisciplinar na Ciência da Informação, a saber, a formação plural dos autores, a produção em coautoria e as convergências de diferentes áreas do conhecimento. Embora os resultados apresentem algumas evidências da produção interdisciplinar, considera-se a necessidade de estudos mais amplos que problematizem a processualidade da prática na Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Arquitetura da Informação. Ciência da Informação. Interdisciplinaridade na Ciência da Informação.

**Abstract:** Interdisciplinarity is pointed out as one of the main characteristics of Information Science. The aim is to understand the principles of the interdisciplinary production in this field of knowledge, specifically, in the domain of information architecture. For this reason, scientific production was outlined about this issue which is available in the BENANCIB that covers editions from 2003 to 2013. For data systematization and understanding, the bibliometric indicators were used. From these indicators, some elements that point out the principles of the interdisciplinary production in Information Science were realized; namely, the authors' plural formation, the co-authorship production and the convergences of different knowledge areas. Though the results present some evidence of the interdisciplinary production, the need for further studies that discuss the practice process in Information Science is considered.

**Keywords:** Information Architecture. Information Science. Interdisciplinarity in Information Science.

## **1 INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o conhecimento científico vem passando por diferentes processos de reestruturação baseados em questionamentos sobre os métodos analíticos, que se apresentam como visão fragmentada e reducionista da realidade. A partir disso, emerge uma proposta de ciência contemporânea que apresenta novas formas de produção do conhecimento científico centradas, sobretudo, numa visão integradora e complexa do conhecimento.

Alguns movimentos de integração do conhecimento surgem com essa proposta, particularmente, a interdisciplinaridade, que aparece nesse contexto como a tentativa de aproximação entre disciplinas através da cooperação científica e inteligência coletiva.

Sendo assim, surgem possibilidades de discussão sobre as práticas interdisciplinares na Ciência da Informação, tendo em vista os aspectos constitutivos dessas práticas, ou seja, de que forma se constituem as práticas interdisciplinares na Ciência da Informação.

Com efeito, alguns fundamentos da produção interdisciplinar na Ciência da Informação são apontados na literatura da área, dentre os quais se podem destacar a variedade da formação dos pesquisadores, a complexidade do objeto da informação e a conseqüente convergência entre disciplinas.

Neste trabalho, busca-se compreender a produção interdisciplinar na Ciência da Informação nos domínios da temática arquitetura da informação a partir de elementos paratextuais da produção científica do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

As análises e discussões são centradas no domínio estratégico da arquitetura da informação, uma vez que possibilita a interação da produção em torno da organização e disseminação de conteúdos informacionais, das necessidades dos usuários e dos processos tecnológicos que os envolvem.

## **2 A PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR DO CONHECIMENTO**

A produção do conhecimento científico na ciência moderna se constitui em torno da fragmentação da ciência, priorizando um modelo funcional, um sistema de relações estruturais e o pensamento disjuntivo. Trata-se do paradigma dominante cuja racionalidade científica tem por base um modelo linear e mecanicista do conhecimento (MORIN, 2006; SANTOS, 2003).

Na contemporaneidade, contudo, emerge uma nova proposta de produção de conhecimento que resultaria da superação das condições de produção modernas, essencialmente, do dualismo existente entre ciências naturais e sociais, a adoção de um modelo analítico complexo e, por conseguinte, da integração dos saberes (SANTOS, 2003).

Nesse contexto, emergem movimentos de interação disciplinar que visam superar a fragmentação do saber que decorre da hiperespecialização do conhecimento. Trata-se de diferentes práticas que têm por base, em menor ou maior medida, a produção colaborativa e a inteligência coletiva, a saber, a pluri (justaposição), a inter (convergência) e transdisciplinaridade (holismo) (DOMINGUES, 2005; JAPIASSU, 1976; POMBO, 2003).

A efetividade de práticas interdisciplinaridades, porém, considerada como possível ápice da integração disciplinar, requer vários elementos, tais como a policompetência do

pesquisador, o caráter parcial e relativo das áreas em jogo, a redefinição de seus objetos, métodos e orientação teórica e a inteligência coletiva (DOMINGUES, 2005; JAPIASSU, 1976, POMBO, 2003).

### **3 A PRODUÇÃO INTERDISCIPLINAR NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A interdisciplinaridade é considerada como um dos fundamentos gerais da Ciência da Informação, essencialmente, porque esta é caracterizada pela variedade de formação dos pesquisadores que estudavam os problemas e as possíveis soluções em torno do objeto da informação tendo em vista sua complexidade. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001; PINHEIRO, 1997, 1999; SARACEVIC, 1996).

Desse contexto resultam os principais fundamentos da interdisciplinaridade na Ciência da Informação, a saber: a plural formação de seus pesquisadores, a complexidade do objeto da informação e a conseqüente convergência entre disciplinas que possuem interfaces com a área (PINHEIRO, 1997; SOUZA, 2011).

Smith (1992) aponta a falta de abordagens metodológicas que ultrapassem os indicadores de temáticas em que se encontram as práticas interdisciplinares. É necessário destacar, porém, a partir de Pinheiro (1997), a importância de estudos bibliométricos que evidenciam em aspectos quantitativos possibilidades de demarcações das características da produção interdisciplinar na área.

Como necessidade ampla de integração na área, Saracevic (1996) destaca a permanência de duas vertentes bastante distintas da Ciência da Informação, uma centrada no sistema de recuperação da informação e outra no usuário, influenciadas, respectivamente, pela Ciência da Computação e pela Biblioteconomia. Considera-se que, pela complexidade do objeto de estudo, os pesquisadores procuram estabelecer “a articulação das plurais dimensões do objeto informacional” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 5).

A arquitetura da informação destaca-se como um espaço colaborativo em função de três características principais: os aspectos políticos, culturais e estratégicos do sistema de informação; o conteúdo informacional ligado às características de estruturas, apresentação e dinamismo; e o foco em necessidades, hábitos e comportamentos dos usuários (ROSENFELD; MORVILLE, 2006).

### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta parte da pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Bibliometria, que corresponde ao “estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada” (MACIAS-CHAPULA, 1998, p. 134).

Do ponto de vista dos objetivos e dos procedimentos utilizados correspondeu, respectivamente, segundo Richardson (1999), a uma pesquisa exploratória e bibliográfica, que foi realizada no repositório “BENANCIB – Questões em Rede”.

A pesquisa teve como cobertura o período de 2003 a 2013 e utilizou como critério de busca um catálogo de palavras-chave classificado por ordem alfabética. Para tanto, foram definidas seis palavras-chave, a saber, “arquiteto da informação”, “arquitetura da informação”, “arquitetura de informação”, “arquitetura da informação para web”, “arquitetura da informação pervasiva”, “arquitetura de informação – sistemas de organização do conhecimento”.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Preliminarmente, é importante destacar que a produção sobre arquitetura da informação está presente em todos os anos pesquisados, havendo, contudo, maior produção nos últimos dois anos. Além disso, percebe-se, na Tabela 1, que mais da metade do universo das comunicações foi apresentada no *GT 8 Informação e Tecnologia*, que abarca estudos “teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais” (GTANCIB, 2014).

TABELA 1 – Comunicações por Grupo de Trabalho (GT)

GT	$f(x)$	$f(\%)$
GT 1	1	2,94
GT 2	3	8,82
GT 3	3	8,82
GT 4	2	5,88
GT 6	2	5,88
GT 8	19	55,88
GT 9	1	2,94
GT 11	2	5,88
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

De acordo com os indicadores bibliométricos de autoria mostrados na Tabela 2, as comunicações, em sua maioria, foram realizadas em coautoria, que, segundo Macias-Chapula (1998), aponta para certo grau de colaboração na área.

TABELA 2 – Tipologia de Autoria das Comunicações

<b>Tipologia de Autoria</b>	<b>f(x)</b>	<b>f(%)</b>
Individual	5	14,71
Coautoria	29	85,29
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2014).

Vale ressaltar também que, de acordo com Domingues (2005), um dos elementos característicos da produção interdisciplinar é a inteligência coletiva, que se constitui a partir da cooperação de vários especialistas provenientes de diferentes campos.

Além disso, é importante destacar que a produção é oriunda de diferentes programas/instituições, conforme se pode observar na Tabela 3.

TABELA 3 – Índice de Produtividade dos Autores

<b>Autores</b>	<b>IES</b>	<b>Comunicações f(x)</b>
Marckson Roberto Ferreira de Sousa	UFPB	7
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti	UNESP	7
Guilherme Ataíde Dias	UFPB	3
Fernando Luiz Vechiato	UNESP	3
Maria Amélia Teixeira da Silva	UFPB	3
Lílian Viana Teixeira Cananéa	UFPB	3
Liriane Soares de Araújo de Camargo	UNESP	2
Renata Maria Abrantes Baracho	UFMG	2
André Luiz Dias de França	UFPB	2
Demais autores <sup>109</sup>	-	30
<b>Total</b>		<b>62</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Ressalta-se também a pluralidade da formação desses autores, conforme é demonstrado na Tabela 4. Observa-se que os autores apresentam nove formações básicas distintas, classificando-se, inclusive, entre ciências exatas e da natureza (Ciência da Computação, Engenharia Elétrica, Matemática e Processamento de Dados) e ciências humanas e sociais (Biblioteconomia, Comunicação Social e Direito). A pós-graduação está mais centrada na Ciência da Informação.

<sup>109</sup> Na TABELA 3, estão listados apenas nove autores, que publicaram, pelo menos, duas comunicações. Os demais 53 publicaram apenas uma comunicação cada um.

TABELA 4 – Formação dos Autores

<b>Autores</b>	<b>Formação Acadêmica</b>
Marckson Roberto Ferreira de Sousa	Engenharia Elétrica (G/M/D)
Silvana Aparecida Borsetti G. Vidotti	Matemática (G) e Ciência da Computação (M/D)
Guilherme Ataíde Dias	Ciência da Computação (G), Direito (G), Ciência da Informação (D)
Fernando Luiz Vechiato	Biblioteconomia (G) e Ciência da Informação (M/D)
Maria Amélia Teixeira da Silva	Biblioteconomia (G) e Ciência da Informação (M)
Lílian Viana Teixeira Cananéa	Comunicação Social (G) e Ciência da Informação (M)
Liriane Soares de Araújo de Camargo	Processamento de Dados (G) e Ciência da Informação (M)
Renata Maria Abrantes Baracho	Arquitetura e Urbanismo (G) Ciência da Computação (M) e Ciência da Informação (D)
André Luiz Dias de França	Comunicação Social (G) e Ciência da Informação (M)

Fonte: Dados da Pesquisa (2014). Legenda: Graduação (G), Mestrado (M) e Doutorado (D).

No rol de disciplinas, merecem destaque a Biblioteconomia, a Ciência da Computação e a Comunicação Social, que são apontadas por Saracevic (1996) como aquelas em que as relações interdisciplinares com a Ciência a Informação estão mais presentes. É importante considerar, a partir de Saracevic (1978) e Souza (2011), a relação entre a educação dos cientistas da informação e o estabelecimento das relações com outros campos disciplinares.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa constatou alguns indicadores que apontam para a fundamentação da produção interdisciplinar da arquitetura da informação, na Ciência da Informação, com destaque para a formação plural dos pesquisadores e convergência entre disciplinas por meio da produção em coautoria. Trata-se de condições gerais que apontam para a cooperação entre diferentes disciplinas, notadamente, Biblioteconomia, Ciência da Computação e Comunicação Social.

Considera-se, porém, a necessidade de ampliação e aprofundamento dessas reflexões sobre a interdisciplinaridade como um dos fundamentos da Ciência da Informação, na medida em que elas se dão essencialmente a partir da cooperação entre os elementos teórico-metodológicos de diferentes disciplinas.

Conforme Pombo (2003), a melhor compreensão da interdisciplinaridade implica na passagem de uma visão de ciência predominante analítica para uma visão mais complexa e transversal. Isso significa que se deve não somente apontar as relações interdisciplinares, mas procurar compreender os seus efetivos significados.



## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido, que vem se constituindo em importante suporte para a realização desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, I. Em busca do método. In: DOMINGUES, I. (org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/433>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- GTANCIB: Fórum de coordenadores de grupos de trabalhos da ANCIB. **Grupos de Trabalho**. 2014. Disponível em: <<http://gtancib.fci.unb.br/>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- MACÍAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cientometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- PINHEIRO, L. V. R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. Rio de Janeiro, 1997. 278f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, L. V. R. (org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: Rio de Janeiro: IBICT/DDI/DEP, 1999.
- POMBO, O. Epistemologia interdisciplinar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE. Porto, 2003. **Anais...** Porto, 2003. p. 1-29. Disponível em: <[http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002\\_11.pdf](http://www.humanismolatino.online.pt/v1/pdf/C002_11.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2014.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information Architecture for the World Wide Web**. 3. ed. Sebastopol, USA: O'Reilly Media, Inc., 2006.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun., 1996. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

SARACEVIC, T. Educação em Ciência da Informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 3-12, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1539/1155>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

SMITH, L. C. Interdisciplinarity: approaches to understanding Library and Information Science as an interdisciplinary field. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p. 253-267.

SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. 2011. 346 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

**A NATUREZA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
UM ESTUDO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PERNAMBUCO (2011 A 2013)**

*THE NATURE OF ACADEMIC PRODUCTION INFORMATION SCIENCE: A STUDY OF  
THE THESIS MASTERS OF GRADUATE PROGRAM IN INFORMATION SCIENCE  
UNIVERSITY OF FEDERAL OF PERNAMBUCO (2011 TO 2013)*

Hyllane Maria Salgueiro  
André Felipe de Albuquerque Fell

**Resumo:** Na trajetória histórica da ciência, inúmeras foram as perspectivas utilizadas no esforço de compreensão dos fenômenos da natureza intrínsecos ao processo de construção do conhecimento e investigação científica. A seguinte pesquisa busca a partir do estudo da produção acadêmica do campo da Ciência da Informação compreender a natureza paradigmática das pesquisas quanto seus aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos de acordo com os paradigmas alternativos desenvolvidos por Guba e Lincoln bem como investigá-las quanto aos tipos de interesse do conhecimento humano segundo Habermas. Como *corpus* de estudo optou-se analisar as dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), compreendendo o período de 2011 a 2013. A metodologia parte de uma abordagem predominantemente qualitativa, acredita-se que a pesquisa cuja investigação se apresenta em andamento poderá suscitar novas perspectivas para o Programa além de tentar contribuir para a reflexão crítica sobre elementos possivelmente despercebidos.

**Palavras-chave:** Pós-graduação em Ciência da Informação. Ciência da Informação. dissertações PPGCI/UFPE.

**Abstract:** In the historical trajectory of science, numerous prospects were used in the effort to understand the nature phenomena intrinsic to the construction of knowledge and scientific inquiry process. The following research aims from the study of academic research in the field of Information Science to understand the nature of the research paradigm as its ontological, epistemological and methodological aspects according to the alternative paradigms developed by Guba and Lincoln and investigate them as to the types of human interest of knowledge according to Habermas. As a corpus study we chose to analyze the dissertations in the Graduate Program in Information Science (PPGCI) of the Federal University of Pernambuco (UFPe), covering the period 2011-2013. Methodology part of a predominantly qualitative approach, it is believed that research whose appears in progress may raise new perspectives for the program beyond trying to contribute to critical thinking about possibly unnoticed elements.

**Keywords:** Graduate in Information Science. Information Science. Dissertations PPGCI/UFPE.

## **1 INTRODUÇÃO**

Na trajetória histórica da ciência, inúmeras foram as perspectivas utilizadas no esforço de compreensão dos fenômenos da natureza intrínsecos ao processo de construção do conhecimento científico. Pode-se dizer que esse processo de construção ou desenvolvimento do conhecimento científico veio se constituindo de maneira distinta em cada contexto

histórico articulado, de maneira geral, aos interesses da sociedade e objetivos da comunidade científica. Diante do exposto, tais modos de realizar a atividade científica provocaram o debate e reflexão entre filósofos e sociólogos contemporâneos que, por conseguinte, exprimiram seus posicionamentos sobre os distintos modos de se fazer ciência (CORAZZA; NEVES; RAMOS, 2009).

Diante de seu desenvolvimento e admitindo a multiplicidade de seus objetos investigados, o conhecimento científico se ramificou em ciências particulares do saber que relacionadas em duas categorias: ciências formais e ciências empíricas, estando nesta última, as ciências sociais aplicadas da qual a Ciência da Informação (CI) encontra-se inserida. Segundo Saracevic (1996), os problemas de pesquisa nessa área bem como os métodos propostos para resolvê-los caracterizam um campo que necessita ser entendido além de suas posições léxicas ou ontológicas, isto é, pressupõe uma posição de relação com outros campos.

Dessa forma, é possível observar algumas características quanto à produção dessa informação científica na área de CI a partir do estudo de sua produção acadêmica. Segundo o site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), no Brasil o campo da CI conta atualmente com 14 programas de pós-graduação, entre os quais o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). O PPGCI do Departamento de Ciência da Informação (DCI) está vinculado ao Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco e oferece o curso de Mestrado Acadêmico na área de concentração informação, memória e tecnologia, subdividido em duas linhas de pesquisas: memória da informação científica e tecnológica; comunicação e visualização da memória.

Considerando a relevância em se compreender a produção acadêmica na área de CI a partir do estudo de sua literatura, a presente pesquisa é de natureza predominantemente qualitativa e tem como *corpus* de análise as 26 dissertações defendidas no mestrado do PPGCI/UFPE no período de 2011 a 2013. O presente trabalho busca compreender a natureza paradigmática das pesquisas, bem como os interesses do conhecimento produzidos a partir das dissertações defendidas no PPGCI/UFPE no período mencionado.

## **2 PARADIGMAS DE PESQUISA ALTERNATIVOS DE GUBA E LINCOLN E TEORIA DO CONHECIMENTO DE HABERMAS**

### **2.1 Paradigmas de Pesquisa Alternativos de Guba e Lincoln (1994)**

Segundo Kuhn (2011, p.13), os “paradigmas são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções

modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Segundo a taxonomia formulada por Guba e Lincoln (1994), o posicionamento epistemológico do pesquisador pode estar delineado nos paradigmas classificados em: positivismo; pós-positivismo; teoria crítica, e; construtivismo (QUADRO 1).

QUADRO 1: Taxonomia dos paradigmas na pesquisa qualitativa segundo Guba e Lincoln (1994)

Item	Positivismo	Pós-positivismo	Teoria Crítica e outras	Construtivismo
Ontologia	Realismo ingênuo. A realidade é “real” e representável.	Realismo crítico – a realidade é “real”, mas imperfeitamente e probabilisticamente representada.	Realismo histórico – realidade virtual moldada por valores sociais, políticos, culturais, étnicos, econômicos, e de gênero; cristalizados no tempo. Transacional	Relativismo – realidades locais especificamente construídas.
Epistemologia	Dualista, objetivista: os achados são verdadeiros.	Dualista modificada; objetivista; tradição crítica, comunidade; os achados são provavelmente verdadeiros.	Subjetivista; os achados são mediados pelos valores.	Transacional, subjetivista; os achados são criados.
Metodologia	Experimental; manipulativa; verificação de hipóteses; preponderância de métodos quantitativos.	Experimental modificada, manipulativa; multiplismo crítico; falsificação de hipóteses, pode incluir métodos qualitativos.	Dialógica, dialética.	Hermenêutica, dialética.

Fonte: Fell, Ximenes e Filho (2004, p. 5).

Quanto ao aspecto ontológico, o positivismo é demarcado por uma realidade passível de apreensão ou compreensão, sendo chamado também de um realismo ingênuo. Segundo Fell (2009), essa percepção possui um caráter determinista e reducionista, uma vez que enquadra a realidade à leis e mecanismos imutáveis, elaborando generalizações e desconsiderando a questão espaço-tempo.

No que concerne o aspecto epistemológico, no positivismo, a busca pelo conhecimento é tida como dualista objetivista, pois nesses termos, o sujeito epistêmico ou

sujeito conhecedor apenas enxerga duas realidades contrárias que estão em constante conflito. A metodologia incorporada ao positivismo perpassa a experimentação, a manipulação e testes de hipóteses, sendo o método quantitativo o principal caminho tomado pelo pesquisador. Na trajetória percorrida pelo pesquisador envolvido nesse paradigma, a racionalidade exclui qualquer ameaça subjetiva que possa vir a contrariar a manipulação ou controle das hipóteses de pesquisa. No que tange à ontologia, no pós-positivismo, a realidade é quase semelhante ao positivismo. A diferença reside em que a realidade é percebida criticamente, sendo imperfeita probabilisticamente. O caráter epistemológico continua em parte dualista sendo modificado pela tradição crítica da comunidade. Por último, a metodologia no paradigma pós-positivista supõe a falseabilidade de hipóteses e o aparecimento do método qualitativo.

No quadrante ontológico, a teoria crítica e outros identifica uma realidade histórica - virtual construída por atores sociais e moldada por valores éticos, políticos, econômicos, sociais e culturais. No eixo epistemológico, o conhecimento encontrado é subjetivista, uma vez que as descobertas realizadas pelo pesquisador são mediadas pelos seus valores e costumes. Ademais, nesse paradigma, no eixo ligado à metodologia, aparece de maneira dialógica e dialética. Nesse paradigma assim como no construtivismo, não existe a separação entre os planos ontológicos e epistemológicos, uma vez que ambos se fundem por estarem ligados na prática e conceitualmente.

No paradigma construtivista, o plano ontológico assume uma realidade relativa ao considerar os desdobramentos sociais, especificando o contexto no qual ela está sendo observada e construída. Nesse sentido, conecta-se à busca do conhecimento a partir de um processo mais sofisticado, considerando os aspectos subjetivos do investigador e levando às possibilidades da criação dos achados. No eixo metodológico, respalda-se os métodos hermenêutico e dialético.

## **2.2 Teoria do Conhecimento de Jürgen Habermas**

Habermas (1971) parte do pressuposto de que todo o conhecimento é induzido e dirigido por interesses. A noção de interesse na obra de Habermas é bastante ampla no sentido de entender os interesses como processos estruturados de aprendizagem visando enfrentar os problemas da humanidade (HABERMAS, 1971). Nesse sentido, tais interesses, para o autor supracitado, estão agrupados em três distintos aspectos: técnico; prático, e; emancipatório (ver QUADRO 5).

QUADRO 2 : Três interesses constitutivos e domínios do conhecimento humano de Habermas.

<b>Tipo de Interesse Humano</b>	<b>Espécie de Conhecimento</b>	<b>Métodos de Pesquisa</b>	<b>Dimensão Social</b>
<b>Técnico (predição e controle)</b>	Instrumental / Técnico (explicação causal)	Ciências Positivistas (método empírico – analítico)	Trabalho
<b>Prático (interpretação ou entendimento mútuo)</b>	Prático (entendimento)	Pesquisa Interpretativa (método hermenêutico)	Interação
<b>Emancipatório (crítica e liberação)</b>	Emancipação (reflexão)	Ciências Sociais Críticas (método da Teoria Crítica)	Poder / Autoridade

Fonte: Rodrigues Filho (1997; 2004)

Diante do exposto, pode-se dizer que o interesse técnico considera o conhecimento uma apreensão instrumental, objetiva e reducionista, normalmente associado ao caráter quantitativo. Uma vez que esse tipo de interesse age com a premissa de um “saber técnico e utilizável” (HABERMAS, 1971, p.212), tal interesse dirige-se ao desejo de domínio e controle da natureza característico às ciências empírico analítica.

Já o interesse prático ou comunicativo, partindo da hermenêutica, entende que a partir da interpretação e do entendimento mútuo se manifesta a interação, o diálogo e até mesmo o conflito entre indivíduos e grupos, o que significa dizer que dentro desse interesse situam-se as chamadas ciências humanísticas.

Por fim, o interesse emancipatório respalda-se na proposta de uma reflexão a partir da crítica da sociedade. Esse interesse manifesta-se e está direcionado, inicialmente, à auto-reflexão individual e coletiva por assumir a proposta de um caráter emancipador do indivíduo. Esse interesse liga-se às ciências sociais ou ciências críticas encontrando pontos afins com a filosofia e psicologia por seu caráter reflexivo voltado à emancipação e autonomia do sujeito.

### 2.3 Metodologia e Métodos

O método de pesquisa refere-se a forma como o pesquisador abordará seu objeto de estudo. Nas palavras de Gil (1989, p. 27), “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e teóricos adotados para atingir o conhecimento”.

A presente pesquisa possui um caráter qualitativo de natureza interpretativa tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso. A presente investigação caracteriza-se como um estudo exploratório devido à necessidade em se obter uma maior aproximação do objeto

do estudo pelo pesquisador, buscando informações sobre o tema e possibilitar o levantamento de referências. Conforme o objeto de pesquisa, o estudo exploratório possui como primeira necessidade a explanação de um tema que é de desconhecimento do pesquisador, de forma que tal exploração permitirá ao mesmo gerar questões de pesquisa além de instrumentos que lhe permitirão realizar um estudo descritivo (OLIVEIRA, 2013).

### 3 CONCLUSÕES

Considerando a relevância em se compreender a produção acadêmica na área de CI a partir do estudo de sua literatura, a presente pesquisa é de natureza predominantemente qualitativa e tem como *corpus* de análise as 26 dissertações defendidas no mestrado do PPGCI/UFPE no período de 2011 a 2013. A continuidade da pesquisa se dará a partir da execução das seguintes etapas: preparação de instrumentos para coleta de dados; leitura flutuante do material com auxílio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1987); utilização de indicadores cientométricos para a geração de informações de autoria, referências e áreas temáticas das dissertações defendidas pelo PPGCI/UFPE no período delimitado.

De acordo com investigações realizadas por Bufrem (1996) e Blake (1994) estudos com predominância de procedimentos qualitativos ainda são raros na área da Ciência da Informação, uma vez que ainda existe na literatura uma preferência pelos cientistas da informação quanto às análises quantitativas. Nesse sentido, acredita-se que o estudo da produção acadêmica poderá suscitar novas perspectivas para o Programa além de tentar contribuir para a reflexão crítica sobre elementos possivelmente despercebidos quando desenvolvidos apenas por pesquisas de predominância quantitativa.

### REFERÊNCIAS

- ANCIB. **Número de Programas em Ciência da Informação no Brasil**. Portal ANCIB. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- BLAKE, V. *Science shaughnessey: research methods in library and information science dissertations (1975-1989)*. **Collection Management**, [s. l.], v. 19, n.1/2, 1994.
- BUFREM, L. S. **Linhas e tendências metodológicas na produção acadêmica discente do mestrado em Ciência da Informação do IBCT/UFRJ**. Curitiba: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. 386f. Tese. (Concurso de Professor Titular de Métodos e Técnicas de Pesquisas da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná).
- CORAZZA, M. J.; NEVES, M. C. D.; RAMOS, F. P. Os paradigmas da Ciência Moderna e Pós-Moderna e as Concepções de Professores-Pesquisadores. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., Novembro, 2009.



**Anais...** 2009. p.1-12. Disponível em:

<<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/629.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

FELL, A. F. A. **Análise dos Fatores Organizacionais Obstativos ao Uso da Tecnologia de Informação para a Gestão do Conhecimento**: uma realidade vivenciada em pequenas e médias empresas na região metropolitana do Recife. Recife. 242f. Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Pernambuco. 2009.

FELL, A. F. A.; XIMENES, A. F.; FILHO, J. R. Pesquisa Qualitativa em Sistemas de Informação (S.I.) no Brasil: uma análise da produção acadêmica. In: XI SIMPEP, Bauru, 2004. **Anais...** Bauru , São Paulo, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y.S. (Ed.). **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 1994.

HABERMAS, J. **Knowledge and human interests**. Boston: Beacon Press, 1971.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MEDEIROS, A. M. S.; MARQUES, M. A. R. B. Habermas e a Teoria do Conhecimento. **Educação Temática Digital**, v. 5, n. 1, p. 1-24, dez. 2003.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, S. L. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

RODRIGUES FILHO, J. Desenvolvimento de diferentes perspectivas teóricas para análise das organizações. **Anais do 21º ENANPAD – ORG 3**. Rio das Pedras, RJ. 1997. CD-ROM 1

RODRIGUES FILHO, J. Um estudo da produção acadêmica em administração estratégica no Brasil na terminologia de Habermas. **RAE – eletrônica**, v. 3, n. 2, art. 21, jul./dez. 2004.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 10 jan. 2014.